SANDRO AUGUSTO TEIXEIRA DE MENDONÇA

**A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas:
o caso da pesca artesanal do rio São Francisco.**

Tese apresentada à Escola de Engenharia de
São Carlos da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para a obtenção do
Título de Doutor em Ciências da Engenharia
Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

São Carlos, SP
2006

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca - EESC/USP

M539i   Mendonça, Sandro Augusto Teixeira de
A influência do conhecimento tradicional na formulação
de políticas públicas : o caso da pesca artesanal do rio
São Francisco / Sandro Augusto Teixeira de Mendonça. --
São Carlos, 2006.

Tese (Doutorado) -- Escola de Engenharia de São
Carlos-Universidade de São Paulo, 2006.
Área: Ciências da Engenharia Ambiental.
Orientadora: Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da
Silva Valencio.

1. Pesca profissional artesanal. 2. Políticas
públicas de pesca. 3. Pescador profissional artesanal.
4. Conhecimento tradicional. 5. Alto-Médio São Francisco.
6. Sociologia ambiental. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: Bacharel **SANDRO AUGUSTO TEIXEIRA DE MENDONÇA**

Tese defendida e julgada em 06/11/2006 perante a Comissão Julgadora:

APROVADO
 Prof.^a Dr.^a **NORMA FELICIDADE LOPEZ DA SILVA VALENCIO (Orientadora)**
 (Universidade Federal de São Carlos/UFSCar)

APROVADO
 Prof. Associado **EVALDO LUIZ GAETA ESPÍNDOLA**
 (Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

Aprovado
 Prof.^a Dr.^a **MARIA TERESA MICELI KERBAUY**
 (Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"/UNESP-Campus de Araraquara)

Aprovado
 Prof. Dr. **APARECIDO FRANCISCO DOS REIS**
 (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS)

APROVADO
 Prof. Dr. **MIGUEL PÉTRERE JUNIOR**
 (Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"/UNESP-Campus de Rio Claro)

 Prof. Associado **EVALDO LUIZ GAETA ESPÍNDOLA**
 Coordenador do Programa de Pós-Graduação
 em Ciências da Engenharia Ambiental

 Prof.^a Titular **MARIA DO CARMO CALLURI**
 Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Dedico este trabalho a Professora Doutora Norma F. L. da S. Valencio. *Continuaremos juntos, outras boas lições de vida e fé!*

e

In Memoriam: A José Alexandre Teixeira de Mendonça. Conheço a sensação de proteção, desconheço o significado da saudade!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqueles que verdadeiramente contribuíram para a produção desta tese. Desculpe-me se você não foi citado e deveria sê-lo.

Aos **Pescadores** Profissionais Artesanais do Alto-Médio São Francisco por me mostrarem a importância do conhecimento tradicional e a verdadeira atitude ambientalmente sustentável.

A professora Doutora **Norma** Felicidade Lopes da Silva Valencio que me deu a oportunidade de escolher trabalhar com o tema da pesca em 1993. Obrigado pelo exemplo de ética, em um mundo acadêmico com tão pouca ética, e por me permitir compartilhar desde então dos seus ideais. Obrigado por ter-me dado a oportunidade e o privilégio de tê-la como orientadora. Juntos tivemos, boas lições de vida e fé!

Aos **professores do Programa** de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental meus agradecimentos pela convivência acadêmica. Permitam agradecer especialmente o professor Doutor Evaldo Luiz Gaeta Espíndola pela forma solidária com que me recebeu no Programa. O professor Doutor Frederico Fábio Mauad e o Doutor Rodrigo Constante Martins que contribuíram sobremaneira na qualificação desta tese.

Aos **funcionários do Programa** de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental sempre profissionais. Um abraço especial a Claudete Aparecida Poianas da Silva (secretária do Programa) sempre exigente com a burocracia, mas que suavizava na hora certa as pressões dos prazos e obrigações da vida discente.

Aos **alunos do Programa** de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental. Agradeço especialmente as amigas Sabrina Mieko Viana e Renata Akemi Takenaka. Meninas, obrigado pela oportunidade de trocarmos conhecimentos e experiências.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**), pela concessão da bolsa de estudo que permitiu o desenvolvimento deste trabalho.

À minha querida **mãe**, em quem me inspiro para compreender o mundo e ser solidário. Obrigado pela convivência e incentivo diário.

À minha **família**, pai Antonio, irmãos Sandra e Marcos, cunhados Joaquim e Sonia e sobrinhos Guilherme, Gabriel e Giovana, pelo carinho e amor.

Aos meus **amigos** com quem compartilho momentos de descontração (se isto foi possível nos últimos três anos): Ana Rita Galo, Arthur Valencio, Fransérgio Follis, Marco Madeira, Melissa Pugliesi, Norma Valencio, Paulo Castral, Paulo Nogueira e Saulo Rodrigues.

Aos amigos da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui, pelos momentos em que trabalhamos juntos, especialmente a Celina Gonçalves de Melo (secretária da faculdade), Luciene Lemes e Vânia Érica Herrera, pessoas tão especiais!

Aos amigos Juliano Costa Gonçalves e Daniel Perticarrari, pelo apoio na pesquisa de campo em 2004.

Muitíssimo obrigado a todos!

“É na transformação que as coisas repousam” (Heráclito).

RESUMO

MENDONÇA, S. A. T. **A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: o caso da pesca artesanal do rio São Francisco.** Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

Neste trabalho, foi analisada a influência do conhecimento tradicional da pesca na formulação de políticas públicas do setor no Brasil partindo-se do caso da pesca artesanal no trecho mineiro do rio São Francisco. Para tanto, fez-se uma análise sociológica da organização social da pesca por meio de seus processos, suas formas de interações e suas sínteses, em uma perspectiva micro e macrossociológica, visando identificar como o processo de institucionalização da pesca considera o fazer artesanal – cultura, técnicas e práticas sociais – no escopo das políticas formuladas pelo setor. Em termos institucionais foram discriminados os conflitos e incongruências do projeto de modernização da pesca oriundos do Plano Nacional de Desenvolvimento de Sustentação da Aquicultura e Pesca da SEAP/PR. Em termos sociais, no que concerne ao modo de vida da pesca artesanal, foram discriminadas as principais características sócio-ambientais que circundam e interagem com o pescador, observando a relação entre a lógica de mercantilização recente do uso das águas doces no Brasil e a evolução das condições de vida e trabalho da categoria entre 1999 e 2004, apontando para uma provável extinção da mesma. O estudo conclui a existência de grande distância entre o discurso e a prática das políticas anunciadas pela SEAP/PR em 2003 e como o projeto de modernização citado reverbera no modo de vida da pesca artesanal do Alto-Médio São Francisco.

Palavras-chave: Pesca Profissional Artesanal; Políticas Públicas de Pesca; Pescador Profissional Artesanal; Conhecimento Tradicional; Alto-Médio São Francisco; Sociologia Ambiental.

ABSTRACT

MENDONÇA, S. A. T. **The influence of the traditional knowledge in the formulation of public policies: the case of the handmade fishing of São Francisco river.** Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006.

In this work, the influence of the traditional knowledge of fishing on the formulation of public policies on this section in Brazil was analyzed by proceeding with the case of handmade fishing at the section of Minas Gerais of São Francisco River. For that, a sociological analysis of the social organization of the fishing was made by its processes, its forms of interactions, and its syntheses in a micro and macro-sociological perspective, by seeking to identify how the process of institutionalization of the fishing considers the handmade performance — culture, techniques, and social practices — in the purpose of the formulated policies on such section. On institutional terms, the conflicts and the incongruities of the project of modernization of fishing derived from the National Plan of Development of Sustenance of the Aquiculture and the Fishing of the SEAP/PR were discriminated. On social terms, concerning the way of life of handmade fishing, the main socio-environmental characteristics that surround and interact with the fisherman were distinguished by observing the relationship between the logic of the recent mercantilization of the use of fresh water in Brazil and the evolution of the life and work conditions of such category between 1999 and 2004, that points to a probable extinction of it. The study concluded the existence of great distance between the speech and the practice of the announced policies by the SEAP/PR in 2003, and how the cited project of modernization reverberates through the way of life of fishing of High-medium São Francisco.

Keywords: Handmade Professional fishing; Public policies of Fishing; Handmade Professional fisherman; Traditional knowledge; High-medium São Francisco; Environmental sociology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Número de Municípios localizados na Bacia do São Francisco....	57
Figura 1. Mapa da Bacia do Rio São Francisco, com a subdivisão em Alto, Médio, Sub-médio e Baixo São Francisco.....	58
Quadro 2. Características gerais do rio São Francisco e das condições climáticas em relação aos trechos Alto, Médio, Sub-médio e Baixo São Francisco.....	59
Figura 2. Mapa de localização do rio São Francisco, com destaques à região do Alto-Médio São Francisco e localização das colônias de pesca de Três Marias e Januária.....	60
Foto 1. Vista parcial do perímetro urbano do município de Três Marias, MG, em 2001.....	77
Foto 2. Vista parcial do perímetro urbano do município de Pirapora, MG, com extensas áreas de corredeiras no trecho Ato-Médio São Francisco em 2001.....	77
Foto 3. Vista parcial do município de São Francisco, MG, à frente do rio de mesmo nome em 2001.....	78
Foto 4. Vista parcial do centro do município de Januária, MG.....	78
Foto 5. Pescador profissional artesanal do município de Pirapora, MG, ao ser entrevistado em 2001 relata suas experiências no rio São Francisco.....	88
Foto 6. No domicílio de pescador, no ano de 2001, a esposa relata as dificuldades do cotidiano em Pirapora, MG.....	114
Foto 7. Na periferia do município de São Francisco, o bairro do Quebra é considerado um dos mais pobres e é o local onde se concentra grande parte dos pescadores. Ano de 2001.....	117
Foto 8. Bairro Nossa Senhora Aparecida, um dos mais pobre do município de Pirapora, MG, é local onde reside grande parte dos pescadores. Ano de 2001.....	118
Foto 9. Simplicidade na composição arquitetônica de domicílio de pescador no município de São Francisco, MG. Construção caracterizada por paredes de alvenaria, sem acabamento e telhado de barro. Ano de 2001.....	119

Foto 10. Domicílio de pescador do município de Januária, MG, no momento da entrevista em 2004, sendo a composição arquitetônica é caracterizada por paredes de alvenaria, sem acabamento, telhado de barro e de fibrocimento.....	119
Foto 11. Aspectos da entrada da Colônia de pesca de Pirapora, MG, em 2004.....	184
Foto 12. Placa inaugural comemorativa da Colônia de pesca de São Francisco, MG. Em destaque pescador (à esquerda) e presidente da colônia (à direita). Ano de 2004.....	184
Foto 13. Ajudante de pescador do município de São Francisco, MG, orgulhoso por participar da pesca de surubim no ano 2001.....	192
Foto 14. Pescador do município de Januária, MG, tecendo sua rede no ano de 2001.....	194
Foto 15. Mulher de pescador do município de Januária, MG, colaborando na confecção de rede de pescar em 2001.....	194
Foto 16. Pescadores do município de São Francisco, MG, organizando seus apetrechos de pesca juntos aos seus barcos de madeira. Ano de 2004.....	198
Foto 17. Produção de embarcação pelos pescadores de Pirapora, MG, no ano de 2001.....	200
Foto 18. Batida de rede, armada durante a noite, configura a escassez de pescado no rio São Francisco no município de mesmo nome em 2001.....	205
Foto 19. Produção insignificante para uma noite toda de pesca: um peixe capturado no município de São Francisco, MG, em 2001.....	205
Quadro 3. Lista das espécies de peixes preponderantes na captura realizada pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	207
Foto 20. Surubim de 27 kg capturado por pescador do município de São Francisco, MG: raridade no rio São Francisco. Ano de 2001.....	209
Foto 21. O dourado é outra espécie capturada no rio São Francisco pelo pescador profissional artesanal do município de São Francisco, MG, em 2004.....	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, entrevistados nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	99
Tabela 2 – Tempo de atuação na ocupação dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, em relação a sua idade.....	100
Tabela 3 – Idade de ingresso na ocupação dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	101
Tabela 4 – Ocupação predominante dos pais dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, durante sua vida ativa.....	101
Tabela 5 – Número médio de filhos dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, por domicílio e colônias.....	103
Tabela 6 – Origem dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, nascidos no local ou migrante da zona urbana ou rural.....	103
Tabela 7 – Ocupação a que se dedicam os filhos dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	106
Tabela 8 – Nível de escolaridade dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	110
Tabela 9 – Renda mensal da atividade da pesca e do domicílio dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	112
Tabela 10 – Número de domicílios e de pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, entrevistados nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	115

Tabela 11 – Zona de inserção dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	117
Tabela 12 – Características arquitetônicas dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	120
Tabela 13 – Condições de saneamento básico dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	122
Tabela 14 – Bens duráveis dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	126
Tabela 15 – Tipos de fonte de energia dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	127
Tabela 16 – Produção e Exportações da Pesca Brasileira nos anos de 2002 e 2006.....	139
Tabela 17 – Razões identificadas pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, como importantes para a filiação à Colônia. Anos de 1999*, 2001* e 2004.....	186
Tabela 18 – Utilização de ajudantes de pesca pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	190
Tabela 19 – Vínculo de parentesco entre ajudante de pesca e pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	190
Tabela 20 – Formas de remuneração do ajudante de pesca dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	191
Tabela 21 – Arte de pesca dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	195
Tabela 22 – Frota pesqueira e formas de propulsão, seus tipos de materiais, condições de posse e aquisição pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	200

Tabela 23 – Avaliação do estoque pesqueiro segundo a percepção dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	204
Tabela 24 – Formas de conservação do pescado embarcado e desembarcado, sua limpeza, meios e modos de comercialização e venda pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	210
Tabela 25 – Características da autuação sofrida pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	218
Tabela 26 – Opinião dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, quanto à fiscalização ambiental nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	221
Tabela 27 – Vantagens e desvantagens da fiscalização ambiental segundo a opinião dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	222
Tabela 28 – Percepção ambiental dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, em relação ao rio São Francisco.....	227
Tabela 29 – Percepção Ambiental dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, em relação aos fatores de degradação do rio São Francisco.....	228
Tabela 30 – Tipos de usos dos recursos hídricos do rio São Francisco pela família dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	230
Tabela 31 – Consumo de pescado pela família dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.....	232

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 PROPOSIÇÕES GERAIS.....	17
1.2 OBJETIVOS E PLANO DA TESE.....	24
2 A INSERÇÃO DA PESCA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE.....	28
2.1 TRADICIONALIDADE E MODERNIDADE: AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE.....	29
2.2 O BRASIL NO CONTEXTO DA MODERNIDADE TARDIA.....	37
2.3 TRADICIONALIDADE E MODERNIDADE: A PESCA.....	41
2.4 CONTEXTO GLOBAL DA DISCUSSÃO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE PESCA E FOMENTO DA AQUICULTURA.....	42
3 RIO SÃO FRANCISCO: BREVES CONSIDERAÇÕES DA GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO LUGAR.....	56
3.1 GEOGRAFIA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	56
3.2 HISTÓRIA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	71
4 CONHECIMENTO TRADICIONAL DA PESCA: SUJEITOS E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS.....	75
4.1 CONHECIMENTO TRADICIONAL.....	75
4.2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO.	89
4.2.1 POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: BASES CONCEITUAIS.....	90
4.2.2 O MODO DE VIDA DO PESCADOR PROFISSIONAL ART.....	98
4.2.2.1 O PESCADOR, SUA ORIGEM E FAMÍLIA.....	98
4.2.2.2 O PESCADOR E SEU DOMICÍLIO.....	114
4.3 O AGENTE DE MUDANÇAS: A SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA (SEAP/PR).....	127

5 CONFLITOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS: A PESCA NA ÓTICA DA SEAP/PR.....	132
5.1 POLÍTICA E SOCIEDADE: OS CONFLITOS EM TORNO DA PESCA.....	135
5.1.1 - NEGÓCIO DO PEIXE-ALIMENTO.....	137
5.1.2 NEGÓCIO DO PEIXE-LAZER.....	139
5.1.3 NEGÓCIO DA ÁGUA DOCE.....	147
5.2 PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR DE PESCA NO BRASIL.....	150
5.2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	150
5.2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR PESQUEIRO NO BRASIL.....	151
5.2.3 POLÍTICAS DO SETOR PESQUEIRO PRÉ - SEAP/PR.....	156
5.2.3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESCA.....	156
5.2.4 SETOR PESQUEIRO: SEAP/PR E CONFERÊNCIAS.....	161
6 IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES DA ATIVIDADE DA PESCA E DO MODO DE VIDA DO PESCADOR ARTESANAL: TECNIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO.....	181
6.1 O EXERCÍCIO DE PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL: AS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	182
6.2 TECNIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	193
6.3 QUALIDADE AMBIENTAL: FISCALIZAÇÃO.....	215
6.4 USO AMBIENTAL: A PERCEPÇÃO DOS PESCADORES.....	224
7 CONCLUSÃO.....	236
REFERÊNCIAS.....	241
ANEXOS.....	250

1 INTRODUÇÃO

Não estamos entrando e nem vivendo em um período de pós-modernidade. Estamos sim alcançando e vivendo um período onde as consequências da modernidade são radicalizadas e universalizadas, cuja análise pressupõe uma interpretação 'descontinuista' do desenvolvimento social moderno, isto é, sem a constituição de um enredo histórico de forma homogênea de desenvolvimento societário. Neste sentido, a modernidade sobrepõe-se a tradicionalidade, em uma configuração onde a primeira é travestida na forma de algo eficiente e enriquecedor, se contrapondo e negando a segunda, tida como sendo algo atrasado, antigo e feio; algo potencializador de pobreza ou destruição (Giddens, 1997).

1.1 PROPOSIÇÕES GERAIS

Políticas públicas relativas à pesca objetivam transformar o valor tradicional da pesca profissional artesanal em um valor superável pela modernidade. Para tanto, fomenta novos significados, relações e tecnologias desta atividade que remonta a muitas gerações nos rios e mares do Brasil.

Podemos suspeitar que o limite da fronteira entre a tradição e modernidade seja bastante nítido, no que indica que as estratégias de suplantação de uma pela outra sejam fáceis e lineares. Mas, ao contrário, são limites tênues. Os riscos intrínsecos desta transformação são pouco considerados uma vez que a matriz de escolha racional e objetiva ainda vê na possibilidade de controlar os resultados das modificações geradas a partir dos benefícios prometidos pela modernidade. Nos discursos que anunciam as soluções técnicas no setor pesqueiro ainda não cabem a dialogicidade com outras racionalidades, nem tampouco as incertezas quanto aos efeitos do progresso. Existe, porém, mais do que a escolha racional entre o ambiente político onde emerge as decisões e o contexto socioambiental onde a pesca se desenrola.

No imaginário hegemônico, a modernidade corresponderia a um período supostamente mais eficiente para todos no alcance de um bem estar generalizável, onde, as técnicas industriais e as tecnologias respondem às necessidades como nunca havia ocorrido na história da humanidade (Giddens, 1997). Desse modo, se contrapondo à modernidade, a tradição não estaria desempenhando mais nenhum papel eficiente na expansão do desenvolvimento humano; mas, como poderemos ver, para os propósitos desta tese, esta visão faz-se equivocada.

No olhar de Giddens (1997, p. 77), na modernidade

o mundo social tornou-se, em grande parte, organizado de uma maneira consciente, e a natureza moldou-se conforme uma imagem humana, mas estas circunstâncias, pelo menos em alguns setores, criaram incertezas maiores – a despeito de seus impactos – do que jamais se viu antes.

Isso é verdadeiro quando o conjunto de conhecimento que amolda e materializa as técnicas está aquém da complexidade dos ecossistemas naturais, como os

ecossistemas aquáticos nos quais a pesca se desenvolve como trabalho e modo de vida.

A pesca profissional artesanal, por que é uma atividade utilizadora de recursos naturais, ou melhor, exploradora de recursos silvestres, passa a ser representada, por muitos, incluindo políticos e acadêmicos, como uma atividade causadora de alguma forma de degradação ambiental. O fato da atividade não estar associada diretamente à concepção de cadeia produtiva artificializada atua como imagem habilmente manipuladora para tomar o significado de predação isto é, de que a exploração não considera as necessidades de reposição natural dos estoques, o que é um equívoco que o acompanhamento de rotina da pesca é capaz de desfazer. Outro equívoco associado, é o de que, sem as restrições políticas de fiscalização, a prática de respeito à reposição natural dos estoques pesqueiros não é realizada pelo pescador, ou seja, só com os constrangimentos coercitivos do arcabouço legal da modernidade seria possível enquadrar o grupo cujas práticas são resquícios da tradição. Por tal risco permanente, o tradicional teria que ser eliminado. Somente com o uso de processos e técnicas ditas racionais a sustentabilidade da pesca seria alcançada e, assim, o futuro da “proteção ambiental” seria mantido sob controle e estaria garantido em termos do que é aceitável pela modernidade.

Entretanto, mais do que alcançar o futuro e manter o controle sobre ele, os riscos da modernidade no uso da natureza são ainda maiores e mais marcantes.

Segundo Giddens (1997, p. 76), a mensuração de risco transcende um cálculo estatístico, pois, na configuração socioambiental supradita, este não dá conta de mensurar os impactos de um mundo que permanece como “dado”, isto é, um mundo mantido sob controle e garantido. Afirma o autor que “quando a natureza é invadida

– e até ‘destruída’ – pela socialização, e a tradição é dissolvida, novos tipos de incalculabilidade emergem”.

Desse modo, os mecanismos políticos de fomento pesqueiro, a produção de pesquisa e informações de manejo e gestão de pesca, normas, critérios e concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca, e a fiscalização do uso dos recursos pesqueiros, a atividade aquícola, o emprego do pescador como guia a pesca amadora, entre outros, que fazem parte da institucionalização recente do setor, não podem ser vistas como em prol do grupo social de pescadores profissionais artesanais mas o seu exato contrário, isto é, portadores de uma lógica que, no ensejo de ampliar o controle e a maximização de uso da natureza, não correspondem às formas próprias como essa natureza se manifesta, tão pouco à complexidade socioambiental que subjaz aos usos múltiplos da água doce e menos ainda, aos anseios de bem estar de populações que construíram a sua identidade na interação continua com os mananciais. Se a pesca industrial e a atividade aquícola, legitimadas pelos valores da modernidade, estão salvaguardadas, há muito que se duvidar da concepção de sustentabilidade que as políticas que as baliza portam no seu discurso.

A organização social da pesca artesanal vista através de seus processos e de suas formas de interação, produz um *sujeito social* (o pescador) dotado de conhecimento tradicional que viabiliza não só sua atividade profissional, mas, também, sua reprodução sócio-cultural em bases comunitária. Todavia, a institucionalização da pesca nos remete a outro grupo social – formado pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) –, dotado de outra forma de conhecimento que viabiliza uma estrutura político-

burocrática que, por sua vez, conforme dissemos, formula o seu próprio poder, se mantendo nele e nele se reproduzindo. Assim, ao falarmos em políticas de pesca, identificamos os grupos e os valores não endógenos à pesca mas um outro grupo que representa o espaço macro-envolvente.

A existência da pesca artesanal, então, deixa de ter sua rotina condicionada pelo lugar e tem que lidar com o contexto mais amplo.

No que concerne à pesca, a caracterização da *estrutura e dinâmica social* em bases *comunitária* não se limita apenas a um contraponto, atrasado, do estilo de vida *societário* impingido pela SEAP/PR. A análise sociológica aqui realizada vai além da distinção vulgar entre um estilo de vida simples – *comunidade* – e outro sofisticado – *sociedade*, posto que estão em simultaneidade na construção de identidades e disputas políticas e simbólicas.

Segundo Tonnies (1973), as *comunidades* (*Gemeinschaft*) são agrupamentos sociais de regulação simples, compostas de grupos sociais formados à base de interesses e propósitos comuns. Sua organização social é caracterizada por relações de parentesco, relações de vizinhança e relações de compreensão, localizada numa área restrita. Todos participam igualmente de todos os bens culturais. Já as *sociedades* (*Gesellschaft*) são agrupamentos sociais de regulação complexa. A organização societária é caracterizada pela multiplicação dos grupos e instituições sociais e estes estabelecem a ordem social. A divisão do trabalho se intensifica e diferenciam-se os segmentos sociais (e seus interesses), instalando-se um sistema de dominação. Aqui, quebra-se a homogeneidade cultural e a cultura é total ou parcialmente monopolizada pelas camadas dominantes. Observa-se que a diferença sociológica entre comunidade e sociedade independe das funções sociais

e de cultura peculiares à ‘área de vida comum’, mas é pressuposto que em comunidade tem-se um aspecto orgânico ao mesmo tempo que funcional da vida comum. Assim, o conceito de comunidade, do ponto de vista sociológico, é compreendido e harmoniza-se com o ecológico de área ou região. Segundo Gilberto Freyre (1945, p. 128-129),

Várias comunidades podem existir dentro de uma comunidade maior. Sirva de exemplo o fato dos jangadeiros do Nordeste existirem, como comunidade, dentro da comunidade de pescadores brasileiros do litoral e da comunidade brasileira, em geral, à qual pertencem tantas outras comunidades (...). Ao mesmo tempo, pode-se falar de uma sociedade brasileira, sempre que se pretenda salientar o que há de simplesmente funcional no conjunto de relações sociais que formam sociologicamente o Brasil, independente do que este significa orgânica e, ao mesmo tempo, sociologicamente, como *habitat*, como espaço físico-social, como unidade bio-social inter-relacionada e interdependentes – a unidade de estudo dos ecologistas sociais, ou dos sociólogos regionais (...).

A vivência em *comunidade* e em *sociedade* abrange as *relações sociais* e as formas de *associação* imprescindíveis aos *processos sociais*. Estes são entendidos como as diferentes maneiras pelas quais os *sujeitos sociais*¹ e os grupos atuam uns sobre os outros, isto é, as formas que eles se relacionam, se associam. Para que ocorra qualquer *associação* humana, seja em *comunidade* ou em *sociedade*, seja o *sujeito social* a *pessoa* ou o *indivíduo*, faz-se necessário o *contato social* – considerado a base da vida social humana (FREYRE, 1945).

Os *contatos sociais* podem ser *primários* – são contatos mais pessoais, diretos, e que têm uma base emocional, pois, os sujeitos neles envolvidos compartilham suas experiências particulares – e *secundários* – são aqueles impessoais, calculados e formais; são associados mais a um meio para atingir um fim. Os *sujeitos sociais* que têm mais *contatos primários* desenvolvem uma conduta diferente daqueles que têm

---

¹ A estrutura e a dinâmica social da comunidade e da sociedade permite identificar um *sujeito social*, dotado de vida orgânica, cultura e status, podendo ser denominado pessoa ou indivíduo. Ele é pessoa quando sua relação com o outro é de proximidade; o que importa nessa relação são os vínculos afetivos (família, parentesco, vizinhança, etc.). Ele é indivíduo quando sua relação com o outro é de distanciamento; o que importa são os vínculos intelectuais (trabalho, escola, Estado, etc.) (FREYRE, 1945).

mais *contatos secundários*. Os primeiros tendem a ser mais solidários, enquanto os outros mais individualistas. Um pescador artesanal, por exemplo, apresenta uma personalidade bastante diferente da de um executivo ou político por valorizar mais os contatos primários no âmbito de suas relações correntes (FREYRE, 1945).

Dos contatos derivam a *interação social*, na qual os *sujeitos* ao estabelecerem comunicação, aprendem e ensinam coisas, modificam e sofrem modificações de comportamento, influenciam e são influenciados a mudar de opinião, etc. No caso da interação da categoria do pescador profissional artesanal e a Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, veremos que prepondera um tipo de *interação não-recíproca*, isto é, não dialógica, na qual o segundo tenta submeter o primeiro, rumando para um processo social básico do tipo dissociativo, isto é, o conflito (FREYRE, 1945).

O *conflito social* pode provocar *mudanças sociais* – e isso pode ser bom ou ruim para uma *sociedade* ou *grupos sociais* envolvidos. Tal avaliação pressupõe a verificação dos interesses, dos acordos ou pactos existentes entre os membros respectivos. Assim, cabe ver como as interações e os conflitos entre o pescador profissional artesanal e a SEAP/PR, em suas variedades e características podem ser estudadas a partir das relações pessoais e nos arranjos institucionais (no Estado).

A questão central deste estudo é saber se o conhecimento tradicional da pesca artesanal influi, junto ao Estado, representado na figura da SEAP/PR, no processo de formulação de políticas públicas para o setor pesqueiro e o fez de que forma. Um estranhamento entre essas políticas e a forma institucional era previsível, como de fato, o foi.

Dado a configuração supradita, construiu-se a seguinte hipótese de trabalho: No desenvolvimento social contemporâneo, a modernidade sobrepõe-se à tradicionalidade, em uma configuração onde a primeira é travestida na forma de algo eficiente e enriquecedora no melhoramento do bem estar dos vários grupos que por elas são alcançados, se contrapondo e negando a segunda, entendida como algo atrasado e antigo, potencializador de pobreza e destruição ambiental. Desta forma, o conhecimento tradicional não influiria positivamente no processo de formulação de políticas públicas para a afirmação do modo de vida da pesca artesanal, ao contrário, tal conhecimento é o ponto de partida daquilo que precisa ser negado, desqualificado, a fim de fazer caber a legitimidade de um novo projeto de vida, em torno do peixe, voltado para os valores do mundo moderno.

1.2 OBJETIVOS E PLANO DA TESE

Como já foi dito, o objetivo superior desta tese foi o de analisar a influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas da pesca no Brasil. Para tanto, analisou-se o atual processo de formulação de políticas públicas para o setor pesqueiro numa perspectiva de conflito com os valores, representações e práticas da pesca profissional artesanal, tomando-se como foco o caso das relações entre a SEAP/PR e os pescadores do trecho mineiro do rio São Francisco. Foram caracterizadas e analisadas as condições de vida e de trabalho dos pescadores de Minas Gerais, do Alto-Médio São Francisco, no período de 1999 a 2004, buscando a

relação entre as políticas, inseridas no contexto da modernidade, e a evolução das variáveis econômicas e sociais específicas para essa atividade.

Do ponto de vista metodológico, optou-se por apresentar uma fundamentação teórico-conceitual pertinente a cada dimensão das relações supra. Embora obedecendo à orientação teórico-analítica mais abrangente apresentada no segundo capítulo da tese.

A revisão de literatura na teoria sociológica central e antropológica da pesca secundariamente, a síntese da pesquisa documental pautada na análise dos documentos oficiais, discursos de representantes da SEAP/PR e os resultados da pesquisa de campo, estão apresentados com destaque em cada capítulo, mas se mesclando ao longo do trabalho.

O segundo capítulo tratou da compreensão do conceito de Modernização Reflexiva no qual há um acirramento das conseqüências deletérias da modernidade, segundo Giddens (1991) e Giddens et al. (1997). Os autores afirmam a necessidade de se aprofundar o conhecimento das transformações socioambientais em curso para compreender os impactos dessas mesmas no plano sociológico e ecológico, pressupondo que os novos fenômenos sociais e ambientais precisem encontrar novas respostas e soluções. Em seguida, ainda no segundo capítulo, descreveu-se, no contexto da modernidade tardia e seus desdobramentos políticos no Brasil, como a política de pesca vem sendo pensada e implementada em termos nacionais, identificando a existência de um conjunto de interpretações que promovem discursivamente os valores do desenvolvimento sustentável e inclusão social, enquanto, contraditoriamente, legitimam práticas de produção pesqueira industrial e aquícola (de alta escala) que são inerentemente insustentáveis. Tal contradição

encontra a síntese, também retórica, no discurso que representa socialmente tais políticas como políticas supostamente indutoras de eqüidade social e cidadania, exercidas, de fato, através de formas de dominação política conservadora. Vai daí, que a Modernidade Tardia, de que o Estado se fortalece, mostra-se como supressão dos meios e modos de vida da tradição, como da pesca artesanal, revelando-se, assim, como política para *subsunção* do grupo de pescadores imaginariamente representado no aparelho estatal. Logo, esse capítulo trata do travestimento do discurso para apontar para uma reflexividade aparente, onde, na verdade permanecem as formas mais intensas de acumulação desigual e centralismo decisório.

No terceiro capítulo, foram apresentadas breves considerações da geografia e história do rio São Francisco, objetivando descrever o lugar naquilo que colabora na contextualização ambiental do exercício da pesca profissional artesanal no trecho mineiro da Bacia.

A importância do conhecimento tradicional da pesca na formulação de políticas públicas do setor no Brasil foi apresentada no quarto capítulo. Caracterizou-se a organização social da pesca profissional artesanal a partir da qualidade de sua interlocução com a forma institucional, em nível nacional, voltada ao tema da pesca, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, dotada de outra forma de conhecimento e formatada pelos valores da modernidade.

No quinto capítulo, foram descritos os arranjos institucionais do Estado, representado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) no entorno da pesca industrial e a atividade aquícola em detrimento das práticas tradicionais. Desta forma, o mesmo caminho dos conflitos e

incoerências do projeto modernizador no que tange à solução de graves problemas sociais do Brasil só refeito na história recente da mercantilização do uso da água doce no Brasil, não apenas pela redefinição do espaço territorial das águas, na qual as funções ecológicas e sociais dos rios ficam submetidas e subjugadas por interesses particulares, mas também pela presença dos grupos tradicionais que, estabelecidos na interação cotidiana no espaço de reprodução dos recursos hidróbios silvestres, são vistos como ameaças aos interesses de grupos modernos. Neste sentido, a modernidade e tradicionalidade serão examinadas como categorias essenciais para o entendimento dos conflitos e incoerências do projeto modernizador da pesca formatado pela SEAP/PR.

No sexto e último capítulo foram apresentadas as condições de trabalho da pesca profissional artesanal do Alto-Médio São Francisco objetivando analisar como a modernização paulatina adentra na atividade profissional e no modo de vida deste trabalhador. Para tanto, foram discriminadas características tecnológicas e socioambientais da pesca tidas como relevantes para contextualizar as alterações sociais e econômicas da trajetória da categoria no período de 1999 a 2004.

2 A INSERÇÃO DA PESCA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

As transformações socioambientais características do último quartel do século XX são desdobramentos daquilo que Giddens (1991) e Giddens et al. (1997) denominam *modernização reflexiva*, qual seja, o acirramento das conseqüências deletérias da modernidade. Os valores do desenvolvimento sustentável e da inclusão social é o que emergem como solução provisória à organização das várias atividades econômicas e, no caso da pesca no Brasil, é o que pauta a busca por práticas de produção de alta produtividade da pesca industrial e aquícola. Desta forma, os impactos das transformações socioambientais do setor pesqueiro no Brasil são pensados e resolvidos a partir de políticas supostamente indutoras de equidade social e cidadania. Porém, se a reflexão implementada for por sujeitos políticos que se hegemonizam no uso do poder institucional que qualidade teriam tais resoluções?

Para sabê-lo, convém recuperar alguns aspectos do debate sociológico.

2.1 TRADICIONALIDADE E MODERNIDADE: AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE

As profundas e radicais alterações do cenário mundial contemporâneo recente têm gerado impactos e transformações na produção científica caracterizados pela desconstrução de antigas teorias e o surgimento de novas possibilidades interpretativas, dentre as quais as teorias da pós-modernidade e a da modernização reflexiva.

Pós-modernidade é um conceito que, numa das vertentes do debate sociológico contemporâneo, perpassa o pensamento weberiano (as noções de desencantamento e racionalidade), o marxista (as categorias de mercadoria, capital, classes, modo de produção) e o pensamento relacionado à epistemologia científica de Descartes e Bacon (método e experimentação, respectivamente).

Alguns autores afirmam que a pós-modernidade é *um novo período* (LYOTARD, 1979; JAMESON², 1991). Mas, outros argumentam que estaríamos vivendo um acirramento das consequências da modernidade, uma *modernidade tardia* (GIDDENS, 1991; GIDDENS, BECK e LASH, 1997).

Segundo Lyotard (1979), a Pós-modernidade é um período histórico no qual o mundo não é mais descrito através de discursos científicos unificados em uma metalinguagem universal, mas, é percebido pela sua fragmentação, complexidade e imprevisibilidade, contidas em pequenos relatos, isto é, em narrativas múltiplas

---

² - Sua obra foi publicada na íntegra, originalmente, em 1991. Entretanto, seu principal texto, *A lógica cultural do capitalismo tardio*, já havia sido divulgado em uma conferência em 1982 (ANDERSON, 1998).

sobre um mundo também múltiplo. Para Jameson (1991), a Pós-modernidade é uma nova época do capitalismo - a lógica cultural do capitalismo tardio -, regida pelo funcionamento global que perpassa as diferentes esferas da vida humana e dá coesão às mesmas. Atribui ao modo de produção capitalista a principal categoria de análise das alterações objetivas na ordem econômica e cultural do capital. A esfera econômica da produção industrial na contemporaneidade se expandiu para todos os níveis da vida humana, incluindo a esfera cultural, a qual torna-se coexistente à economia, transcendendo a lógica da produção industrial moderna. Desse modo, o desenvolvimento econômico fundamentado pela lógica supradita gerou a expansão tecnológica que possibilitou a automação e a distribuição da produção e, por conseguinte, a circulação mais intensa do capital.

Todavia, para os sociólogos Anthony Giddens, Ulrich Beck e Scott Lash, diferentes dos autores acima, não há uma divisão ou descontinuidade histórica entre a Modernidade e a Pós-modernidade. Eles afirmam que as transformações sociais em curso não se verificam a partir da demarcação de uma nova época, mas, configuram-se por um outro momento da própria Modernidade. Desse modo, não acreditam que o mundo atual seja caótico e fragmentado, mas que existe uma forma de coesão social que produz algum efeito imediato sobre as sociedades, mesmo que seus membros não reconheçam a lógica desta coesão.

Giddens (1991) afirma que a Pós-modernidade é um termo utilizado para forjar a delimitação fragmentada de uma nova fase do desenvolvimento social humano rumo a um novo e diferente tipo de ordem social, que não se sabe, ao certo, o que é e no que vai dar: “não vivemos ainda num universo social pós-moderno, mas podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições

modernas” (GIDDENS, 1991, p. 58). Desse modo, não há uma ruptura entre dois períodos, sendo modernidade e pós-modernidade, mas o aprofundamento dos percalços do primeiro: “Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente uma fase de sua radicalização” (GIDDENS, 1991, p. 57). Os efeitos colaterais da radicalização da modernidade são, no entanto, distintos daqueles que outras gerações enfrentaram no passado. Por isso, não sabemos, ainda, como nos orientar e o que fazer diante deles.

Desta forma, a Pós-modernidade é um termo que pressupõe outro anterior, a *modernidade*. Segundo Giddens (1991, p. 11), a “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Assim, a modernidade está associada a um período de tempo e a uma localização geográfica. Além disso, ela estaria imbuída de uma nova forma de organização social e um novo cotidiano global, provocando um crescente processo de ruptura com o tradicional (*disembeddedness* – desencaixe – no dizer de Giddens), considerado como obstáculo ao consenso universal (contido na modernidade).

De modo geral, a contemporaneidade (seja nos moldes da pós-modernidade ou da modernização tardia) tem se caracterizado pelas mudanças ou transformações da vida social oriundas do avanço tecnológico e da negação das culturas tradicionais – as quais são consideradas como obstáculos para o consenso universal.

A negação das culturas tradicionais estaria atrelada à impossibilidade das

mesmas estabelecerem um conhecimento metafísico³ da realidade. Pode-se fazer uma associação com o ideário iluminista⁴ que propunha o entendimento das coisas do mundo a partir de uma racionalidade desatrelada de qualquer determinismo mitológico, o qual era considerado atrasado e, por isso, não deveria limitar-se àquelas sociedades sustentadas pela tradição ou que revelassem seu passado, sua história, pelo campo do sagrado. O entendimento das coisas do mundo seria, assim, legitimado em consenso estabelecido pela comum baliza de conceitos metafísicos como verdade, moralidade, liberdade, progresso, entre outros. Estes conceitos validam a racionalidade nos moldes modernos. Entretanto, a racionalidade moderna é questionada e as possibilidades de liberdade e civilização universais ficaram desacreditadas. Não faz parte dos objetivos desta tese falarmos do descrédito da racionalidade moderna, mas, faz-se necessário mostrar a importância das tradicionalidades, já que suas dinâmicas são inerentes ao processo de reflexividade (GIDDENS, 1997). Segundo Giddens (1991, p. 44),

nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do

³ - Metafísica vem do grego 'depois da física', da ordenação das obras de Aristóteles, ramo da filosofia que estuda as categorias e os conceitos mais gerais, os quais são pressupostos em descrições de nós mesmos e do mundo. Exemplos são causalidade, substância ontologia, tempo e realidade. As questões metafísicas têm um amplo alcance. Enquanto o físico investiga 'como se causa y?', o metafísico pergunta 'o que significa uma coisa causar outra?'. Enquanto o químico investiga substâncias particulares, o metafísico pergunta o que significa ser uma substância e se há uma só substância básica, ou várias. Questões metafísicas podem versar sobre investigações filosóficas mais específicas. Podemos perguntar se nossas ações são sujeitas à causalidade, o que dá margem ao problema do livre-arbítrio e, também, se nossas experiências mentais envolvem uma substância separada do corpo. Apesar de questões metafísicas terem sido levantadas praticamente em todas as tradições filosóficas (na cultura ocidental, data da época dos antigos gregos), houve ocasiões em que seu status de investigação legítima foi questionado. Os filósofos do século XVII procuraram limitar as afirmações da metafísica e os do começo deste século passaram a considerá-la desprovidas de sentido.

⁴ - O discurso iluminista de emancipação pela revolução, ou pelo saber (ciência objetiva, moralidade e leis universais), era sustentado pela confiança na capacidade da Razão como ação libertadora da humanidade (CASSIRER, 1994). Desse modo, a racionalidade contida na formatação da organização social moderna prometia uma sociedade segura e estável, democrática e igualitária. Era o fim dos estados teocráticos e das suas perseguições, o fim dos abusos de poder dos governantes, etc. O advento da ciência moderna, por sua vez, representava o fim da insegurança frente às instabilidades do mundo natural (condições climáticas, desastres naturais, doenças, entre outras).

passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes.

Desse modo, o autor afirma que a tradição, nos modos de organizar a ação e a experiências humanas, não é um valor estático ou imutável, já que tem que ser reinventada o tempo todo a cada nova geração. Ela pode resistir à mudança, mas, não é estática.

Na tradição, há também a valorização dos membros do grupo (ou comunidade), diferente da racionalidade moderna cujo incitamento à especialidade e ao individualismo é sua marca (GIDDENS, 1997). Além disso, no campo tradicional, a natureza é entendida como sujeito e vista como algo que transcende os membros do grupo tradicional, enquanto que na racionalidade moderna, acreditam-se no amplo controle social da natureza.

Para Giddens (1997, p. 43), a Pós-modernidade, se existisse, só poderia ser conhecida a partir da reflexividade da modernidade: “há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda a ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente ‘se mantêm em contato’ com as bases do que fazem como parte integrante do fazer”. Ele propõe a existência da modernidade tardia, uma vez que a condição que experimentamos na cultura contemporânea seria o resultado da dinâmica de funcionamento da própria modernidade reflexiva.

Segundo Giddens (1997), os membros das sociedades contemporâneas podem construir a capacidade de refletir conscientemente sobre as condições de sua existência e, por conseguinte, transformá-las quando necessário. Para isso, faz-se necessário à interação entre o conhecimento científico (campo do racional e da abstração) e o conhecimento cotidiano (conhecimento assistemático, incluindo o conhecimento tradicional). Nesse sentido, a modernização reflexiva favorecida pelo

desenvolvimento de novas tecnologias e pela percepção de uma sociedade de risco utiliza-se da intersecção entre o campo do conhecimento científico e o intuitivo.

Ao formular o conceito de sociedade de risco, Beck (1997) valoriza a percepção que cada membro das sociedades contemporâneas tem dos riscos globais e como estas sociedades modificam seus valores e laços de coesão social em função de uma nova referência social, a de humanidade. Assim, investigar as novas formas de coesão social objetivando entender os efeitos colaterais da *modernização tardia*, é valorizar, de modo reflexivo e crítico, a interação entre o conhecimento tradicionalmente acumulado por gerações e a rede de conhecimento produzida pela modernidade nos campos da racionalidade e abstração.

Beck (1997) afirma que, até os anos de 1980, a sociedade contemporânea era conceitualmente equivalente ao de Estado no sentido que era um momento da Modernidade no qual a sociedade e Estado protegiam seus membros de forma coesa; mesmo assim, havia uma nítida divisão desses membros entre trabalhadores e capitalistas, ambos organizados pela lógica da produção industrial capitalista. A partir de meados de 1980, precisamente no ano de 1989 – marco histórico de valor simbólico do fim entre os mundos capitalista e socialista/comunista, com a queda do Muro de Berlim –, o incremento tecnológico do processo industrial e o fenômeno da globalização (tanto política quanto econômica) enfraquecem a função de proteção social desempenhada pelo Estado, gerando sentimentos de desorientação social e provocando a percepção de riscos oriundos do processo de modernização da sociedade vivido até então. Assim, os efeitos negativos do desenvolvimento mundial moderno, cumulativos, são percebidos e a sociedade passa a dar conta dos riscos gerados por eles. Sem a proteção do Estado, a sociedade, agora, depende de uma

perspectiva de integração global desses problemas em um sentido mais humano. Deste modo, Beck identifica um segundo momento da Modernidade, isto é, o surgimento de uma nova definição de sociedade e um novo conceito de modernização que perpassam pela emergência de um sentimento de humanidade tomados por novas formas de cooperação e de entendimento global: a *modernização reflexiva*.

Por modernização reflexiva, Beck (1997, p. 12) compreende que é

a possibilidade de uma (auto) destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O 'sujeito' dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental. (...) Se, no fundo, a modernização simples (ou ortodoxa) significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais tradicionais pelas formas industriais, então a modernização reflexiva significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais pra outra modernidade.

Não se trata de substituição dos problemas modernos por outros da contemporaneidade; são duas realidades interagentes. O modo de desenvolvimento contemporâneo se modifica e é definido pelo confronto, interação e conflitos contidos nos antigos temas da modernidade (produção e consumo, conflitos e movimentos sociais, entre outros) com os novos riscos das sociedades contemporâneas atuais (catástrofes e destruição ambiental, fome e exclusão social, entre outros). A reflexão sobre esses novos riscos das sociedades contemporâneas é favorecida pelo incremento das inovações tecnológicas. As novas tecnologias geram, além dos aspectos positivos e negativos, uma nova dimensão do campo societário humano, a dimensão de riscos, sejam eles os conflitos bélicos, a degradação ambiental ou a exclusão social.

Segundo Lash (GIDDENS et al., 1997), a comunidade científica e a população em geral acessam cada vez mais as informações produzidas e transformadas em conhecimento (ou perito ou leigo), podendo incrementar reflexão sobre os

acontecimentos e riscos. Isto se daria a partir de uma rede global de comunicação. Desse modo, a modernização reflexiva está relacionada com a qualificação e o engajamento das pessoas em sociedade na busca pelo conhecimento. O acesso à rede mundial de computadores (Internet) seria um bom exemplo do acesso às informações supradito. Entretanto, o autor alerta para a banalização da informação ou o seu uso extra-institucional:

É também neste contexto que pode ser vista a extensão em que vivemos em um capitalismo literalmente 'desorganizado' não tanto no sentido da reflexividade institucional, mas no 'fim' – ou, mais modestamente, no declínio – das instituições e organizações. Isto porque tanto as mudanças socioculturais intensivas quanto as extensivas estão cada vez mais ocorrendo fora das instituições/organizações. Na esfera privada, o intercâmbio semântico, efetivamente carregado, está dissociado das expectativas normativas da família e da comunidade, e desinstitucionalizadas em relacionamentos puros – desde os relacionamentos amorosos até grupos de afinidade de estilo de vida. Além disso, no âmbito doméstico, as comunicações estão deslocadas da instituição da família para as comunicações monológicas (...) (GIDDENS et al., 1997, p. 253).

Para Lash, o conhecimento está disponível e as elites estão cada vez mais qualificadas, enquanto para a grande maioria dos membros de uma sociedade, mesmo quando acessa o conhecimento, não desenvolve o senso crítico nem aprimora seu grau de qualificação.

Desta forma, a constatação de que o conhecimento e a tecnologia têm lugar privilegiado no processo de desenvolvimento sócio-econômico moderno, nos remete a interpretações que afirmam que conhecimento sistemático é elitizado e a tecnologia é sinônimo de modernidade e depreciadora da tradição. Nesta perspectiva, não há mais lugar para a existência de valores e modos de vida tradicionais, pois, a tecnologia consumiu todos os resíduos da tradicionalidade. Todavia, tem havido a valorização teórico-acadêmica dos valores tradicionais frente aos modernos, no sentido de apreender os aspectos que a cultura contemporânea moldada pela racionalidade ocidental perdeu ou excluiu do seu discurso. No contexto das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da

contemporaneidade, este estudo analisou o caminho pelo qual o processo de formulação de políticas públicas na área de pesca no Brasil emerge como indutor da dissolução da tradição.

2.2 O BRASIL NO CONTEXTO DA MODERNIDADE TARDIA

O Brasil foi constituído, como colônia, a partir da expansão, em nível planetário, do processo civilizatório e modernizante europeu que, ao ocupar terras e acessar riquezas nas Américas, violentou os povos que aqui viviam. A sociedade brasileira foi forjada nesse processo, o qual orienta o seu ingresso na modernidade.

O processo de modernização brasileira está associado à idéia de modernidade que avança sem rupturas significativas com o passado, com disputas contingentes entre projetos de desenvolvimento e interesses políticos-econômicos forjados em um contexto globalizado. São configurações econômicas, sociais e políticas experienciadas ao longo da história brasileira que nos levam a uma suposta configuração moderna.

Portanto, a modernidade brasileira, se ela existe, é preciso compreendê-la a partir do seu processo histórico. Desse modo estaremos apontando para a compreensão da nossa 'modernidade'.

A falência do modelo primário-exportador sustentado pela lavoura cafeeira deu seu último suspiro com a Grande Depressão de 1929, que marcou a inserção do

Brasil no caminho da industrialização capitalista. Como observa Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1977. p. 34),

será a nova forma de produção do valor, serão as novas condições de reposição do pressuposto fundamental – do lucro, em última instância - que darão a pauta desde a metade da década de trinta, quando se reorienta principalmente a intermediação comercial e financeira que de externa passa para interna, depois de demonstrada *in extremis* a inviabilidade de permanência da economia agro-exportadora e de suas relações internacionais com a crise de 1929 e a política de destruição dos excedentes de café. Nesse processo, o Estado vai jogar um papel fundamental no financiamento da acumulação de capital e na regulação das relações entre o novo capital e o novo trabalho e, agora, na subordinação dos interesses da oligarquia aos interesses da acumulação industrial.

O Estado brasileiro assegurou o predomínio da produção de base urbano-industrial após as transformações político-econômica no pós-30. O Estado brasileiro passa a atuar objetivando intervir a favor da acumulação capitalista industrial:

Aqui seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, possa se reproduzir. [...] o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. [...] Regulando o preço do trabalho [...], investindo em infra-estrutura, impondo confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção, o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. (OLIVEIRA, 1972. p. 24).

Segundo Tavares (2000), a evolução econômica, social e política da história brasileira, caracterizada pela oscilação permanente de uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário, passa por três ordens de fatores político-econômico geradores de conflitos e incongruências no pacto de dominação interna, a saber:

Em primeiro lugar, vêm os conflitos pela concessão de 'garantias' para apropriação privada do território na fronteira de expansão do capitalismo como forma patrimonial de acumulação de riqueza e poder. A exploração predatória de recursos naturais, a expulsão e incorporação de populações locais e imigradas submetidas a todas as formas de exploração conhecidas foram e são as regras do capitalismo brasileiro. Seguem-se os conflitos entre as oligarquias regionais em sua relação com o poder central, quando se trata da distribuição dos fundos públicos entre os poderes locais, que alimentam periodicamente a crise do nosso pacto federativo e dos sucessivos 'pactos de compromisso' da coalizão das elites territoriais oligárquicas. Finalmente, as relações entre o Dinheiro mundial, o dinheiro local e as finanças públicas foram sempre a moldura que enquadrou a formação de nossas elites 'cosmopolitas', seu caráter mais ou menos associado com o capitalismo internacional e os

conflitos periódicos entre as elites nacionais no processo de validação do dinheiro como forma de valorização geral dos capitais particulares. (TAVARES, 2000, p. 19).

Neste contexto, de fatores político-econômico geradores de conflitos e incongruências no pacto de dominação interna, é que se desenvolve a indústria brasileira e, por conseguinte uma dinâmica urbana voltada mais acentuadamente aos valores da modernidade.

Na longa trajetória da industrialização brasileira, foi possível alçar a condição de potência, mesmo que intermediária, na Ordem Mundial, e a criação de um núcleo endógeno de ciência e tecnologia capaz de expressivos avanços no bem-estar social e também sair da condição de país dependente do capital internacional.

A industrialização brasileira consolidada por uma forte participação do Estado, com gestão autoritária, produziu transformações significativas na economia, cujo modelo preconizado não advertia⁵ de que a modernização em curso só beneficiaria a alguns e que, pelo inverso, a exclusão social originada deste processo deixaria de fora a maioria da população brasileira (FIORI, 1997).

Desta forma, as condições particulares de realização do processo de modernização no Brasil não permitiram uma ruptura efetiva com o passado agrário-colonial e nem o surgimento de uma burguesia comprometida com o processo de civilização e a própria modernidade. O processo de modernização capitalista brasileiro não conheceu rupturas com o passado e configurou-se oscilando de uma oligarquia liberal e um Estado interventor autoritário. O novo não aconteceu, permanecendo o latifúndio agro-exportador, o domínio absoluto dos proprietários de

---

⁵ - As advertências ocorrem em nível acadêmico conforme publicações de intelectuais brasileiros, principalmente: José Luis Fiori, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Otília Arantes, Ermínia Maricato, Plínio Sampaio Jr., entre outros.

terra e a inexistência dos processos democráticos de incorporação das massas. Nestas condições, segundo Antonio Rago Filho, a modernização capitalista brasileira seria ainda mais perversa, pois:

a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro unificador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria exclusão do progresso social, até mesmo pela nulificação de vastos contingentes populacionais (RAGO, 1999, p. 627).

O Brasil tem, atualmente, dois ministérios que cuidam da política de produção primária, necessária, segundo a lógica capitalista, para fazer divisas para o país. Enquanto que o Ministério da Agricultura procura estimular o agronegócio, a principal vertente de superávit de nossa balança comercial na atualidade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário faz exatamente o contrário, isto é, estimula a agricultura familiar sem economia de escala. Em ambos o produtor rural é enquadrado em metas de produtividade baixadas por decretos, estabelecidas por índices de produção registrados entre 1999 e 2003 – período de produção de muitos recordes, que, por questões múltiplas, inclusive, não se repetiram –, e que não mensuram ou valorizam as intempéries do clima e do custo dos insumos, como defensivos e fertilizantes.

É neste contexto que o fomento a produção pesqueira e aquícola se insere e o projeto de modernização do setor pesqueiro se baseia.

2.3 TRADICIONALIDADE E MODERNIDADE: A PESCA

A partir de 2003, quando da criação da SEAP/PR, o governo brasileiro vem dando forte ênfase a uma política de pesca voltada para a produção em um mercado mundial. A agenda desta Secretaria tem como referência a modernização do setor pesqueiro contemplando discursivamente o desenvolvimento sustentável e a inclusão do país no mercado global para os negócios da pesca. A fim de legitimar a acumulação no setor, adota-se o discurso de que os novos investimentos terão uma estratégia de geração de emprego, renda e inclusão social, como política indutora de equidade social e cidadania.

Tais interpretações visam agregar um conjunto diversificado de trabalhadores para constituir um novo contingente de força de trabalho, entre eles os pescadores profissionais artesanais, que atribuem sentidos diferentes das práticas pesqueiras. A política de pesca que vem sendo pensada e implementada a partir da SEAP/PR tem seu eixo assentado na utilização de recursos tecnológicos e científicos e uma prática produtiva de alta escala para o mercado global e nacional, e sua formulação e operacionalização se dão por meio do uso do poder institucional por elites empresariais do setor.

A construção de um cenário da pesca brasileira configurado pela alta produtividade, eficiência produtiva sustentável, entre outros, articulados numa retórica de obtenção de efeitos sociais positivos, contrasta com a dinâmica extrativa na água doce, dos que dependem da pesca não apenas como trabalho, mas como meio de produzir e reproduzir um modo de vida tradicional. Entre eles, o pescador profissional artesanal do Alto-Médio São Francisco.

2.4 CONTEXTO GLOBAL DA DISCUSSÃO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE PESCA E FOMENTO DA AQUICULTURA

O pescado, desde tempos imemoriais, constituiu-se em uma fonte importante de alimentos para a humanidade proporcionando, no passado tanto quanto no presente, forma de ocupação de força de trabalho e demais benefícios econômicos aos que a ela se dedicam.

A idéia de que os ecossistemas aquáticos, em particular os recursos hídricos e pesqueiros, fossem ilimitados, foi superada, sobretudo desde a segunda década do século XX, em virtude do olhar público, da atenção dos meios de comunicação de massa e do esforço científico, todos convergentes ao conflito entre o ritmo da acumulação urbano-industrial, seus impactos danosos ao meio e as necessidades de parte expressiva da humanidade e dos *habitats*, frágeis, em que vivem.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com mais de 100 países membros, estima que pouco mais de 70% da pesca mundial está esgotada ou quase esgotada.

Inúmeros estudos indicam que a pesca mundial está muito elevada, devendo ser reduzida e controlada. O número excessivo de navios retirando os principais estoques pesqueiros do mundo, associado ao incremento e uso de novas tecnologias, provoca o colapso destes estoques e dificultam o estabelecimento de normas que objetivam alinhar a capacidade pesqueira global com uma suposta pesca sustentável.

O avanço do conhecimento e das pesquisas científicas nas questões ecológicas constata que os ecossistemas aquáticos, ainda que possam ser renováveis, são limitados e seus usos devem ter uma ordenação baseada na sustentabilidade dos mesmos e, do ponto de vista sociológico, das populações que deles dependem.

De 1974 até 2003, o debate sobre as condições biológicas, geopolíticas, econômicas e sociais da pesca passaram por profundas transformações. As principais etapas desse processo foram marcadas por uma série de conferências e acordos internacionais.

De 1974 a 1982, a pressão ecológica internacional manifestou-se em todas as conferências internacionais que tratavam dos problemas haliêuticos (arte de pesca). Com o objetivo de influenciar nas decisões e regulamentações – direito ambiental compensatório, ecomarcos, entre outros –, tal pressão conseguiu fazer surgir novos conceitos que objetivavam a estimulação de práticas de maior empenho na preservação dos recursos naturais – Conferência do Direito do Mar, Montego Bay em 1982.

Neste período, a introdução das Zonas Econômicas Exclusivas - ZEE⁶, e a adoção das deliberações para a Conservação das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ofereceu um novo marco para um ordenamento dos recursos marinhos, o que foi um avanço diante das posições políticas deveras enrijecidas até então. Um novo regime jurídico para o oceano passou a regulamentar os direitos e responsabilidades dos Estados Nacionais em matéria de ordenação e aproveitamento dos recursos pesqueiros dentro das suas zonas econômicas

---

⁶ A ZEE é a zona marítima situada ao largo das costas que podem atingir 200 milhas náuticas (370 quilômetros) na qual o Estado ribeirinho exerce direitos soberanos sobre os recursos vivos do mar.

exclusivas (ZEE). A aplicação das jurisprudências nacionais constituiu um passo importante (mas não suficiente), para a ordenação de um desenvolvimento objetivando maior sustentabilidade da pesca.

O Comitê de Pesca (COFI) da FAO busca um consenso sobre formas de implementar acordos sobre a eliminação dos subsídios que estimulam a sobrepesca, além de promover o desenvolvimento da aquicultura.

Inúmeros acordos e regras internacionais historicamente buscam evitar a prática da sobrepesca em águas costeiras e em alto-mar. Porém, existe um consenso de que os países necessitariam mais de vontade política do que tecnológica para diminuir ou acabar com a sobrepesca.

Em 1991, o Comitê de Pesca (COFI) pediu a elaboração de novos critérios que levassem em conta a *pesca sustentável e responsável* – tais conceitos são extremamente importantes e serão desenvolvidos na produção da tese. Em 1992, na conferência de Cancun (México), adotou-se o princípio da ‘pesca responsável’, que objetiva a utilização de recursos e métodos de pesca e aquicultura sem efeitos nocivos para os ecossistemas.

Avanços foram alcançados a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 até hoje. Entretanto, já no início da década de 1990, era consenso entre os países membros da FAO de que a capacidade pesqueira de muitas das principais áreas de pesca do mundo ultrapassava a capacidade reprodutiva deste recurso. Além disso, a comunidade internacional acreditava que as ferramentas utilizadas pelos países para regulamentar as áreas de pesca na busca da sustentabilidade das mesmas não estavam sendo eficientes.

A Conferência de Cancun sobre Pesca Responsável e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) em 1992, articularam procedimentos destinados a tratar, em nível global, de novos tratados para a regulamentação da pesca oceânica e a adoção de um código de conduta para pesca responsável. Como exemplo, entrou em vigor em 1993 uma moratória sobre o uso de grandes redes em alto-mar (ficaram proibidas as redes de emalhe maiores que 2,5 quilômetros). Outro procedimento foi o surgimento de diferentes sistemas de controle da pesca oceânica em determinadas regiões do mundo. A partir disso, novas tendências propõem que a pesca seja manejada como parte do ecossistema das diferentes áreas onde é praticada, propõem, também, a eliminação de subsídios ao setor pesqueiro que estimula a sobrepesca, propõem, ainda, o uso de rótulos com informações ecológicas no pescado vendido.

Em novembro de 1993, em nova Conferência, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), após tomar ciência da continuidade de conflitos em torno da pesca marítima, acabou por formular o chamado Código Internacional de Conduta para a Pesca Responsável, que passou a ser tido como documento básico do setor pesqueiro, desde o término de sua confecção, 31 de outubro de 1995.

O Código de Conduta Para a Pesca Responsável (1995), atribui à pesca um importante valor do setor pesqueiro para a economia e sociedade. Por ser o pescado uma importante fonte de alimentos e geração de renda (através do trabalho, comércio e lazer para as populações de todo o mundo), tanto para as gerações atuais como para as futuras, fez-se necessário uma política de ordenamento e gestão do setor que levasse em conta princípios e normas internacionais, previamente estabelecidas, que respeitassem o ecossistema e à

biodiversidade aí presentes; tais como os estabelecidos não apenas na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), mas, também, na Declaração de Viena, de 1993. O referido código reconheceu ainda a importância nutricional e cultural da pesca.

Em 2003, o Comitê de Pesca da FAO (COFI), estabeleceu inúmeros compromissos relativos à pesca, contemplando sua importância para a segurança econômica e alimentar da comunidade mundial, bem como para a biodiversidade em geral, objetivando restaurar os estoques até 2015.

O setor pesqueiro mundial transformou-se, recentemente, em um setor da indústria alimentícia, relevante em certos países (como na Espanha e no Japão, dentre outros), levando-os a investirem em frotas pesqueiras cuja capacidade de exploração começou a impossibilitá-los em honrar os compromissos políticos-institucionais antes firmados nos fóruns internacionais que faziam menção, direta ou indireta ao setor.

Desde os anos de 1980, nota-se que os recursos pesqueiros marinhos não poderiam sustentar uma exploração tão intensa e, por conseguinte, fez-se necessário formular novos critérios de ordenamento pesqueiro que levassem em conta os aspectos relativos a sua conservação e a do meio ambiente. Assim, a aquicultura surge, aparente e discursivamente – visão de muitos acadêmicos e do Estado –, como alternativa única para a “sustentabilidade da pesca” dado à depleção dos estoques pesqueiros, conforme descrito anteriormente. Daí, a valorização da aquicultura.

Segundo SPERANDIO (1999), o Brasil reúne condições extremamente favoráveis à aquicultura⁷, apresentando grande potencial de mercado, clima favorável, boa disponibilidade de áreas, disponibilidade de farelos para a fabricação de rações animais e invejável potencial hídrico. São 5,3 milhões de m³ de água doce em reservatórios naturais e artificiais, 8.000 km de zona costeira, além de uma extensa rede hidrográfica, que podem ser potencialmente aproveitados na produção de organismos aquáticos. O cultivo de peixes em tanque-rede e gaiolas é a alternativa de investimento de menor custo e maior rapidez de implantação, que possibilitará um adequado aproveitamento destes recursos hídricos e a rápida expansão da piscicultura industrial no país.

Entretanto, Sperandio não sabe ou não considera que no Brasil as pescarias artesanais são responsáveis por um elevado número de empregos nas comunidades pesqueiras e, por conseguinte, o meio de sustento de milhares de famílias. Além disso, a pesca artesanal contribui com mais de 50% da produção nacional do pescado, seja em águas costeiras, litorâneas ou águas interiores (DIEGUES, 1995).

Face ao aumento crescente da poluição doméstica e industrial, à especulação imobiliária e às pequenas possibilidades de um aumento significativo na produção pesqueira, com exceção daquela representada pela pesca oceânica, a aquicultura surge, aparentemente, como uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal. A aquicultura, discursivamente, surge como uma alternativa viável de produção de proteína nobre, de grande penetração econômica e sendo passível de, ao longo de

---

⁷ O Ministério da Agricultura e do Abastecimento (2001), estabelece normas complementares para o uso de águas públicas da União, para fins de aquicultura. No Art. 1º da Instrução Normativa Interministerial Nº 9, de 11 de abril de 2001, os interessados na prática da aquicultura nos bens da União deverão encaminhar ao Ministério

um novo processo de capacitação profissional, aproveitar-se da força de trabalho de pescadores artesanais.

É nesse contexto que surge a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). Criada pelo Governo Federal – Luis Inácio Lula da Silva – por meio da Medida Provisória (MP) nº103, de 1º de janeiro de 2003.

Tal MP, em seu art. 1º, § 3, IV, determina que cabe a SEAP/PR

assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infraestrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquícultura, organizar e manter o Registro Geral da Pesca previsto no art. 93 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados, bem como supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aquícultura e manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aquícultura em águas públicas e privadas, tendo, como estrutura básica, o Gabinete, o Conselho Nacional de Aquícultura e Pesca e até duas Subsecretarias. (MP nº103, de 1º de janeiro de 2003).

Promessa de campanha do governo Lula – Luis Inácio Lula da Silva –, a SEAP/PR – que tem status de ministério – tem como objetivo central ampliar a exploração do potencial brasileiro de pesca, tanto em águas marinhas como em águas doces. O cumprimento da promessa de criação de uma Secretaria voltada para o setor, gerou expectativas para o setor pesqueiro:

- do ponto de vista da pesca, inicia-se a execução de políticas públicas que prevêm a organização e a modernização do setor no fomento a aquícultura, a pesque-pagues e a indústria pesqueira (VALENCIO et al., 2003). Segundo os autores, o fomento a aquícultura e a pesca industrial – orientadas para a pesca marítima e de água doce –, estaria,

sob um viés produtivista, legitimado tanto pela necessidade de formalização do emprego dos trabalhadores que já se encontram nessas atividades quanto para os pescadores artesanais, que são levados a enxergá-las como alternativa adequada (geralmente, única) de emprego e renda. (VALENCIO et al., 2003, p. 283);

- do ponto de vista do pescador profissional artesanal, este fica no aguardo de políticas institucionais que objetivassem melhorias institucionais no campo do trabalho – sejam na forma de acesso a crédito, na superação da discriminação e do preconceito e na construção de um projeto de reconhecimento da sustentabilidade do trabalho da pesca – e espera-se a valorização do conhecimento tradicional. Segundo VALENCIO et al. (2003, p. 238), com a nova Secretaria, “as possibilidades de inclusão social do pescador profissional artesanal só são vislumbradas numa perspectiva de troca da ocupação pelas formas modernas de obtenção do pescado para fins de consumo alimentar e mesmo de lazer”.

Para a SEAP/PR, a aquicultura não é uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal, mas, significa o mecanismo de sua extinção. O governo, desde 2003, vem propondo uma política de crédito para o setor pesqueiro incentivando uma progressiva conversão da atividade pesqueira com base artesanal para a aquicultura, conforme detalhamento anterior (SEAP/PR, 2003). O governo afirma que tal política está direcionada aos pescadores artesanais que sobrevivem da pesca de espécies sobreexploradas. Mas cabem divergências quanto aos métodos e as interpretações acerca do que se considera sobreexploração no contexto da questão ambiental no Brasil.

A questão ambiental brasileira surge como preocupação de caráter preservacionista a partir da década de 1970 (VIOLA, 1987). Antes disso⁸, não há

Ministério da Agricultura e do Abastecimento, à Marinha do Brasil e ao Ministério do Meio Ambiente.

⁸ - Segundo Pádua (1987) os primeiros Ambientalistas no Brasil surgem como reação às consequências ambientais negativas das grandes plantações de cana e café, e à herança colonial destrutiva e insustentável.

manifestações de cunho ecológico que questionem o padrão de desenvolvimento industrial brasileiro ou a relação sociedade-ambiente, nem mesmo os instrumentos que intermedeiam essa relação (PÁDUA, 1987). A partir da modernização conservadora e a implementação de políticas agrícolas modernas, subsidiadas pelo Estado, emergem manifestações de contestação ao padrão tecnológico e econômico dessas políticas causadoras de exclusão social e degradação ambiental (VIOLA, 1987).

Associada a desestruturação dos ecossistemas e ao processo de exclusão social crescente, desenvolve-se no interior das sociedades uma consciência dos riscos originadas da tecnologia implementada no processo de modernização (BECK, 1991).

Desta forma aparecem entidades sociais movidas por uma (suposta) consciência ambientalista e, por conseguinte, uma (suposta) preocupação em garantir a sustentabilidade dos recursos naturais. Assim, entidades ambientalistas⁹ e o Estado aparecem no cenário nacional disputando, nos diferentes foros de atuação, espaços, recursos e interlocutores.

Neste contexto parte das entidades ambientalistas, comunidade científica e governo passaram a enxergar a questão ambiental como impeditiva do desenvolvimento. No caso da pesca, o Estado diz que existe um colapso de espécies e a solução para tornar a pesca, nos moldes da utilização sustentável do

---

Lutam contra a injustiça do latifúndio, da escravidão e dos maus tratos a terra (por exemplo temos José Bonifácio por volta de 1815 e Euclides da Cunha, no começo do século XX).

⁹ - Entidade Ambientalista é uma organização não governamental composta por sujeitos na sociedade civil, originalmente privada, mas cuja atuação se dá como uma ampliação ou fortalecimento da esfera pública e cujo funcionamento, em termos coletivos, é caracterizado por uma racionalidade extra-partidária/corporativa/mercantil etc. Seu campo de atuação é a defesa do meio ambiente, o incentivo ao desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população (VIOLA, 1987).

recurso, uma fonte de alimento e renda deve contemplar políticas públicas do setor que privilegiem a pesca industrial e a aquicultura. Muitos pesquisadores e técnicos dos institutos acadêmicos corroboram esta visão.

Em **Pescador-aqüicultor: uma necessidade**, Torloni (1990) discutiu a inclusão da aquicultura às atividades do pescador artesanal, o qual seria beneficiado com as seguintes vantagens: complementação da renda familiar; possibilidade de dispor de pescado na entressafra da pesca (águas interiores) e na época de proteção legal aos estoques (defeso), aproveitamento da mão-de-obra familiar; desnecessidade da existência ou independência da estrutura de armazenamento a frio (uma vez que o pescado pode ser mantido vivo em seu meio até o momento da entrega ao comprador); obtenção de renda mensal e fixação do homem do seu meio, gerando menos conflitos. Segundo o mesmo autor (2000), a aquicultura, em sua fase inicial, não deveria ser uma atividade especializada, centralizadora, mas complementar à venda obtida da pesca e executada dentro do âmbito familiar. Para ele, *aqüicultura* seria caracterizada pela criação de organismos aquáticos em geral - algas, peixes, moluscos, crustáceos e entre outros - em ambientes de água doce, salobra ou salgada, objetivando a produção de alimentos e matérias-primas. Conclui o mesmo que ante a finitude esperada dos recursos pesqueiros silvestres, a aquicultura traduzir-se-ia em uma das poucas possibilidades de produção de proteína de alta qualidade a curto e médio prazo.

Todavia, Valencio e Mendonça (1998) ao contrário, argumentaram que a aquicultura não fazia parte do corpo da cultura tradicional do pescador artesanal, sobretudo no Brasil, envolvendo habilidades e significados que são distintos daqueles pretendidos por Torloni (1990). Para os autores, isso reforçaria a

necessidade de discussão e reflexão na implementação de políticas públicas não convergentes entre si, assim como não convergentes com as demandas sociais reais dos pescadores artesanais, no que é reiterado por Valencio et al. (2003). Além disso, faz-se necessária discussão objetivando implementação de novos modelos de gestão para o setor pesqueiro.

A gestão coletiva (ou comunitária) de recursos pesqueiros, que envolva pescadores que usam o recurso em comum, pode ser uma alternativa viável para o manejo dos recursos pesqueiros em águas interiores.

Segundo Brown (2000), soluções comunitárias são típicas em áreas pequenas, incluindo áreas de pesca em águas interiores, envolvendo a utilização de recursos naturais. A gestão comunitária de recursos pesqueiros exige que os pescadores tenham normas de comportamento parecidas e que utilizem níveis similares de tecnologia na exploração dos recursos. A idéia central da gestão coletiva é que estes usuários possam impor penalidades diante do descumprimento de normas estabelecidas por eles a priori e que um usuário isolado nunca cause danos aos demais. O objetivo disto é tornar os pescadores responsáveis pelo uso e conservação dos recursos pesqueiros.

A gestão coletiva também pode ser participativa – é um sistema de co-gerenciamento. Isto acontece quando representantes de todos os setores ligados à atividade de pesca, órgãos governamentais, ONGs, Institutos de pesquisa e/ou ensino participam das discussões sobre os rumos e medidas de ordenamento da pesca numa região.

A gestão ambiental tem sido debatida internacionalmente identificando a importância da participação da sociedade civil na produção de princípios para a

sustentabilidade dos recursos naturais. No caso da pesca, a participação dos pescadores artesanais na produção de políticas participativas para a conservação e o manejo sustentáveis dos recursos pesqueiros tem sido incentivada e apoiada pelo Código de Conduta para a Pesca Responsável, segundo o qual, a gestão pesqueira deve se apoiar em análises construídas a partir de dados científicos, levando-se em conta também dados do conhecimento tradicional (FAO, 1995).

Berkes (2001), discute a importância da participação eqüitativa do governo na criação de estratégias comunitárias de co-gerenciamento das atividades pesqueiras, fundamentando-se em inúmeros casos internacionais para basear sua reflexão. Segundo o autor, as experiências de co-gerenciamento e descentralização da pesca, nas quais os órgãos do governo implicados cedem parte de seu poder para o êxito das mesmas.

Entretanto, no caso do Brasil, isso seria ainda mais complexo do que Berkes imagina devido às políticas-institucionais de órgãos e funções nos níveis federal, estadual e municipal desencontradas e ou discursivamente muito propaladas, mas, de fato de pouca efetividade.

Segundo Lima e Pereira (1997) e Leonel (1998), o analfabetismo dos pescadores artesanais e, por conseguinte, sua fragilidade política pode colocar em risco a autonomia deste trabalhador, representado pelas colônias ou associações, quando envolvido em processos de gestão discursivamente participativos.

O Brasil é signatário e membro da Comisión Para La Pesca Continental de América Latina (COPESCAL), uma comissão de pesca da ONU, orientada pela FAO, onde são discutidas as medidas de manejo pesqueiro para a América Latina

indicando que a gestão participativa é uma forma de organização de grupo alternativa, regida pelos próprios usuários do recurso pesqueiro (CAMARGO, 1999).

Valencio et al. (2003), apontam uma demanda originada dos pescadores para a criação de um ambiente de co-responsabilidade na conservação e manejo sustentáveis dos recursos pesqueiros. Alertam para a importância de analisar a forma como este ambiente está sendo criado e organizado: faz-se importante “refletir sobre quais mudanças no ambiente institucional na gestão federal e estadual da pesca responderiam aos anseios de democratização dos espaços de definição de diretrizes políticas para o setor.” (VALENCIO et al., 2003, p. 444).

Por outro lado, um exemplo bem sucedido de gestão participativa da pesca interior está sendo implementado no Mato Grosso do Sul (CASTRO, 2004). Segundo o autor, houve um considerável avanço em direção à gestão participativa no Estado do Mato Grosso do Sul através da regulamentação da Lei nº 1.787 de 25/11/97 do Conselho Estadual de Pesca (CONPESCA/MS), isto é, um fórum para discussão sobre os rumos e medidas de ordenamento da pesca no Estado, constituído por representantes de todos os setores ligados à atividade. Em Mato Grosso do Sul, tal conselho é presidido pelo Secretário do Meio Ambiente, que, embora seja órgão de caráter consultivo, suas decisões, obtidas a partir de votação, vêm sendo acatadas pelo Governo do Estado.

Para que ocorra uma gestão participativa da pesca, faz-se necessário a formatação de mecanismos políticos democráticos no sentido que assegurem a participação efetiva dos pescadores, entre outros sujeitos sociais.

Uma gestão participativa da pesca, com práticas políticas efetivamente democráticas deve privilegiar mecanismos que objetivem a redução do impacto do

processo de modernização focado para a atividade pesqueira no Brasil sobre o modo e meio de vida dos pescadores profissionais artesanais.

Assim para entender quais são os conflitos entre as proposições da SEAP/PR – as respostas à fração produtivista do cenário contemporâneo – e as demandas efetivas da pesca artesanal é preciso, inicialmente, contextualizar histórica e geograficamente o trecho mineiro do rio São Francisco, a seguir.

3 RIO SÃO FRANCISCO: BREVES CONSIDERAÇÕES DA GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO LUGAR

3.1 GEOGRAFIA DO RIO SÃO FRANCISCO

As águas do rio São Francisco percorrem, desde a Serra da Canastra, MG, aproximadamente 2.700 km em direção norte e banham exclusivamente o território brasileiro¹⁰. Estima-se que 58% do percurso do rio acontecem em regiões semi-áridas, trecho castigado pelo clima seco (COELHO, 1996), o que implica em perdas por evaporação de uma parte importante desse manancial. Os solos e a vegetação são variados. Em suas margens e ilhas, os solos são utilizados por muitos ribeirinhos para cultura de subsistência (feijão, batata, milho ou mandioca) e a vegetação é caracterizada por cerrados e caatinga; áreas de mata (nas zonas úmidas); e mata caducifolia (regiões de precipitação com solos profundos e férteis) (COELHO, 1996).

---

¹⁰ - A nascente do rio São Francisco acontece no Parque Nacional da Serra da Canastra, no Chapadão do Zagaia, município de São Roque de Minas, sudoeste do Estado de Minas Gerais. Na borda da Serra ele atinge 15 metros de largura (após ter percorrido 28 km de cerrado, a partir da nascente). Nesse ponto sofre queda livre de 95 metros (cachoeira de Casca D'antas) e forma uma lagoa em Vargem Bonita, onde segue pelo cerrado. Toda essa área de 71.525 hectares está protegida desde 1972 e é administrada pelo Ibama. A foz do São Francisco acontece no Oceano Atlântico, entre os estados de Sergipe e Alagoas (GARCIA e CARAVELLO, 2002).

Os principais afluentes¹¹ do rio estão no estado de Minas Gerais. Fornecem cerca de 70% da água do rio, num percurso aproximado de 700 km, com área de drenagem de 243.000 km², o que corresponde a 41% da área deste estado (CODEVASF, 2003). A área da Bacia do São Francisco é de 631.133 km² (corresponde a 7,4% do território brasileiro) e abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco além do Distrito Federal (totalizando 464 municípios; 13.823.985 habitantes). O estado de Minas Gerais tem a maior quantidade de municípios banhados pelo rio e de habitantes que com ele convivem (Quadro 1) (CODEVASF, 2003).

Quadro 1. Número de municípios localizados na Bacia do São Francisco.

Distrito Federal	1 município	1.598.415 habitantes
Goiás	3 municípios	94.245 habitantes
Minas Gerais	206 municípios	6.856.021 habitantes
Bahia	114 municípios	2.489.944 habitantes
Pernambuco	65 municípios	1.564.239 habitantes
Sergipe	26 municípios	254.450 habitantes
Alagoas	49 municípios	966.671 habitantes

Fonte: Codevasf, 2003.

A bacia do rio São Francisco é dividida pelos desníveis da Calha Principal. Desde a nascente até a Cachoeira de Pirapora, é chamado de Alto São Francisco. Dali até a barragem de Sobradinho, descreve o Médio São Francisco; de Sobradinho até a barragem de Xingó, denomina-se Sub-Médio São Francisco; e, de Xingó ao Atlântico, é o Baixo São Francisco. A região do Alto-Médio São Francisco, que corresponde à nossa área de estudo, tem 1720 km de extensão do rio (Figura 1). É aí que se localizam os pescadores vinculados as quatro colônias de pesca estudadas.

---

¹¹ - Tem, aproximadamente, 36 afluentes de porte significativo. Destaque na margem esquerda para os rios: Abaeté, Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande. E na margem direita encontram-se os rios Pará, Paraopeba, das Velhas e Verde Grande (COELHO, 1996).

Figura 1. Mapa da Bacia do Rio São Francisco, com a subdivisão em Alto, Médio, Sub-médio e Baixo São Francisco. (Fonte: Codevasf, 2004).

As condições das águas variam muito entre as regiões geográficas da bacia hidrográfica do São Francisco. As águas são mais rápidas, mais frescas e oxigenadas no Alto (da cabeceira à Pirapora, MG), enquanto que no Baixo (de Paulo Afonso, BA a foz) elas são vagarosas, pois estão sob a influência do mar. A evaporação média anual das águas da bacia varia entre 2.300 (no Alto) e 3.000 (no Sub-Médio). A estação chuvosa no Alto, no Médio e no Sub-Média ocorre entre os meses de novembro e abril, e março e setembro no Baixo São Francisco (Quadro 2).

Quadro 2. Características gerais do rio São Francisco e das condições climáticas em relação aos trechos Alto, Médio, Sub-médio e Baixo São Francisco.

Características	Alto (da cabeceira à Pirapora, MG)	Médio (de Pirapora, MG à Remanso, BA)	Sub-médio (de Remanso, BA a Paulo Afonso, BA)	Baixo (de Paulo Afonso, BA à foz)
Altitude (m.a.n.m.)	1.600-600	1.000-400	400-300	500-0
Extensão (km)	630	1.090	680	274
Desnível (m)	700	50	250	200
Condições das águas	rápidas, mais frescas e oxigenadas	rio de planalto, pouco velozes e sujeito a grandes cheias	quase inteiramente represadas	rio de planície, águas vagarosas, sob influência do mar
Tributários	perenes	maioria perene	maioria temporária	maioria temporária
Clima	tropical úmido	tropical semi-árido	tropical semi-árido	tropical semi-úmido
Estação chuvosa (meses)	nov.-abr.	nov.-abr.	nov.-abr.	mar.-set.
Chuvas (média anual; mm)	1.500 - 1.200	1.400 - 800	800 - 400	400 - 1.300
Temperatura (média anual; °C)	18	27	27	25
Evaporação (média anual; mm)	2.300	2.900	3.000	2.300

Nota: m.a.n.m. = metros acima do nível do mar

Fonte: Codevasf, 2004

As Colônias de Pesca estudadas, de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária espelham-se no curso do rio principal desde o trecho mais caudaloso de montante até a região de transição para o semi-árido (Figura 2).

Figura 2. Mapa de localização do rio São Francisco, com destaques à região do Alto-Médio São Francisco e localização das colônias de pesca de Três Marias e Januária. (Fonte: Adaptado de Codevasf, 2004).

A seguir, apresentaremos algumas características da geografia e história dos municípios onde estão localizadas as colônias de pesca supracitadas.

Três Marias é uma cidade das barrancas do rio São Francisco em Minas Gerais, conhecida como Doce Mar de Minas, pois, é banhada pelas águas da represa que tem o mesmo nome da cidade. Sua principal característica natural é o cerrado, cujo símbolo maior são as veredas que inspiraram Guimarães Rosa a escrever seu livro Grande Sertão Veredas. Na cidade existem inúmeras nascentes, riachos, cachoeiras e a represa que embelezam suas terras (TRESMARIAS, 2006).

A lagoa de Três Marias surgiu do represamento das águas do rio São Francisco, tendo como objetivos a regularização do curso das águas do rio nas cheias, a melhoria da navegabilidade, a produção hidrelétrica, o fomento da indústria e irrigação. Suas obras foram iniciadas em maio de 1957 e concluídas em janeiro de 1961 (TRESMARIAS, 2006).

A cidade fica a 276 km da capital mineira, Belo Horizonte, e tem uma área territorial de 3296,74 km². Sua localização geográfica é de 45° 15' 50" latitude (Sul) e 18°15'12" longitude (Oeste). Suas altitudes máxima e mínima são, respectivamente: 975 metros na divisa do município de Lassance e a 504 metros na foz do Ribeirão à Barra do Rio de Janeiro. Sua temperatura média anual é de 24,3° C, um clima tropical quente e semi-úmido. O período de chuvas ocorre nos meses de novembro até março (variável) (TRESMARIAS, 2006).

As principais atividades econômicas da cidade são a agricultura, pecuária, turismo, pesca e indústria.

Os municípios circundantes de Três Marias são: Buritizeiro, Lassance, (N), Felixlândia (S), Corinto (L) Morada Nova e São Gonçalo do Abaeté (O). Outros municípios que também circundam o lago de Três Marias são: Biquinhas, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompeu e São Gonçalo do Abaeté.

A emancipação de Três Marias ocorreu em 01 de março de 1963, com a lei n.º 2.764 de 30 de dezembro de 1962 (TRESMARIAS, 2006).

As histórias da origem do nome de Três Marias são muitas. Não existem informações oficiais, como registro histórico documentado, para origem do nome da cidade. Uma versão é fundamentada pela astronomia, por tratar-se de menção as

três estrelas pertencentes à constelação de Orion, visíveis na região da cidade. Outra versão, a mais popular e aceita pelos moradores, diz respeito a três irmãs gêmeas, todas chamadas pelo nome de Maria, e que viviam próximas de uma cachoeira do rio São Francisco, local onde teriam morrido afogadas. Tal cachoeira passou a ser conhecida pelo nome de Cachoeira das Três Marias, que desapareceu logo após a conclusão da barragem (TRESMARIAS, 2006).

A seguir, apresentaremos algumas informações estatísticas¹² importantes de Três Marias. Tais informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Ministério da Educação e do Desporto (INEP/MEC); Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde (DATASUS/MS); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Banco Central do Brasil (BACEN/MF), Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério da Fazenda (STN/MF) (IBGE, 2006).

A população de pessoas residentes em Três Marias era de 23.568 habitantes, segundo o Censo 2000. O mesmo Censo indicava que o número de pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade, sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo é de 1.611 habitantes; portanto, 6,8% do total da população nesta faixa etária não têm nenhum grau de instrução.

---

¹² - Detalhes sobre as fontes das informações (IBGE, 2006).

Informações Estatísticas

Origem dos Dados

População e Domicílios - Censo 2000
 Serviços de Saúde 2002
 Óbitos Hospitalares 2004
 Ensino - matrículas, docentes e rede escolar 2004
 Estatísticas do Registro Civil 2003
 Representação Política 2004
 Instituições Financeiras 2004
 Finanças Públicas 2003

IBGE
 IBGE
 DATASUS/MS
 INEP/MEC
 IBGE
 TSE
 BACEN/MF
 STN/MF

Os números de estabelecimentos de saúde no período 2002-2003 são 14, tendo 42 leitos hospitalares, sendo 38 leitos hospitalares disponíveis ao SUS. No mesmo período, os óbitos hospitalares são 18 óbitos de homens e 24 óbitos de mulheres, sendo 6 óbitos causados por doenças infecciosas e parasitárias. Em 2002, os nascidos vivos registrados eram 459 pessoas.

As características do ensino em 2004 indicavam 4.797 matrículas no ensino fundamental e 1.471 matrículas no ensino médio. Neste mesmo ano, os números de docentes do ensino fundamental e médio eram de 310 e 80 docentes, respectivamente.

O número de casamentos registrados era de 96 casamentos contra 11 separações judiciais no ano de 2002. O número total de eleitores em 2000 era de 19.314 eleitores.

O município de Três Marias tinha, em 2003, duas agências bancárias. Em 2002, as finanças públicas do município indicavam que o valor do fundo de participação dos municípios era de R\$ 4.752.354,00 e o valor do imposto territorial rural era de R\$ 47.659,00.

O município de Pirapora, conhecido como Cidade Progresso, tem uma economia que o diferencia de outras cidades vizinhas, como pólo industrial, prestador de serviços e gerador de emprego e renda. Ele é o segundo maior pólo de industrialização do Norte de Minas Gerais, instalado em uma área de 549,27 Km², sendo classificada, portanto, como uma cidade de porte médio em relação a sua estrutura e funcionamento dentro de sua microrregião, isto é, sua capacidade de produção e prestação de serviços. Sua localização geográfica é de 17°21' latitude

(Sul) e 44°56' longitude (Oeste), a 489 metros de altitude. Ela abriga as indústrias produtoras de ferro silício, silício metálico e têxteis (PIRAPORA, 2006).

Das atividades agrícolas do município, tem destaque à implantação do Projeto Piloto de Irrigação da Codevasf, cuja fruticultura produz em larga escala uva, mamão, manga, melão, pinha e goiaba, além do plantio, em pequena escala, milho, feijão, arroz, mandioca, tomate, alface e banana (PIRAPORA, 2006).

A microrregião de Pirapora é constituída por nove cidades, sendo: Buritizeiro, Várzea da Palma, Ibiaí, Jequitaí, São Romão, Lassance, Riachinho, Santa Fé de Minas e Lagoa dos Patos. Ela tem sob sua área de influência, aproximadamente 23.113 km² e uma população superior a 150.000 habitantes (PIRAPORA, 2006).

A história de Pirapora é contada a partir da tribo dos índios Cariris, que teria se fixado próximo das corredeiras do rio São Francisco, no local onde atualmente situa-se o centro da cidade, devido ao temor da aproximação dos brancos que subiam o rio pelo litoral brasileiro. Desta forma, Pirapora nasce da ocupação de garimpeiros, pescadores, pequenos criadores de gado, entre outros aventureiros (PIRAPORA, 2006).

O distrito de Pirapora foi criado em 1861 e doze anos depois, a Lei Provincial nº 1.996, de 14 de novembro de 1873, agregou ao município de Jequitaí toda a região de Pirapora e de São Gonçalo das Tabocas, além da própria sede, Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Almas de Guaicuí, que perdeu a condição de vila e voltou a ser um arraial, o arraial de São Gonçalo de Pirapora (PIRAPORA, 2006).

Em 1894, a Companhia Cedro e Cachoeira, de Curvelo, por decisão de seus diretores, Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas, Aristides José Mascarenhas e

Antônio Diniz Mascarenhas, construiu-se um grande depósito para estocagem de algodão e passou a vender tecido (PIRAPORA, 2006).

Mesmo com a navegação a vapor pelo São Francisco a partir de 1871, apenas em 1902 é que os vapores Saldanha Marinho e Mata Machado iniciaram o tráfego regular com o arraial, que, através da Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911, criou-se a vila de São Gonçalo das Tabocas. No dia 1º de junho de 1912, a vila passa a condição de cidade, sendo desmembrada do município de Curvelo. Em 1923, foi alterada a denominação da cidade, que ao invés de São Gonçalo das Tabocas passou a chamar-se Pirapora. Em 1950, Pirapora tinha os distritos de Buritizeiro, Guaicuí, Lassance e Várzea da Palma, com uma população de 30.000 habitantes. Em 1962, estes distritos já estavam emancipados e a administração política de Pirapora ficou restrita a sua sede, com área de 581 km² (PIRAPORA, 2006).

Em 1920 iniciou-se a construção da ponte metálica que cruzaria o rio São Francisco. Dois anos depois, os trilhos atravessaram a ponte ligando a estação ao porto da cidade. Em 1982, os trilhos da estrada de ferro chegariam ao distrito industrial, criado em 1964 (PIRAPORA, 2006).

A partir de 1913 começou a funcionar a primeira rede de abastecimento de água tratada e foi instalada a primeira rede de telefones urbanos da cidade. No ano seguinte começou a funcionar a usina de lenha para fornecimento de energia elétrica à população. Em 1955, foi criado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que trata, administra e distribui a água no município até os dias atuais (PIRAPORA, 2006).

A seguir, apresentaremos algumas informações estatísticas importantes de Pirapora. Tais informações são originadas do IBGE (2006), entre outros, conforme detalhamento da nota de rodapé número 12.

A população de pessoas residentes em Pirapora era de 50.300 habitantes, segundo o Censo 2000. O mesmo Censo indicava que o número de pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade, sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo é de 3.218 habitantes; portanto, 6,4 % do total da população nesta faixa etária não têm nenhum grau de instrução. Sua área territorial é de 575,46 Km²

Os números de estabelecimentos de saúde no período 2002-2003 são 29, tendo 132 leitos hospitalares, sendo 78 leitos hospitalares disponíveis ao SUS. No mesmo período, os óbitos hospitalares são 52 óbitos de homens e 31 óbitos de mulheres, sendo 3 óbitos causados por doenças infecciosas e parasitárias. Em 2002, os nascidos vivos registrados eram 1.092 pessoas.

As características do ensino em 2004 indicavam 10.426 matrículas no ensino fundamental e 3.630 matrículas no ensino médio. Neste mesmo ano, os números de docentes do ensino fundamental e médio eram de 509 e 176 docentes, respectivamente.

O número de casamentos registrados era de 197 casamentos contra 31 separações judiciais no ano de 2002. O número total de eleitores em 2000 era de 35.250 eleitores.

O município de Pirapora tinha, em 2003, cinco agências bancárias. Em 2002, as finanças públicas do município indicavam que o valor do fundo de participação dos

municípios era de R\$ 7.467.434,00 e o valor do imposto territorial rural era de R\$ 8.732,92.

O município de São Francisco situa-se na margem direita do rio São Francisco, no norte de Minas, pertencendo a micro região de Januária. Localiza-se a uma latitude 15°56'55" (Sul) e a uma longitude 44°51'52" (Oeste), estando a uma altitude de 695 metros. Sua população estimada em 2004 era de 54.282 habitantes (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

A ocupação das terras, onde hoje se localiza o município de São Francisco, ocorreu em 1554 com os integrantes da bandeira de Espinosa, devido o local ser escolhido para servir de posto para aqueles que iam avançando e atacando a tribo dos guaíbas, que viviam na ilha de São Romão (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

No século XVII, o bandeirante Domingos do Prado de Oliveira fundou o povoado com o nome de Pedras de Cima que, mais tarde, passou a ser chamado de Pedra dos Angicos. Em 1873, foi criado o município de São Francisco. Suas terras são planas e banhadas pelas águas do rio São Francisco. É considerado o quarto maior município do estado de Minas Gerais em extensão territorial. No município existem diversos atrativos turísticos como a serra das Araras, onde são realizadas romarias (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

A seguir, apresentaremos algumas informações estatísticas importantes de São Francisco. Tais informações são originadas do IBGE (2006), entre outros, conforme detalhamento da nota de rodapé número 12.

A população de pessoas residentes em São Francisco era de 52.553 habitantes, segundo o Censo 2000. O mesmo Censo indicava que o número de pessoas

residentes com 10 anos ou mais de idade, sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo é de 6.745 habitantes; portanto, 12,8 % do total da população nesta faixa etária não têm nenhum grau de instrução. Sua área territorial é de 3.299,80 Km².

Os números de estabelecimentos de saúde no período 2002-2003 são 18, tendo 53 leitos hospitalares, sendo todos os leitos disponíveis ao SUS. No mesmo período, os óbitos hospitalares são 58 óbitos de homens e 56 óbitos de mulheres, sendo 14 óbitos causados por doenças infecciosas e parasitárias. Em 2002, os nascidos vivos registrados eram 1.623 pessoas.

As características do ensino em 2004 indicavam 14.510 matrículas no ensino fundamental e 2.943 matrículas no ensino médio. Neste mesmo ano, os números de docentes do ensino fundamental e médio eram de 771 e 146 docentes, respectivamente.

O número de casamentos registrados era de 217 casamentos contra 19 separações judiciais no ano de 2002. O número total de eleitores em 2000 era de 34.057 eleitores.

O município de São Francisco tinha, em 2003, duas agências bancárias. Em 2002, as finanças públicas do município indicavam que o valor do fundo de participação dos municípios era de R\$ 7.821.610,00 e o valor do imposto territorial rural era de R\$ 57.552,00.

Januária está localizada ao norte do Estado de Minas Gerais e às margens do rio São Francisco, com latitude de 15:29:17 (Sul) e longitude de 44:21:42 (Oeste). Na região existem grutas, parques, praias de água doce, cachoeiras e tem o único pântano do estado (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

O clima de Januária é tropical com transição para semi-árido. As temperaturas máxima e mínima são 26 a 30º graus, respectivamente. As chuvas são escassas e concentradas no verão. Elas ocorrem geralmente de outubro a fevereiro. Sua vegetação é xeromorfa, devido à deficiência de água no solo e ao forte calor. Sua composição é por cerrado, matas secas, caatinga e veredas cobertas de buritis (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

O relevo de Januária é caracterizado por topografia plana com leves ondulações. Seu sub-solo é composto por rochas sedimentares (do grupo bambuí, arcóseos, siltitos, calcáreos e dolomitos). A área territorial de Januária é de 6.691,17 Km². Sua altitude máxima é de 794 metros e mínima de 444 metros (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

A história de Januária inicia-se no período colonial quando, no ano de 1553, o governador-geral Duarte da Costa mandou uma expedição verificar a existência de ouro na região. Até 1670, os bandeirantes enfrentaram a resistência dos índios caiapós, os quais foram derrotados. Os bandeirantes fundaram o povoado de Brejo do Salgado, o qual progrediu e passou a ser chamado de Porto do Salgado, que, em 1833, em homenagem à princesa Januária, filha de D. Pedro I, adotou o este nome. No dia 7 de outubro de 1860, o vilarejo foi elevado à categoria de cidade (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

Há outras explicações para o nome da cidade. Uma é sobre a escrava Januária que fugiu do cativo e se instalou na margem esquerda do rio São Francisco. Ela teria fundado na localidade o primeiro comércio entre barqueiros do São Francisco e tropeiros do sertão. Outra versão é a homenagem feita ao bandeirante Januário

Cardoso de Almeida, pela sua forte atuação na região (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

Destacam-se no município o artesanato ribeirinho com barro, madeira e fibras, os reisados, as festas juninas e as cavalhadas do Brejo do Amparo (MUNICIPIOS MINEIROS, 2006).

Do ponto de vista econômico, Januária foi inicialmente movimentada pela produção de fumo, peixe, açúcar, mamona e cachaça. Entretanto, com o passar dos anos, devido à escassez de água nas terras agricultáveis, estas atividades foram diminuindo e provocando o êxodo rural. Há tendência de o turismo se tornar a fonte de renda mais viável no município (FELIX et al., 2000).

A seguir, apresentaremos algumas informações estatísticas importantes de Januária. Tais informações são originadas do IBGE (2006), entre outros, conforme detalhamento da nota de rodapé número 12.

A população de pessoas residentes em Januária era de 63.605 habitantes, segundo o Censo 2000. O mesmo Censo indicava que o número de pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade, sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo é de 7.242 habitantes; portanto, 11,4 % do total da população nesta faixa etária não têm nenhum grau de instrução.

Os números de estabelecimentos de saúde no período 2002-2003 são 24, tendo 113 leitos hospitalares, sendo 105 leitos disponíveis ao SUS. No mesmo período, os óbitos hospitalares são 35 óbitos de homens e 26 óbitos de mulheres, sendo 11 óbitos causados por doenças infecciosas e parasitárias, e 1 óbito de causas externas. Em 2002, os nascidos vivos registrados eram 1.568 pessoas.

As características do ensino em 2004 indicavam 16.300 matrículas no ensino fundamental e 4.388 matrículas no ensino médio. Neste mesmo ano, os números de docentes do ensino fundamental e médio eram de 961 e 227 docentes, respectivamente.

O número de casamentos registrados era de 186 casamentos contra 73 separações judiciais no ano de 2002. O número total de eleitores em 2000 era de 43.979 eleitores.

O município de Januária tinha, em 2003, cinco agências bancárias. Em 2002, as finanças públicas do município indicavam que o valor do fundo de participação dos municípios era de R\$ 8.799.389,00 e o valor do imposto territorial rural era de R\$ 116.376,99.

3.2 HISTÓRIA DO RIO SÃO FRANCISCO

O ‘descobrimento’ do Opará¹³ ocorreu em quatro de outubro de 1501 pelo navegador Américo Vespúcio. Neste dia, os brancos europeus – seguidores da religião católica – comemoravam o dia do santo São Francisco de Assis, ao qual homenagearam emprestando seu nome ao rio (COELHO, 1996).

---

¹³ - Opará, que significa ‘rio-mar’, era o nome dado pelas nações indígenas que viviam no Brasil antes da chegada dos brancos europeus ao rio que hoje denominamos de São Francisco.

Até meados do século XVI, a ocupação e a exploração das riquezas do rio São Francisco foram limitadas ao litoral. As dificuldades encontradas para a ocupação e exploração foram o total desconhecimento do território e a resistência dos índios (GARCIA e CARAVELLO, 2002). Mesmo com a resistência dos índios, alguns cooperaram no processo de exploração e colonização, subordinados às atividades econômicas mercantilistas do colonizador.

A ocupação oficial portuguesa das águas do São Francisco aconteceu em 1553, quando D. João III ordenou a exploração das margens interiores do rio, efetuada por Bruza Espinosa e Padre Navarro – o roteiro de viagem e cartas são os primeiros documentos descritivos sobre o São Francisco (COELHO, 1996). A consolidação do domínio aconteceu na década de 1570, quando surgiram os primeiros arraiais. Os colonizadores provocam a dizimação dos índios. Muitos fugiram dali para o planalto central e, de um modo ou de outro, sua organização social foi desestruturada. Até meados do século XVII, encontrou-se ali jazidas de ouro, atraindo pessoas e missões religiosas, o que provocou extermínio, doenças, miscigenação e aculturação das nações indígenas (COELHO, 1996). A atividade de exploração do minério incitou, por seu turno, um processo de derrubada das matas. No século XVIII, associou-se à exploração do ouro a criação de gado, aumentando o povoamento nas margens do rio e a dizimação de mais índios (COELHO, 1996). Em 1720, foi criada a Província de Minas Gerais e o rio São Francisco tornou-se um meio importante de transportes para o abastecimento das regiões mineiras mais auspiciosas que iam sendo encontradas mais ao sul (COELHO, 1996).

Em 1851, o imperador D. Pedro II solicitou estudos sobre o São Francisco, surgindo, daí, o primeiro Atlas que descreveu com detalhes do rio, desde a cachoeira de Pirapora até o Atlântico, o que fomentou, a partir de 1867, o início da

navegação a vapor ao longo de sua calha principal (COELHO, 1996). Com a proclamação da República, os interesses voltaram-se também para o potencial hidrelétrico do rio. Em 1945, o presidente Getúlio Vargas criou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)¹⁴. Em 1946, a Constituição reconhecia a importância do rio e determinava a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do São Francisco e seus afluentes, num prazo de 20 anos, aplicando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União (CEMIG, 2003). A partir de 1948, com o nascimento da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)¹⁵, iniciou-se a exploração das águas pela construção de barragens¹⁶ visando à produção hidroelétrica (CEMIG, 2003).

Em 1957, Juscelino Kubitschek iniciou a construção da barragem de Três Marias em Minas Gerais, com o início de operação em 1962. Em 1974, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), que passou a ser o principal agente desenvolvimentista do rio, tendo como finalidade o aproveitamento das águas para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba (CEMIG, 2003).

---

¹⁴ - A construção de hidrelétricas ao longo do rio São Francisco (entre outros) é um grave problema da atualidade, que põe em risco sua própria existência. Além das transformações significativas que obras como barragens e usinas provocam na área onde são instaladas, com reflexos diretos na vegetação e vida animal, o regime das águas também é afetado. No Baixo São Francisco, uma preocupação de cientistas e ambientalistas é a regularização do fluxo de água, prejudicado e tornado irregular com todas as mudanças feitas no percurso e pelo uso excessivo do recurso.

¹⁵ - Substituída em 1967 pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) (CEMIG, 2003).

¹⁶ - As sucessivas barragens feitas ao longo do rio provocam um processo quase irreversível de assoreamento, pois diminuem a correnteza natural, formam bancos de areia e transformam os drenos naturais de água em áreas pantanosas. Além disso, a regularização dessas usinas tem provocado efeitos também na atividade pesqueira e na agricultura feitas pela população da área. A extinção de lagoas e várzeas naturais onde ocorria a reprodução e captura dos peixes, e onde tradicionalmente se fazia a plantação do arroz, ameaça à sobrevivência de espécies naturais e da própria população local.

No final do século XX, principalmente a partir de meados da década de 1990, inicia-se uma exploração, cada vez mais intensa, de atividades turísticas no rio São Francisco, um foco de negócios que passam a reorganizar os direitos de acesso ao território da água bem como o mercado fundiário nas suas margens.

4 CONHECIMENTO TRADICIONAL DA PESCA: SUJEITOS E CARACTERÍSTICAS SÓCIO-AMBIENTAIS

4.1 CONHECIMENTO TRADICIONAL

A influência do conhecimento tradicional da pesca na formulação de políticas públicas do setor no Brasil, perpassa as ações estabelecidas entre seus sujeitos sociais. A caracterização da organização social da pesca profissional artesanal, vista através de seus processos e de suas formas de interação social com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) é um caminho para identificar tal influência. O pescador profissional artesanal dotado de conhecimento tradicional que viabiliza sua atividade profissional e seu modo de vida. A SEAP, por seu turno, perpassa o campo institucional da pesca, mas é constituída por outro grupo social, dotada de outra forma de conhecimento que se viabiliza na estrutura política para nela reproduzir o seu próprio poder, se mantendo nele e interferindo na organização da pesca em bases tradicionais.

A caracterização das condições de vida do pescador profissional artesanal, além de embasada na revisão de literatura, foi elaborada através da sistematização de dados quantitativos obtidos através de *survey* realizado em 1999 e 2001 por Valencio et al. (2001) e, em 2004, pelo autor, em pesquisa de campo junto aos profissionais cadastrados nas Colônias de Pesca localizadas em Três Marias (Foto 1), Pirapora (Foto 2), São Francisco (Foto 3) e Januária (Foto 4), municípios ribeirinhos do trecho mineiro do rio São Francisco. Relatos orais de uma amostra dos pescadores em questão constituem a base qualitativa da pesquisa de campo. A análise da organização social da pesca profissional artesanal se deu com foco nas alterações nos níveis tecnológico, político e social. A caracterização da SEAP/PR fez-se através da análise do discurso institucional em torno da pesca, no qual é possível sinalizar que a autonomia do pescador profissional tradicional passa pelo campo da submissão à esta Secretaria que formula e lhe impõe uma nova prática. Desta imposição, vemos resultar uma estigmatização e criminalização progressivas, oriundas da lógica de mercantilização extrema do peixe e do uso das águas doces no Brasil e no mundo.

Foto 1. Vista parcial do perímetro urbano do município de Três Marias, MG, em 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 2. Vista parcial do perímetro urbano do município de Pirapora, MG, com extensas áreas de corredeiras no trecho Ato-Médio São Francisco em 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 3. Vista parcial do município de São Francisco, MG, à frente do rio de mesmo nome em 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 4. Vista parcial do centro do município de Januária, MG. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Historicamente, o pescador tem sido identificado como um lavrador que perdeu o acesso a terra e um sujeito que, desqualificado para o mercado de trabalho formal urbano, recorre à pesca como meio de sustento possível (PETRERE JUNIOR,

1990). Porém, hoje a pesca é uma ocupação profissional consolidada e reconhecida pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO)¹⁷ (VALENCIO et al., 2003).

Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, versão 2002¹⁸, os Pescadores Profissionais Artesanais de Água Doce (família 6311) são aqueles que planejam a pesca e preparam material para sua efetivação, conduzem embarcações e capturam diversos tipos de pescado de água doce. São trabalhadores que providenciam documentação de pesca, seguem regulamentação regional e federal e preservam matas ciliares e ambientes aquáticos. É uma ocupação exercida por trabalhadores autônomos. O trabalho de despesca¹⁹, beneficiamento e comercialização do pescado podem ser realizados sozinho ou em equipe, sem supervisão. O acesso ao trabalho é livre e praticado a céu aberto; os horários são irregulares e sujeitos à variação climática. Sua formação e experiência profissional não exigem escolaridade formal. A experiência anterior, quando exigida, é caracterizada por menos de um ano (CBO, 2002).

Do ponto de vista socioambiental, a caracterização ocupacional é bem mais ampla. Envolve uma diversidade de modalidades de técnicas de trabalho, modos de apropriação dos recursos pesqueiros, formas de organização social da extração e distribuição do pescado, o que a qualifica como uma atividade de trabalho sofisticada. Na multidimensionalidade dos aspectos que caracterizam a profissão, a

---

¹⁷ - A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o documento normalizador do reconhecimento – para fins classificatórios, sem função de regulamentação profissional –, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva. Sua última atualização ocorreu em 2002 (CBO, 2005).

¹⁸ A PORTARIA Nº 397, de 09 de outubro de 2002, aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002 –, revogando, assim, a Portaria nº 1.334, de 21 de dezembro de 1994 (CBO, 2002).

¹⁹ - A despesca é o processo de captura de peixes ou outros organismos cultivados em açudes, tanques ou viveiros, por ocasião do término do ciclo de engorda; mesmo que colheita.

pesca artesanal pode, ainda, ser definida pela captura, extração e venda de peixes com a finalidade econômica e praticada como o principal meio de vida de quem a pratica. Sua característica artesanal possibilita ao trabalhador da pesca uma diversidade de interações com o meio, incluindo a manutenção e recriação do seu espaço de trabalho. O trabalho artesanal é caracterizado pela forma autônoma da propriedade dos meios de produção e a utilização do conhecimento tradicional sobre a natureza e seus ciclos.

Todavia, definir e caracterizar populações ou grupos tradicionais esbarra na identificação de quais grupos humanos dependem da tradição para viver. A expressão população tradicional surge para designar as pessoas que habitam áreas de grande biodiversidade, na maioria das vezes protegidas e alvo de políticas oficiais de preservação (MACHADO, 2001).

Geralmente, a definição conceitual de população tradicional associa a idéia de que as populações tradicionais são aquelas que trabalham de modo familiar pela subsistência, utilizando tecnologias de baixo impacto, como o extrativismo, a pesca, a lavoura de pequena escala, entre outras. Existe, ainda, uma definição desta população, que leva em consideração o tempo e o espaço das mesmas.

Na redação original da Lei 9985, de 2000, o artigo 2º. instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e definiu as populações tradicionais como

grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há no mínimo três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável. (BRASIL, 2006).

Esta definição foi vetada na redação final da lei citada e sua qualificação não é definida em lei.

Segundo Giddens (1997), a tradição de um grupo está ligada à memória coletiva de acontecimentos ou estados passados que, através da repetição – diferente de lembranças ou costumes – confere continuidade à experiência do grupo. Por isso, a tradição tem a função de organizar a memória coletiva. Ela envolve a prática de ritual e têm suas conexões com a solidariedade social, a moral, a ética e emoção dos membros do grupo, daí seu caráter vinculador.

A tradição representa não apenas o que é feito em uma sociedade, mas o que deve ser feito e isto é zelado. A tradição possui guardiões; enquanto que a modernidade possui especialistas.

Nos dizeres de Giddens (1997, p. 83), a principal característica do guardião é a competência que este tem em lidar com a verdade formular, isto é, aquilo que apenas alguns têm pleno acesso e sua linguagem

pode conter palavras ou práticas que os falantes ou os ouvintes mal conseguem compreender. Diferente do conhecimento perito, cujo saber dos especialistas pode parecer misterioso para o leigo, mas, em princípio, qualquer um pode adquirir esse conhecimento e essas habilidades se estiver determinado a fazê-lo. (GIDDENS, 1997, p. 84).

Sendo baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou que este tenha adquirido, pela interação, com os companheiros do ofício, a pesca profissional artesanal é considerada uma atividade tradicional. A tradicionalidade supõe certa solidariedade social e afinidade, daí seu caráter vinculador dos membros que partilham determinado lugar e ocupação. Não nos interessa os aspectos objetivos do conhecimento tradicional, mas a função social que ele desencadeia. Ao lançar a tarrafa no rio, por exemplo, o pescador não coleta apenas um peixe ou vários

peixes, mas o ritualiza como valor seu como trabalhador e sujeito provedor da sua família.

Segundo Silva et al. (1990), a história da pesca artesanal brasileira sofreu influência da cultura das comunidades litorâneas indígena, portuguesa e negra. Da cultura indígena, as populações litorâneas herdaram o preparo do peixe para a alimentação, o feitio das canoas e jangadas, as flechas, os arpões e as tapagens; da cultura portuguesa, herdaram os anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar; e da cultura negra, herdaram a variedade de cestos e outros utensílios utilizados para a captura dos peixes (DIEGUES, 1983).

Historicamente, os pescadores artesanais sempre tiveram e continuam tendo grande conhecimento sobre o meio ambiente. Eles sabem quais os tipos de ambientes propícios à vida de certas espécies de peixes; conhecem o hábito, o comportamento e a classificação dos peixes; sabem manejar os instrumentos de pesca com propriedade; conseguem identificar os melhores pontos de pesca (identificação dos pesqueiros) (DIEGUES, 1983, 1995) e reconhecem que a tecnologia utilizada na pesca artesanal é uma forma de intervenção não-predadora se comparada à pesca industrial moderna (VALENCIO e MENDONÇA, 1998; VALENCIO et al., 2003; FURTADO e SIMÕES, 2002).

O conhecimento tradicional, as práticas de manejo pesqueiro e os valores éticos são importantes para o manejo de recursos naturais (THÉ, 2003). Segundo a autora,

Os pescadores do Alto-Médio São Francisco possuem uma compreensão própria dos comportamentos ecológicos reprodutivos, migratórios e alimentares dos peixes, que muitas vezes supera o detalhamento científico sobre tais comportamentos. Ainda, os pescadores discernem com acuracidade os habitats aquáticos dos peixes, tanto em ambientes lênticos como lóticos. Compreendem o funcionamento do ciclo hidrológico do rio, ao qual relacionam

as variadas técnicas de pesca e os períodos de maior produtividade (THÉ, 2003, p. 50).

A tradição no trabalho com a pesca artesanal está refletida nas formas de concepção das coisas do mundo vivido – no tempo e no espaço – pelo pescador, seus pares e sua família. Segundo Valencio et al. (2003), as características essenciais da pesca estão relacionadas à formulação do conhecimento e habilidades para o exercício da pesca. “O aprendizado da profissão ocorre no âmbito da família, os pais ensinam aos filhos (...)”. (VALENCIO, et al., 2003, p. 275). Assim, a vida cotidiana possibilita *conhecimento intuitivo e discursivo*²⁰ para o homem e para o profissional da pesca. Tal conhecimento passa de geração a geração, reflete as experiências de vida dos antepassados e dos seus contemporâneos e está presente, vivo. Segundo Toledo (1990, 1991), os atos de conceber, perceber e conhecer constituem operações intelectuais dos usuários de recursos naturais no ato de realizar a apropriação da natureza, durante o contado que se tem com a mesma. O conhecimento tradicional contido na pesca artesanal é altamente refinado e acumulado historicamente e seu valor desconhecido de muitos (CORDELL, 1983).

Segundo Faria (2002), a identidade do pescador profissional artesanal do Alto-Médio São Francisco ainda é construída a partir da cultura tradicional, fundamentada pela conformação do espaço natural.

Muitos vêem o conhecimento tradicional como um acúmulo de superstições e de crenças não verificáveis (CORDELL, 1983). Entretanto, o conhecimento tradicional

---

²⁰ O Campo do Conhecimento Intuitivo e Discursivo são conceitos bastante difundidos na Filosofia. O conhecimento intuitivo é aquele oriundo do dia-a-dia; é o conhecimento vivido; forjado pelo senso comum (não são necessários métodos e técnicas para forjar conhecimento) e que sempre valoriza o conhecimento discursivo. Já o conhecimento discursivo é aquele construído a partir de teorias formuladas a priori. No caso dos pescadores, o conhecimento discursivo é conseguido pela experiência cotidiana do trabalho com a pesca (conhecimento teórico-prático) (ARANHA, 1997).

pode apontar para novos caminhos de estudos – no ecossistema, por exemplo –, podendo conduzir a novos *insights* científicos (SARDA e MAYNOU, 1998). Para o pescador profissional artesanal, o conhecimento tradicional é uma técnica de trabalho que pressupõe e transcende a solidariedade social. Para ele, o trabalho não é submissão ao outro ou as leis dos outros, mas implica num compromisso com o outro e com o passado. Segundo Valencio (2006), para o pescador profissional artesanal, o trabalho é tido como memória que se transmite quase que como num devaneio, tendo orgulho do fazer dos antigos e continuando a fazê-lo com o mesmo orgulho – isto é, como cultura. Assim, segundo a autora, romper com o passado não seria apenas romper com lembranças dos que já se foram, mas de entendimento sobre si, sobre o que ainda é, referido a um lugar e a outras pessoas.

Além das limitações econômicas, outras se colocam à frente da reprodução do meio e modo de vida e trabalho do pescador profissional artesanal do Alto Médio São Francisco: as limitações ambientais que exercem pressão negativa sobre os estoques pesqueiros desse rio – impactos oriundos dos barramentos do sistema fluvial do rio São Francisco, a poluição originada pelo crescimento urbano e industrial desordenado, as atividades agrícolas e seus agrotóxicos, entre outros –; e as pressões políticas, em especial as oriundas da SEAP/PR, cujas orientações de seu plano político desprezam e desqualificam o meio e o modo de trabalho do pescador profissional artesanal – nas formas de relações de trabalho, captura, manejo, entre outras –, ao intentar classificá-lo como um igual ao aqüicultor, por exemplo.

Do ponto de vista pedagógico, o conhecimento tradicional da pesca artesanal pode ser usado como fonte de informações complementares para estudos

ecológicos ou como indicador de processos ou alterações no ecossistema não estudados ou verificados pela ciência (POIZAT e BARAN, 1997). Tal conhecimento, e o que ele poderia significar numa nova forma para o ordenamento do setor pesqueiro, pode e deve ser reconhecido de fato como um aspecto fundamental no planejamento do setor pesqueiro para a gestão de pesca, entre outros. Assim, o etnoconhecimento, incluindo não apenas o conhecimento etnobiológico e etnoecológico, mas também as diferentes formas de apropriação dos recursos pesqueiros, deveriam ser reconhecidas no momento de implementação de propostas e políticas proclamadas ‘mais sustentáveis’ dos recursos pesqueiros. Dever-se-ia priorizar o pescador profissional artesanal como agente formulador de um novo modelo, participativo, para o setor.

A pesca artesanal é responsável por um elevado número de oportunidades de trabalho para populações inseridas na costa litorânea ou águas interiores (DIEGUES, 1995).

No Alto-Médio São Francisco, muitas famílias dependem da pesca não apenas como trabalho e, por conseguinte, fonte de renda, mas também, como meio de produzir e reproduzir um campo societário que lhes confira identidade.

Dados de 2003, da Federação dos Pescadores Profissionais em Minas Gerais, indicavam que o trecho mineiro do rio São Francisco – Alto-Médio São Francisco –, coincidente com a área de estudo desta tese, apresentava, congregados em colônias, um total de 3.516 pescadores, sendo: 1.243 pescadores na Colônia de Pesca de Três Marias; 459 pescadores na Colônia de Pesca de Pirapora; 693 pescadores na Colônia de Pesca de São Francisco; e 805 pescadores na Colônia

de Pesca de Januária. As associações neste trecho apresentavam, por sua vez congregados 316 pescadores, sendo 167 em São Romão e 149 em Buritis.

Existem particularidades no agir da pesca – sejam diferenças espaciais, técnicas e manejo – que tornam esta ocupação muito particular. No olhar de Diegues (1998), a pesca, quando praticada como meio de trabalho, é definida por práticas singulares consoantes com lugares específicos. Segundo o autor, pescador que trabalho do mar não é o mesmo trabalhador do rio e bem diferente do trabalhador da aquicultura. E Valencio et al. (2003), afirmaram que, mesmo a pesca no rio é exercida de diferentes modos e formas de organizações.

Para Valencio et al. (2003), ainda, a identificação dos pescadores profissionais artesanais não deve considerar exclusivamente aspectos institucionais dos mesmos, pois que a inserção dos indivíduos nas instituições relativas ao exercício profissional de pesca não corresponde, como deveria se esperar, ao desejo de trabalhar conforme as normas. Segundo os autores, existem três subgrupos de pescadores, sendo que, em dois deles, há pescadores cadastrados profissionalmente em colônias ou associação e apenas um desses dois não se dedica à atividade para obter a renda principal da família. Existe um terceiro subgrupo que não tem cadastro de pescador profissional, mas realiza a pesca clandestina para tirar a renda principal da família.

O primeiro subgrupo é composto pelos pescadores profissionais cadastrados e que de fato tira da pesca a principal fonte de renda da família. É este o trabalhador da pesca de interesse desta tese. O segundo subgrupo é o pescador amador que atua na pesca sem a finalidade de obter renda, mas, estando cadastrado objetiva driblar a fiscalização, garantindo na prática de uma pesca por *hobby* o direito ao uso

de equipamentos de pesca permitidos apenas aos profissionais, como a rede de espera, por exemplo. O terceiro subgrupo é composto pelos pescadores clandestinos. Eles não estão cadastrados nas colônias ou associação, mas exercem a atividade com certa regularidade e como principal fonte de renda da família. Valencio (2006), adverte para o fato de que a reorganização social desses três subgrupos, dos amadores nas associações profissionais, cancelando o registro, formalizando e agregando os clandestinos que se mostrem dispostos a seguir as normas e colaborando na fiscalização dos que querem se manter na ilegalidade é imperioso para que a categoria fortaleça sua interlocução nas várias esferas do poder.

Contudo, há problemas que dificultam a normalização associativa. Muitos amadores que solicitam seus cadastramentos são pessoas influentes na região onde se inserem os pescadores, inclusive gozando de prestígio político. Poderiam entender como uma descortesia política não recepcionarem sua demanda de cadastramento, com ameaças de retaliações. De outro lado, no que tange ao pescador clandestino, este não constrói uma identidade de grupo como faz o pescador profissional artesanal. Por falta de outra opção de trabalho na região onde residem, eles atuam na pesca de forma sazonal e podem não estar dispostos às formas de solidariedade correntes no grupo.

Ao invés de consultar os cadastros das Colônias sobre aqueles que efetivamente atuam profissionalmente e daí constituir uma amostra, optou-se por entrevistar (Foto 5) diretamente, em campo, os pescadores cadastrados e disso derivar uma amostra de cada colônia. A amostra foi sendo lapidada no sentido em que foram desconsideradas as entrevistas entre os pescadores clandestinos ou foram evitadas as com os amadores. Tal feito proporcionou que a amostra estudada demonstrasse

não só o exercício de ocupação, mas o compromisso que, por meio do associativismo, se tinha com as normas e, por conseguinte, um canal de acesso ao Estado.

Foto 5. Pescador profissional artesanal do município de Pirapora, MG, ao ser entrevistado em 2001 relata suas experiências no rio São Francisco. (Fonte: Valencio et al., 2001).

A seguir, a caracterização sócio-econômica da pesca profissional artesanal no trecho mineiro do rio São Francisco possibilita a compreensão das limitações na existência social da pesca que perpassa o caráter assimétrico das relações entre a tradição, da forma artesanal, e a modernidade, caracterizada pelas práticas ditas racionais, idealizadas e praticadas pela SEAP/PR.

4.2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO

Entre as décadas de 1930 e 1980, as políticas internacionais formatadas pela dinâmica entre o Estado e o Trabalho pressupunham que a incorporação ao trabalho determinaria a proteção institucional das pessoas, abrangendo desde proteção à saúde (médica hospitalar), à educação, à segurança, ao desemprego (por um período determinado), à velhice etc.

Nessa perspectiva foi que a pesca profissional artesanal precisou ser regulamentada e reconhecida no rol de ocupações do mercado de trabalho brasileiro, gerando esperança de ampliação da cidadania²¹ para a categoria. Entretanto, isso (entre outros fatores) não impediu que os pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco sofressem um processo de estigmatização e passassem a viver sob ameaça de exclusão social.

Entre os principais desafios da pesca profissional artesanal, nos moldes de uma ocupação socialmente aceita e legalmente amparada, está a busca de soluções para o abismo produzido entre as demandas dos pescadores e as ações do Estado, caracterizadas pela distância entre o discurso e a prática política, incluindo os conflitos entre os pescadores e os grupos modernos.

A demanda por cidadania, passa a fazer parte de uma sensibilidade dos pescadores quanto à divisão mais simetricamente entre o pessoal e o coletivo, o subjetivo e o cultural; tornando-se mesmo uma expressão de cidadania por políticas

---

²¹ - Entendida, reconhecida e considerada a partir da observação de um conjunto de condições básicas que possibilitam ao sujeito social certa dignidade e solidariedade no acesso a políticas públicas relativas a moradia, saúde, educação, trabalho, etc., e não apenas pela lei ou propriedade. Tal dignidade supõe não apenas o usufruto

de identidade. Além disso, a esperança de ampliação da cidadania certamente exerce pressão sobre a oferta de serviços públicos.

As demandas recorrentes da categoria são, a saber: por reparação de desigualdades por preconceitos e discriminações; por reconhecimento ou reparação de injustiças e situações de pobreza e processos de exclusão; por políticas sociais e culturais pela recuperação dos ecossistemas aquáticos; ajustes dos programas sociais aos direitos e necessidades da categoria como de alfabetização, entre outros.

Para um aprofundamento das razões das demandas supra, faz-se necessário a caracterização do modo de vida da pesca artesanal, não sem antes recuperar os pressupostos da tipificação da pobreza e exclusão social para, daí, indagar: o pescador é um pobre ou um excluído?

4.2.1 POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: BASES CONCEITUAIS

As diversas funções e acepções da palavra *pobre* as define como substantivo que identifica as pessoas que carecem de bens materiais ou é utilizada como oposição a rico. Desta maneira, ela passa a ser um elemento de caracterização social. Ela também é utilizada com um sentido de compaixão, desprezo, associadas à escassez, ausência de valor e modéstia. No nível individual temos, por exemplo, a

---

de um padrão básico de vida como a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva. É a metamorfose do cidadão formal em sujeito social (ou pessoa ou indivíduo).

expressão de *pobre homem*, e em um nível social, com referência às entidades geopolíticas, temos os *povos pobres*, as *regiões pobres* e os *países pobres*. No caso da palavra pobre qualificar um substantivo ou um verbo, por exemplo, os verbos ser e estar, então, *ser pobre* ou *estar pobre*, adquire um caráter estrutural (ser pobre), circunstancial (estar pobre), excludente (não ser rico), voluntária (tornar-se pobre) e fingida (fazer-se de pobre) (CASADO, 1990a).

No final do século XIX e início do XX, duas importantes interpretações do termo pobreza são elaboradas: a primeira, estabelece valores mínimos de alimentos, expressos em termos biológicos e fisiológicos para designar e definir o conceito de pobreza. Na segunda, o conceito pobreza será definido a partir da caracterização da propriedade dos meios de produção e as formas desiguais de distribuição das riquezas produzidas em uma sociedade (BOOTH, 1889, 1892; ROWNTREE, 1901). Estas interpretações são retomadas no final do século XX, como *pobreza absoluta* e *pobreza relativa* (MILANO, 1992; SEM, 1992; TOWNSEND, 1993).

Na Europa, a partir dos anos de 1970, o termo pobreza passa a ser identificado e definido pelos de *marginal* e *nova pobreza*. O termo *marginal* passa a ser utilizado na França, no início da década de 1970, para designar os grupos de jovens, uma minoria, que se recusavam a se 'adequar' ao *status quo*²² da sociedade e que se rebelavam nas revoltas pós *Maio de 68* (Vincent, B., 1979). De adjetivo (sujeito marginal), o conceito passa a ser um substantivo (marginalizados) até designar um processo (a marginalização) (CASTEL, 1996).

Na América Latina, nos anos de 1950 e 1960, o termo marginal é utilizado, principalmente, para qualificar os moradores das favelas, originários das migrações

---

²² - É uma expressão latina que significa o estado atual em que se encontram as coisas; ordem social.

do campo para os grandes centros (STAVENHAGUEN, 1970). Estes, diferentes dos ‘marginais’ da França, que eram uma minoria, são uma maioria crescente de *sujeitos sociais* que, por não participarem da vida cultural, social e econômica formal, estão à margem da sociedade.

No final dos anos de 1970 e início dos de 1980, os países da América Latina passam por uma crise econômica e, por conseguinte, uma remodelação do mercado de trabalho. As alterações tecnológicas no setor produtivo fazem surgir um novo tipo de marginal, uma *nova pobreza*. Não se trata de sujeitos inconformados com o *status quo* ou desqualificados para o trabalho, como no caso anterior. São sujeitos qualificados e com relações sociais efetivas, mas que não são incorporados ao trabalho após as reconversões industriais. Portanto, as condições tradicionais de manifestação da pobreza, associadas principalmente à presença de pessoas migrantes de zonas rurais ou de regiões menos desenvolvidas, são substituídas por outras, novamente, por causa de transformações do mercado. Nos dois casos, na “velha pobreza” e na *nova pobreza*, o mercado é o seu reprodutor.

Nos anos de 1990 e início do século XXI, com a *nova pobreza*, o mercado amplia seu papel; ele é tanto reprodutor quando produtor da pobreza. Acontece um fenômeno paradoxal e intrigante. Trata-se do processo onde hora o sujeito é marginal, para depois deixá-lo de ser e tornar a sê-lo novamente.

À margem da economia formal está a economia do setor informal, os trabalhadores informais, os moradores informais, todos renegados e marginalizados. Por sua vez, o consumidor informal, aquele sujeito que, por exemplo, mora numa favela e não trabalha na economia formal, mas que tem renda, passa a ser, cada vez mais, valorizado pelo mercado, disponibilizando, inclusive, crédito para o

mesmo. Até o Estado tem cumprido este papel com a oferta do banco do povo (ou do cidadão) para todos. Mas o fenômeno se repetirá. A reprodução e a produção da pobreza transformará este sujeito em um marginal. Mais uma vez, um novo conceito foi criado e utilizado para caracterizar aqueles nominados de renegados, os que *'ficam à margem'* dos resultados econômicos e sociais *'esperados'* pelos sucessivos governos.

É fato que esta perspectiva paradigmática da *nova pobreza* foi contestada, pois, atribuiu-se a este conceito uma utilização política, de cunho neoliberal, de retorno às práticas assistencialistas individuais, desviando a atenção em relação à pobreza estrutural que assola boa parte dos países em desenvolvimento.

A partir de meados de 1980, de maneira lenta e restritiva, o conceito de exclusão social passou a ser utilizado para explicar os desarranjos sociais identificados nas sociedades de todo o mundo. Do ponto de vista real e simbólico, a restrição conceitual, por exemplo, associando e limitando o conceito de exclusão ao de pobreza entre outros, reduziu a compreensão do conceito de exclusão social ao econômico. Por causa da sua utilização associada ao conceito de pobreza, entre outros conceitos supra mencionados, além das incursões semânticas e terminológicas implícitas e que provocam certa confusão no seu entendimento, faz-se necessário sua delimitação.

O termo exclusão social, quando associado à insatisfação de realizar algo de que se deseja, tanto no nível individual quando coletivo (como o familiar ou do trabalho), estaria apoiado em ações de cunho material. Isto fez com que o conceito em questão ficasse limitado às dicotomias do tipo riqueza/pobreza, igualdade/desigualdade etc. Além disso, os excluídos seriam ou os inúteis e

supernumerários do século XIX, ou os “resíduos” do desenvolvimento, “a miséria do mundo” do século XX (BOURDIEU, 1993).

Entretanto, a concepção conceitual que se deseja para o termo exclusão social no escopo da discussão sobre o *status* dos pescadores na ordem social não pode estar separada das dimensões social, cultural, política e econômica²³, a fim de que se associe ao campo dos direitos e da cidadania.

Assim, a definição conceitual de exclusão social que julgou-se a mais adequada para ser utilizada por este trabalho identifica um conjunto de processos sociais confluentes e que sofrem rupturas sucessivas, sejam nos aspectos sociais, culturais e simbólicos, políticos e econômicos, e que afasta e/ ou inferioriza pessoas, grupos, comunidades e sociedades em relação aos centros hegemônicos de poder (PAUGAM, 1996). Sob este ponto de vista, os pescadores profissionais artesanais são excluídos pelos motivos que logo à frente veremos.

Pobreza e exclusão partilham a idéia de processo social já que suas causas estão localizadas nas estruturas das sociedades e os sujeitos sociais inseridos nesta situação ou estado, denominados ou pobres ou excluídos, vivenciam as representações e normas que definem o bem-estar material e ou a relegação em voga em uma sociedade em uma determinada época (PAUGAM, 1996).

Do ponto de vista paradigmático, a universalidade, a heterogeneidade e a estatização da exclusão social compreendem alguns aspectos implícitos e as raízes das manifestações da exclusão. Dentre eles, destacaram-se três possíveis

---

²³ - O sujeito pobre é aquele que não tem nada, enquanto que o excluído pode ser o que tem cor negra, sexo feminino, é analfabeto, é homossexual, é velho, é ateu, é abandonado, não tem vínculos sociais e relações de convívio etc. O conceito de exclusão social alcança, desta maneira, valores relativos à subjetividade humana, como os culturais, discriminatórios, políticos entre outros.

paradigmas que forjam as diversas concepções da exclusão social, determinadas por orientações político-ideológicas como o republicanismo, o liberalismo e a social-democracia, respectivamente (SILVER, 1994). No primeiro, o modelo²⁴ da *solidariedade*, a exclusão social seria explicada e compreendida a partir da ruptura dos vínculos sociais, sejam eles individuais ou grupais. O Estado garantiria a coesão social, através da criação de instituições e políticas que constituiriam valores, direitos e obrigações objetivando tal coesão. Não conseguindo a coesão social pretendida, o Estado é o principal responsável e, por conseguinte, deve intervir para restabelecer a ordem social²⁵.

No segundo, o modelo²⁶ da *especialização*, a exclusão social é fruto de uma relação entre a sociedade e o mercado, onde, o indivíduo poderia optar por ter ou não capacidades, habilidades e interesses diferentes. Sendo assim, as opções dos indivíduos poderiam levar à exclusão social ou não, ou esta poderia resultar do mau funcionamento do mercado, ou das más relações interpessoais entre os membros da sociedade (identificando todos os tipos de discriminações ou o não respeito de quaisquer direito do outro). A intervenção do Estado teria a função de responsabilizar os indivíduos pela possível exclusão ou, em última instância, evitar as discriminações. Desta forma, a exclusão social manifestar-se-ia de forma parcial já que afetaria apenas determinados indivíduos, situações, setores etc.

---

²⁴ - Este modelo pode ser identificado nas teorias de Rousseau, em Durkheim com a sua concepção da solidariedade orgânica e mecânica, entre outros pensadores.

²⁵ - Ordem social é o equilíbrio e harmonia das instituições e atividades de uma determinada sociedade.

²⁶ - Este modelo pode ser identificado nas teorias de Locke, nas teorias dos utilitaristas, nas contribuições do liberalismo anglo-americano, entre outros.

No terceiro paradigma, o modelo²⁷ *do monopólio*, a exclusão social provém de uma sociedade cuja estrutura hierárquica é composta por grupos sociais distintos que competem pelo controle social e, por conseguinte, para obter maior poder, criam-se barreiras objetivando limitar o acesso de alguns, enquanto outros repartem bens e serviços. Os grupos dominantes definem e criam as regras, levando a maioria das pessoas à exclusão. A intervenção e a proteção do Estado aconteceria a partir de uma política de relação de formas, podendo compensar tais situações díspares através da proteção social, da criação de serviços, da formatação e até reformatação de direitos e deveres, individuais e coletivos²⁸.

É evidente que a exclusão social não é apenas fruto da diferenciação social, sendo associada a uma base material relacionada com a falta de meios de subsistência. Portanto, o nível de escolaridade baixo ou inexistente, a falta de trabalho, o trabalho precário ou sazonal, baixa remuneração ou renda nula, más condições de moradia, alimentação deficiente, acesso a atendimento médico-hospitalar deficiente ou nulo, saúde debilitada ou por doenças crônicas ou repetitivas, a carência ou deficiência no acesso aos serviços públicos, entre outros, são os círculos de privação que caracterizam a exclusão.

A utilização de indicadores não monetários, mas quantificáveis, é cada vez mais freqüente objetivando a multidimensionalidade do problema da pobreza e da exclusão, fazendo, assim, maior distinção entre aqueles que estão mais na situação de pobreza dos que nas de exclusão.

---

²⁷ - Este modelo pode ser identificado nas teorias de Max Weber e Marshall, entre outros pensadores relacionados com a social-democracia.

²⁸ - Pode-se afirmar que a ideologia da social-democracia do primeiro mundo se estendeu para os países do terceiro mundo, onde, os movimentos sociais teriam suas expectativas atendidas pelo setor estatal – mesmo com a afirmação de Karl Marx de que a exclusão é um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista.

Na Europa (CESIS, 1996; WHELAN, 1993; ENGELS, ESTIVILL, VRANKEN, 2001; ATKINSON, CANTILLON, NOLAN, 2001) e no Brasil (SPOSATI, 2000), realizam-se pesquisas utilizando indicadores sócio-culturais objetivando a identificação da exclusão social dos sujeitos em seus territórios e a de determinados grupos sociais. Tais pesquisas superam os diagnósticos tradicionais, aqueles que valorizam principalmente os aspectos da dimensão econômica, avançando nos estudos da subjetividade dos contatos sociais.

A elaboração e utilização de indicadores sócio-culturais da exclusão social estão cada vez mais avançadas do ponto de vista metodológico e difundidos do ponto de vista da sua aplicabilidade. Pertencer a uma associação comunitária, reunir-se com os vizinhos, amigos ou familiares, entre outros, são exemplos de indicadores não monetários, isto é, indicadores sócio-culturais de coesão social. A não inserção social pode ser observada pela falta freqüente e de grande duração de assistência médico-hospitalar, educação, habitação, etc., que levam ao isolamento social (LOISY, 2000).

4.2.2 O MODO DE VIDA DO PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL

4.2.2.1 O PESCADOR, SUA ORIGEM E FAMÍLIA

No Alto-Médio São Francisco muitas famílias dependem da pesca não apenas como trabalho, mas como meio de produzir e reproduzir um modo de vida e um campo societário caracterizados por relações de natureza econômica, política e cultural, tecnológica e ambiental que interferem nos sistemas de organização e hierarquia internas desse grupo e, por conseguinte, da organização social da pesca (além dos outros atores que interferem na organização social da pesca profissional artesanal e no modo de vida dessa população, conforme tratado no capítulo cinco desta tese).

Em *survey*, realizado nos anos de 1999 e 2001 por Valencio et al. (2001)²⁹ e em 2004 (dados primários desta tese), pudemos caracterizar o modo de vida da pesca profissional artesanal do trecho mineiro do rio São Francisco. São estes os pescadores denominados, nesta tese, de Pescador Profissional Artesanal. Nos dados da Tabela 1, podemos observar que a distribuição por colônias dos pescadores profissionais artesanais da amostra, procurou cobrir uma determinada totalidade, no período de 1999 a 2004, entrevistando um total de 96 pescadores que

---

²⁹ - O referido *survey* (1999–2001) foi coordenado por Valencio como responsável da parte sócio-econômica do projeto “Bases para a Estruturação e Conservação dos Recusos Pesqueiros do Alto-Médio São Francisco”. Participaram como apontadores os seguintes alunos de graduação e pós-graduação à época: Sandro A. T. de Mendonça, Rodrigo Costante Martins, Alessandro André Leme, Juliano Costa Gonçalves, Isabel Mendonça e Silvana Aparecida Felix. Menções de participação neste *survey* por outros pesquisadores são indevidas e não autorizada pela coordenadora.

demonstraram o exercício de ocupação por meio de associativismo, sendo 28 de Três Marias, 21 de Pirapora, 19 de São Francisco e 28 de Januária.

Tabela 1 – Número de pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, entrevistados nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Colônias por ano	Número de Pescadores Entrevistados
1999	
Três Marias	11
Pirapora	6
São Francisco	8
Januária	13
Total	38
2001	
Três Marias	09
Pirapora	6
São Francisco	2
Januária	6
Total	23
2004	
Três Marias	8
Pirapora	9
São Francisco	9
Januária	9
Total	35

(*) Valencio et al. (2001).

O tempo de atuação na ocupação de pescador artesanal no Alto Médio São Francisco é explicado pela história de migrante que os mesmos viveram no passado.

Muitos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco viveram uma história de migração quando criança, no eixo Nordeste/Centro-Sul. Eles vieram para a região acompanhando seus pais e guardam na memória uma história castigada pelas perdas relacionadas à expulsão do campo provocada tanto pela seca quanto pela modernização do campo (VALENCIO, et al., 2001, p. 09-10):

Assim, tanto o atraso quanto o avanço das práticas agrícolas formaram o conjunto das circunstâncias que, nas últimas três ou quatro décadas, trouxeram famílias de trabalhadores agrícolas nordestinos para o norte de Minas Gerais - e daí, quando possível, subindo o curso do rio São Francisco, de Januária para Pirapora, de Pirapora para Três Marias -, transformando seus descendentes em trabalhadores da pesca.

A maioria dos pescadores profissionais artesanais pesquisados tinha na época da pesquisa em torno de mais de 40 anos de idade e tirava da pesca a principal fonte de renda da família há 15 anos ou mais (Tabela 2).

Tabela 2 – Tempo de atuação na ocupação dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, em relação a sua idade.

Anos e Faixa Etária	Tempo de Atuação na Ocupação					
	n.	%	Menos de 1 ano	De 1 a menos 5 anos	De 5 a menos 15 anos	De 15 anos e mais
1999						
• até 40 anos	30	13,2	0	1	2	7
• mais de 40 anos	8	42,1	0	0	6	22
• dado não coletado	0	-	0	0	0	0
Total	38	100	0	1	8	29
2001						
• até 40 anos	10	42,8	0	0	3	7
• mais de 40 anos	12	52,4	1	0	2	9
• dado não coletado	1	4,8	0	0	0	0
Total	23	100	1	0	5	14
2004						
• até 40 anos	5	14,3	0	0	3	2
• mais de 40 anos	30	85,7	0	3	1	26
• dado não coletado	0	-	0	0	0	0
Total	35	100	0	3	4	28

(*) Valencio et al. (2001).

Desta forma, constatamos que o ingresso na atividade de pesca deu-se na juventude, no momento de grande potencialidade de uso de força de trabalho. Nesse sentido específico, a atividade de pesca era uma opção de trabalho. O ingresso na ocupação de pescador deu-se entre aqueles com mais de 10 anos de idade à 19 anos (Tabela 3). Entretanto, muitos pescadores afirmaram que desde muito cedo, isto é, ainda crianças já praticavam pescarias na companhia de seus pais ou irmãos. Assim, fica evidente que a pesca não é uma atividade de trabalho como outra qualquer que busca legitimar o meio de vida de trabalhadores, mas é uma atividade lapidada pelo tempo e pelos valores e laços familiares.

Tabela 3 – Idade de ingresso na ocupação dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Idade de Ingresso na Ocupação	Anos		
	1999	2001	2004
• com menos de 10 anos	3	5	4
• com 10 a 15 anos	5	4	9
• com + de 15 a 19 anos	5	2	4
• com + de 19 a 25 anos	4	3	4
• com + de 25 a 40 anos	4	5	10
• com + de 40 anos	2	0	4
• dado não coletado	15	02	0
Total	38	21	35

(*) Valencio et al. (2001).

Ao migrarem subindo o curso do rio São Francisco, os pais dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco transformaram a si mesmos e muitos dos seus filhos em trabalhadores da pesca, atividade que muitos já praticavam na forma de subsistência. A maioria dos pais dos pescadores trabalhou durante sua vida ativa no campo ou pescavam de forma autônoma (Tabela 4).

Tabela 4 – Ocupação predominante dos pais dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, durante sua vida ativa.

Anos e Ocupação dos Pais	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	n	%	n	%	n	%	n	%
Ocupação do pai								
• agricultura	5	55,6	1	100,0	2	50,0	9	75,0
• pesca	4	44,4	0	-	1	25,0	3	25,0
• outros	0	-	0	-	1	25	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
2001								
Ocupação do pai								
• agricultura	3	33,3	3	50,0	1	50,0	2	33,4
• pesca	4	44,4	3	50,0	0	-	0	-
• outros	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	2	22,3	0	-	1	50,0	4	66,6
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
Ocupação do pai								
• agricultura	0	-	1	11,1	5	55,5	0	-
• pesca	7	87,5	1	11,1	3	33,4	7	77,8
• outros	1	12,5	5	55,6	1	11,1	2	22,2
• dado não coletado	0	-	2	22,2	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

Alguns pescadores afirmam que seu ingresso na ocupação da pesca buscava concretizar a aspiração do trabalho autônomo que ela representa. Portanto, além das adversidades sofridas pela família no processo de migração, a pesca tornou-se

uma opção gratificante, motivada pelo gosto pessoal forjado pelas experiências assimiladas do passado, quando crianças (VALENCIO et al., 2001, p. 10):

Aos 11 anos trabalhei na construção da ponte e vi passar um cardume de curimatã e fiquei impressionado. No dia seguinte, coloquei uma isca num galho e pesquei um. Quando eu ia adiante com o galho e o peixe um moço passou e falou; 'ô menino, quer vender esse peixe pra mim?' Aí , ele ofereceu um dinheiro que levaria 30 dias para eu ganhar na construção e eu fiquei satisfeito. Logo depois, mudou para cá uma família vinda de Pirapora e o pai era pescador. Eu me entrosei com os filhos, que eram da minha idade e os que eram mais velhos, me ensinaram a botar tarrafa e eu comecei a pescar. E venho dali pra cá, acompanhando o sofrimento do rio. Conforme ele sofre a gente sofre também. (Pescador Profissional Artesanal, Sr. Norberto, 51 anos. São Gonçalo do Abaeté, MG.).

A gente morava na roça e a pesca era um gostar. A gente fazia pescar porque gostava. E ganhava um dinheirinho. (Pescador Profissional Artesanal, Sr. Luís, 43 anos. Pirapora, MG.).

Entretanto, outros pescadores afirmam que a pesca foi a única alternativa de trabalho e, por conseguinte, a única forma de garantir a sobrevivência da família (VALENCIO et al., 2001, p. 10):

A gente veio parar na pesca porque não tinha outro emprego pra gente na cidade. Nem nunca veio a ter, de forma que a gente ta aqui até hoje, nesse sofrimento. (Pescador Profissional Artesanal, Sr. José, 53 anos. Pirapora, MG.).

Fosse ou não por gosto pessoal, a pesca tornou-se uma opção de trabalho que delimitou um meio e um modo de vida para muitas famílias no Alto-Médio São Francisco. Entretanto, na atualidade muitos pescadores afirmam que não desejam que seus filhos sigam a sua profissão: “Não desejo pros meus filhos um futuro na pesca porque a pesca não tem futuro” (Pescador Profissional Artesanal, Sr. Luís, 43 anos. Pirapora, MG). (VALENCIO et al., 2001, p. 11).

O número médio de dependentes por pescador, considerando-se somente os filhos, é de 3,0 em Três Marias, 3,3 em Pirapora, 3,8 em São Francisco e 2,4 em Januária (Tabela 5). Entretanto, a maior variabilidade no número de dependentes filhos ocorre em Januária, sendo de um a oito dependentes. Em números absolutos,

são 196 filhos que dependem diretamente do esforço de pesca dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco.

Tabela 5 – Número médio de filhos dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, por domicílio e colônias.

Colônias	Número Médio de Filhos, por Domicílio
Três Marias	3,0
Pirapora	3,3
São Francisco	3,8
Januária	2,4

(*) Valencio et al. (2001).

De uma forma geral, Pirapora congrega o menor número de filhos e Januária congrega o maior, 35 e 61 em números absolutos, respectivamente.

À primeira vista supunha-se que o fator origem rural fosse explicativo das famílias com maior número de filhos, dada a tradição de constituição familiar rural brasileira. Todavia, verificou-se que em Januária a maioria dos pescadores tem origem no meio urbano, tanto os pescadores nascidos no lugar quanto os migrantes (Tabela 6). Porém, quando observado o fator educação formal percebe-se um menor nível de escolaridade entre pescadores de Januária, o que pressupõem menor capacidade de apreensão das informações a respeito de planejamento familiar.

Tabela 6 - Origem dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, nascidos no local ou migrante da zona urbana ou rural.

Anos e Origem do Pescador	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	n	%	n	%	n	%	n	%
Nascido no Local								
• zona rural	0	-	0	-	0	-	3	37,5
• zona urbana	3	100,0	0	-	3	100,0	5	62,5
Sub total	3	100	0	-	3	100	8	100
Migrante								
• zona rural	1	16,6	1	100,0	0	-	4	100,0
• zona urbana	5	83,4	0	-	1	100,0	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Sub total	6	100	1	100	1	100	4	100
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
2001								
Nascido no Local								
• zona rural	1	33,3	0	-	1	100,0	0	-
• zona urbana	2	66,7	4	100,0	0	-	2	100,0

Sub total	3	100	4	100	1	100	2	100
Migrante								
• zona rural	1	16,6	0	-	0	-	1	25,0
• zona urbana	5	83,4	2	100,0	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	1	100,0	3	75,0
Sub total	6	100	2	100	1	100	4	100
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
Nascido no Local								
• zona rural	1	12,5	4	44,4	0	-	0	-
• zona urbana	0	-	0	-	2	22,2	3	33,4
Sub total	1	12,5	4	44,4	2	22,2	3	33,4
Migrante								
• zona rural	3	37,5	3	33,4	5	55,6	2	22,2
• zona urbana	4	50	2	22,2	2	22,2	4	44,4
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Sub total	7	87,5	5	55,6	7	77,8	6	66,6
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

Os motivos da resistência de ter um filho que opte pela profissão de pescador e querer que este tenha um trabalho urbano, são aqueles de vieses éticos, relativos ao respeito e justiça, que envolvem as relações interpessoais e grupais deste profissional com a sociedade, além da falta do recurso pesqueiro por causa da poluição do rio, entre outras. De acordo com Valencio et al. (2003, p. 276):

O pescador que, por vocação ou tradição, escolhe a profissão desde muito cedo não vê em sua ocupação motivo de vergonha perante a sociedade envolvente. Demonstra-se, sim, injustiçado pela ausência de retorno financeiro compatível com o esforço empreendido e com as necessidades da família. Revolta-se, também, pelo fato de muitas vezes ser caracterizado como 'marginal', ainda que sua baixa renda provenha exclusivamente do exercício de seu trabalho, devidamente formalizado, praticado sem intermediação nem espoliação de outros trabalhadores.

Ao contrário da vergonha, o pescador tem orgulho da sua profissão, seja pelo domínio de técnicas específicas de trabalho, seja pela percepção ambiental aguçada (VALENCIO et al., 2003), pois, ela determina conexões interpessoais pautadas pela solidariedade social. Desta forma, o campo moral e ético constituído perpassa a emoção dos membros do grupo, tem caráter vinculador e é capaz de fazer o pescador transcender os preconceitos e ter orgulho da sua profissão. Portanto, é uma profissão que envolve a prática de ritual e têm suas conexões com

a solidariedade social, a moral, a ética e emoção dos membros do grupo, daí seu caráter vinculador.

Entretanto, mesmo sendo uma ocupação profissional garantida institucionalmente, a atividade de pesca profissional artesanal nem sempre é valorizada pela sociedade, incluindo as autoridades.

Poucos filhos de pescadores seguem a atividade dos pais, a maioria ou trabalha de modo autônomo como pintor, diarista, entre outras atividades ou está desempregada (Tabela 7). Embora não tenham outra opção de trabalho no local onde residem, são poucos os filhos de pescadores que aspiram trabalhar na pesca. Isto acontece devido à expansão do turismo de lazer nas áreas onde residem e trabalham os pescadores profissionais artesanais. Segundo Felix (2003), a influencia dos turistas sobre os mais jovens, filhos de pescadores, se dá porque, enquanto entre os adultos o lazer é realizado durante o refazimento dos laços de camaradagem ou no momento de ir a igreja, para os filhos de pescadores jovens faz-se fundamental freqüentar os lugares freqüentados pelos turistas. Ao compararem seu modo de vida, avaliando as condições de vida dos pais pescadores, com o modo de vida do turista, aparentemente mais atraente, sofisticado e promissor, os filhos de pescadores têm reforçado seu desinteresse pelo desenvolvimento ou continuidade com a atividade pesqueira.

Tabela 7 – Ocupação a que se dedicam os filhos dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Ocupação	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	n	%	n	%	n	%	n	%
Ocupações dos Filhos								
• pescador (a)	3	11,6	0	-	0	-	0	-
• trabalhador (a) rural	0	-	0	-	0	-	0	-
• autônomo (pintor, biscateiro, diarista)	0	-	0	-	2	12,5	2	5,8
• trabalhador (a) no comércio	2	7,6	0	-	0	-	1	2,9
• funcionário (a) público municipal (cargo)	2	7,6	0	-	0	-	0	-
• trabalhador (a) na indústria	0	-	0	-	0	-	0	-
• funcionário (a) público estadual (cargo)	0	-	0	-	0	-	0	-
• guia turístico	0	-	0	-	0	-	0	-
• estudante	10	38,4	1	33,3	5	31,2	23	67,6
• desempregado (a)	3	11,6	2	66,7	0	-	2	5,8
• não se aplica (menor de 7 anos)	6	23,2	0	-	8	50,0	6	17,6
• outros	0	-	0	-	1	6,3	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	26	100	3	100	16	100	34	100
2001								
Ocupações dos Filhos								
• pescador (a)	0	-	1	5,0	0	-	0	-
• trabalhador (a) rural	0	-	0	-	0	-	0	-
• autônomo (pintor, biscateiro, diarista)	0	-	3	15,0	0	-	1	11,2
• trabalhador (a) no comércio	2	7,2	0	-	0	-	0	-
• trabalhador (a) na indústria	0	-	1	5,0	0	-	0	-
• funcionário (a) público municipal (cargo)	3	10,7	0	-	0	-	0	-
• funcionário (a) público estadual (cargo)	0	-	0	-	0	-	0	-
• guia turístico	0	-	0	-	0	-	0	-
• estudante	9	32,1	7	35,0	5	71,4	4	44,4
• desempregado (a)	6	21,4	7	35,0	0	-	2	22,2
• não se aplica (menor de 7 anos)	8	28,6	1	5,0	2	28,6	2	22,2
• outros	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	28	100	20	100	7	100	9	100
2004								
Ocupações dos Filhos								
• pescador (a)	2	16,7	0	-	1	3,2	2	7,4
• trabalhador (a) rural	0	-	0	-	0	-	0	-
• autônomo (pintor, biscateiro, diarista)	0	-	6	42,8	1	3,2	0	-
• trabalhador (a) no comércio	1	8,3	0	-	4	12,9	0	-
• funcionário (a) público municipal (cargo)	0	-	1	7,2	0	-	0	-
• trabalhador (a) na indústria	0	-	0	-	2	6,4	0	-
• funcionário (a) público estadual (cargo)	0	-	0	-	0	-	0	-
• guia turístico	0	-	0	-	0	-	0	-
• estudante	2	16,7	5	35,7	9	29,0	11	40,7
• desempregado (a)	3	25,0	2	14,3	5	16,2	10	37,1
• não se aplica (menor de 7 anos)	4	33,3	0	-	5	16,2	2	7,4
• outros	0	-	0	-	0	-	2	7,4
• dado não coletado	0	-	0	-	4	12,9	0	-
Total	12	100	14	100	31	100	27	100

(*) Valencio et al. (2001).

Hoje, os filhos dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco não vêem na atividade da pesca profissional artesanal a possibilidade de legitimarem o meio e modo de vida na forma tradicional para si, mas, aspiram pelas ‘coisas da modernidade’. Será que o máximo que os filhos de pescadores poderiam

almejar é atuar como guia turístico, entre outras ocupações relacionadas à indústria do turismo de lazer erradamente associada à pesca profissional artesanal?

A sedução de morar na cidade grande, ter uma formação acadêmica ou apenas uma ocupação no comércio ou na indústria, quebrar, desta forma, os laços de dependência familiar não significa apenas buscar ou redefinir a sua identidade cultural, ou reavaliar ou mesmo negar o meio e modo de vida familiar, mas, incorporar os valores dos grupos modernos trazidos pelos turistas, os quais provocam grande vulnerabilidade das relações sociais e bióticas que comumente ocorrem tradicionalmente na área de nosso estudo.

Neste contexto, a modernidade se expressa na transformação das relações sociais e ambientais tradicionais em outras orientadas pela lógica da própria modernidade; e isto é extremamente negativo, pois, nega por completo a tradição. Desse modo, a modernidade e a tradicionalidade não se moldam e não se fixam. Segundo Giddens (1991, p. 44) a tradição “não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes”. Assim, se não fosse seduzido pelos valores da modernidade exclusivamente, o filho de pescador, diferente dos seus pais, aspiraria um meio e modo de vida forjado sob novos paradigmas: estudar, se qualificar e se especializar tecnicamente se somariam ao capital cultural e material herdados pela tradição, e apontariam a *escolha* da construção de uma nova tradição.

Entretanto, a construção deste projeto individual (modernizador) não pode ser entendida de forma generalizada e nem particularizada; nem mesmo uma escolha aleatória. Ela decorre do processo de modernização da sociedade iniciado a partir dos anos de 1980 e rompe com o padrão de reprodução da cultura tradicional

sustentada pela identidade, construída entre os valores familiares e os valores do conhecimento tradicional. Para os pescadores, a saída de seus filhos de casa transcende um projeto individual e representa a manutenção da produção familiar sob as novas condições de vida e trabalho da modernidade. Desse modo, se ontem o pescador fugia com seus pais da miséria, a maioria relacionada à expulsão do campo ou pela seca ou pelo processo de modernização do campo, seu filho hoje busca adaptar-se ao processo de modernização que o meio e o modo de vidas familiares passam, mesmo que isso acarreta novos problemas e crises. Na fala de Giddens (1997, p. 95), a “escolha tornou-se obrigatória”.

Segundo Giddens (1997, p. 95-96), é de suma importância fazer uma distinção entre escolhas e decisões:

Muitas de nossas atividades cotidianas, na verdade, tornaram-se abertas à escolha ou, ao contrário, (...), a escolha tornou-se obrigatória. Esta é uma tese importante sobre a vida cotidiana atual. Analiticamente, é mais preciso afirmar que todas as áreas da atividade social vêm a ser governadas por decisões – com frequência, mas não universalmente –, desenvolvidas com base em exigências de conhecimento especializado de um tipo ou de outro. Quem toma essas decisões, e como, é fundamentalmente uma questão de poder. Uma decisão, é claro, é sempre escolha de alguém e, em geral, todas as escolhas, mesmo aquelas dos mais pobres ou aparentemente impotentes, sofrem refração das relações de poder preexistentes. Por isso, a abertura da vida social à tomada de decisão não deve ser identificada *ipso facto* com o pluralismo; é também um meio de poder e de estratificação.

Fica evidente que, cada vez, mais os valores tradicionais são ultrapassados pelos modernos, e isso acaba produzindo uma situação em que a vida moldada pelos valores tradicionais deixa de ser atraente como há duas ou três décadas. É uma situação decidida e imposta pela modernidade, não apenas pela glorificação das tecnologias e dos modos de vida cada vez mais sedutores, mas, a capacidade que os grupos modernos têm de interferir e alterar (portanto, de decidir) os universos da política, da economia, da cultura, do trabalho, entre outros, e redimensionar tanto as estratégias de configuração do poder quanto as instituições sociais formadoras da moral e ética da sociedade.

Desse modo, é importante considerar que a aspiração pela redefinição de identidades culturais pressupõe uma diversidade de sistemas simbólicos coexistentes, os quais nem sempre são os mesmos da reelaboração do sistema de valores locais. É muito provável que a partir da releitura dos valores modernos, os filhos de pescadores, sujeitos da nova conformação cultural, inicialmente sofram uma transformação parcial e mais tarde rompam definitivamente com os valores tradicionais da sua comunidade. E mesmo que o filho de pescador continue vivendo na sua comunidade original proclamando a importância da tradicionalidade, ou como pequeno empresário de turismo ou dono de restaurante, não será um redespertar da tradição, mas algo novo.

Com relação ao nível educacional do pescador foram estratificados dois grupos importantes: o primeiro grupo é formado pelos pescadores que *não estudaram* e/ou são *analfabetos*; e o segundo, por aqueles que *cursaram o primário* (concluído ou não).

O nível educacional predominante entre os pescadores é o *primário incompleto*, compreendendo a maioria. Do total de pescadores, 21 *nunca estudou* e/ou são *analfabetos*. Foi observado que nenhum pescador tem o 2º. grau completo (11 anos de estudo formal). Apenas 3 pescadores (dados 2004) ou estão cursando o 2º. grau ou têm o 2º. grau *incompleto* (Tabela 8). Isto significa dizer que a grande maioria do pescador profissional artesanal não tem habilidade de lidar com a codificação abstrata pressuposta na modernidade, seja no nível do consumo cultural, no nível da produção da informação, bem como no nível do poder ou da regulação da comunicação, entre outros.

Tabela 8 – Nível de escolaridade dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Níveis de Escolaridade	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	n	%	n	%	n	%	n	%
• analfabeto	2	16,6	0	-	1	25,0	6	50,0
• não estudou	0	-	0	-	0	-	0	-
• cursando o primário	0	-	0	-	0	-	0	-
• primário incompleto	3	25,0	1	100,0	2	50,0	6	50,0
• primário completo	3	25,0	0	-	1	25,0	0	-
• cursando o 1º. grau	0	-	0	-	0	-	0	-
• 1º. grau incompleto	3	25,0	0	-	0	-	0	-
• 1o. grau completo	1	8,4	0	-	0	-	0	-
• cursando o 2º grau	0	-	0	-	0	-	0	-
• 2o. grau incompleto	0	-	0	-	0	-	0	-
• 2º. grau completo	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
• Total	12	100	1	100	4	100	12	100
2001								
• analfabeto	1	11,1	0	-	0	-	2	33,4
• não estudou	1	11,1	1	14,3	0	-	0	-
• cursando o primário	0	-	0	-	0	-	0	-
• primário incompleto	5	55,6	2	28,6	0	-	1	16,6
• primário completo	1	11,1	3	42,8	1	50,0	0	-
• cursando o 1º. grau	0	-	0	-	0	-	0	-
• 1º. grau incompleto	0	-	1	14,3	0	-	0	-
• 1o. grau completo	1	11,1	0	-	0	-	0	-
• cursando o 2º grau	0	-	0	-	0	-	0	-
• 2o. grau incompleto	0	-	0	-	0	-	0	-
• 2º. grau completo	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
• Total	9	100	7	100	2	100	6	100
2004								
• analfabeto	0	-	0	-	0	-	0	-
• não estudou	1	9,1	0	-	3	27,3	3	27,3
• cursando o primário	0	-	0	-	0	-	0	-
• primário incompleto	3	27,3	5	55,5	5	45,4	3	27,3
• primário completo	5	45,4	3	33,4	2	18,2	3	27,3
• cursando o 1o. grau	0	-	0	-	0	-	0	-
• 1o. grau incompleto	0	-	1	11,1	0	-	1	9,05
• 1o. grau completo	0	-	0	-	0	-	0	-
• cursando o 2o grau	0	-	0	-	1	9,1	0	-
• 2o. grau incompleto	1	9,1	0	-	0	-	1	9,05
• 2o. grau completo	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	1	9,1	0	-	0	-	0	-
• Total	11	100	9	100	11	100	11	100

(*) Valencio et al. (2001).

Para o pescador profissional artesanal, o desempenho satisfatório do seu exercício profissional não depende do conhecimento formal, pois, o esforço de captura depende basicamente da percepção ambiental e de habilidade física para o manejo dos apetrechos de pesca. Mas, seguindo a lógica de mercantilização e modernização recente da pesca no Brasil, ao se introduzir, no interior da pesca profissional artesanal, mecanismos de controle e regulação, próprios da esfera da produção e do mercado objetivando produzir resultados que se ajustem, mais estreitamente, às demandas e especificações da pesca industrial (ou empresarial), o pescador profissional artesanal não tem condições para lidar com a codificação abstrata contida em tais mecanismos em razão da insuficiência de escolaridade, o que o coloca em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, apenas 3 pescadores não estariam em situação de vulnerabilidade.

Outro aspecto de vulnerabilidade diz respeito à renda mensal da pesca e do domicílio. No domicílio, a renda oriunda da pesca é a principal fonte de renda da família e situa-se, para a maioria dos pescadores entrevistados, em dois salários mínimos (Tabela 9). No ano de 1999, para 22,2% dos pescadores de Três Marias, todos os pescadores de Pirapora, 25% dos pescadores de São Francisco e para nenhum pescador de Januária a renda da pesca encontrava-se no extrato de dois salários mínimos. Em 2004, aumentou a renda neste extrato entre os pescadores de Três Marias (75%) e diminuiu a renda destes pescadores no extrato de três salários mínimos; em Pirapora diminuiu a renda no extrato de dois salários (22,2%) e aumentou o número de pescadores com um salário mínimo; em São Francisco nenhum pescador recebia dois salários mínimos, tendo aumentos expressivos nos extratos de 1 e menos um salário mínimo; em Januária, apenas um pescador

recebia dois salários mínimos com a pesca, todos os outros recebiam entre um e menos um salário. Os dados expressam as diferenças das condições econômicas a que estão sujeitas as comunidades, apontando para um agravamento dos níveis de renda da pesca e, por conseguinte, a renda familiar de todos os pescadores.

Tabela 9 – Renda mensal da atividade da pesca e do domicílio dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Níveis de Renda**	Colônias															
	Três Marias				Pirapora				São Francisco				Januária			
	Renda do Domicílio		Renda da Pesca		Renda do Domicílio		Renda da Pesca		Renda do Domicílio		Renda da Pesca		Renda do Domicílio		Renda da Pesca	
1999	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
menos de 1 sal. mín.	1	11,1	1	11,1	0	-	0	-	2	50,0	3	75,5	3	25,0	6	50,0
um sal. mínimo	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	3	25,0	6	50,0
dois sal.s mínimos	2	22,2	2	22,2	1	100,0	1	100,0	2	50,0	1	25,0	3	25,0	0	-
três sal.s mínimos	1	11,1	3	33,4	0	-	0	-	0	-	0	-	1	8,4	0	-
quatro sal. mínimos	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
cinco e mais sal. mín.	3	33,4	1	11,1	0	-	0	-	0	-	0	-	1	8,4	0	-
dado não coletado	2	22,2	2	22,2	0	-	0	-	0	-	0	-	1	8,4	0	-
Total	9	100	9	100	1	100	1	100	4	100	4	100	12	100	12	100
2001																
menos de 1 sal. mín.	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	1	16,6	2	33,4
um sal. mínimo	1	11,1	1	11,1	1	16,6	1	16,6	1	50,0	1	50,0	1	16,6	4	66,6
dois sal.s mínimos	3	33,4	3	33,4	0	-	2	33,4	0	-	0	-	0	-	0	-
três sal.s mínimos	1	11,1	5	55,5	1	16,6	2	33,4	0	-	0	-	1	16,6	0	-
quatro sal. mínimos	1	11,1	0	-	1	16,6	1	16,6	0	-	0	-	0	-	0	-
cinco e mais sal. mín.	3	33,4	0	-	3	50,2	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-	1	50,0	1	50,0	3	50,2	0	-
Total	9	100	9	100	6	100	6	100	2	100	2	100	6	100	6	100
2004																
menos de 1 sal. mín.	0	-	0	-	1	11,1	2	22,2	3	33,3	6	66,7	2	22,2	2	22,2
um sal. mínimo	1	12,5	1	12,5	3	33,3	5	55,6	3	33,3	3	33,3	2	22,2	6	66,7
dois sal.s mínimos	2	25,0	6	75,0	4	44,5	2	22,2	0	-	0	-	4	44,5	1	11,1
três sal.s mínimos	3	37,5	1	12,5	1	11,1	0	-	2	22,3	0	-	1	11,1	0	-
quatro sal. mínimos	1	12,5	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
cinco e mais sal. mín.	1	12,5	0	-	0	-	0	-	1	11,1	0	-	0	-	0	-
dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	8	100	9	100	9	100	9	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

**Nota: o valor da renda mensal corresponde ao salário mínimo da época, sendo em 1999 de R\$ 136,00, em 2001 de R\$ 180,00 e em 2004 de R\$ 260,00.

A renda dos pescadores de Três Marias é maior devido, principalmente, à pesca no reservatório de Três Marias. Embora o peixe principal capturado no reservatório seja o tucunaré, espécie exótica, predadora de outras espécies de peixes e, por

isso, considerado peixe de segunda categoria, pode ser pescado em qualquer época do ano. Além disso, segundo Valencio et al. (2001), a exploração turística da represa de Três Marias confere maior comércio de peixe tanto no acatado quanto no varejo. Entretanto, quanto mais se desce o rio, de Pirapora à jusante, na altura dos municípios de São Francisco e Januária, mais os peixes escasseiam, e o rio apresenta-se mais assoreado. “Essa circunstância ambiental desfavorável tenderia a elevar o preço do pescado e, contudo, os preços praticados são menores do que em Três Marias ou Pirapora porque o mercado local é menos dinâmico”. (Valencio et al., 2001, p. 43).

Mesmo com a retenção da água do rio pela represa de Três Marias prejudicando a atividade pesqueira e a cultura de subsistência da população do entorno, principalmente a jusante do rio, a situação de pobreza dos pescadores e familiares é minorada apenas quando algumas formas de provimento (na alimentação, no material construtivo, na fonte de energia e cocção) não dependem exclusivamente de renda monetária, como no auto abastecimento.

Além das limitações econômicas, outras se colocam à frente da reprodução social do pescador profissional artesanal do Alto Médio São Francisco, sobretudo as limitações materiais de moradia, entre outras.

4.2.2.2 O PESCADOR E SEU DOMICÍLIO

A unidade de informação considerada para a descrição e análise das condições de vida e trabalho do pescador profissional artesanal foi o domicílio (Foto 6). Segundo o IBGE (2002), domicílio é a moradia de uma ou mais pessoas onde o relacionamento entre os seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência, e que foi construído para servir exclusivamente de habitação. Esta definição pressupõe que um domicílio possa ser habitado por mais de uma família e quando isso acontece seus moradores compartilham a mesma fonte de alimentação, dividindo os alimentos ou realizando em conjunto os gastos alimentares comuns.

Foto 6. No domicílio de pescador, no ano de 2001, a esposa relata as dificuldades do cotidiano em Pirapora, MG. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Nos domicílios entrevistados do Alto-Médio São Francisco, observou-se que a maioria deles é formada por uma única família, cujo chefe é pescador profissional

artesanal. A proporção do total de pescadores profissionais artesanais entrevistados por domicílio é 11,6% maior do que o número de domicílios onde foram aplicados os questionários de condições de vida. Entretanto, quando mais de uma família habitava o mesmo domicílio, entrevistou-se, para a caracterização dos dados de pesca, aqueles pescadores chefes de família. Quando no domicílio outro membro, além do chefe, era pescador, este também foi entrevistado respondendo apenas o questionário de pesca – há casos em que filho solteiro de pescador trabalha como pescador independente. Em ambos os casos, isso acontece desde que os pescadores pesquem separadamente, cada um com sua tralha. Por isso, justificam-se as diferenças entre os números de domicílios entrevistados, números de pescadores por domicílio entrevistados (dados de condições de vida) (Tabela 10) e o número de pescadores entrevistados (dados de pesca) (Tabela 1, apresentada anteriormente).

Tabela 10 – Número de domicílios e de pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, entrevistados nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Colônias	Número de Domicílios	Número de Pescadores
	Entrevistados	Entrevistados, por domicílio
1999		
Três Marias	9	12
Pirapora	1	1
São Francisco	4	4
Januária	12	12
Total	26	29
2001		
Três Marias	9	9
Pirapora	6	7
São Francisco	2	2
Januária	6	6
Total	23	24
2004		
Três Marias	8	11
Pirapora	9	9
São Francisco	9	11
Januária	9	11
Total	35	42
Total Geral	84	95

(*) Valencio et al. (2001).

A distribuição da zona de inserção do domicílio de pescador profissional artesanal nos permite definir com clareza o limite entre aqueles que vivem no mundo rural e os do mundo urbano. Entretanto, para os pescadores, esses espaços delimitam sua vida social e sua vida profissional, de modos distintos, perpassando pelos fatores familiares e ambientais, respectivamente. Segundo Valencio et al. (2003), o pescador tem uma forma própria de fixação em terra firme, quando está com a sua família, e outra forma distinta de definir o seu espaço de trabalho. Em ambas, os pescadores carecem de investimentos públicos. Embora a maioria dos domicílios dos pescadores esteja localizada na área urbana do município (Tabela 11), há uma tendência deles se concentrarem em um mesmo bairro, geralmente sendo o mais carente do município onde estão inseridos.

É convencional que os problemas dos moradores urbanos sejam diferentes dos moradores rurais. Enquanto os primeiros buscam soluções para problemas de trânsito, habitação, segurança, criminalidade, entre outros; os segundos têm outras necessidades, como crédito agrícola. Tais diferenças pressupõem que as políticas públicas esbarrem no limite entre o mundo urbano e o mundo rural. Desse modo, definir com clareza o limite entre o mundo rural e o mundo urbano perpassa pelo significado que os pescadores atribuem a esses dois mundos, além dos interesses familiares e profissionais.

Tabela 11 – Zona de inserção dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Zona de Inserção	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1999								
rural	5	55,6	0	-	0	-	0	-
urbana	4	44,4	1	100,0	4	100,0	12	100,0
dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
2001								
rural	0	-	0	-	1	50,0	0	-
urbana	9	100,0	4	66,6	0	-	4	66,6
dado não coletado	0	-	2	33,4	1	50,0	2	33,4
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
Rural	7	87,5	2	22,2	0	-	0	-
urbana	1	12,5	7	77,8	9	100	9	100
dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

Nos bairros onde moram (Fotos 7 e 8), as moradias dos pescadores profissionais artesanais geralmente são as mais simples e precárias, comparadas com as moradias dos demais cidadãos.

Foto 7. Na periferia do município de São Francisco, o bairro do Quebra é considerado um dos mais pobres e é o local onde se concentra grande parte dos pescadores. Ano de 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 8. Bairro Nossa Senhora Aparecida, um dos mais pobre do município de Pirapora, MG, é local onde reside grande parte dos pescadores. Ano de 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

As características construtivas dos domicílios de pescador estão bastante próximas dos demais domicílios; porém, a composição arquitetônica não. Geralmente, as moradias de pescador não receberam acabamento ou ele é apenas parcial (Fotos 9 e 10). Mesmo assim, o pescador considera pronta a construção de seu domicílio, mas a precariedade do domicílio denuncia a penúria em que vive a família do pescador.

Foto 9. Simplicidade na composição arquitetônica de domicílio de pescador no município de São Francisco, MG. Construção caracterizada por paredes de alvenaria, sem acabamento e telhado de barro. Ano de 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 10. Domicílio de pescador do município de Januária, MG, no momento da entrevista em 2004, sendo a composição arquitetônica é caracterizada por paredes de alvenaria, sem acabamento, telhado de barro e de fibrocimento.

A maioria dos domicílios de pescador é caracterizada por paredes de alvenaria, telhado de barro e piso de cimento ou tijolos. A área construída, da maioria, está

concentrada na faixa de até 75 m², sendo mais relevante entre 50 e 75 m² (Tabela 12).

Tabela 12 – Características arquitetônicas dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Características Arquitetônicas	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	n	%	n	%	n	%	n	%
Número de Domicílios								
Área Construída								
• até 50 m ²	5	55,6	0	-	2	50,0	8	66,6
• + de 50 a 75 m ²	3	33,3	1	100,0	0	-	4	33,4
• + de 75 a 100 m ²	0	-	0	-	0	-	0	-
• + de 100 m ²	0	-	0	-	1	25,0	0	-
• dado não coletado	1	11,1	0	-	1	25,0	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
Material Construtivo								
Paredes								
• alvenaria	7	77,7	1	100,0	4	100,0	12	100,0
• madeira	0	-	0	-	0	-	0	-
• adobe	2	22,3	0	-	0	-	0	-
• pau a pique	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
Telhado								
• telha de barro	5	55,6	1	100,0	4	100,0	9	75,0
• zinco ou fibrocimento	2	22,2	0	-	0	-	3	25,0
• madeira	0	-	0	-	0	-	0	-
• sape	2	22,2	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
Piso								
• madeira	0	-	0	-	1	25,0	0	-
• ladrilho	2	22,2	0	-	1	25,0	3	25,0
• cimento ou tijolo	4	44,4	1	100,0	2	50,0	8	66,6
• terra batida	2	22,2	0	-	0	-	1	8,4
• cerâmica	1	11,2	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
2001								
Número de Domicílios								
Área Construída								
• até 50 m ²	5	55,6	3	50,0	0	-	3	50,0
• + de 50 a 75 m ²	2	22,2	2	33,4	1	100,0	0	-
• + de 75 a 100 m ²	1	11,1	1	16,6	0	-	0	-
• + de 100 m ²	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	1	11,1	0	-	1	-	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Material Construtivo								
Paredes								
• alvenaria	9	100,0	6	100,0	0	-	3	50,0
• madeira	0	-	0	-	1	50,0	0	-
• adobe	0	-	0	-	0	-	0	-
• pau a pique	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Telhado								
• telha de barro	7	77,7	5	83,3	1	50,0	3	50,0
• zinco ou fibrocimento	2	22,3	1	16,7	0	-	0	-
• madeira	0	-	0	-	0	-	0	-
• sape	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Piso								
• madeira	1	11,2	0	-	0	-	0	-
• ladrilho	4	44,4	4	66,6	0	-	1	16,6
• cimento ou tijolo	4	44,4	2	33,4	0	-	2	33,4
• terra batida	0	-	0	-	1	50,0	0	-
• cerâmica	0	-	0	-	0	-	0	-

• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
Número de Domicílios								
Área Construída								
• até 50 m2	3	37,5	3	33,3	1	11,1	1	11,1
• + de 50 a 75 m2	2	25	3	33,3	5	55,5	4	44,4
• + de 75 a 100 m2	3	37,5	3	33,3	2	22,2	3	33,4
• + de 100 m2	0	-	0	-	1	11,1	1	11,1
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Material Construtivo								
Paredes								
• alvenaria	8	100	8	88,9	9	100	9	100
• madeira	0	-	0	-	0	-	0	-
• adobe	0	-	0	-	0	-	0	-
• pau a pique	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	1	11,1	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Telhado								
• telha de barro	2	25	6	66,7	9	100	5	55,5
• zinco ou fibrocimento	5	62,5	3	33,3	0	-	4	44,5
• madeira	0	-	0	-	0	-	0	-
• sape	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	1	12,5	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Piso								
• madeira	0	-	0	-	0	-	0	-
• ladrilho	4	50	2	22,2	3	33,4	2	22,2
• cimento ou tijolo	4	50	6	66,7	5	55,5	7	77,8
• terra batida	0	-	1	11,1	1	11,1	0	-
• cerâmica	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

Os dados da Tabela 12, referente ao estrato de área construída, indicam que a maioria de domicílio de pescador tem até 75 m². Entretanto, observa-se, no período 1999-2004, tendência de aumento de área construída no estrato de mais de 75 a 100 m². No ano de 1999, nenhum pescador das colônias pesquisadas morava em um domicílio com área construída com mais de 75 a 100 m². Em 2004, 37,5% dos pescadores de Três Marias, 33,3 % de Pirapora, 22,2% de São Francisco e 33,4% dos pescadores de Januária tinham domicílios com esta área. Embora a totalidade dos pescadores tenha declarado que o material construtivo das paredes seja a alvenaria (arte de construção considerada mais resistente quanto à vedação, proteção, resistência mecânica e isolamento térmico e acústico do domicílio, portanto, propiciadora de maior conforto), o material do telhado deixou de ser a

telha de barro e passou a ser, para a maioria dos pescadores, a telha de zinco ou fibrocimento, considerada menos eficiente quanto ao isolamento térmico e acústico e com menor durabilidade – é importante registrar que, geralmente, os domicílios dos pescadores não são lajotados. O material construtivo do piso também sofreu modificação de tipo para pior, deixando de ser utilizado o piso de ladrilho ou cerâmica, os quais proporcionam maior conforto na manutenção da limpeza do domicílio e, por conseguinte, maior higiene, passando a ser utilizado, no período 1999-2004, o piso de cimento ou tijolo, considerado piso rústico, menos eficiente para a manutenção da limpeza do domicílio.

O nível de carência também pode ser demonstrado por algumas variáveis que dizem respeito à infra-estrutura, como as condições de saneamento básico do domicílio. A maioria dos domicílios utiliza água fornecida pelo sistema de abastecimento público, o destino do esgoto é a fossa construída no próprio domicílio e os resíduos sólidos são coletados por caminhões das prefeituras (coleta pública) (Tabela 13).

Tabela 13 – Condições de saneamento básico dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Condições de Saneamento Básico	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
Fonte de Água								
• rede pública	4	44,4	1	100,0	4	100,0	12	100,0
• poço	3	33,3	0	-	0	-	0	-
• reservatório	2	22,3	0	-	0	-	0	-
• nascente/olho d'água	0	-	0	-	0	-	0	-
• rio	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
Destino do Esgoto								
• fossa	6	75,5	1	100,0	4	100,0	7	58,4
• vala negra	0	-	0	-	0	-	0	-
• direto no curso d'água	0	-	0	-	0	-	0	-
• esgoto rede pública	0	-	0	-	0	-	5	41,6
• não sabe	2	25,0	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	1	100	4	100	12	100
Destino dos Resíduos Sólidos								
• coletado por caminhão (coleta pública)	5	55,6	1	100,0	4	100,0	12	100,0
• queimado	4	44,4	0	-	0	-	0	-
• enterrado	0	-	0	-	0	-	0	-
• jogado em áreas vagas	0	-	0	-	0	-	0	-
• jogado no curso d'água	0	-	0	-	0	-	0	-

Total	9	100	1	100	4	100	12	100
2001								
Fonte de Água								
• rede pública	8	88,8	6	100,0	0	-	3	50,0
• poço	1	11,2	0	-	0	-	0	-
• reservatório	0	-	0	-	0	-	0	-
• nascente/olho d'água	0	-	0	-	0	-	0	-
• rio	0	-	0	-	1	50,0	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Destino do Esgoto								
• fossa	7	77,8	6	100,0	0	-	2	33,4
• vala negra	0	-	0	-	0	-	0	-
• direto no curso d'água	1	11,1	0	-	0	-	0	-
• esgoto rede pública	1	11,1	0	-	0	-	1	16,6
• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
• outros	0	-	0	-	1	50,0	0	-
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Destino dos Resíduos Sólidos								
• coletado por caminhão(coleta pública)	9	100,0	6	100,0	0	-	2	33,4
• queimado	0	-	0	-	1	50,0	1	16,6
• enterrado	0	-	0	-	0	-	0	-
• jogado em áreas vagas	0	-	0	-	0	-	0	-
• jogado no curso d'água	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
Fonte de Água								
• rede pública	3	37,5	8	88,9	9	100	9	100
• poço	5	62,5	0	-	0	-	0	-
• reservatório	0	-	0	-	0	-	0	-
• nascente/olho d'água	0	-	0	-	0	-	0	-
• rio	0	-	1	11,1	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Destino do Esgoto								
• fossa	6	75	4	44,4	9	100	2	22,2
• vala negra	0	-	0	-	0	-	1	11,1
• direto no curso d'água	1	12,5	2	22,2	0	-	0	-
• esgoto rede pública	1	12,5	3	33,4	0	-	6	66,7
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
• outros	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Destino dos Resíduos Sólidos								
• coletado por caminhão(coleta pública)	7	87,5	7	77,8	8	88,9	8	88,9
• queimado	1	12,5	2	22,2	0	-	1	11,1
• enterrado	0	-	0	-	0	-	0	-
• jogado em áreas vagas	0	-	0	-	1	11,1	0	-
• jogado no curso d'água	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

**Nota: O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o. de freqüência de respostas.

Pouco variou o número de domicílio de pescador atendido pelo serviço público de água, no período de 1999-2004 (Tabela 13). Em 1999, 44,4% dos pescadores de Três Marias e todos os pescadores de Pirapora, São Francisco e Januária utilizavam, no momento da pesquisa, água fornecida pelo sistema de abastecimento público. Em 2004, houve redução de atendimento pelo serviço público de água entre

os pescadores de Três Marias (37,5%) e Pirapora (88,9%), em São Francisco e Januária não houve alteração no serviço. Entretanto, o número do domicílio de pescador, cujo destino do esgoto é fossa construída, na maioria das vezes de forma irregular, no domicílio, é grande. Uma consequência da poluição causada pela fossa irregular é o aumento de microorganismos patogênicos, ou seja, aumento de doenças. No ano de 1999, 75,5% dos pescadores de Três Marias, todos os pescadores de Pirapora e São Francisco, e 58,4% dos pescadores de Januária destinavam o esgoto do seu domicílio em fossas. No ano de 2004 estas proporções variaram, sendo: 75%, 44,4%, 100% e 22,2%, respectivamente.

A maioria de domicílio de pescador destina seu resíduo sólido para a coleta pública (Tabela 13). Entretanto, no período de 1999-2004, houve aumento de domicílio que queima ou joga seu 'lixo' em áreas vagas. Muitos pescadores relataram, como argumento para tais atos, haver falhas no serviço de coleta pública.

Outra variável que pode se somar à infra-estrutura domiciliar (e à renda) para mensurar o nível de conforto dos domicílios é o tipo de bens de consumo duráveis de que os pescadores dispõem.

O processo de industrialização brasileira a partir de 1950, leva o país a produzir bens de consumo duráveis, inúmeros eletrodomésticos e bens eletrônicos, entre outros, antes restritos às faixas de maior renda, provocando mudanças significativas no modo de vida dos consumidores.

A massificação do consumo dos bens modernos provoca transformações no interior da moradia. Entretanto, tal modificação não significa, no caso dos pescadores, uma transformação do seu modo de vida. O domicílio do pescador passa a dispor bens de consumo modernos, que, além do seu uso obsoleto,

interage em um cenário domiciliar com características arquitetônicas precárias, conforme retratado anteriormente. Segundo Furtado (1959), o caráter predatório da industrialização brasileira a partir de 1950, forja no país um modelo baseado na obsolescência programada³⁰ e no desperdício. Desta forma, o incremento no acesso a bens de consumo modernos não contribui para melhorar o modo de vida do pescador.

A maioria de domicílio de pescador apresenta a televisão e o rádio como os bens de consumo mais freqüentes. São os meios mais utilizados como forma de acesso à informação e entretenimento. Observou-se que todos os domicílios de pescadores possuem geladeira, poucos possuem freezer. Esses eletrodomésticos são encontrados apenas na quantidade de um por domicílio, número insuficiente para o armazenamento quando a captura realizada for satisfatória – quando entendidos como bens de capital. Por esta razão, o pescador é obrigado a desfazer-se rapidamente do pescado capturado que, sem lugar para armazenamento, sofrerá deterioração quando exposto em temperatura ambiente. Desse modo, o pescador busca vender o pescado a fresco por qualquer preço, corroborando, assim, com a persistência de relação de subordinação com o peixeiro. Os domicílios são quase totalmente destituídos de automóveis, pela impossibilidade de adquiri-los e mantê-los (altos valores dos impostos, manutenção e combustível). Todos os domicílios têm, pelo menos, uma bicicleta, que é o meio de locomoção mais usual do pescador e seus familiares (Tabela 14).

---

³⁰ - A obsolescência programada é uma prática desde os tempos da Revolução Industrial. Em síntese, ela consiste no fato de a indústria produzir bens de consumo com vida útil mais curta do que seria tecnicamente possível (FURTADO, 1959).

Tabela 14 – Bens duráveis dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Bens Duráveis	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	N**	%***	N**	%***	N**	%***	N**	%***
• automóvel	3	33,3	0	-	0	-	0	-
• bicicleta	6	66,6	1	100,0	3	75,0	6	50,0
• televisão	7	77,7	1	100,0	4	100,0	10	83,3
• telefone (linha fixa)	2	22,2	0	-	1	25,0	0	-
• telefone (celular)	2	22,2	0	-	0	-	0	-
• geladeira	7	77,7	1	100,0	2	50,0	5	41,6
• freezer	3	33,3	1	100,0	1	25,0	0	-
• rádio	8	88,8	1	100,0	3	75,0	10	83,3
• lava roupa/tanquinho	6	66,6	0	-	1	25,0	2	16,6
• máquina de costura	2	22,2	1	100,0	0	-	2	16,6
• microondas	0	-	0	-	0	-	0	-
• número de domicílio	9	100,0	1	100,0	4	100,0	12	100,0
2001								
• automóvel	5	55,5	0	-	0	-	0	-
• bicicleta	7	77,7	6	100,0	2	100,0	3	50,0
• televisão	8	88,8	6	100,0	1	50,0	4	66,6
• telefone (linha fixa)	2	22,2	1	16,6	1	50,0	0	-
• telefone (celular)	0	-	2	33,4	0	-	0	-
• geladeira	9	100,0	6	66,6	1	50,0	4	66,6
• freezer	2	22,2	3	50,0	0	-	0	-
• rádio	8	88,8	5	83,3	1	50,0	3	50,0
• lava roupa/tanquinho	7	77,7	4	66,6	0	-	0	-
• máquina de costura	3	33,3	2	33,4	0	-	1	16,6
• microondas	0	-	0	-	0	-	0	-
• número de domicílio	9	100,0	6	100,0	2	100,0	6	100,0
2004								
• automóvel	4	50	0	-	1	11,1	0	-
• bicicleta	4	50	9	100	6	66,7	9	100
• televisão	8	100	7	77,8	6	66,7	8	88,9
• telefone (linha fixa)	1	12,5	3	33,3	4	44,4	3	33,3
• telefone (celular)	7	87,5	5	55,6	0	-	2	22,2
• geladeira	8	100	9	100	6	66,7	8	88,9
• freezer	5	62,5	1	11,1	1	11,1	0	-
• rádio	7	87,5	9	100	9	100	8	88,9
• lava roupa/tanquinho	7	87,5	3	33,3	6	66,7	3	33,3
• máquina de costura	1	12,5	2	22,2	2	22,2	2	22,2
• microondas	2	25	0	-	0	-	0	-
• número de domicílio	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

**Nota: O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o de freqüência de respostas.

***Nota: A proporção foi determinada a partir do número de domicílio entrevistado sobre a resposta para cada bem durável.

A grande maioria dos domicílios de pescadores dispõe de atendimento da rede pública de energia elétrica. Os domicílios que não dispõem desse tipo de atendimento ou não podem acessá-lo em virtude da ausência de condições financeiras para custear o serviço ou dispõem de geradores próprios (Tabela 15). A disponibilidade e uso de energia elétrica, além de proporcionarem melhor nível de conforto domiciliar, também possibilitam a conservação do pescado no uso de eletrodomésticos como a geladeira e freezer.

Tabela 15 – Tipos de fonte de energia dos domicílios dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Fonte de Energia	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1999								
elétrica da rede pública	7	77,7	1	100,0	4	100,0	12	100,0
elétrica por gerador próprio	0	-	0	-	0	-	0	-
lâmpião/vela	2	22,3	0	-	0	-	0	-
lenha	0	-	0	-	0	-	0	-
dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
2001								
elétrica da rede pública	9	100,0	6	100,0	0	-	3	50,0
elétrica por gerador próprio	0	-	0	-	1	50,0	0	-
lâmpião/vela	0	-	0	-	1	50,0	0	-
lenha	0	-	0	-	0	-	0	-
dado não coletado	0	-	0	-	0	-	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
elétrica da rede pública	8	100	8	88,9	8	88,9	9	100
elétrica por gerador próprio	0	-	0	-	1	11,1	0	-
lâmpião/vela	0	-	0	-	0	-	0	-
lenha	0	-	0	-	0	-	0	-
dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Outros	0	-	1	11,1	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

4.3 O AGENTE DE MUDANÇAS: A SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEAP/PR)

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), criada no início de 2003 por meio da Medida Provisória (MP) nº 103, de 1º de janeiro de 2003, tem como objetivo principal ampliar a exploração do potencial brasileiro de pesca, tanto em águas marinhas como em águas interiores, através de políticas que, supostamente, contemplem os interesses de todos aqueles que trabalham nos territórios das águas. Ela sinalizou que as práticas da pesca profissional artesanal e sua relação com a base biofísica deveriam se ajustar a uma nova lógica econômica, privilegiando as técnicas da pesca industrial e da

aqüicultura. Dito de outra maneira, segundo Valencio e Mendonça (2005), a pesca profissional artesanal teria que se ajustar a um novo quadro de realidade, o qual configura-se como um processo paulatino de desnaturalização do espaço do rio.

Do ponto de vista político, a SEAP/PR tem como principais atribuições assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura; e do ponto de vista técnico, organizar e manter o Registro Geral da Pesca, previsto no art. 93 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 (ANEXO A); normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados; deve também, supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aqüicultura. Ela deve ainda, manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aqüicultura em águas públicas e privadas, tendo, como estrutura básica, o Gabinete, o Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca e até duas Subsecretarias (MP nº103, de 1º de janeiro de 2003) (MP, 2003).

O Projeto Político da SEAP/PR estabelece os conteúdos centrais que deverão compor o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o setor, caracterizado por uma estruturação através de ações de médio e longo prazos. O objetivo principal desse plano é articular sujeitos e ações, estimular a produção de

pescado, promover a inclusão e contribuir com a segurança alimentar e o desenvolvimento do Brasil (SEAP/PR, 2003).

Os Indicadores desse plano para 2006 são o aumento da produção da aquicultura e pesca em 50%, passando de 1 milhão de t/ano para 1,5 milhão de t/ano; o aumento do consumo de pescado *per capita*, superando os atuais 6,8 kg/hab/ano e buscando se aproximar do consumo recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO); a eliminação do analfabetismo entre os pescadores; a redução substancial do desperdício de pescado; o aumento da renda média do produtor/pescador; triplicar o *superávit* comercial, com o aumento do valor exportado, passando de US\$ 129 milhões em 2002 para US\$ 387 milhões; redução da diferença entre o preço da primeira e da última comercialização; modernização de toda a cadeia produtiva da aquicultura e pesca e ampliação de seu Parque Industrial; a geração de meio milhão de empregos, entre diretos e indiretos; e o aumento da geração de renda, passando dos atuais 3,9 bilhões de reais para 7,5 bilhões de reais (SEAP/PR, 2003).

Desta maneira, do ponto de vista sociológico, político e ambiental o espaço comunitário ocupado pelo pescador profissional artesanal não seria o mesmo espaço societário ocupado pela SEAP/PR. São espaços onde um perpassa o outro; entretanto, não possibilitando um a existência do outro, respectivamente SEAP e Pescador Profissional Artesanal.

A situação econômica e de poder político dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco são precários. Eles encontram forte obstrução em seu esforço pesqueiro derivado dos impactos ecológicos dos demais

usos. Assim, não apenas as relações de produção entram em colapso, mas, sob estas, perecem o modo de vida da pesca, a tradição e o *habitus* do grupo.

Para Bourdieu (1990), *habitus* é um conjunto de disposições psíquicas socialmente construídas através de um processo de interiorização de normas, usos e obrigações. Afirma o autor, a sociedade age sobre ela do interior dela mesma, e não apenas pela pressão externa. Os membros de uma sociedade podem acreditar que estão livres, que pensam e fazem o que querem de acordo com suas disposições psíquicas, mas, suas representações e práticas são socialmente construídas. É a nossa posição na estrutura social que determina as nossas representações e práticas. E dessa forma, quando estamos lutando contra a dominação, sempre ficamos expostos ao risco de usar as idéias e as palavras do adversário, cuja dominação é também simbólica. O poder simbólico surge como todo o poder que consegue impor significações de forma legítima à estrutura da sociedade. Desse modo, os símbolos são os instrumentos por excelência de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida e permitindo aos membros da sociedade agir de acordo com as possibilidades existentes no seu interior.

Para os pescadores profissionais artesanais, a tradição implica na revalidação cotidiana, pela memória coletiva, do conhecimento tradicional como útil para manutenção da pesca e, por conseguinte, da coesão do grupo. Portanto, o *habitus* do pescador é formatado pelo controle do conhecimento, do tempo e do lugar por ele mesmo, mas, no sentido de práticas coletivas comuns. Porém, o *habitus* da prática tradicional da pesca profissional é negado pelos grupos modernos, os quais

passam a enxergar os pescadores como um grupo indisciplinado, desordeiro e depredador dos recursos hídricos (VALENCIO e MENDONÇA, 2005).

O imaginário construído contra o pescador profissional artesanal é legitimado por uma legislação, cujo aparato fiscalizador é restritivo a esta atividade de pesca, obscurecendo, assim, o debate em torno do dinamismo da depredação do recurso hídrico causada pelos grupos modernos. O sentido utilitário dos grupos modernos pelos usos das águas não implica em vínculos por afetividade, como acontece com os pescadores, mas por conflitos originados e legitimados a partir de avaliações técnicas relativas à vazão e qualidade do recurso pesqueiro ou por estatísticas pesqueiras contrárias ao modo de vida da pesca artesanal. Assim, o conflito se limita à visão perita e seu olhar técnico-científico, deixando de lado a questão da ética e da política.

A organização social da pesca, analisada pelo seu campo institucional representado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, é identificada por uma estrutura e dinâmica social que age como um sistema de dominação. Tal campo institucional interfere no modo de vida do pescador por uma forma de interação social de interação não-recíproca. Isso acontece quando o pólo institucional representa uma comunicação apenas física e por um discurso pronto que é transmitido por uma idéia finalizada, sem qualquer possibilidade de interação efetiva, conforme veremos a seguir.

5 CONFLITOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS: A PESCA NA ÓTICA DA SEAP/PR

O projeto de modernização de acesso e uso econômico da água doce, implantado há cinco décadas pelo Estado brasileiro, identificou tal recurso como estratégico para o desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, o desenvolvimento brasileiro inspirado pelo projeto de modernização de acesso e usos múltiplos das águas doces (energia, abastecimento, irrigação, piscicultura etc.), pressupõe uma institucionalização do tema das águas sob um viés utilitário-mercantil fragmentário onde o bem público da água cede aos interesses privados das práticas de uso do recurso (MARTINS, 2004). Desse modo, a modernização está em conformidade ao que os vários e incommunicáveis sistemas peritos³¹ recomendam: o progresso, produzindo estigmatização e criminalização paulatina dos usos tradicionais.

---

³¹ - Segundo Giddens (1991), a modernização é um processo de transformações político-sociais (através dos *complexos institucionais da modernidade*: poder administrativo, poder militar, capitalismo e industrialização) originados na Europa do século XVIII, a partir da substituição das formas de sociedades tradicionais as quais eram baseadas na agricultura por outras modernas. O movimento histórico das sociedades tradicionais para modernas é explicado pelo *desencaixe do espaço-tempo*. Para Giddens, as relações sociais das sociedades tradicionais são forjadas pela proximidade que o

A industrialização do Brasil foi consolidada por uma forte participação do Estado, com gestão autoritária, que produziu transformações significativas na economia sem romper com a ordem social hierarquicamente organizada, em um processo que ficou conhecido como modernização conservadora.

O processo de modernização conservadora da sociedade brasileira, conjugado pelo desenvolvimento científico e tecnológico, tornou a estrutura fundiária brasileira fortemente concentrada, provocando, a partir de 1930, e mais efetivamente em 1960, o deslocamento em grande escala dos brasileiros das áreas rurais para as urbanas. Segundo Tavares e Assis (1986), esse processo não possibilitou a redução de disparidades sociais entre as diferentes regiões brasileiras, resultantes do ritmo de desenvolvimento desigual na acumulação de riqueza e na geração de renda na economia nacional. O Estado cria uma rede de privilégios e proteção ao empresariado portador de projetos de escala e com grande impacto na base territorial local, objetivando a centralização do poder governamental, mantendo um campo político autoritário com descompasso entre o discurso político participativo e uma ideologia intervencionista a favor do grande capital.

A gestão autoritária do território foi um instrumento essencial para criarem fronteiras, isto é, áreas onde se conquistavam novas terras e se produziam mudanças aceleradas; e garantir os domínios, ou seja, territórios controlados por

---

trabalhador tem da natureza, devido à confiança que este tem na agricultura como meio de subsistência, e por isso, o senso temporal do trabalhador é cíclico e local, isto é, elas são encaixadas no tempo e no espaço. Assim, a modernização é um processo segundo o qual uma idéia fixa e estrita de lugar e espaço é gradualmente destruída pelo 'tempo universal', o que leva ao desencaixe. O processo de desencaixe pressupõe dois tipos de mecanismos: fichas simbólicas e sistemas peritos. O primeiro tipo é caracterizado pela substituição de formas de valores locais, particulares e pessoais, por formas de valores universais, por exemplo, o dinheiro. E o segundo, surge como resultado da revolução científica e o aumento da demanda por conhecimento técnico especializado. Por privilegiar o conhecimento científico, seu valor racional e universal, estes sistemas especialistas não possibilitam a formatação de conhecimento capaz de fundamentar ou explicar as coisas da modernidade. Desse modo, enquanto um grupo de experts é criado pelo sistema perito, um abismo social aparece. Mesmo assim, diz Giddens, as sociedades modernas confiam nos sistemas peritos.

oligarquias solidamente estabelecidas. A fronteira não se resume, segundo o autor, a uma vasta extensão de terras sem dono a ser explorada, tampouco representa um determinado tipo de periferia dependente de um centro. Essa fronteira é um espaço econômico, social e político que não está plenamente organizado, mas tem a capacidade de gerar novas realidades e domínios. Os domínios são áreas consolidadas, com estruturas políticas mantidas por alianças com interesses locais e regionais que participam diretamente do núcleo de poder político, e que deram sustentação ao projeto de modernização conservadora.

Assim, perpetuaram-se formas tradicionais de propriedade da terra e de controle do comércio, graças a toda sorte de instrumentos políticos que garantem privilégios adquiridos e criam barreiras à entrada de novos concorrentes.

Os conflitos e incongruências do projeto modernizador do Brasil perfazem a história recente da mercantilização do uso da água doce no Brasil não apenas pela redefinição do espaço territorial das águas, na qual as funções ecológicas e sociais dos rios ficam submetidas e subjugadas por interesses particulares, mas também pela presença de grupos tradicionais que, estabelecidos na interação cotidiana no espaço de reprodução dos recursos hidróbios silvestres, por causa da sua identidade com o local, ameaçam os interesses de grupos modernos em terem exclusividade nos usos dos recursos deste bem (VALENCIO e MENDONÇA, 2005).

5.1 POLÍTICA E SOCIEDADE: OS CONFLITOS EM TORNO DA PESCA

Desde seu ‘descobrimento’, em 1501, as águas do rio São Francisco servem ao abastecimento humano, à navegação, à irrigação e, mais recentemente, a geração de energia, o lazer, o turismo e a aquicultura. As muitas barragens construídas ao longo do rio impossibilitam a regularização do fluxo de água e provocam assoreamentos, dificultando o uso para navegação, cada vez mais decadente, e efeitos deletérios na atividade pesqueira e na agricultura, especialmente para os grupos tradicionais.

A pesca profissional artesanal de água doce é uma prática entendida como uma atividade econômica sustentável em termos ambientais. No rio São Francisco, o pescador profissional artesanal encontra-se em um território dos quais as condições ecológicas parecem permitir a sua existência no lugar a ponto, inclusive, de confundir-se com ele. É uma imagem recorrente, mas falseadora da realidade do cotidiano do pescador onde, de fato, prevalece uma sociodinâmica de estigmatização e exclusão social (VALENCIO et al., 2003).

O fato é que o pescador não está sozinho no rio, há outros atores – usuários modernos – que interagem com ele no uso dos recursos hidróbios e que vão minando a sustentabilidade do manejo do ecossistema aquícola e a capacidade de reprodução social da pesca, quais sejam: o domínio das terras e, por conseguinte, a apropriação privada das lagoas marginais; o desvio das águas fluviais para a irrigação; intensificação da emissão de efluentes de origem industrial e doméstico; incremento nas atividades de lazer e turismo, especialmente o aumento do número de pescadores amadores e clandestinos; e o barramento para fins de produção

energética. Todos comprometem a qualidade das águas, provocam a redução dos estoques pesqueiros e desencadeiam conflitos sócio-políticos (VALENCIO et al., 2001).

Para os usuários modernos, a apropriação e a reconformatação do território só é possível a partir da reconformatação do imaginário visando desgastar e depreciar os grupos tradicionais, os quais não conseguem satisfazer a sua existência no curto prazo ou propor mecanismos políticos-ambientais que sejam eficientes no longo prazo. Além do apelo de proteção ambiental³² utilizado contra os grupos tradicionais que vivem do uso de recursos naturais, um dos recursos mais utilizados para a estigmatização do outro é a prática de fofocas (ELIAS e SCOTSON, 2000)³³ e culmina com avaliações técnicas sinalizando que o pescador profissional artesanal é o transgressor das novas normas vigentes (VALENCIO e MENDONÇA, 2005).

Valencio (2005, 2006) elaborou um esquema analítico para problematizar o processo de estigmatização no qual a pesca artesanal situa-se no centro de disputas político-institucional distintas, mas que convergem contra este grupo. As disputas dão-se, segundo a autora, no campo do: (1) negócio do peixe-alimento; (2) negócio do peixe-lazer; e (3) negócio da água, a saber:

---

³² - Para os usuários modernos, o ambiente é representado como um contexto externo à ação humana que pode permanecer alheio à vida social dos vários grupos que se inserem no território (VALENCIO, 2005).

³³ - Segundo Elias e Scotson (2000), que investigaram de maneira minuciosa o cotidiano de uma aldeia operária da Inglaterra do século XX, objetivando entender o porque das discórdias e tensões sociais ali existentes, apontam a fofoca como o recurso mais utilizado pelos *estabelecidos* para estigmatizar o outro. Afirmam os autores, o ato de desabonar o outro através de fofocas, mexericos e piadas é prática comum para estigmatizar e 'provar' a inferioridade do outro.

5.1.1 - NEGÓCIO DO PEIXE-ALIMENTO

A viabilização da pesca, como atividade profissional voltada para a oferta de alimentos protéicos só aconteceria a partir da inclusão da aquicultura como uma atividade de pesca para a produção de proteína em grande escala. Desse modo, a aquicultura surge como uma alternativa de produção de proteína nobre, de grande ligação com a pesca, ao nível do pescador artesanal. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca (SEAP/PR, 2003b), a inclusão da aquicultura as atividades do pescador artesanal supostamente lhes trariam as seguintes vantagens: complementação da renda familiar; possibilidade de dispor de pescado na entressafra da pesca (águas interiores) e na época de proteção legal aos estoques (aproveitamento da mão-de-obra familiar); desnecessidade da existência ou independência da *estrutura de frio*, uma vez que o pescado (peixe, molusco, crustáceo, etc.) pode ser mantido vivo em seu meio até o momento da entrega ao comprador; obtenção de renda mensal e fixação do homem do seu meio, gerando menos conflitos. Entende-se, assim, que a aquicultura não deverá ser uma atividade especializada e nem centralizadora, mas complementar à venda obtida do esforço de pesca nos moldes tradicionais e executada dentro do âmbito familiar.

A aquicultura tida como alternativa de emprego e renda ao trabalho autônomo do pescador profissional artesanal, ajusta-se em uma racionalidade industrial que limita a compreensão dos fatores ecossistêmicos imbricados, os quais possibilitam ao pescador uma diversidade de interações com o meio, objetivando manter e recriar seu espaço de trabalho. Ao trabalhar de forma artesanal, o pescador utiliza-se da

forma autônoma dos meios de produção e do conhecimento tradicional do saber sobre a natureza e seus ciclos e no manejo das técnicas sustentáveis de captura. Dessa forma, a aquicultura nega as competências do saber tradicional, desde os elementos cognitivos, as habilidades corporais e técnicas, às relações de solidariedade e partilha, entre outras (Valencio, 2006).

Enfim, é um modelo formatado para a desconstrução da forma de trabalho da pesca artesanal que valoriza o trabalho alienado e que, na fala produtivista hegemônica, trata o profissional como descartável. É uma afronta ao trabalho e ao modo de vida do pescador profissional artesanal.

O principal argumento supostamente favorável à aquicultura, em detrimento da pesca profissional artesanal, respalda-se na lógica produtivista dos grupos modernos cujos indicadores sócio-econômicos têm por base a crescente demanda de pescado no mercado interno e externo, com preço atrativo, alta rentabilidade e maior capacidade geradora de emprego e renda, o que, eventualmente permitiria maior mobilidade social desses pescadores.

O que ocorre, de fato, é a predileção, quase que exclusivamente, do agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura, em detrimento da aquicultura familiar e da proclamada recuperação das pescarias costeiras e interiores, incluindo a pesca profissional artesanal. Por causa de um modelo de gestão inadequado, da ausência histórica de um ordenamento apropriado e da política implementada, as pescarias costeiras e interiores, sejam, artesanais, familiares ou de micro e pequenos armadores, sofrem um processo de estagnação (Tabela 16).

Tabela 16 - Produção e Exportações da Pesca Brasileira nos anos de 2002 e 2006.

MODALIDADES	Produção (1.000t)		Exportações (US\$ Milhões)	
	2002	2006*	2002	2006*
Pesca Continental	230	300	5	10
Pesca Costeira	420	450	126	150
Pesca Oceânica	75	200	60	100
Aqüicultura Águas Interiores	180	390	1	40
Aqüicultura Marinha	80	160	150	300
Total	985	1500	342	600

* dados estimados
Fonte: SEAP/PR, 2003.

O ideal produtivista em pauta na atualidade para as atividades de pesca no Brasil tende a recalcar as dinâmicas territoriais dos grupos tradicionais, especialmente os pescadores profissionais artesanais, colocando em xeque seu trabalho e modo de vida, alienando seu espaço e, por conseguinte, degradando os recursos naturais.

5.1.2 NEGÓCIO DO PEIXE-LAZER

O elemento comum entre a pesca profissional artesanal e a pesca amadora é, além das águas dos rios, o peixe silvestre. Por causa disso, o pescador profissional deve se preparar para encontrar meios legítimos para contrapor-se a uma perspectiva jurídica ambiental que, proclamadamente estaria resguardando toda a área dos rios, seus parâmetros limnológicos e ecossistêmicos, mas que, objetiva compatibilizar os interesses dos grupos modernos ligados à indústria do turismo aos requerimentos de conservação/preservação ambiental das localidades de inserção de lazer e turismo.

Cada vez mais o turismo passa a ser considerado uma alternativa de desenvolvimento e um importante fator de atração de investimentos e recursos³⁴, propiciando a criação de emprego e renda para populações de diferentes regiões brasileiras. Todavia, o turismo pode implicar em transformações deletérias do território e comprometimento dos recursos naturais, provocando alterações negativas no modo de vida e trabalho de populações ali inseridas³⁵. Dentre essas transformações, destacam-se os impactos dos empreendimentos turísticos sobre a fauna e a flora – em especial aqueles relacionados aos usos múltiplos das águas –, e sobre a vida das pessoas – em especial a exclusão social gerada ao privar as pessoas do território, e das relações sociais em que se baseia a reprodução dos meios naturais e tradicionais de subsistência.

A prática do turismo ao longo do rio São Francisco, no trecho do Alto-Médio São Francisco, deveria estar imbuída de tais preocupações, mas não é o que acontece. A atividade do turismo provoca profundas alterações nos lugares onde se desenvolve (FELIX et al., 2000). Provoca a adequação de um espaço ocupado por sujeitos diferentes: um autóctone e outro visitante, ambos estranhos, mas, com necessidades de apresentarem-se como iguais para garantir relações intrapessoais, interpessoais e intergrupais (MENDONÇA, 2004).

---

³⁴ - ³⁴ - Segundo Biella et al (2003), o turismo tem forte participação na economia mundial. “Dados da *World Tourism Organization* e *World Travel & Tourism Council* demonstram participação econômica de 11% do PIB mundial – dados referentes ao ano de 1999 -, sendo uma das atividades que mais empregam no mundo. Conforme esses mesmos órgãos, o turismo congrega aproximadamente 260 milhões de trabalhadores, ou 10% da força de trabalho global” (BIELLA e VALENCIO, 2003, p. 256).

³⁵ - Segundo Raffestin (1993), o território se forma a partir da ocupação humana do espaço geográfico, onde o sujeito toma o espaço para si, faz dele sua propriedade. Um arcabouço legal, previamente constituído, confere o direito à aquisição mediada, por sua vez, por uma transação econômica, de valoração e transferência de renda em troca do lugar. Assim, a transformação do espaço em território nos revela relações de poder que começam como relações econômicas e essas, por sua vez, refletem relações de poder, praticadas por ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos) (SCOTSON e ELIAS, 2000). O território é uma referência fundamental para a representação dos ‘nós’ e os ‘outros’ e é, ainda, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade” (SOUZA, 1995, p. 278).

Em termos de sustentabilidade socioambiental³⁶, um dos conflitos mais freqüentes na área de estudo selecionada, e que pode ser facilmente percebido em outros territórios característicos de pesca artesanal, é o estranhamento causado pelo comportamento do turista a cultura ribeirinha. O turista traz consigo hábitos e costumes – maneira de falar, andar, postar-se perante outrem, modo de consumo, etc. – diferentes da cultura ribeirinha, causando estranhamento e provocando uma sensação de invasão do local que é o território deste último, seu lar. O fato dos autóctones terem a rotina de suas vidas afetada é tolerado como forma de compensação pela renda extra no fim do mês obtida através da relação de lazer e trabalho entre tais atores. Assim, enquanto que para um o território é lazer, para o outro é trabalho. Esta relação torna o território um local qualquer, um lugar de descanso, de consumo, de ganhar dinheiro; é a banalização do território pelas relações mais modernas que nele são introduzidas.

Nesse aspecto, esta relação das atividades e dos grupos sociais supra (lazer/trabalho) apresenta sérias restrições econômicas e ambientais na medida em que as atividades de guia de pesca – prática de alguns pescadores artesanais para servirem os turistas – não podem ser vistas “nem como alternativa de emprego para a pesca profissional artesanal, numa perspectiva de pluratividade rural, nem como uma boa estratégia de mitigação da pesca predatória nos rios exercida pelos pescadores clandestinos” (VALENCIO et al., 2003, p. 284). A sazonalidade do turismo não permite regularidade na obtenção de renda por meio de tal atividade:

---

³⁶ - Os territórios podem ser (ou não) construídos e desconstruídos socialmente, tendo um caráter flexível. Inclusive, das temporalidades que envolvem os sujeitos inseridos no lugar. Muitos dos conflitos entre os sujeitos na disputa do território podem ter, essencialmente, o caráter de disputa de projetos da existência social os quais estão em temporalidades diversificadas, tais como a da modernidade e tradição (GIDDENS, 1991). Desta maneira, podemos viver isoladamente ou não num território, isto é, ‘nós’ e os ‘outros’ podem ou não co-existirem harmoniosamente. Encontra-se aqui, a possibilidade efetiva (ou não) da atividade turística. Entretanto, não harmoniosa se não for levado em consideração (e praticado) o *contato social*.

De fato, as imbricações da infra-estrutura hoteleira, da adequação do clima, dos períodos de ocorrência de feriados, dos períodos de defeso e, por fim, da disponibilidade de renda e interesse do consumidor desse serviço criam um horizonte de incertezas na sobrevivência desse trabalhador. (VALENCIO et al., 2003, p. 284).

Além disso, o pescador profissional artesanal atuando como guia de pesca pode, a qualquer momento, perder o controle sobre seu conhecimento espaço-ambiental e, por conseguinte, a fonte de obtenção de renda, pois,

o pescador amador que se habitua a freqüentar o lugar logo assimila a localização dos melhores pontos de pesca, apreende as noções de como ajustar suas tralhas e técnicas ao comportamento dos cardumes de interesse e, assim, não mais precisa recorrer ao guia, pois já há a apropriação das informações necessárias à fruição do ambiente aquático. (VALENCIO et al., 2003. p. 284).

Em termos de sustentabilidade ambiental, a pesca artesanal é exercida com grande conhecimento da estrutura e dinâmica ecossistêmica. Os pescadores sabem quais os tipos de ambientes propícios à vida das espécies de peixes mais freqüentes, conhecem o hábito, o comportamento e a classificação dos peixes, sabem manejar os instrumentos de pesca com propriedade, conseguem identificar os melhores pontos de pesca (DIEGUES, 1983, 1995) e, o que é de suma importância, valorizam a sustentabilidade da pesca, pois, é dela que eles tiram seu sustento. Ao lançar a tarrafa no rio, por exemplo, o pescador não coleta apenas o peixe, mas, ao fazê-lo, reafirma o seu valor como trabalhador e sujeito inserido numa cadeia de riqueza econômica porque sabe manejar (e produzir) instrumentos de trabalho que se ajustam ao complexo ecossistema aquático, no uso de saberes e técnicas corporais que passaram ao largo da educação formal. Julga-se, portanto, um vencedor. Todavia, no seio da sociedade moderna, na qual a atividade de pesca amadora é parida, o 'território de descanso' e as atividades que neles são tidas como sustentáveis qualifica de outra forma a pesca artesanal. São não apenas predadores, mas depredadores do rio.

A pesca amadora ou mesmo a esportiva costuma argumentar: *‘nós soltamos o peixe depois de capturados’*. E isso, então, não os torna predadores ou, ainda, depredadores da natureza. No entanto, é sabido que peixes capturados e imediatamente soltos (prática comum da pesca esportiva ou amadora – a pesca está associada à competição com o peixe e a sensação de vitória sobre este) ficam vulneráveis a predadores ou doenças.

Nicolas (1999), chama a atenção para as distintas lógicas que norteiam o mundo do turismo e o mundo da produção, "que se deve à oposição irreconciliável entre a lógica do lucro que sustenta o segundo e a lógica do ócio que sustenta o primeiro" (NICOLAS, 1999, p. 41). Argumenta o autor, "os territórios onde se exerce a lógica do ócio são em princípio diferentes dos territórios da produção e reprodução associadas, mas a lógica do ócio não pode descartar a presença do território" (NICOLAS, 1999, p. 42). Isto é, a atividade turística não pode desconsiderar as relações sociais que existem no 'território do outro', pois, as relações sociais dos turistas e as dos autóctones de um dado território não se excluem, mas, constituem-se um na relação com o outro. Só assim, o contato social possibilita a interação social – garantindo as relações intrapessoais, interpessoais e intergrupais – e, por conseguinte, evita ou minimiza o conflito.

Toda a área de rio, que se mantém relativamente íntegra nos parâmetros limnológicos e ecossistêmicos, tende a ser considerada apta para o turismo³⁷. Assim, todo território onde tem um rio caudaloso, passa a ser considerado um bem de consumo para esse setor. Por causa disso, o espaço territorial dos ribeirinhos ou daqueles que da água tiram seu sustento (como acontece com os pescadores

---

³⁷ - A atividade turística brasileira está quase que totalmente relacionada às águas e à paisagem natural (BIELLA e VALENCIO, 2003).

profissionais artesanais), passa a ser ocupado por hotéis, pousadas, zonas residenciais de veraneio e pelos turistas e suas pescarias de lazer. O apoio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca aos pesque-pagues, por exemplo, dá acabamento ao projeto de modernidade do Estado brasileiro, referido às demandas do cidadão urbano pelo lazer e turismo (Agência Brasil, apud VALENCIO et al., 2003).

No Alto-Médio São Francisco, a pesca amadora como atividade turística é praticada, em grande parte, pelos moradores do meio urbano de centros regionais como Belo Horizonte, Brasília, Montes Claros, entre outros, cujo deslocamento ocorre principalmente por via rodoviária. Tal atividade é realizada predominantemente com embarcações de alumínio equipadas com motores de popa e apetrechos oriundos da pesca monoespecífica³⁸, adquiridos no mercado (FELIX et al., 2000).

Já a pesca profissional artesanal praticada no Alto-Médio São Francisco é caracterizada pela utilização de embarcações de madeira impulsionadas por remo e apetrechos monoespecíficos, produzidos artesanalmente pelos próprios pescadores e familiares. Assim, o que diferencia a pesca amadora da pesca profissional artesanal, além do objetivo de ambos os grupos sociais, relacionados a tais pescas, é o perfil tecnológico de ambas, identificando superioridade tecnológica para a primeira. Entretanto, mesmo com apetrechos mais modernos e tecnologicamente superiores aos dos pescadores artesanais, os pescadores amadores têm os piores resultados de captura (FELIX et al., 2000). Isto acontece não apenas pela diferença

---

³⁸ - A pesca monoespecífica ocorre quando os apetrechos utilizados são orientados para a captura de um único espécime, geralmente dos peixes de grande porte e de grande importância comercial. Os apetrechos que caracterizam esse tipo de pesca são: as tarrafas, os anzóis e os espinhéis (PETRERE JUNIOR, 1992).

de capacidade dos apetrechos, mas pelo fato dos pescadores artesanais deterem o conhecimento dos melhores locais e horários de pesca, conhecerem o comportamento do cardume, isto é, muito do esforço de captura depende da percepção ambiental e habilidade física para o manejo dos apetrechos de pesca.

Segundo Felix et al. (2000), o pescador amador do Alto-Médio São Francisco atribui seu fracasso na captura ao fato de que os estoques teriam sido capturados pelo esforço dos pescadores profissionais – e que estes praticariam uma atividade ecologicamente não sustentável. Instaurado o processo de culpabilidade do pescador profissional pelo insucesso do pescador amador, este passa a ter um discurso depreciativo sobre o pescador profissional: “os profissionais, embora eficientes na captura, seriam ignorantes e indolentes, o que estimula a criação de imagem socialmente deletéria com impactos na auto-estima do grupo e no incitamento à sua estigmatização no seu espaço de relações cotidianas” (FELIX et al., 2000, p. 244). E, assim, visto como um modo não legítimo de ganhar a vida.

Enraizando-se uma visão preconceituosa contra o pescador profissional artesanal, é uma visão preponderantemente urbana, tem-se uma alavanca poderosa para impulsionar o fechamento da atividade, isto é, a proibição legal do seu exercício. Retira-se o autóctone de seu território para o bom e destemido uso dos recursos naturais por outrem, os modernos, “conscientes” do problema ambiental.

Reitera-se a análise de Valencio et al. (2003): a resistência à pesca profissional artesanal não tem qualquer relação com o resguardo da ictiofauna ou a prática de uma atividade ‘ambientalmente responsável’, mas, sim, com o propósito de reservar

---

o recurso pesqueiro para a pressão única do uso capitalisticamente mais avançado dos grupos modernos, os amadores.

Nem mesmo o Estado teria a intenção verdadeira em propor uma atividade turística da pesca 'ambientalmente responsável' ou sustentável. O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), através do PNDPA³⁹ – deflagra a expedição de mais de um milhão de novas carteiras de pesca amadora no Brasil (VALENCIO, 2003, p. 286). Além disso, esse instituto dispensa licença para o pescador amador desembarcado (e estes são muitos milhares) que utiliza somente linha de mão ou vara, linha e anzol (DECRETO-LEI Nº 221/67), entre outros.

A atividade de pesca amadora no Brasil tem apresentado um grande crescimento nos últimos anos. O que era uma atividade de lazer, transformou-se em uma indústria cada vez mais forte, que movimenta anualmente milhões de dólares em segmentos tão diversos como a importação e a exportação de equipamentos, o turismo e a mídia especializada.

Os impactos sócio-ambientais oriundos da pesca amadora sobre a pesca profissional artesanal na região do Alto-Médio São Francisco deflagraram os conflitos de territorialidade entre os grupos modernos e os tradicionais, apontando para a mercantilização e banalização do lugar e dos grupos tradicionais.

---

³⁹ - Criado em 1997, pelo Ministério do Esporte e do Turismo/EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente/IBAMA o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), tem o objetivo de

5.1.3 NEGÓCIO DA ÁGUA DOCE

O acesso legal dos recursos hídricos no Brasil é legitimado pelas políticas ambientais que delimitam e propõem a valorização dos usos modernos de tais recursos.

A partir dos últimos 15 anos, as políticas ambientais traçadas para o acesso supradito culminaram, por um lado, com a institucionalização das águas sob um viés utilitário-mercantil, e, de outro, com a instauração de certos instrumentos legais de ordenamento e modelos de gestão ditos participativos.

A institucionalização recente das coisas das águas, com a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco⁴⁰ em 2001 e a SEAP/PR em 2003, forjou uma configuração de usuários politicamente fortes. Da SEAP/PR, tais usuários são os representantes do agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura. Do Comitê, são os irrigantes e as concessionárias de energia. Juntaram-se a eles, os representantes dos esquemas políticos previamente constituídos, sendo: prefeitos, representantes dos governos estadual e federal, e acadêmicos (os quais representam o papel de sociedade civil, algumas vezes travestidos na forma de ong's). No caso da pesca profissional artesanal, esta teria que se ajustar ao conteúdo proposto pela institucionalização supradita e as *soluções peritas* a um novo quadro de realidade configurado por um processo paulatino de

---

transformar a atividade de pesca amadora em instrumento de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental.

⁴⁰ - Implantado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 05 de junho de 2001, assumiu a diretoria permanente em dezembro daquele ano.

desnaturalização do espaço do rio, onde o bem público da água cede aos interesses privados das práticas de uso dos recursos hídricos.

Segundo Carneiro (2002) e Valencio et al. (2003), a implantação do projeto de cooperação internacional, como o Pesca Interior no Brasil: Modo de Vida e Conservação Sustentável, implementado, em 2002, no trecho do Alto-Médio São Francisco e que tem como proponentes o World Fisheries Trust (WTF) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), entre outras instituições brasileiras e canadenses como parceiros, objetiva, discursivamente, contribuir para a equidade do uso sustentável do recurso pesqueiro de águas interiores do Brasil na forma de transferência de componentes técnicos, provenientes da experiência canadense na gestão participativa da pesca e conservação ambiental. Porém, segundo os autores, o que se tem são recomendações de ações político-institucionais que estimulam o fim da alteridade para fazer valer uma tecnologia pautada em práticas burocrático-administrativas, as quais têm o consenso como farsa.

A lógica mercantil contemporânea, dos usos do território das águas, não apresenta um processo de gerenciamento ambiental participativo e mecanismos de negociação e consenso que envolva de modo efetivo o pescador profissional artesanal. O valor do conhecimento tradicional não está resguardado e os interesses políticos e científicos dos grupos modernos não possibilitam qualquer comprometimento ético com o pescador. Segundo Valencio et al. (2005, p. 200),

tal gerenciamento deveria incluir o pescador em múltiplos processos sócio-ambientais, desde o processo de construção dos marcos legais que efetivamente possam ser aprovados e sancionados pelas autoridades competentes, até a implantação do policiamento comunitário que o envolva como fiscal das práticas ambientais que envolvam a integridade do ecossistema aquático do São Francisco, processos que ainda estão por acontecer como fato político real.

Quando inserido em um espaço de discussão sócio-político, sugerido pela autonomia da palavra quando lhes é permitido questionar, propor coisas novas, mudar o que está errado, etc., a suposta autonomia dada ao pescador profissional artesanal passa pelo campo da submissão, pressuposto básico da vida democrática – dado que no mesmo espaço estão o pescador e o outro.

Entretanto, a autonomia pressupõe seja possível que o pescador profissional artesanal, pelo menos, possa submeter a ele mesmo suas próprias leis. A institucionalização das coisas das águas, ao ‘vender’ uma nova forma de ser no mundo da pesca, quanto ao trabalho no território das águas, não realiza para o pescador profissional artesanal essa nova forma – instituída pela modernização à contra mão da cultura tradicional. Sendo assim, o que temos para o pescador profissional artesanal: autonomia ou heteronomia? Em ambas verificamos a submissão. Entretanto, na autonomia podemos pelo menos desejar de nos submetermos às nossas próprias leis e na heteronomia submetemo-nos às leis dos outros, exclusivamente. Assim, a desconstrução da forma de trabalho e do modo de vida do pescador profissional artesanal no rio São Francisco passa pela convicção desses outros em acreditarem que seu discurso heteronômico seja o ponto de vista de todos os envolvidos.

Não é possível conceber a pesca profissional artesanal dissociada do conhecimento tradicional que produz e legitima o meio e o modo de vida e trabalho de muitas famílias. No Alto-Médio São Francisco, são muitas as famílias que vivem de modo tradicional e sobrevivem da pesca profissional artesanal, e que estão sob ameaça de exclusão. Por causa disso, o direito legítimo ao trabalho do pescador artesanal deve ser visto na esfera da discussão das garantias dos direitos humanos de modo mais incisivo do que se tem feito. Além disso, o pescador profissional

artesanal deveria afirmar-se na interlocução política, nos níveis que resistem a ela, não apenas pelas dimensões de proteção da ictiofauna, ou de rendimento da mercadoria na captura para fins de produção protéica em grande escala ou de lazer, mas como grupo social tradicional, sem ter sua identidade reduzida aos interesses do mercado.

5.2 PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR DE PESCA NO BRASIL

5.2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas são o conjunto de decisões articuladas de forma planejada e organizada através de ações e atividades previstas em um projeto destinado à resolução de problemas societários. Elas surgem como uma possível resposta às necessidades e reivindicações da sociedade, envolvendo a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais que expressam relações de poder.

O ideal é que a sociedade, quando observada uma necessidade ou carência societária, se articule e, junto com o governo planejem e implementem um projeto objetivando atender ou solucionar estas necessidades. Assim, as políticas públicas são respostas, ou seja, expressam a solução de demandas apresentadas pelos

atores políticos e sociais, que são as demandas incluídas na agenda governamental.

No Brasil, as políticas públicas surgem com o processo de redemocratização dos anos de 1980, especificamente, a partir da Constituição Federal de 1988, como um possível mecanismo direto da sociedade para efetivar sua cidadania e também fazer parte das decisões governamentais.

Com a Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro passou por um conjunto de transformações na estrutura e no funcionamento das políticas públicas. A descentralização e a participação política implicaram numa nova relação entre Estado e sociedade. Espera-se que a sociedade civil, quando organizada, participe na formação e implementação de políticas públicas e no controle das ações do governo em todos os níveis. Desse modo, supõe-se a criação ou, pelo menos, o fortalecimento de relações democráticas e de reconhecimento da cidadania do outro, em todos os níveis. Além disso, supõe-se também o estabelecimento de relações políticas e negociações democráticas entre o Estado e a sociedade.

5.2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR PESQUEIRO NO BRASIL

No Brasil, as políticas institucionais voltadas para a pesca geraram, ao longo de 30 anos de sua história recente, conflitos administrativos intermináveis, devido à

presença de diferentes instituições tanto na produção quanto na gestão dessas políticas – com diferentes interesses e lobbies.

Uma política pública na área de pesca constitui um conjunto de intenções do Estado para que, junto com a sociedade civil e, particularizando os atores do setor pesqueiro brasileiro, sejam estabelecidas diretrizes, objetivos e estratégias destinadas a fomentar e coordenar as ações, na forma de atividades e projetos, em favor da pesca e seus atores, de modo que estes façam parte de uma dinâmica de desenvolvimento e implementação, incluindo níveis de negociação buscando atingir os objetivos propostos numa política pública do setor supradito.

No Brasil, quanto à atividade pesqueira, no que diz respeito às políticas públicas, o Estado se eximiu das suas obrigações sobre as políticas públicas diretas para o setor, estabelecendo apenas políticas de incentivos fiscais de cunho produtivo objetivando o desenvolvimento da atividade e também políticas de regulamentação dos recursos pesqueiros acarretando em administração apenas quantitativa (ABDALLAH, 1998).

No Brasil, políticas públicas têm assumido determinada direção política e ideológica, tanto na esfera federal, quando nas esferas estadual e municipal.

As políticas públicas de origem federal da atividade pesqueira no Brasil, começaram a ser implementadas a partir dos anos de 1960. Até a década de 1960, a atividade pesqueira brasileira encontrava-se em uma fase chamada pré-industrial ou artesanal, subdividida em três períodos, sendo: o primeiro, até 1912, quando do surgimento dos primeiros atos legais referentes a pesca; o segundo, compreendendo o período de 1912 a 1932, quando da institucionalização, da pesca;

e por último, o período de 1933 a 1961, quando da tecnificação da pesca (ABDALLAH, 1998).

- Políticas Públicas Federais

A convergência das políticas públicas no nível federal no sentido de suprir as lacunas existentes das necessidades sociais brasileiras relativas ao setor pesqueiro, surge sob a forma de benefício fiscal, do crédito rural, do seguro desemprego e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

- Benefício Fiscal

O benefício fiscal, em uma política federal, visa promover o desenvolvimento de áreas pobres do país ou setores caracterizados com peculiaridades específicas. No Brasil, ele passa a orientar o desenvolvimento regional e setorial a partir dos anos de 1950. Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 221 de 1967, os investimentos na atividade pesqueira passaram a ter o direito de fazer deduções tributárias de até 50% do imposto de renda devido, durando até 1972 e sofrendo uma prorrogação até 1989, entretanto, com percentual menor, 12,5% (BRASIL, 2002c). Esta prática provocou efeitos significativos, nem sempre positivos, sobre a atividade pesqueira brasileira, os quais sejam: grandes investimentos no segmento da captura e indústria pesqueira de modo desordenado e sem orientação para exploração sustentada do recurso (ABDALLAH, 1998).

Outras medidas de cunho fiscal também foram implementadas após a promulgação do decreto-lei citado anteriormente: isenção de impostos de importação de equipamentos pesqueiros relativos ao esforço de captura, comercialização, transporte e industrialização do pescado; e a isenção fiscal total na compra de óleo diesel utilizado por embarcações durante a atividade de captura.

O crédito rural é considerado outro instrumento de política pública do setor pesqueiro brasileiro. Trata-se de linha de crédito destinado a disponibilizar ao produtor rural e às suas cooperativas, incluindo o setor pesqueiro, os recursos para custear suas atividades.

Segundo Sousa (2001, p. 31), a pesca, excluindo a pesca artesanal, foi à atividade que mais se beneficiou com o crédito rural, incluindo a rapidez de liberalização deste crédito. Entretanto, a proporção na participação da pesca sobre o valor acessado pela agropecuária foi pequena e sofreu redução gradativa ao longo dos anos: 0,82% (década de 1970), 0,72% (década de 1980), e 0,14% (década de 1990) (SOUZA, 2003). Desta forma, vimos à perda de importância do setor pesqueiro frente a outros segmentos produtivos agrícolas.

Em meados da década de 1980, o crédito rural passou a ser disponibilizado também para a piscicultura, tanto para custeio quanto investimento.

- O Seguro Defeso

O período de o defeso objetiva possibilitar a reprodução dos estoques pesqueiros para os anos seguintes. É uma paralisação obrigatória da pesca em um determinado período do ano. Impedido de trabalhar durante 3 meses do ano, foi

concedido ao pescador artesanal o benefício da política do seguro desemprego, na forma do seguro defeso. O benefício é de um salário mínimo por mês do defeso, e pode ser prorrogado, caso o período do defeso seja estendido, por mais um mês. Deste modo, o seguro defeso é um benefício temporário assegurado a todos os pescadores cadastrados, recebido durante os meses de defeso. Ele foi instituído por portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e, para que o pescador tenha acesso a ele, faz-se necessário que este comprove que exerce a atividade de pesca profissional artesanal e pare com suas atividades de pesca no período.

O seguro defeso foi aprovado pela Lei no. 8.287 de 20 de dezembro de 1991 (ANEXO B), revogada pela lei no. 10.779, de 25 de novembro de 2003 – D.O.U. de 26/11/2003 (ANEXO C). Entretanto, os pescadores começaram a receber tal benefício apenas a partir da Resolução no. 195 de 23 de setembro de 1998 (BRASIL, 2002e).

- Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foi criando em 1995 e oficializado em 1996. A institucionalização do Pronaf se deu pelo Decreto Presidencial no. 1.946 de 28 de junho de 1996. Em sua fase inicial, tal programa atendia o financiamento da produção da agricultura familiar, profissionalização e capacitação dos agricultores, negociação de políticas públicas com órgãos setoriais e investimento em infra-estrutura e serviços de apoio aos municípios. A partir de 1997, com a resolução BACEN n.º 2 409/97 de 01/08/1997,

outras categorias da sociedade brasileira foram beneficiárias: aqüicultores, pescadores artesanais e seringueiros (CORRÊA e CABRAL, 2001, p. 12).

Estudos do Grupo-Executivo do Setor Pesqueiro⁴¹ (GESPE), indicaram distorções relativas à distribuição de crédito para o setor pesqueiro. O número de contratados que beneficiaram os pescadores artesanais foi baixo, dado que estes não apresentavam garantias para honrar o pagamento do crédito (SOUSA, 2003).

5.2.3 POLÍTICAS DO SETOR PESQUEIRO PRÉ - SEAP/PR

5.2.3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESCA

A institucionalização recente da pesca brasileira veio com a regulamentação, em âmbito federal, pelo Decreto-Lei nº 221/67.

Políticas públicas estruturantes voltadas para a atividade de pesca no Brasil demonstram, historicamente, duas orientações básicas, a saber: políticas que estabelecem regulamentações para a exploração da pesca e políticas que concedem incentivos fiscais à produção pesqueira.

---

⁴¹ - Criado em 1995, após a extinção da SUDEP, era composto por diversos ministérios, objetivando traçar diretrizes e implementar políticas para o setor pesqueiro.

Dos anos de 1930 até os anos de 1980, as políticas de regulamentação da pesca preocupou-se em estabelecer uma institucionalização do setor para daí derivar a capacidade de diagnosticar o estoque de pescado nacional. Nos anos de 1960, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) – uma agência ligada ao Ministério da Agricultura e encarregada de regular o manejo de recursos pesqueiros no Brasil –, a atividade pesqueira tomou certo impulso produtivo, mas continuou sem estatísticas precisas ou confiáveis referente à produção pesqueira (ABDALLAH, 1998). No início de 1989, esse órgão foi extinto, através da Lei nº 7.735, cedendo lugar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que ficou encarregado da política nacional do meio ambiente e, no que se refere à pesca, de todas as atividades da extinta SUDEPE, incluindo, ainda, “a função de executar o controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional, zelando pela preservação de espécies e pela sustentabilidade dos recursos naturais por meio da normatização das condições de uso” (VALENCIO et al., 2003, p. 280).

Até meados de 1960, a pesca brasileira era predominantemente artesanal e sua produção voltava-se basicamente para atender o mercado interno. A política de incentivo à produção pesqueira veio com a institucionalização da pesca brasileira, conforme já dissemos, a partir da regulamentação, em âmbito federal, do Decreto-Lei nº 221/67. Políticas de incentivos fiscais contribuíram para a ampliação da produção nacional de pescado e de seu parque industrial processador, no período de 1967 a 1986. Tais políticas permitiram deduções tributárias para investimentos em projetos de pesca e a isenção de impostos e taxas federais para a importação de maquinários, entre outros equipamentos, provocando o incremento da chamada pesca industrial, voltada para o mercado externo (ABDALLAH, 1998).

Tais políticas provocaram certa evolução do volume da produção de pescado no Brasil. A produção nacional passou de 281,5 mil toneladas em 1960 para 971,5 mil toneladas em 1985. O número de estabelecimentos industriais do setor pesqueiro passou de 174 em 1970 para 272 em 1985, apontando uma taxa média de crescimento anual de 3%. Mas, a falta de manejo de tais políticas provocou, no período posterior à política de incentivos fiscais (de 1985 a 1995), redução significativa na produção da indústria de pescado, com uma taxa média de crescimento anual de apenas 0,18% (ABDALLAH, 1998).

Em 11 de abril de 2000, foi criado o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) – medida provisória nº 1999 –, ligado ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que recebeu a incumbência de promover o desenvolvimento do setor e administrar os recursos pesqueiros inexplorados – da pesca marítima e de água doce dos rios de domínio administrativo federal⁴² –, e de outro o IBAMA, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, objetivando garantir a conservação dos recursos, isto é, fiscalizar o uso de espécies sobre-exploradas ou ameaçadas de extinção –, o que fez gerar conflitos⁴³ administrativos e institucionais, uma vez que são duas agências, de dois diferentes ministérios, com responsabilidades sobre o mesmo objeto, isto é, o manejo dos recursos pesqueiros.

---

⁴² A Constituição Federal de 1988, por intermédio do artigo 20, no item III, determina que são bens da União “os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, p. 15)

⁴³ Segundo Florestan Fernandes (1975), conflitos administrativos e institucionais fazem parte da cultura política brasileira desde a formação do Estado brasileiro em 7 de setembro de 1822. “As classes e os estratos de classe burgueses divergiam e se digladiavam entre si por causa de vários interesses em conflito, que poderiam ser facilmente conciliados se o grau de unificação e de centralização do poder burguês tivesse caminhado com maior velocidade (especialmente ao nível institucional; e, em particular, na atuação de setores administrativos, dos partidos políticos e do Estado)” (FLORESTAN FERNANDES, 1975, p. 322). Este dado, de grande importância sociológica para o presente trabalho, será discutido, com maior propriedade, mais à frente.

As políticas do Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA/MA) objetivavam, em suas principais diretrizes, o desenvolvimento sustentável da pesca e da aqüicultura, a geração, adaptação e transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, a definição de requisitos de qualidade, sanidade e segurança para os produtos de origem pesqueira, entre outras. Sua estratégia voltava-se para o fomento da pesca oceânica na ZEE⁴⁴ e em águas internacionais, o desenvolvimento da aqüicultura continental e marítima, a recuperação e racionalização das pescarias costeiras, a inserção competitiva no mercado internacional e a abertura de espaços para a atração de capitais, tendo como vetores estratégicos à pesca oceânica e a aqüicultura.

Porém, tais políticas e estratégias privilegiavam, quase que exclusivamente, o agronegócio da pesca oceânica e da aqüicultura, em detrimento da aqüicultura familiar e da proclamada recuperação das pescarias costeiras e continental, incluindo a pesca artesanal. Por causa de um modelo de gestão inadequado, a ausência histórica de um ordenamento apropriado e da política implementada, as pescarias costeiras e continental, sejam, artesanais, familiares ou de micro e pequenos armadores, sofreram um processo de estagnação.

A partir de 2000, houve sensível recuperação da produção pesqueira, de 688 mil/t para 725 mil/t, a pesca extrativa manteve-se pouco acima do patamar anterior. A pesca costeira permaneceu bem abaixo. A pesca oceânica foi à única que

---

⁴⁴ - A Zona Econômica Exclusiva ou ZEE, também conhecida como Lei do Mar, foi criada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, estabelecendo direitos e deveres a uma área que pode ir até 200 milhas marítimas (aproximadamente 350 km) a partir da linha base da costa de um país. Nesta ZEE, o estado pode explorar, aproveitar, gerir e conservar, os recursos naturais vivos e não vivos, das águas, do leito do mar e do seu subsolo. Sua importância está relacionada com questões econômicas, ligadas aos recursos pesqueiros, geológicos e valor turístico, espólio arqueológico mas também com razões de natureza ambiental, geoestratégica e de segurança interna. Tem, assim, o direito de usufruir os recursos, mas, também, a obrigação de os proteger através de vigilância e fiscalização e no emprego de práticas de gestão sustentáveis.

manteve um ritmo crescente, chegando a 75 mil/t em 2002. A aquicultura também apresentou um crescimento constante, saindo de 32 mil/t em 1994 para 260 mil/t em 2002.

A política de arrendamento de embarcações de empresas estrangeiras, através de contrato com empresas nacionais, ocorreu sem a contrapartida de treinamento dos recursos humanos brasileiros ou a incorporação da tecnologia utilizada e foi, em grande medida, mal utilizada em função da utilização de mecanismos inadequados de controle e fiscalização da atividade.

A rede de intermediação no processo de distribuição e comercialização da pesca artesanal e de pequena escala, que vai do atravessador individual, geralmente alguém da comunidade que se especializa na compra e venda de pescado, até os representantes de empresas que compram e financiam a produção, constituiu, e ainda é assim, um dos maiores entraves tanto para os ganhos do trabalho do pescador, quanto para a qualidade e preços baixos para o consumidor. O pescador profissional artesanal desprovido de recursos materiais – geladeira e ou freezer – para fazer a estocagem do pescado, e instrucionais – capacitação argumentativa – no momento da negociação do pescado fica condicionado a venda imediata do peixe capturado por ele ao atravessar.

5.2.4 SETOR PESQUEIRO: SEAP/PR E CONFERÊNCIAS

Conforme dissemos, no início de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), voltada para a formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial, bem como de ações voltadas à implantação de infra-estrutura de apoio à produção e comercialização do pescado e de fomento à pesca e aqüicultura.

Além disso, tal secretaria objetiva organizar e manter o Registro Geral da Pesca, normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados, bem como supervisionar, coordenar e orientar as atividades referentes às infra-estruturas de apoio à produção e circulação do pescado e das estações e postos de aqüicultura e manter, em articulação com o Distrito Federal, Estados e Municípios, programas racionais de exploração da aqüicultura em águas públicas e privadas, dentre outras (MP nº103, de 1º de janeiro de 2003).

Logo após sua posse, o ministro José Fritsch (SEAP/PR), conforme noticiado pela imprensa brasileira, informou sua intenção em trabalhar integradamente com os institutos de pesca federais, estaduais, centros de pesquisa das universidades, órgãos públicos, ou órgãos de economia mista ligados à assistência rural, entre outros. Disse, ainda, que objetivava integrar pesquisa, produção, industrialização e mercado nacional e externo. Enfatizou a necessidade dos produtores formarem

cooperativas de trabalho e buscarem financiamento para a indústria de pescado, oriundo do BNDES, ou do Banco do Brasil, com recursos do PRONAF (*PRONAF Pesca*)⁴⁵ ou outras fontes de captação (BANCO DO BRASIL, 2004).

Segundo o discurso oficial do governo Lula em 2003, no momento da criação da SEAP/PR, a política nacional para o setor pesqueiro brasileiro deveria se fundamentar em três pontos: a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Quanto a sustentabilidade social o governo Lula ressaltou a importância do setor como fonte de geração de renda à população. Neste contexto, aponta a necessidade de acabar com o alto nível de analfabetismo e capacitar os pescadores adequando-os ao modelo de modernização em curso. Como exemplo de carência instrucional sofrida pelos pescadores e fazendo analogia disto a insustentabilidade social vivenciada pela categoria, o secretário nacional da pesca, José Fritsch, ao participar da 1ª Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca em Praia Grande disse que verificou a inadequação dos pescadores ao modelo de modernização do setor pesqueiro em curso através de observação feita durante visita a Cooperostra em Cananéia em 2003: "Em Cananéia, um empregador me disse que havia barco parado porque não tem gente capacitada para operar" (REGIONALONLINE, 2003). No caso da pesca profissional artesanal isso seria ainda mais complexo do que Fritsch imagina, pois, com o processo de modernização da pesca em curso o analfabetismo do pescador ou um nível instrucional baixo compromete a

---

⁴⁵ O Banco do Brasil liberou R\$ 4 milhões no financiamento de atividades pesqueiras na safra 2003/2004. O Banco informa que são mais de 2.500 pescadores atendidos em todo o país através do Pronaf Pesca, que tem como principais beneficiários os pequenos pescadores que se dedicam à pesca artesanal com fins comerciais. O financiamento do Pronaf Pesca varia de R\$ 500 a R\$ 6.000 para atividades de custeio, e de R\$ 1.500 a R\$ 18.000, para investimento. Os juros são de 4% ao ano, com abatimento de 25% dos encargos nas operações de investimento para quem pagar em dia. O prazo para pagamento é de até dois anos, de acordo com o ciclo do empreendimento, para custeio, e de até oito anos, para investimento, incluídos até três anos de carência (BANCO DO BRASIL, 2004).

sustentabilidade política e econômica desta profissão na medida em que limita este profissional a compreender as regras sociais que passam pela interlocução com o mundo da escrita.

Para a sustentabilidade econômica, o governo Lula pretendeu formalizar políticas de crédito para o pesador utilizando o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) como linha de financiamento também para a atividade pesqueira e aquícola, podendo ser utilizados para a compra de equipamentos para pesca, industrialização, transporte, armazenamento, entre outros. Segundo o governo, a pesca marítima tem estrutura para industrialização, diferentemente da aquícultura que padece deste processo.

Por último, a sustentabilidade ambiental objetiva a preservação dos recursos pesqueiros e a qualidade das águas.

Segundo o governo Lula as ações da política nacional da SEAP/PR devem ser potencializadas a nível local, diferente das políticas anteriores. Desta forma, serão realizadas conferências estaduais de pesca para discutir localmente as necessidades e demandas de cada região objetivando identificar os pontos de estrangulamento, os problemas e as soluções para os mesmos e posteriormente a conferência federal que deverá discutir, avaliar e selecionar as propostas encaminhadas pelos estados objetivando com estas informações o incremento do Plano Nacional de Desenvolvimento de Sustentação da Aquícultura e Pesca para os próximos cinco anos.

Segundo a SEAP/PR, os resultados a serem alcançados dependem da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento, aprovado na I

Conferência Nacional da Aqüicultura e Pesca⁴⁶, cujo os pressupostos principais tratam de assegurar a sustentabilidade da atividade aqüícola e da pesca costeira e continental, além de estruturar tais setores; promover políticas, de nível nacional, objetivando a inclusão social dos trabalhadores, quais sejam: políticas de crédito estruturadas e acessíveis a todos; desenvolvimento e difusão das tecnologias gerando expansão da produção e redução de desperdícios etc.

A viabilização dos resultados deste plano, segundo o discurso da SEAP/PR, passa pelas estratégias implementadas e pelas ações desenvolvidas, desde que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentado da Aqüicultura e Pesca seja amplamente debatido pelos diversos segmentos profissionais e sociais envolvidos na atividade pesqueira, assegurando a sustentabilidade dos setores da aqüicultura e pesqueiro, por meio de seu ordenamento, reorganização, revisão legal, reforço do sistema de fiscalização e estruturação do sistema de informação pesqueira. Além disso, a estruturação do setor da aqüicultura, incrementando as pesquisas e produção de larvas e alevinos, deve estipular políticas de uso das águas públicas, realizando o zoneamento das áreas para cultivo, integrando as cadeias produtivas das espécies, incentivando o associativismo e o cooperativismo, estimulando a implantação de fazendas e sítios de engorda, em especial de micro e pequenos produtores, intensificando o uso de tecnologias avançadas, e incentivando a

---

⁴⁶ - A 1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca realizada em Brasília nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2003, teve um total de 1.047 delegados e 400 observadores dos 26 estados e do Distrito Federal objetivando discutir os pontos de estrangulamento, os problemas e as soluções para o setor. Além disso, foram apresentadas as sínteses das contribuições das conferências estaduais de pesca e aqüicultura. Cerca de 4 mil propostas foram encaminhadas pelos estados, as quais foram discutidas, avaliadas e selecionadas para serem incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento de Sustentação da Aqüicultura e Pesca para os próximos cinco anos (AGECOM, 2006).

construção de indústria de processamento, como frigoríficos, para agregar valor ao produto (SEAP/PR, 2003).

Desta forma, ao se estruturar o setor pesqueiro de águas fluviais e costeiras, seja priorizando os pescadores artesanais, familiares e os micros e pequenos armadores, tal plano deverá reformar sua infra-estrutura de distribuição e comercialização, fomentando a renovação da frota, estimulando a implantação de indústrias de beneficiamento dos pescados e intensificando a proteção das áreas de repovoamento pesqueiro. A estruturação do setor pesqueiro de águas oceânicas, passa, também, pelo fomento da sua infra-estrutura, com a construção de terminais, postos e entrepostos, incentivando a indústria naval na construção e manutenção de embarcações modernas substituindo os barcos estrangeiros arrendados por barcos nacionais, intensificando o estudo e a pesquisa dos estoques pesqueiros da ZEE e das áreas pelágicas e reforçando a fiscalização e o controle da pesca de alto mar. O setor de comercialização de pescados deverá se reestruturar, de modo a reduzir a extensa cadeia de intermediação na distribuição e comercialização, que encarece os produtos, ampliando a oferta de pescados em qualidade e mais baratos para a população, garantindo o aproveitamento da fauna acompanhante (pescados não-comerciais capturados) e estimulando o consumo de pescados industrialmente processados (SEAP/PR, 2003).

Segundo o discurso oficial da SEAP, a Política Nacional de Aquicultura e Pesca deverá priorizar a inclusão social criando empregos, aumentando a renda e sua distribuição mais eqüitativa, ampliando a oferta de alimentos protéicos de qualidade e baratos para a população, alfabetizando a totalidade dos pescadores, qualificando-os profissionalmente, incluindo a proteção previdenciária e trabalhista do setor na legislação, incluindo as trabalhadoras, intensificando o estudo, a

prevenção e o tratamento das doenças adquiridas na pesca, melhorando a situação habitacional das comunidades pesqueiras, estimulando o associativismo e o cooperativismo e implantando políticas de seguro para a frustração das safras. As políticas de crédito estruturadas deverão ser acessíveis, principalmente aos pescadores artesanais e micro e pequenos armadores e criadores, desenvolvendo, para tanto, o Fundo Nacional de Pesca com linhas de crédito específicas para as diversas modalidades de criação e pesca, estabelecendo parcerias com estados e municípios e com instituições nacionais e internacionais voltadas para o desenvolvimento sustentado da produção pesqueira (SEAP/PR, 2003).

O desenvolvimento tecnológico, segundo o discurso supradito, deverá ser intensificado para expandir a produção e reduzir o desperdício, realizando estudos sobre as áreas de implantação de atratores e recifes artificiais, intensificando as pesquisas e os experimentos de cultivos de espécies autóctones, marinhas e de água doce, prospectando a potencialidade pesqueira da ZEE e das águas oceânicas, estudando o aproveitamento da fauna acompanhante, projetando a readaptação da atual frota e a compra de novas embarcações modernas, pesquisando a melhoria dos métodos de pesca e criação, estudando as áreas de implantação de parques para aquicultura e a seleção das espécies mais adaptáveis a cada área, qualificando a mão-de-obra para os diversos elos das cadeias produtivas pesqueira e de aquicultura, implantando escolas para pescadores e a Universidade da Aquicultura e Pesca e ampliando a cooperação técnica e científica internacional. E que sua contribuição seja decisiva para o Programa Fome Zero, priorizando a implantação de projetos de desenvolvimento de aquicultura e pesca costeira e continental nas regiões de maior carência alimentar, implantando o

aproveitamento da fauna acompanhante e estimulando a captura de novas espécies através da garantia de sua comercialização (SEAP/PR, 2003).

As Conferências Estaduais de Aqüicultura e Pesca objetivaram principalmente fornecer subsídios para a Conferência Nacional quanto à situação da aqüicultura e pesca em cada Estado, identificando, para tanto: (a) a ação governamental do Estado para o setor; (b) alternativas do Estado para o desenvolvimento de Pesca e Aqüicultura; (c) beneficiamento e comercialização do pescado no Estado; (d) escolha de delegados estaduais para a I Conferência Nacional (SEAP/PR, 2004).

Participaram das Conferências Estaduais de Aqüicultura e Pesca, convidados pela SEAP/PR, os representantes de classe de aqüicultores e pescadores, entidades estaduais de defesa do consumidor, instituições de pesquisa, entidades não governamentais, representantes da administração pública federal, estadual e municipal, representantes do ministério público, e representantes do poder legislativo estadual e municipal (SEAP/PR, 2004).

A I Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca de Minas Gerais, realizou-se no auditório⁴⁷ da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), nos dias 18 e 19 de outubro de 2003.

Pudemos participar da I Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca em Minas Gerais. No primeiro dia, após a abertura oficial e formalidades, tivemos sucessivas apresentações de seminários⁴⁸ que tratavam basicamente de questões ligadas a

---

⁴⁷ - Localizado na Avenida das Castanheiras, s/nº, bairro da Cemig, município de Três Marias, Minas Gerais.

⁴⁸ Horário, tema do seminário e palestrante: 10h00 as 11h00 - Desafios e Perspectivas da Aqüicultura e Pesca no Brasil (com ênfase da aqüicultura) – Romeu Porto Daros (Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; secretário em exercício neste dia); 11h00 as 12h00 - Comercialização da Produção da Aqüicultura Familiar – Oswaldo Teixeira de Souza (assessor da

aqüicultura, piscicultura e pesca industrial – com método de apresentação e temas extremamente cansativos para a maioria presente, pescadores profissionais artesanais⁴⁹. Ainda no primeiro dia, aconteceria a Instalação dos Grupos de Trabalho (Coordenador: Antonio Samarão Gonçalves), o que não aconteceu e ficou adiada para o segundo dia.

De fato, o que se presenciou foi uma super exposição e, por conseguinte, valorização da aqüicultura e da pesca industrial, suas técnicas e métodos de trabalho.

Na primeira apresentação do dia o Senhor Romeu Porto Daros⁵⁰, Secretário em exercício da SEAP/PR, proferiu a palestra intitulada **Desafios e Perspectivas da Aqüicultura e Pesca no Brasil**, apresentado a síntese do documento que trata do plano estratégico do desenvolvimento sustentável da aqüicultura e pesca do país.

Quando da criação da SEAP/PR em 2003, o governo estipulou 30 dias para que fosse criado e apresentado um projeto político para o desenvolvimento da aqüicultura e pesca no Brasil. Conforme foi dito por Daros o documento ficou pronto no prazo estipulado:

Este projeto político nós entregamos ao Lula no dia 31 de janeiro (de 2003) e transformamos este documento no texto base que orientaria todo o debate nacional em torno deste tema. E este é o documento base para as conferências. Portanto, o que eu vou apresentar para vocês agora é uma

---

Superintendência da Companhia Nacional de Abastecimento de Minas Gerais – CONAB/MG); 13h00 as 14h00 - Situação da pesca em Minas Gerais (Senhor Raimundo Ferreira Marques – Federação dos Pescadores); 14h00 as 15h00 - Estado atual da aqüicultura em Minas Gerais (Marco Túlio Diniz Peixoto – PUC, MG); 15h00 as 16h00 - Fomento da Piscicultura em Minas Gerais (Edson de Paula Gomes – SEAP, MG); 16h30 as 17h15 - Beneficiamento e comercialização (Senhor Maurílio Reis Bretas).

⁴⁹ Conforme registrado em vídeo – acervo pessoal, Valencio e Mendonça (2003).

⁵⁰ - O senhor Romeu Porto Daros Secretário-Adjunto da SEAP/PR, mas, no dia da I Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca de Minas Geral representou o secretário José Fritsch que estava na Coréia acertando acordos econômicos comerciais e de cooperação técnica na área de pesca com o país.

síntese deste documento e que servirá de base para os debates que vocês irão fazer durante os dois dias.

Na primeira parte da apresentação Daros justificou a necessidade e importância do projeto político da pesca. Em linhas gerais os principais pontos desta justificativa foram às características geográficas do Brasil:

O Brasil tem 8.500 Km de costa marítima e 3,5 milhões de Km² de Zona Econômica Exclusiva. Isto significa que se nós contarmos o nosso mar da costa até as 200 milhas, nós temos mais ½ Brasil em águas. Isto é uma coisa fenomenal. Poucos países no planeta têm esta riqueza. Ou seja, nós temos mais meio país em água para pescar e explorar águas marítimas. Mas, tão importante quanto esta Zona Econômica Exclusiva marítima é a quantidade de água doce disponível que o Brasil tem. Nós temos 12% da água doce disponível do planeta. Isto significa que para cada 10 litros de água doce existente disponível no mundo mais de 1 litro está aqui no Brasil. E isto para a aquicultura é uma vantagem extraordinária além de termos uma concentração dessas águas em grandes açudes, hidroelétricas e mais de 5 milhões de hectares de terras alagadas. Outro dado fundamental que justifica a existência de um Ministério de aquicultura e da pesca é que mesmo sem a presença do Estado incentivando o setor, nos últimos 15 anos existe um aumento da produção especialmente um aumento da produção aquícola do país, que é a atividade econômica que mais cresce no país hoje, a média de 25,2% ao ano, enquanto a economia brasileira se arrasta na casa de 1, 2, no máximo 3%. Outra justificativa é que este setor, que é pouco olhado pelos governos, mas é um setor que pode ser fundamental para acelerar o ritmo do crescimento econômico, é um setor que distribui renda, que gera riqueza e que gera postos de trabalho com muita facilidade. E dentro do que é o programa de governo do presidente Lula, este setor pode, deve e irá desempenhar um forte papel na segurança alimentar do país contribuindo com o programa Fome Zero.

Continuando sua explanação, Daros apresentou dados comparativos sobre a situação da produção pesqueira do Brasil e de outros países do mundo.

O Brasil é o 27º. colocado em termos de produção pesqueira do mundo. A produção total de pescado no mundo é 150 milhões de toneladas em 2002. O Brasil produziu menos de 1 milhão de toneladas. O primeiro colocado, a China sozinha responde por 1/3 da produção mundial de pescados, cerca de 50 milhões de toneladas por ano. Aquela linha amarela [se referindo ao gráfico exibido] é o que a China produz em termos de aquicultura, ou seja, cerca de 33 milhões de toneladas por ano de peixes, moluscos e crustáceos. Então, a piscicultura na China é uma coisa extraordinária do ponto de vista da alimentação da sua população, que é da ordem de mais de 1,2 bilhões de habitantes. No Brasil, do 1 milhão que nós produzimos, a aquicultura responde com menos de 300 mil toneladas por ano. Se compararmos a nossa produção aquícola com a produção chinesa, produzimos cerca de 1% do que produz a China.

Ele continuou sua explanação comparando a geografia e as condições naturais entre China e o Brasil apontando as melhores condições do Brasil e a maior produção aquícola da China.

A China tem um território do tamanho do território brasileiro e não tem no seu território as condições que nós temos para a produção do desenvolvimento da nossa piscicultura; ela não tem 12% da água doce disponível do mundo; não tem as grandes represas que nós temos; não tem os grandes rios que nós temos; mas, mesmo assim produz 33 milhões de toneladas de peixes, crustáceos e moluscos por ano.

Daros enfatizou os dados de pesca do Chile, 7º. colocado na produção pesqueira no mundo:

O Chile tanto é um grande país pesqueiro extrativista como é um grande país no desenvolvimento da piscicultura. Só nas águas marítimas o Chile produz hoje de uma única espécie, que é o salmão, mais do que nos produzimos de todas as espécies no Brasil, somando o mar e as águas interiores. Só de salmão o Chile produz 500 mil toneladas por ano. E na nossa costa, em termos de piscicultura marinha, nós não produzimos um quilo de peixe ainda.

Ele deu prosseguimento a sua fala apresentado dados e questionamentos sobre a contribuição da pesca brasileira para as exportações.

O Brasil até o ano de 2001 importava mais peixe do que vendia. Só em 2001 que nossa balança comercial foi levemente positiva. (...) Nós importamos muito peixe, ou seja, nos podemos ainda aumentar; há muito mercado para peixes no país.

Nota-se, na fala de Daros, grande importância e valorização das possibilidades de exportação de pescado brasileiro e, por conseguinte, o incremento da nossa balança comercial com isto.

Quanto aos problemas da sustentabilidade pesqueira brasileira, assunto também tratado, Daros apresentou um gráfico mostrando a situação da produção de pescado nos diversos setores da pesca brasileira. Mais uma vez ele valorizou a performance da aquicultura:

A aquicultura é o único setor da pesca no Brasil que tem tido um crescimento constante e vultoso. Enquanto que a pesca costeira e continental estão estabilizadas, a pesca oceânica cresce lentamente, a aquicultura cresce em passos largos.

Continuou sua explanação contemplando mais cinco temas apresentados a seguir (transcrito na íntegra das transparências exibidas na I Conferência de Aquicultura e Pesca em Minas Gerais):

Os Problemas Estruturais da Aquicultura são aqueles que: não existem políticas com visão dos diversos elos das cadeias produtivas das espécies

cultivadas; há conflitos de interesses na gestão das águas; dispersão de esforços; carências de mão-de-obra capacitada de modernas técnicas de manejo alimentar, procedimentos sanitários e ambientais; carência de programas de investimento e financiamento de custeio de produção; e insuficiência de alternativas alimentares necessárias para a engorda.

Neste tema nos chamou atenção a explanação feita sobre o segundo item referente aos conflitos de interesses na gestão das águas. Segundo Daros, o governo estaria fazendo um acordo com o ministério do Meio Ambiente objetivando facilitar a concessão de licença ambiental para a aqüicultura:

Não haverá critérios técnicos que impeçam a concessão de licença ambiental para a atividade aqüícola.

Um acordo, argumentou Daros, já está firmado com o Ministério do Meio Ambiente e uma Instrução Normativa sobre o assunto deverá ser aprovada até o mês de outubro de 2003, facilitando a questão da licença:

Estamos resolvendo dois grandes problemas nesse primeiro ano de existência: o da seção de águas públicas⁵¹ e o problema da capacidade mínima de suporte que sempre foi um argumento para os órgãos ambientais não fornecerem a licença para os nossos aqüicultores.

Para solucionar a problemática estrutural da pesca⁵² quanto à resolução dos problemas sociais dos pescadores⁵³ como redes de proteção social do Estado (educação, linhas de crédito etc.), a ausência de pesquisa e baixo emprego de tecnologia no setor pesqueiro⁵⁴ foi produzido, segundo Daros, o projeto político da

---

⁵¹ - Se referindo a seção de águas públicas para fins de piscicultura, incluindo a aqüicultura.

⁵² - Segundo Daros, os problemas estruturais da pesca no Brasil são: Linhas de crédito inadequadas para a construção de embarcações pesqueiras; a carência de mão-de-obra especializada nos diversos segmentos das cadeias produtivas; longa cadeia de intermediação antes de chegar ao consumidor final; reduzida agregação de valor na produção pesqueira; defasagem considerável entre o preço pago ao pescador e o dos produtos industrializados.

⁵³ - Na argumentação de Daros, os principais problemas sociais dos pescadores artesanais e suas comunidades são aqueles relativos a exclusão do pescador as redes de proteção social do Estado; o alto índice de analfabetismo; o baixo vínculo empregatício entre os pescadores/tripulantes com os proprietários dos barcos; as limitações das linhas de crédito; e a ausência da extensão no caso da aqüicultura e da pesca costeira e continental.

⁵⁴ - Segundo Daros, os principais problemas relativos a pesquisa e o emprego de tecnologia no setor pesqueiro brasileiro são: a dispersão e a insuficiência de estudos e pesquisas sobre os recursos pesqueiros; as limitações de técnicas aapetrechos e embarcações; as tecnologias para o desenvolvimento da aqüicultura com espécies autóctones de alta produtividade ainda são incipientes;

SEAP/PR com o objetivo geral de ter um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca que articule todos os atores e ações, para estimular as ações, estimular a produção, promover a inclusão social e contribuir com a segurança alimentar e o desenvolvimento do país.

Segundo Daros, para saber se os objetivos do projeto político (Plano Estratégico) foram atingidos até o final do governo Lula em 2006 foram estabelecidos indicadores, os quais alguns foram comentados por ele.

No primeiro item, quanto ao aumento da produção da aqüicultura e pesca em 50%, passando de 1 milhão de t/ano para 1,5 milhão de t/ano, Daros privilegiou o aumento da produção aqüícola em detrimento da pesqueira. Segundo sua fala:

Dentro desse aumento de 50% nosso objetivo mínimo é dobrar a produção aqüícola e aumentar a produção pesqueira em 30%.

Seguindo sua explanação, no segundo item, Daros discursou sobre o aumento do consumo de pescado per capita, o qual deveria superar os atuais 6,8 kg/hab/ano e buscar se aproximar do consumo recomendado pela FAO:

É necessário garantir o aumento da produção, o beneficiamento, o fim da intermediação das cadeias, o barateamento dos insumos da produção de peixes para que ele chegue barato nos supermercados e ser competitivo com as demais fontes de proteínas.

Quanto à eliminação do analfabetismo entre os pescadores, o aumento da renda média do pescador e a redução da diferença entre o preço da primeira e da última comercialização, Daros não fez nenhum comentário, podendo significar despreocupação com estas questões.

Outros itens apontados por Daros, mas, não comentados, foram os relativos à geração de meio milhão de empregos, entre diretos e indiretos, o aumento da

geração de renda, passando dos atuais 3,9 bilhões de reais para 7,5 bilhões de reais, e o item que proclamava a triplicação do superávit comercial, com o aumento do valor exportado, passando de US\$ 129 milhões em 2002 para US\$ 387 milhões em 2006. É provável que a falta de argumentação a favor destes itens seja a impossibilidade de sua concretização. Na contemporaneidade, o processo de modernização implementado, seja qual o setor da economia contemplado, provocou diminuição de postos de trabalho e, por conseguinte, a ausência de renda para grande número de cidadãos.

No item que tratou da modernização da frota da cadeia produtiva da aquicultura e pesca, e a ampliação de seu parque industrial, Daros afirmou:

Nada foi feito ainda por problemas orçamentários; para o ano que vem teremos condições de incentivar a modernização do nosso parque aquícola e de pesca do país.

Com esses indicadores, afirma Daros, os resultados esperados seriam concretizados a partir da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, imediatamente a aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do setor pesqueiro brasileiro, o qual viabilizaria a estruturação sustentável da atividade aquícola e pesqueira, cuja suas políticas gerariam a inclusão social dos pescadores, com políticas de crédito estruturadas e acessíveis, com grande desenvolvimento e difusão tecnológica com expansão da produção e redução de desperdícios da pesca, entre outros:

Estes são os desafios colocados para nós. Temos um plano de vôo: um plano A e temos um plano B⁵⁵. Estamos baseando nossa política neste plano A, mas, atentos às oportunidades e ao desenvolvimento das condições pra que possamos dar mais respostas do que nós mesmos estamos pensando do que seja possível. Acredito que as medidas que estão sendo tomadas no campo da estruturação das políticas pesqueiras para o país neste ano nos permitem

---

⁵⁵ - Seu plano A refere-se a um cenário modesto de crescimento para o setor pesqueiro. Seu plano B refere-se a um cenário otimista, onde a produção pesqueira seria dobrada: segundo Daros “o que é plenamente possível resolvendo-se o problema da seção e das licenças ambientais, e estruturando as cadeias produtivas”.

projetar com tranquilidade um cenário muito positivo para a aquicultura e pesca do país. Agora, isto vai acontecer desde que o Estado saiba cumprir o seu papel de incentivador da produção, incentivador da organização dos que produzem. Mas quem vai produzir, quem vai estar na ponta, quem vai pescar ou quem vai botar peixe dentro dos tanques são vocês. São vocês que pescam e produzem. E o nosso papel, enquanto Estado é incentivar, ajudar a organizar e agregar tecnologia. É pra isso que estamos nos preparando neste ano.

Faz-se importante destacar a grande distinção entre a pesca e a aquicultura, e em particular as especificidades da pesca que não podem ser confundidas com os interesses, característica profissional e demandas da aquicultura. São segmentos bastante distintos embora o recurso natural contemplado seja o mesmo.

Conforme foi dito anteriormente, a aquicultura não faz parte do corpo da cultura tradicional do pescador profissional artesanal, envolvendo habilidades e significados distintos dos pretendidos e esperados pelo governo. Deste modo, faz-se necessário à implementação de políticas do setor pesqueiro convergentes com as demandas sociais dos pescadores profissionais artesanais, no que é reiterado a seguir pelo senhor Raimundo Ferreira Marques, presidente da Federação dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais.

O pescador profissional artesanal, quando inserido num espaço de discussão, na I Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca de Minas Gerais, aparentemente tem certa autonomia da palavra, no sentido em que lhes permitem falar de si, dos seus problemas e aspirações. Esta autonomia pressupõe que seja possível o pescador sentir-se membro do grupo o qual a Secretaria diz representar. Entretanto, não é isso o que parece acontecer. No campo político, a SEAP/PR ‘promete’ para poder se legitimar pelos pescadores. E ao ‘vender’ uma nova forma de trabalho no território das águas, não realiza para o pescador profissional artesanal essa nova forma – instituída pela modernização e à contra mão das formas tradicionais de vida e trabalho deste pescador. Assim, a desconstrução da forma de trabalho e do modo

de vida do pescador profissional artesanal no rio São Francisco passa pela convicção desta Secretaria de que seu discurso seja o porta-voz oficial e, por isso, representativo de todos, sejam eles pescadores artesanais, aqüicultores, pescadores de pescarias industriais etc.

O presidente da Federação dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais, senhor Raimundo Ferreira Marques, inicia sua explanação na I Conferencia de Aqüicultura e Pescam em Minas Gerais fazendo questionamentos contra o processo político de modernização do setor pesqueiro que o governo vem promovendo, apresentado acontecimentos sócio-ambientais de níveis micro e macro que afetam sobremaneira o meio e o modo de vida da pesca profissional artesanal.

Não podemos ter uma pesca dentro do estado com condições de sobreviver quando nós somos atropelados por diversos setores, diversos seguimentos. Então precisamos na realidade que agir dentro dessa conferência para que sejam debatidos os pontos, os fatores que realmente nos afetam.

O senhor Raimundo apresenta um ofício da Associação de pescadores de Paracatu, Minas Gerais, denunciando que os pescadores deste município sofrem impedimento de acesso às margens dos rios por fazendeiros da região. Para o senhor Raimundo este assunto deveria ser discutido objetivando a produção de políticas que coibissem tal atitude.

Um dos grandes problemas do setor pesqueiro, prossegue o senhor Raimundo na sua fala, é o barramento das águas do rio pelas hidroelétricas, onde, os nutrientes filtrados pelo barramento das águas empobrecem sua qualidade provocando a escassez do peixe. E dentro dos lagos formados pelas barragens geram condições favoráveis à engorda dos peixes e não geram condições para a sua reprodução. Desta forma o senhor Raimundo questiona a legislação pesqueira argumentando que não há motivo para ocorrer a proibição da pesca dentro desses

lagos, geralmente são proibições não fundamentadas em laudo técnico, afirma ele. Questiona também os procedimentos das empresas que fazem peixamento nos lagos formados pelas barragens, duvidando da qualidade e sustentabilidade deste pescado: “Pedimos aos Estados e a União de quando fazer estas proibições nos esclareça através de laudo técnico para que possamos realmente conhecer as razões que são tomadas a levar estas proibições”.

Os percalços originados pela incoerência entre as legislações Federal e Estadual de pesca em Minas Gerais também são questionados pelo senhor Raimundo. Ele aponta a necessidade de melhores esclarecimentos, por parte do governo, da competência de cada legislação, indicando também a importância da paridade entre ambas.

A fala do senhor Raimundo também contemplou os problemas ambientais gerados pela poluição industrial e urbana, os problemas gerados pelos agrotóxicos agrícolas, o assoreamento, o desmatamento, entre outros, provocando a diminuição dos estoques pesqueiros e, por conseguinte, a piora do meio e modo de vida do pescador profissional artesanal: “Eu não vejo nenhuma lei realmente nos expulsando do nosso habitat natural. Mas eu vejo sim todos esses fenômenos citados nos diminuindo a cada dia”.

O senhor Raimundo continua sua fala argumentando sobre a necessidade do governo e de todos nós agirmos com ações concretas além do nosso discurso pronto ou projetos políticos a favor do rio São Francisco; a favor da natureza: “Vemos falar em programas de televisão, a mídia sempre está divulgando que no rio São Francisco acabou os peixes. Os peixes não acabaram! O que acabou foi a qualidade da água. E assim também está terminando o seu povo”.

Segundo o senhor Raimundo foi importante ouvir o governo falar que vai liberar 50,5 milhões de reais para o melhoramento do setor pesqueiro do Brasil. Das linhas de crédito oferecidas. Entretanto, afirma ele, nenhuma parte deste valor chegará até o pescador profissional artesanal:

Nós vemos na realidade, pela cultura que nós temos, que o governo nos colocou um pau-de-sebo com o dinheiro lá em cima. Aquele que conseguir subir realmente vai ter o recurso, mas muitos vão ficar olhando o recurso e não vão ter condições de colar a mão. Mas trago aqui um apelo da federação e o anseio dos meus companheiros pescadores, dos presidentes das colônias e sindicato um pedido ao senhor presidente da República e a SEAP que nos dêem bancos menos burocráticos, tirando um pouco essa burocracia que tem realmente os bancos financeiros e que coloque esses recursos em bancos de fomento. Só assim, poderemos ter condições de realmente acessar este recurso e desenvolver o setor pesqueiro produtivo.

A política de crédito da SEAP/PR especificada para o setor pesqueiro dá a dica do que o governo realmente quer ao apresentar o Programa Especial de Financiamento para a Pesca Artesanal, uma parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego e Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT): eliminar a pesca e o pescador profissional artesanal:

Para o pescador artesanal duas linhas de crédito foram estruturadas. A primeira, garantirá os recursos necessários para o custeio de suas pescarias, mas este crédito estará vinculado ao acesso ao crédito cooperativo ou associativo, orientado para a estruturação de sistemas coletivos de armazenagem e beneficiamento do pescado. O objetivo desta linha é, portanto, incentivar a organização dos pescadores e garantir as condições financeiras para que possam romper com os vínculos históricos de dependência com armadores e atravessadores. O desafio que sustenta esta proposta é tornar o pescador artesanal um agente produtivo e socialmente reconhecido e respeitado por sua relevância para o desenvolvimento do país. **A segunda, incentivará uma progressiva conversão da atividade de pesca artesanal para a aqüicultura**, sendo direcionada àqueles pescadores e pescadoras que sobrevivem da pesca de espécies sobreexplotadas. Esta linha de crédito tem como objetivo viabilizar a implantação de pequenas unidades de aqüicultura, em sistemas de produção individuais ou coletivos, como forma de gerar ocupação e renda alternativas à pesca artesanal e contribuir, ainda, para redução dos impactos econômicos e sociais do ordenamento e gestão dos recursos pesqueiros (SEAP/PR, 2003, p. 7, grifo nosso).

Portanto, o discurso do governo sobre a integração do pescador – e, por conseguinte, seu conhecimento tradicional –, no processo de formulação de políticas institucionais de pesca é retórico e abre espaço para questionamentos,

como fez o Senhor Raimundo⁵⁶, presidente da federação de pesca em Minas Gerais, ao comentar o pronunciamento do Senhor Romeu Porto Daros, secretário da SEAP/PR em exercício no dia da I Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca de Minas Gerais. Temos a constatação da dúvida que a categoria de pescador profissional artesanal, representada pelo seu presidente, tem sobre o papel do governo neste processo:

Não basta estarmos revitalizando só de conversa, nós precisamos de ação de verdade. Revitalizar o homem, revitalizar o rio, revitalizar as empresas, revitalizar também o governo, que já está também revitalizando a mentalidade de conduzir e de liberar as licenças ambientais a favor da aqüicultura sem se preocupar no mal que isso pode causar no futuro. Não basta olharmos apenas o aumento de recursos na atualidade, mas, o desastre ecológico causado no futuro (Sr. Raimundo Ferreira Marques, presidente da Federação dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais, morador de Três Marias, MG).

Em relação a pesca profissional artesanal em Minas Gerais, as demandas da categoria que fazem parte do rol de preocupações da federação mineira de pesca (e que deveriam fazer parte das preocupações da SEAP/PR) perpassam o esquema analítico citado anteriormente do negócio do peixe-alimento, do negócio do peixe-lazer e do negócio da água doce.

Além dos pescadores profissionais artesanais existem aqueles que pescam com a finalidade comercial e que não têm cadastro nas colônias. Assim, a finalidade econômica da pesca não pode ser mensurada apenas pelo número de registro das colônias. Desta forma, a prioridade da SEAP em atualizar esses números oficiais não é eficiente. Primeiramente seria necessário o descredenciamento daqueles que não são pescadores profissionais, mas amadores cadastrados com o objetivo de usufruir os equipamentos profissionais com a finalidade de lazer ou aqueles que objetivam com o cadastramento acessar os valores do seguro defeso pagos no período da piracema. Sabendo-se ao certo quem e quantos são os pescadores

---

⁵⁶ - Conforme constatado pessoalmente e documentado em vídeo – acervo pessoal, Valencio e Mendonça (2003).

profissionais artesanais, o governo poderia pensar a política de capacitação e financiamento da pesca profissional artesanal sem prováveis erros de mensuração que o falseamento dos números atuais provocam.

A pesca profissional artesanal em Minas Gerais é diferente da pesca interior praticada em outras regiões do Brasil (VALENCIO, 2003). Como veremos no capítulo seis, as relações contratuais da pesca profissional artesanal em Minas Gerais e sua unidade econômica têm como pressuposto as relações familiares ou de camaradagem. Por isso, a pesca em Minas Gerais não pode ser considerada emprego, mas trabalho (VALENCIO, 2003). Na lógica capitalista de valoração do peixe tais relações não são levadas em conta na formação do preço do peixe e também na formulação de políticas, especialmente a de crédito, para o setor pesqueiro. Além disso, outras políticas deveriam contemplar a existência destas relações, sejam políticas da área de saúde, da habitação, da educação, entre outras.

Políticas públicas de cunho social para a pesca em Minas Gerais deveriam ser pensadas de modo a integrar a valorização do peixe e do trabalho, através da capacitação das colônias de pesca para o domínio da cadeia de intermediários da venda do peixe, e a valorização dos outros direitos de cidadania.

Das possíveis contradições e descompassos entre discurso e prática, os dados apresentados no capítulo anterior quanto à escolaridade, renda, moradia, entre outros, e caracterização da tralha do pescador profissional artesanal, incluindo a frota pesqueira e os tipos de impulsão, entre outros, os quais serão apresentados no capítulo a seguir, caracterizam um modo de vida e trabalho precários, permitindo, assim, verificar a existência de grande distância entre o discurso e a prática das

políticas anunciadas pela SEAP/PR no final de 2003 e muitas delas postas em prática imediatamente.

6 IMPACTOS E TRANSFORMAÇÕES DA ATIVIDADE DA PESCA E DO MODO DE VIDA DO PESCADOR ARTESANAL: TECNIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO

O presente capítulo teve como objetivo principal caracterizar as relações de trabalho do pescador e a tecnificação da pesca profissional artesanal do Alto-Médio São Francisco, no sentido de analisar os impactos e as transformações da atividade profissional e no modo de vida deste pescador, que está sob ameaça de exclusão, oriundos da lógica de mercantilização recente do uso das águas doces no Brasil, especificamente à modernização da pesca.

Para tanto, levantaram-se dados sobre as *relações de trabalho* – foram identificadas as razões mais importantes para os pescadores se afiliarem as colônias, verificou-se o grau de pessoalidade das relações de trabalho avaliando o vínculo entre o pescador e seu ajudante, as formas de remuneração, monetária e outras alternativas –; a *tecnificação* e as *condições de trabalho* – caracterizou-se os meios de produção (embarcação, forma de propulsão, apretechos) e sua propriedade, o levantamento das espécies pescadas de maior importância comercial e as formas de conservação e comercialização do pescado –; a *fiscalização do uso*

ambiental – descreveu-se as formas de fiscalização e a opinião destas pelo pescador –, e o *uso ambiental* – descreveu-se a percepção dos pescadores em relação ao meio ambiente no qual vivem e com o qual interagem, em termos da garantia da sua sobrevivência na realização da atividade de pesca.

Desta maneira supôs-se ser possível discriminar as principais características do modo de vida que circundam e interagem com o pescador profissional artesanal, buscando, assim, a relação entre a lógica de mercantilização recente do uso das águas doces no Brasil e, por conseguinte, a modernização da pesca, a partir das análises dos dados de 1999 e 2001 (VALENCIO et al., 2001), e 2004.

A descrição da atividade pesqueira da área estudada buscou analisar as variáveis consideradas no estudo utilizando-se métodos estatísticos simples, obtendo-se distribuições de frequência e proporções. Foram obtidos resultados para cada colônia de pescador, e os mesmos foram analisados em conjunto ou foram feitas comparações pelas variáveis anos e colônias.

6.1 O EXERCÍCIO DE PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL: AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Na pesca profissional artesanal, o pescado capturado é total ou parcialmente comercializado. Nela, os pescadores podem ser os proprietários dos barcos e apetrechos ou utilizá-los em sistema de parceria com os proprietários dos mesmos. Utiliza embarcações de pequeno e médio porte, motorizadas ou não. Os apetrechos

e insumos utilizados são relativamente simples, geralmente confeccionados pelos próprios pescadores.

Embora a atividade de pesca profissional artesanal seja uma forma de trabalho e de produção de conhecimento fortemente definida pela vida comunitária, a representação política que o grupo de pescadores faz de si mesmo perpassa a representação que eles têm das colônias de pescadores das quais são associados.

O exercício da pesca profissional pressupõe o cadastro do pescador a uma colônia de pescadores na região onde mora. O exercício legal da pesca está condicionado a obrigatoriedade da filiação a uma colônia de pesca desde a criação das colônias de pescadores em 1922.

Pertencer a uma colônia de pescadores contribui para a criação de um certo sentido de corporação (DIEGUES, 1983). Além de estarem sujeito às mesmas regras, os pescadores quando cadastrados garantem o direito de exercer legalmente a profissão e, por conseguinte, o acesso e direito à aposentadoria e o seguro-desemprego, na forma do seguro defeso, entre outros direitos institucionalmente garantidos a outros trabalhadores brasileiros.

No Alto Médio São Francisco, as colônias (Fotos 11 e 12) são precárias e nem sempre conseguem atender as reivindicações dos pescadores, limitando-se, na maioria das vezes, a auxiliá-los para a obtenção do seguro-defeso.

Foto 11. Aspectos da entrada da Colônia de pesca de Pirapora, MG, em 2004.

Foto 12. Placa inaugural comemorativa da Colônia de pesca de São Francisco, MG. Em destaque pescador (à esquerda) e presidente da colônia (à direita). Ano de 2004

Para obtenção do seguro-desemprego ou outros benefícios o pescador deve estar devidamente regularizado, isto é, ser associado à colônia de pesca na região onde mora (ela emite um atestado de pescador) e ter registro de pescador, ficando facultativo a apresentação de outros documentos, conforme o programa de benefício solicitado pelo pescador.

O seguro-desemprego do pescador artesanal foi um programa instituído através da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, revogada pela lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, conforme dito anteriormente, e destina-se ao pagamento do benefício ao pescador profissional desde que exerça suas atividades de forma artesanal e individual ou em regime de economia familiar, não podendo efetuar quaisquer contratações de terceiros.

Para obtenção deste seguro o pescador deve, como requisitos de habilitação, possuir registro como pescador artesanal no IBAMA, há no mínimo 1 (um) ano (pela Lei 8.287/91 era de 3 anos); possuir atestado da colônia de pescadores a que esteja filiado ou do órgão do IBAMA, com jurisdição sobre a área onde atue, comprovando o exercício de pesca de forma artesanal; ter dedicação ininterrupta de pesca entre a paralisação anterior e atual; estar registrado na previdência social; e não estar recebendo nenhum benefício da previdência social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte (CGSDAS/DES/SPPE/TEM, 2006).

O valor do benefício foi fixado em um salário-mínimo e o número de parcelas igual aos meses de duração do defeso. O benefício deverá ser requerido pelo pescador quando do início do período de defeso, determinado pelo IBAMA em um posto de atendimento do seguro-desemprego (Delegacia Regional do Trabalho – DRT ou do Sistema Nacional de Emprego – SINE), para o preenchimento de

requerimento próprio do seguro-desemprego do pescador artesanal. Caso não exista um posto de atendimento na localidade de seu domicílio, o pescador deverá procurar orientação na colônia de pescadores. O prazo para requerimento será a partir da data de início do defeso até o final do mesmo. Para defesos com mais de 120 dias o prazo de requerimento será o mesmo (CGSDAS/DES/SPPE/TEM, 2006).

A maioria dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco informou que as principais razões para filiação junto às colônias de pesca são o acesso ao seguro desemprego e o direito a aposentadoria (Tabela 17).

Tabela 17 – Razões identificadas pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, como importantes para a filiação à Colônia. Anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Razões	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
• seguro desemprego	4	36,4	3	50,0	4	50,0	7	53,8
• para ter direito à aposentadoria	1	9,1	0	-	2	25,0	2	15,4
• para não ter problemas com fiscalização	0	-	0	-	0	-	0	-
• apoio creditício	0	-	1	16,7	1	12,5	0	-
• garantia de compra de peixe pela colônia	0	-	0	-	1	12,5	0	-
• importância da sindicalização	0	-	1	16,7	0	-	0	-
• processo corriqueiro	0	-	0	-	0	-	1	7,7
• tem mais garantia	0	-	0	-	0	-	1	7,7
• resolução de problemas jurídicos	2	18,1	0	-	0	-	0	-
• apoio médico	0	-	0	-	0	-	2	15,4
• reconhecimento profissional	0	-	0	-	0	-	0	-
• outros	4	36,4	1	16,7	0	-	0	-
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
2001								
• seguro desemprego	5	50,0	0	-	0	-	0	-
• para ter direito à aposentadoria	0	-	1	14,3	1	25,0	0	-
• para não ter problemas com fiscalização	0	-	0	-	0	-	1	14,3
• apoio creditício	0	-	1	14,3	2	50,0	0	-
• garantia de compra de peixe pela colônia	0	-	0	-	0	-	0	-
• importância da sindicalização	0	-	0	-	0	-	0	-
• processo corriqueiro	0	-	0	-	0	-	0	-
• tem mais garantia	0	-	0	-	0	-	0	-
• resolução de problemas jurídicos	2	20,0	2	28,6	1	25,0	1	14,3
• apoio médico	0	-	1	14,3	0	-	1	14,3
• reconhecimento profissional	0	-	0	-	0	-	0	-
• outros	3	30,0	2	28,6	0	-	4	57,1
Total	10	100	7	100	4	100	7	100
2004								
• seguro desemprego	3	37,5	8	72,7	6	54,5	6	60,0
• para ter direito à aposentadoria	1	12,5	1	9,1	3	27,3	1	10,0
• para não ter problemas com fiscalização	0	-	1	9,1	0	-	1	10,0
• apoio creditício	0	-	0	-	0	-	0	-
• garantia de compra de peixe pela colônia	0	-	0	-	0	-	0	-
• importância da sindicalização	0	-	0	-	0	-	0	-
• processo corriqueiro	0	-	0	-	0	-	0	-
• tem mais garantia	0	-	1	9,1	0	-	0	-
• resolução de problemas jurídicos	2	25,0	0	-	0	-	0	-
• apoio médico	0	-	0	-	0	-	0	-
• reconhecimento profissional	0	-	0	-	0	-	1	10,0
• outros	0	-	0	-	2	18,2	0	-

• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	1	10,0
• não se aplica	2	25,0	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	11	100	11	100	10	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao número de freqüência de respostas.

Os dados da tabela 17 apontam como a principal razão para a filiação junto às colônias o acesso ao seguro desemprego, demonstrando tendência de valorização deste item no período de 1999-2004 entre as quatro colônias estudadas. No ano de 1999, os pescadores de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária atribuíram ao seguro defeso sua principal razão para filiação junto às colônias de pesca, sendo 36,4%, 50%, 50% e 53,8%, respectivamente. Em 2004, o número destes pescadores que valorizam o seguro defeso como a principal razão para filiação junto às colônias aumentou: 37,5%, 72,7%, 54,5% e 60%, respectivamente. A maior importância do seguro defeso como a principal razão de filiação em detrimento a outros direitos institucionalmente garantidos ao pescador cadastrado, incluindo o direito à aposentadoria, demonstra sua necessidade imediata de renda ao invés da manutenção da sua vida futura. A necessidade de resolver sua sobrevivência imediata faz com que os pescadores percam o sentido de corporação das colônias, isto é, as colônias não são entendidas como espaços que os representam politicamente. Deste modo, mesmo a pesca profissional artesanal sendo uma forma de trabalho definida pela vida em comunidade, os pescadores não compreendem suas colônias como espaços coletivos de representação política dos seus direitos de cidadania.

Além da formalidade burocrática contida no cadastramento do pescador na colônia de pesca de sua região, razões sócio-políticas também pressionam tal cadastramento. Segundo VALENCIO et al. (2001), o pescador quando está regular sente mais segurança ao ser abordado pela fiscalização e a relação com o fiscal, ao

menos de sua parte, é mais respeitosa. Entretanto, comparar o processo de institucionalização recente da pesca profissional que discursivamente objetiva amparar o desenvolvimento deste trabalhador e a estigmatização progressiva, oriunda da lógica de mercantilização do peixe e do uso da água doce do Brasil, é verificar que as colônias de pesca, na forma de espaços institucionalmente formatados, não estão garantindo a plenitude do exercício de pesca profissional, dado que os pescadores não associam o papel das colônias a importância da sindicalização ou a garantias, inclusive jurídicas, que elas poderiam lhes proporcionar.

O papel das colônias de pescadores como representantes da categoria, institucionalmente reconhecida pelo Estado brasileiro desde 1922, é de suma importância. Entretanto, sua história conta a respeito de problemas de representação.

Com a criação das colônias de pescadores pelo Estado brasileiro, a obrigatoriedade do pescador associar-se a uma colônia para o exercício da profissão não lhes garantiu melhor organização para sua atividade.

Segundo Diegues (1983) a história das colônias de pesca vem sinalizando desvios no caminho do que poderia ser a organização efetiva desta atividade pelas colônias, onde estas estariam se posicionando ao lado de políticos que usam as colônias como palanques políticos: “é muito freqüente também a presidência da colônia ser exercida por indivíduos que não são pescadores e que estavam ligados à política local” (DIEGUES, 1983, p. 229).

A história também conta a respeito da não representatividade de muitas colônias junto aos pescadores profissionais artesanais, que em muitos casos são minoria em

relação ao número de associados. Muitas colônias de pescadores estariam praticando atividades de cunho apenas assistencialistas do que por propostas de organização da pesca (LIMA, 1995, p. 31).

Espera-se que as colônias de pesca implementam políticas objetivando maior participação dos pescadores em processos de tomada de decisões e planejamento pesqueiro, criando condições de integração produtivista, tanto no aumento da capacidade de armazenamento do pescado quanto nas formas de venda do mesmo.

Desta forma, fica evidente que a obrigatoriedade dos pescadores profissionais artesanais viverem sob regime cooperativista, sendo obrigados por lei, a pertencerem à colônia de pesca da zona em que residem ou estacionam suas embarcações não lhes garantem maior participação em processos de tomada de decisões e planejamento de esforço pesqueiro, entre outros. Conforme atesta o depoimento de um pescador:

Antes, a SUDEP, quando existia, comprava material pra Colônia. Mas, de lá pra cá, nunca houve nada para o pescador e deveria existir (...). É preciso ter melhor material. Muitos pescam no remo. Precisava ter uma tralha boa para poder ir mais longe. O governo poderia ajudar, da mesma forma que fazem pra os lavradores: financiar a compra de material nas condições que dá pra gente pagar. A gente podia, também, ter uma cooperativa, um armazém, que pudesse comprar comida e pagar com peixe. Sr. José, 53 anos, pescador profissional de Pirapora, MG. (VALENCIO, et al., 2001, p. 50).

O pescador profissional artesanal do Alto-Médio São Francisco é um pescador que atua com um ajudante (Tabela 18), geralmente um indivíduo sem nenhum vínculo de parentesco com o pescador (Tabela 19) e que recebe parte do pescado como forma de pagamento (Tabela 20), por isso, essa relação não pode ser considerada de empregador-empregado ou contratação de terceiros, mas, parceria ou sociedade quanto ao produto da pesca.

Tabela 18 – Utilização de ajudantes de pesca pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Utilização de Ajudante de Pesca	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1999								
• com ajudante	8	72,7	4	66,6	7	87,5	9	69,2
• sem ajudante	3	27,3	2	33,4	1	12,5	4	30,8
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
2001								
• com ajudante	7	77,8	6	100	2	100	5	83,3
• sem ajudante	2	22,2	0	-	0	-	1	16,7
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
• com ajudante	6	75,0	6	66,7	8	88,9	7	77,8
• sem ajudante	2	25,0	3	33,3	1	11,1	2	22,2
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

O número de pescador profissional artesanal que atua com ajudante teve aumento pouco expressivo no período de 1999-2004 nas quatro colônias estudadas (Tabela 18). No ano de 1999, 72,7% dos pescadores de Três Marias, 66,6% dos pescadores de Pirapora, 87,5% dos pescadores de São Francisco e 69,2% dos pescadores de Januária trabalhavam acompanhados por ajudante. Em 2004, houve pequeno aumento do número de pescadores que atuava com ajudante, sendo 75%, 66,7%, 88,9% e 77,8%, respectivamente. Muitos destes ajudantes são adultos e, na maioria dos casos, são trazidos para tal atividade pela falta de outra opção de trabalho originada pelo desemprego urbano. Essas pessoas vêm no trabalho de ajudante de pesca uma alternativa de trabalho eventual apenas.

Tabela 19 – Vínculo de parentesco entre ajudante de pesca e pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Vínculo de Parentesco	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1999								
• com vínculo	3	37,5	2	50,0	2	28,6	2	22,2
• sem vínculo	5	62,5	2	50,0	5	71,4	7	77,8
Total	8	100	4	100	7	100	9	100
2001								
• com vínculo	1	14,3	2	33,3	2	100,0	2	40,0
• sem vínculo	6	85,7	4	66,7	0	-	3	60,0
Total	7	100	6	100	2	100	5	100
2004								
• com vínculo	1	16,6	0	-	4	50,0	5	71,5
• sem vínculo	5	83,4	6	100,0	4	50,0	2	28,5
Total	6	100	6	100	8	100	7	100

(*) Valencio et al. (2001).

Embora o número de ajudante de pesca, com vínculo de parentesco seja bem menor do que o sem vínculo, o número de ajudantes com vínculo tem aumentado de modo substantivo em São Francisco e Januária, 28,6% e 22,2% em 1999 para 50% e 71,5% em 2004, respectivamente (Tabela 19). Este aumento de ajudantes está associado à falta de outra opção de trabalho ou alternativa de emprego frente ao desemprego estrutural. Mesmo que esse aumento de ajudante com vínculo de parentesco com o pescador, geralmente seu filho, vai de encontro à sedução dos valores da modernidade – estudar, se qualificar, se especializar tecnicamente, viver nos grandes centros – é importante reiterar que a aspiração deste filho pela redefinição de identidades culturais pressupõe uma diversidade de sistemas simbólicos coexistentes e que, muito provavelmente, uma nova conformação cultural se forjará, sendo, no início uma transformação parcial e mais tarde um rompimento definitivo com os valores tradicionais da comunidade onde vive.

Tabela 20 – Formas de remuneração do ajudante de pesca dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Tipo de Remuneração	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1999								
• dinheiro	2	25,0	0	-	1	14,3	3	33,3
• dinheiro e peixe	0	-	0	-	0	-	1	11,1
• peixe	0	-	3	75,0	4	57,1	3	33,3
• divisão de lucro	5	62,5	0	-	1	14,3	1	11,1
• não remunera	1	12,5	1	25,0	1	14,3	1	11,1
Total	8	100	4	100	7	100	9	100
2001								
• dinheiro	2	28,6	1	16,7	1	50,0	0	-
• dinheiro e peixe	1	14,3	0	-	0	-	0	-
• peixe	4	57,1	5	83,3	0	-	5	100,0
• divisão de lucro	0	-	0	-	0	-	0	-
• não remunera	0	-	0	-	1	50,0	0	-
Total	7	100	6	100	2	100	5	100
2004								
• dinheiro	1	16,7	2	33,3	2	25,0	3	42,9
• dinheiro e peixe	0	-	1	16,7	0	-	0	-
• peixe	3	50,0	3	50,0	3	37,5	1	14,2
• divisão de lucro	2	33,3	0	-	0	-	0	-
• não remunera	0	-	0	-	3	37,5	3	42,9
Total	6	100	6	100	8	100	7	100

(*) Valencio et al. (2001).

Estes ajudantes vivem em relativa invisibilidade social, pois, seu trabalho é apenas uma extensão do trabalho do pescador profissional e sua forma de remuneração, conforme os dados da tabela 20, é o recebimento de parte do que foi pescado (Foto 13). O trabalho do ajudante de pesca não é reconhecido socialmente, e por isso não recebe nenhuma garantia institucional, ou reconhecido economicamente, não sendo mensurado na formação de preço do pescado capturado, depreciando ainda mais o valor econômico do esforço de pesca.

Foto 13. Ajudante de pescador do município de São Francisco, MG, orgulhoso por participar da pesca de surubim no ano 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

6.2 TECNIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Os pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco, como a maioria dos pescadores artesanais do Brasil, utilizam uma grande variedade de apetrechos de pesca objetivando explorar vários recursos, em diferentes nichos e épocas.

A diversidade dos apetrechos de pesca utilizados define tanto a magnitude de pesca pretendida quanto a seletividade da mesma. Cada apetrecho representa um instrumento de dominação do espaço.

A atividade pesqueira no trecho estudado pode ocorrer no uso de apetrechos considerados monoespecíficos e também daqueles considerados multiespecíficos.

A pesca monoespecífica ocorre quando os apetrechos utilizados são orientados para a captura de um único espécime, geralmente dos peixes de grande porte e grande importância comercial. Os apetrechos que caracterizam esse tipo de pesca são: as tarrafas, os anzóis e os espinhéis. A pesca multiespecífica, por sua vez, é caracterizada pelo uso de apetrechos favoráveis à captura dos peixes de médio e pequeno porte e em grande quantidade. Os apetrechos que caracterizam esse tipo de pesca são: as redes e as malhadeiras (PETRERE JUNIOR, 1992).

As artes de pesca utilizada pelos pescadores profissionais artesanais do trecho estudado compreendem as tarrafas, as redes de espera (caceia) e de batida (arrastão), os espinhéis, a fisga, o anzol de espera, a linha e anzol, a vara de espera e as linhadas. Geralmente, a confecção e manutenção destes apetrechos são feitas pelos pescadores (Foto 14) e ou seus familiares (Foto 15).

Foto 14. Pescador do município de Januária, MG, tecendo sua rede no ano de 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 15. Mulher de pescador do município de Januária, MG, colaborando na confecção de rede de pescar em 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

A pesca profissional artesanal praticada no Alto-Médio São Francisco se desenvolve na sua maioria com a utilização de malharias, sejam tarrafas, redes de espera (caceia) ou rede de batida (arrastão), predominando tais usos. Isso decorre pois há pouca variação de flutuação dos níveis pluviométricos, o que facilita o manuseio desta arte de pesca. Entretanto, no período de 1999-2004 houve queda nos índices dos usos destas artes de pesca entre os pescadores das colônias de São Francisco e Januária, 49,9% e 38,4% em 1999 e 48,7 e 37,5% em 2004, respectivamente, devido a falta de enchente nestes trechos do rio São Francisco. Outras artes de pesca, as pescas de espera, como o espinhel, os anzóis e as linhadas, são menos utilizadas pelos pescadores, já que a captura de espécies de grande porte, como o dourado e o surubim são menos freqüentes, pois estão cada vez mais escassos (Tabela 21).

Tabela 21 – Arte de pesca dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Equipamentos	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
1999								
• Tarrafa	6	19,4	5	20,0	6	23,0	9	23,0
• Rede de Espera (Caceia)	8	25,8	4	16,0	7	26,9	6	15,4
• Rede de Batida (Arrastão)	2	6,4	2	8,0	0	-	0	-
• Espinhel	3	9,7	3	12,0	4	15,5	5	12,8
• Fisgas	2	6,4	1	4,0	0	-	6	15,4
• Anzol de Espera	4	12,9	3	12,0	4	15,5	6	15,4
• Linha e Anzol	3	9,7	2	8,0	3	11,5	5	12,8
• Vara de Espera	0	-	1	4,0	1	3,8	1	2,6
• Linhadas	3	9,7	4	16,0	1	3,8	1	2,6
Total	31	100	25	100	26	100	39	100
2001								
• Tarrafa	4	14,8	5	26,3	1	20,0	4	26,7
• Rede de Espera (Caceia)	8	29,7	4	21,0	1	20,0	3	20,0
• Rede de Batida (Arrastão)	1	3,7	1	5,3	1	20,0	1	6,7
• Espinhel	3	11,1	1	5,3	1	20,0	0	-
• Fisgas	1	3,7	2	10,5	0	-	0	-
• Anzol de Espera	3	11,1	3	15,8	1	20,0	2	13,3
• Linha e Anzol	2	7,4	2	10,5	0	-	2	13,3
• Vara de Espera	1	3,7	1	5,3	0	-	2	13,3
• Linhadas	3	11,1	0	-	0	-	0	-
• Dado não coletado	1	3,7	0	-	0	-	1	6,7
Total	27	100	19	100	5	100	15	100
2004								
• Tarrafa	8	22,2	7	18,4	9	24,4	6	15,0
• Rede de Espera (Caceia)	8	22,2	6	15,8	7	18,9	8	20,0
• Rede de Batida (Arrastão)	4	11,1	4	10,5	2	5,4	1	2,5
• Espinhel	3	8,3	3	7,9	2	5,4	6	15,0
• Fisgas	2	5,6	2	5,3	3	8,1	2	5,0

• Anzol de Espera	2	5,6	7	18,4	7	18,9	5	12,5
• Linha e Anzol	3	8,3	4	10,5	2	5,7	4	10,0
• Vara de Espera	2	5,6	2	5,3	3	8,1	4	10,0
• Linhadas	4	11,1	3	7,9	2	5,4	4	10,0
• Dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	36	100	38	100	37	100	40	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o de freqüência de respostas.

A atividade pesqueira no Alto-Médio São Francisco é considerada monoespecífica no trecho lótico de Três Marias, mas multiespecífica tanto no reservatório quanto em Pirapora à jusante dado à captura dos peixes de pequeno e médio porte e em grande quantidade.

Dos apetrechos monoespecíficos, as tarrafas⁵⁷ são muito utilizadas pelos pescadores e tem em média 3,0 metros de altura e 30 metros de abertura (roda) e os tamanhos das malhas variam entre 3 e 5 centímetros. Dos apetrechos multiespecíficos, a rede de espera é muito utilizada no dia-a-dia de trabalho. As redes têm em média 3,5 metros de altura por 90 metros de comprimento e suas malhas variam entre 12 e 25 centímetros⁵⁸.

Vários estudos (BEVERTON e HOLT, 1957; CASTELLANOS e CANO, 1974; PETRERE JUNIOR et al., 1997; VALENCIO e MENDONÇA, 1998), mostraram a relação entre o poder de pesca e as características das embarcações (tamanho, vida útil, tipo de motor).

⁵⁷ - A tarrafa é um tipo de rede de pesca tecida de modo a adquirir, depois de concluída sua confecção, a forma cônica. O bordo inferior é dobrado para dentro de maneira a se formarem vários fundos de saco em todo o contorno da linha inferior da sai, os rufos. Pedacos de chumbo guarnecem a fímbria da sai de um linhote prende-se ao vértice. Ela é uma arte de pesca utilizada na pesca marítima e na interior. Nos rios ou lagos joga-se a tarrafa nos lugares de pequena profundidade e seus tamanhos são variados, em média são 8 metros de circunferência, com malhas de 3 a 4 centímetros e de 5 a 8 quilos de chumbada. Pode ser lançada de terra ou de bordo de uma embarcação, exigindo do pescador grande habilidade física, pois deve tocar na superfície da água completamente aberta, formando um círculo. Sua rede cai sobre os peixes envolvendo-os e é recolhida por meio do linhote, fechando-se sobre os peixes que ficam aprisionados nos rufos.

⁵⁸ - A legislação exige que a dimensão das redes de pesca seja a partir de 12 cm para a malha.

O nível tecnológico que o pescador apresenta e utiliza nas pescarias repercute na forma como ele reage aos impactos negativos do processo de modernização dos usos das águas doce em curso sobre os estoques pesqueiros. Quanto mais rústicas forem a frota pesqueira e as formas de propulsão das embarcações, menores as chances de explorar o ambiente e os recursos pesqueiros nele existente. O nível tecnológico rústico particularizando a frota pesqueira e sua forma de propulsão impede que o pescador possa explorar ambientes mais preservados ou menos ocupados por usuários modernos das águas do rio.

As embarcações são classificadas em quatro categorias, a saber: barcos de madeira, alumínio, compensado naval e fibra de vidro. Nas pescarias em água doce essas embarcações são as mais freqüentemente utilizadas. Entretanto, no Alto-Médio São Francisco apenas as duas primeiras categorias são utilizadas pelos pescadores, prevalecendo os barcos de madeira (Foto 16).

Foto 16. Pescadores do município de São Francisco, MG, organizando seus apetrechos de pesca juntos aos seus barcos de madeira. Ano de 2004.

As embarcações em madeira geralmente são construídas pelos pescadores ou fabricadas sob encomenda. Essas embarcações têm cerca de 5 metros de comprimento e uma média de 5 anos de vida útil. Já as embarcações de alumínio têm o mesmo comprimento que as de madeira, aproximadamente 5 metros e sua durabilidade é maior, cerca de 8 anos de vida útil.

Embora o custo das embarcações de alumínio seja bem superior as de madeira, as vantagens operacionais deste tipo de embarcação sobre os barcos de madeira permitem uma maior manipulação dos apetrechos e, por conseguinte, melhores resultados na arte de pesca.

Os sistemas de propulsão das embarcações são o remo ou motores de tipos como os de rabeta e popa.

O remo é construído, geralmente, de madeira e composto de cabo roliço terminado por uma parte espalmada que funciona como alavanca interfixa no

direcionamento das embarcações. Geralmente é utilizado por pescadores de baixa renda. Também são utilizados para curtos deslocamentos na área de pesca onde o barulho do motor afastaria um possível cardume e como recurso para deslocamentos quando eventualmente falha o motor.

O motor do tipo rabeta com potência de 3.4 HP é dotado de sistema de transmissão com um varão com aproximadamente 2,0 metros de comprimento com hélice na ponta, instalado na traseira do barco. Tem um motor de dois tempos e utiliza mistura de combustível na proporção de 30:1 de gasolina e óleo. Seu consumo diário é em média de 2 litros de combustível.

O motor de popa com potência entre 15 e 25 HP permite deslocamentos mais rápidos se comparado ao rabeta. Seu consumo diário é de 10 litros de combustível misturado na proporção 30:1 de gasolina e óleo.

O número de pescadores que tomam equipamentos emprestados é baixo e o arrendamento é nulo. Geralmente os apetrechos de pesca e os barcos pertencem aos pescadores, sendo a maioria dos barcos construída de madeira pelos próprios pescadores (Foto 17). Os barcos de alumínio aparecem em segundo lugar. A forma de propulsão é, geralmente, com motores de popa, sendo o remo utilizado principalmente entre os pescadores da colônia de Januária (Tabela 22).

Foto 17. Produção de embarcação pelos pescadores de Pirapora, MG, no ano de 2001.
(Fonte: Valencio et al., 2001).

Tabela 22 – Frota pesqueira e formas de propulsão, seus tipos de materiais, condições de posse e aquisição pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Frota Pesqueira	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1999								
Condições de Posse								
próprio	10	90,1	5	83,3	5	62,5	10	76,9
intermediário/arrendado	0	-	0	-	0	-	-	-
ajudante	1	9,9	0	-	0	-	-	-
emprestado	0	-	0	-	0	-	3	23,1
não possui	0	-	1	16,7	3	37,5	-	-
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
Condições de aquisição**								
produzido pelo pescador	2	16,7	4	66,6	3	37,5	10	71,4
adquirido no mercado	4	33,3	1	16,7	1	12,5	0	-
produzido pelo pescador e familiares	4	33,3	0	-	1	12,5	2	14,4
produzido pelo pescador e colegas	2	16,7	0	-	0	-	1	7,1
produzido pelos colegas	0	-	0	-	0	-	1	7,1
produzido na colônia	0	-	0	-	0	-	0	-
não se aplica	0	-	1	16,7	3	37,5	0	-
Total	12	100	6	100	8	100	14	100
Material**								
madeira	6	54,5	5	83,3	5	62,5	13	100,0
compensado naval	0	-	0	-	0	-	0	-
alumínio	5	45,5	0	-	0	-	0	-
fibra	0	-	0	-	0	-	0	-
outros	0	-	0	-	0	-	0	-
não se aplica	0	-	1	16,7	3	37,5	0	-
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
Tipo de propulsão**								
remo	3	27,3	2	33,3	2	25,0	12	92,3
rabeta	2	18,2	2	33,3	3	37,5	1	7,7
popa	6	54,5	1	16,7	0	-	0	-
não se aplica	0	-	1	16,7	3	37,5	0	-
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
2001								

Condições de Posse								
<i>próprio</i>	9	100,0	5	83,3	2	100,0	5	83,3
<i>intermediário/arrendado</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>ajudante</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>emprestado</i>	0	-	1	16,7	0	-	0	-
<i>não possui</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	1	16,7
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Condições de aquisição**								
<i>produzido pelo pescador</i>	3	30,0	4	66,7	1	50,0	4	50,0
<i>adquirido no mercado</i>	5	50,0	0	-	0	-	1	12,5
<i>produzido pelo pescador e familiares</i>	1	10,0	0	-	1	50,0	1	12,5
<i>produzido pelo pescador e colegas</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>produzido pelos colegas</i>	1	10,0	2	33,3	0	-	1	12,5
<i>produzido na colônia</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	1	12,5
Total	10	100	6	100	2	100	8	100
Material**								
<i>madeira</i>	4	44,4	5	83,3	2	100,0	5	83,3
<i>compensado naval</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>alumínio</i>	5	55,6	1	16,7	0	-	0	-
<i>fibra</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>outros</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	1	16,7
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Tipo de propulsão**								
<i>remo</i>	2	22,2	0	-	0	-	5	83,3
<i>rabeta</i>	0	-	4	66,7	2	100,0	0	-
<i>popa</i>	7	77,8	2	33,3	0	-	0	-
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	1	16,7
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
Condições de Posse								
<i>próprio</i>	8	100	9	100	9	100	8	88,9
<i>intermediário/arrendado</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>ajudante</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>emprestado</i>	0	-	0	-	0	-	1	11,1
<i>não possui</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Condições de aquisição**								
<i>produzido pelo pescador</i>	0	-	1	11,1	2	22,2	2	22,2
<i>adquirido no mercado</i>	8	100	8	88,9	7	77,8	6	66,7
<i>produzido pelo pescador e familiares</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>produzido pelo pescador e colegas</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>produzido pelos colegas</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>produzido na colônia</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>não se aplica</i>	0	-	0	-	0	-	1	11,1
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Material**								
<i>madeira</i>	0	-	7	77,8	9	100	9	100
<i>compensado naval</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>alumínio</i>	8	100	2	22,2	0	-	0	-
<i>fibra</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>outros</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Tipo de propulsão**								
<i>remo</i>	0	-	4	44,4	3	33,3	5	55,6
<i>rabeta</i>	0	-	3	33,4	6	66,7	2	22,2
<i>popa</i>	8	100	2	22,2	0	-	2	22,2
<i>dado não coletado</i>	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o de frequência de respostas.

Diferentes dos pescadores de São Francisco e Januária, os pescadores de Três Marias e Pirapora vêm aumentando o uso do motor de popa como forma de propulsão no período de 1999-2004, 54,5% e 16,7% em 1999 e 100% e 22,2% em 2004, respectivamente. Em São Francisco e Januária os dados apontam para a não utilização do motor de popa como forma de propulsão, com exceção de 22,2% dos pescadores de Januária indicarem o uso de tal propulsão em 2004 (Tabela 22).

Embora com maior custo, o motor de popa é a forma de propulsão mais utilizada entre os pescadores de Três Marias desde 1999, fato que pode ser explicado pela necessidade destes pescadores fazerem percursos de maiores distâncias em busca de melhores lugares para a pesca, pois, o número de usuários modernos das águas (turistas) deste trecho do rio é maior e mais freqüente. Em Três Marias, encontra-se a barragem de mesmo nome onde, depois da procura pela fauna e flora do cerrado, é a pesca a atividade turística de maior interesse para o local (FELIX, 2001).

De Pirapora à jusante, o nível tecnológico das embarcações dos pescadores é mais rústico desde 1999. Associado à falta de peixes nos locais tradicionais de captura, a limitação no deslocamento fluvial vai revelando o conjunto de pescadores mais carente. Segundo Valencio et al. (2001) o melhoramento tecnológico só é possível quando há o suporte da renda de outros membros da família.

As características da frota pesqueira e sua forma de propulsão não têm variado no período de 1999-2004 no trecho estudado. A configuração do nível tecnológico das embarcações desde 1999 é mais sofisticada em Três Marias e mais precária de Pirapora à jusante. Assim, a política de crédito da SEAP/PR especificada em 2003

para o setor pesqueiro, quando da apresentação do Programa Especial de Financiamento para a Pesca Artesanal, parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego, e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), não está surtindo efeito positivo para os pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco. Mesmo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do setor pesqueiro brasileiro, o qual viabilizaria a estruturação sustentável da atividade pesqueira (e aquícola), cujas políticas discursivamente gerariam a inclusão social dos pescadores, no sentido que tais políticas de crédito estruturadas seriam acessíveis aos pescadores, incluindo o pescador profissional artesanal, a configuração do nível tecnológico das embarcações do trecho estudado não sofreu modificações significativas.

A variação no nível do rio São Francisco, decorrente da sazonalidade das chuvas e o barramento das águas pelas hidroelétricas, determinam as variações observadas na pesca neste rio. Segundo Fischer et al. (1992) as áreas de várzeas inundadas, ambientes propícios para a pesca, sofrem alternância no período de cheia e seca, originando alterações ambientais e, por conseguinte, variação dos estoques pesqueiros. Estas alterações levam os peixes, quando não impedidos por barramentos artificiais nas lagoas marginais, a migrarem para encontrar ambientes adequados à alimentação e reprodução. No período da seca (maio a outubro), a captura de pescado é mais rendosa pois há uma maior concentração e vulnerabilidade dos peixes. No período das chuvas (abril a novembro), a pesca é mais favorável em espécies que formam cardumes em lagoas marginais, locais que propiciam abrigo e alimento aos peixes (FISCHER et al., 1992).

A percepção dos pescadores entrevistados aponta estabilidade dos estoques pesqueiros nos últimos anos (Tabela 23). Analisando os dados de 1999-2004

referentes à percepção dos pescadores sobre a avaliação dos estoques pesqueiros, verificou-se acentuada redução no item que aponta diminuição dos estoques. No ano de 1999, 36,4% dos pescadores de Três Marias, 83,3% dos pescadores de Pirapora, 100% dos pescadores de São Francisco e 100% dos pescadores de Januária declararam que os estoques pesqueiros estavam diminuindo. Entretanto, em 2004 verificou-se expressiva redução do número de pescadores que declararam que os estoques pesqueiros estavam diminuindo, sendo: 25%, 55,6%, 66,7% e 78,8%, respectivamente. Isto não significa dizer que o nível do estoque pesqueiro, segundo a percepção do pescador profissional artesanal do Alto Médio São Francisco, esteja indicando um aumento, mas, apontando acentuada estabilidade nos últimos anos. No ano de 2004, 50% dos pescadores de Três Marias, 44,4% dos pescadores de Pirapora, 33,3% dos pescadores de São Francisco e 22,2% dos pescadores de Januária avaliaram que o nível do estoque pesqueiro do rio está estável, se contrapondo aos dados de 1999: 44,4% em Três Marias, 16,7% em Pirapora, e nenhum pescador de São Francisco e Januária declararam que o nível do estoque pesqueiro estivesse estável nos últimos anos.

Tabela 23 – Avaliação do estoque pesqueiro segundo a percepção dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Avaliação do Estoque Pesqueiro	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n**	%	n**	%	n**	%	n**	%
1999								
• está estável nos últimos anos	5	45,4	1	16,7	0	-	0	-
• aumento	2	18,2	0	-	0	-	0	-
• sim, diminuiu	4	36,4	5	83,3	8	100,0	13	100,0
• dado não coletado	0	-	0	-	0	0	0	-
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
2001								
• está estável nos últimos anos	7	77,8	0	-	0	-	4	66,6
• aumento	0	-	0	-	0	-	0	-
• sim, diminuiu	2	22,2	6	100,0	2	100,0	1	16,7
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	1	16,7
Total	9	100	6+	100	2	100	6	100
2004								
• está estável nos últimos anos	4	50,0	4	44,4	3	33,3	2	22,2
• aumento	2	25,0	0	-	0	-	0	-
• sim, diminuiu	2	25,0	5	55,6	6	66,7	7	77,8
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o de frequência de respostas.

Segundo a avaliação dos pescadores, a pesca no Alto Médio São Francisco vem escasseando, a produção pesqueira se tornando insignificante e o nível do estoque pesqueiro do rio está baixando ano após ano (Fotos 18 e 19).

Foto 18. Batida de rede, armada durante a noite, configura a escassez de pescado no rio São Francisco no município de mesmo nome em 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 19. Produção insignificante para uma noite toda de pesca: um peixe capturado no município de São Francisco, MG, em 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Os apetrechos, as embarcações e as formas de propulsão permitem ao pescador acessar os espaços produtivos e obter sucesso na captura. A relação entre o pescador e seus instrumentos de trabalho determina variações nos modos de pescar e, por conseguinte, nos seus resultados. Entretanto, tanto o sucesso na captura – incluído aí ação ecologicamente sustentável e passível de ordenamento para a conservação dos recursos pesqueiros –, quanto à avaliação dos estoques pesqueiros segundo a percepção dos pescadores pressupõe o conhecimento tradicional da pesca, um conhecimento altamente refinado e acumulado historicamente, que passa de geração a geração e que reflete as experiências de vida dos antepassados e dos seus contemporâneos. Um conhecimento que pressupõe e transcende a solidariedade social, e que perpetua os segredos das águas, dos peixes e dá significado de ser pescador.

As capturas de pescado realizadas pelos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco, originaram uma lista das espécies de peixes preponderantes na captura para a comercialização. Observaram-se diferenças de captura ocorridas entre os pescadores das colônias estudadas, assim como entre diferentes épocas do ano. Os pescadores das diferentes colônias afirmaram que a produção é mais elevada durante a seca (maio a outubro), seguida pelo frio (junho a agosto). De um total de 34 espécies citadas⁵⁹ pelos pescadores 9 destacaram-se, sendo (elencadas em ordem alfabética): Corvina (*Pachyurus squamipinnis*), Curimatás (*Prochilodus argenteus* e *P. costatus*), Dourado (*Salminus brasiliensis*), Pira (*Conorhynchus conirostris*), Pocomã (*Lophiosilurus alexandri*), Surubim

---

⁵⁹ - 1 = surubim, 2 = curimatã, 3 = traíra, 4 = piava, 5 = mandi, 6 = sagüiru, 7 = caborja, 8 = lambari, 9 = cascudo, 10 = pirambela, 11 = piapara, 12 = peixe cachorro, 13 = pacu-guaçu, 14 = sardinha, 15 = dourado, 16 = pintado, 17 = barbado, 18 = carpa, 19 = tucunaré, 20 = bagre comum, 21 = campineiro, 22 = canivete riscado, 23 = ferreirinha, 24 = lambe-lambe, 25 = lambe-lambe branco, 26 = patrona, 27 = pescada do Piauí, 28 = piau de lagoa, 29 = corvina, 30 = pira, 31 = matrinxã, 32 = mandiaçu, 33 = mandi amarelo, 34 = pocomã.

(*Pseudoplatystoma corruscans*), Traíra (*Hoplias malabaricus*), e Tucunaré (*Cichla monoculus*) (Quadro 3).

Quadro 3 – Lista das espécies de peixes preponderantes na captura realizada pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Colônias	Peixes Preponderantes – 1999 a 2004 Classificação Popular e (Científica**)
Três Marias <i>Represa</i>	Tucunaré (<i>Cichla monoculus</i>) Traíra (<i>Hoplias malabaricus</i>)
<i>Rio</i>	Curimatás (<i>Prochilodus argenteus</i> e <i>P. costatus</i>) Surubim (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>) Dourado (<i>Salminus brasiliensis</i>)
Pirapora	Surubim (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>) Corvina (<i>Pachyurus squamipinnis</i>) Dourado (<i>Salminus brasiliensis</i>) Curimatás (<i>Prochilodus argenteus</i> e <i>P. costatus</i>) Pira (<i>Conorhynchus conirostris</i>)
São Francisco	Surubim (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>) Dourado (<i>Salminus brasiliensis</i>) Pocomã (<i>Lophiosilurus alexandri</i>) Pira (<i>Conorhynchus conirostris</i>) Curimatás (<i>Prochilodus argenteus</i> e <i>P. costatus</i>)
Januária	Surubim (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>) Dourado (<i>Salminus brasiliensis</i>) Curimatás (<i>Prochilodus argenteus</i> e <i>P. costatus</i>) Corvina (<i>Pachyurus squamipinnis</i>) Pira (<i>Conorhynchus conirostris</i>)

(*) Valencio et al. (2001).

(**) Sato et al., 2003.

Dentre as espécies mais preponderantes citadas, o surubim e o dourado destacaram-se (Fotos 20 e 21). O surubim é um peixe de grande porte, podendo alcançar cerca de 3,3 metros de comprimento, sendo a maior espécie de peixe do São Francisco. Ele pode ser encontrado em qualquer período do ano e os melhores locais de pesca são o fundo e a calha dos rios (CEMIG, 2000). É bastante apreciado pelos pescadores dado o seu alto valor comercial. O dourado é o segundo maior peixe da bacia do São Francisco. Ele é um peixe de piracema, e sua reprodução acontece entre novembro e janeiro. Também é bastante apreciado pelos pescadores dado o seu alto valor comercial. Entretanto, quando o desembarque é de grandes quantidades de peixes, estes são de pequeno porte e, por conseguinte, pouco valor comercial. Assim, a falta de êxito da comercialização do pescado,

decorrente de uma pescaria ruim – tanto pela sazonalidade das chuvas ou do barramento das águas pelas hidroelétricas – perpassa, como veremos a seguir, as razões que vão desde a ausência de associativismo efetivo à precariedade do sistema de armazenamento do pescado, ambos corroborando com a incapacidade de controle de preços por parte do pescador.

Foto 20. Surubim de 27 kg capturado por pescador do município de São Francisco, MG: raridade no rio São Francisco. Ano de 2001. (Fonte: Valencio et al., 2001).

Foto 21. O dourado é outra espécie capturada no rio São Francisco pelo pescador profissional artesanal do município de São Francisco, MG, em 2004

A forma predominante de conservação do pescado durante a jornada de pesca é o gelo e quando desembarcado, o congelador. Entretanto, grande parte do pescado é comercializada na beira do rio pelo pescador no atacado, venda efetuada ao peixeiro e as colônias, sendo a maior parte da venda destina ao peixeiro. O pescado embarcado geralmente é limpo na água do rio ou quando no desembarque, na barranca. Ele é vendido inteiro, sem vísceras e sem escamas (Tabela 24).

Tabela 24 – Formas de conservação do pescado embarcado e desembarcado, sua limpeza, meios e modos de comercialização e venda pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Formas de Conservação, Limpeza e Venda do Pescado	Colônias							
	Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
1999								
Forma de conservação do pescado durante a jornada de pesca								
• dentro d'água	0	-	1	16,7	0	-	6	46,1
• freezer	0	-	0	-	0	-	0	-
• gelo	3	27,3	1	16,7	5	62,5	1	7,7
• in natura	8	72,7	4	66,6	3	37,5	5	38,5
• lata com água	0	-	0	-	0	-	0	-
• outras	0	-	0	-	0	-	1	7,7
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
Forma de conservação do pescado desembarcado								
• in natura	2	16,7	2	33,3	1	12,5	7	53,8
• a gelo	8	66,6	1	16,7	2	25,0	2	15,4
• congelador	2	16,7	3	50,0	4	50,0	2	15,4
• salga/charque	0	-	0	-	0	-	0	-
• outras	0	-	0	-	1	12,5	2	15,4
Total	12	100	6	100	8	100	13	100
Local onde limpa o pescado								
• na água	5	45,5	3	50,5	4	50,0	7	53,8
• barranca	6	54,5	0	-	4	50,0	3	23,1
• em casa	0	-	3	50,0	0	-	2	15,4
• outros	0	-	0	-	0	-	1	7,7
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
Como vende o peixe (relação comercial)								
• atacado	5	45,5	1	16,7	6	75,0	3	23,1
• varejo	1	9,0	3	50,0	1	12,5	8	61,5
• atacado e varejo	5	45,5	2	33,3	1	12,5	2	15,4
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
Como vende o peixe (valor agregado)								
• inteiro com vísceras	3	9,4	2	7,7	4	12,5	23	45,1
• inteiro, sem víscera e sem escamas	27	84,4	24	92,3	28	87,5	28	54,9
• filé	2	6,2	0	-	0	-	0	-
Total	32	100	26	100	32	100	51	100
A quem vende o peixe								
• peixeiro	10	66,7	1	12,5	0	-	3	18,75
• colônia de pesca	0	-	3	37,5	8	88,9	1	6,25
• público em geral	5	33,3	4	50,5	1	11,1	12	75,0
• outros	0	1	0	-	0	-	0	-
Total	15	100	8	100	9	100	16	100
2001								
Forma de conservação do pescado durante a jornada de pesca								
• dentro d'água	1	11,1	0	-	0	-	2	33,4
• freezer	0	-	0	-	0	-	0	-
• gelo	1	11,1	4	66,6	1	50,0	0	-
• in natura	6	66,7	2	33,4	1	50,0	4	66,6
• lata com água	0	-	0	-	0	-	0	-
• outras	1	11,1	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Forma de conservação do pescado desembarcado								
• in natura	1	11,1	2	33,4	1	50,0	3	50,0
• a gelo	4	44,4	2	33,4	0	-	0	-
• congelador	3	33,4	2	33,4	1	50,0	0	-
• salga/charque	0	-	0	-	0	-	0	-

• outras	1	11,1	0	-	0	-	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Local onde limpa o pescado								
• na água	4	44,4	4	66,6	0	-	2	33,4
• barranca	5	55,6	2	33,4	2	100	1	16,6
• em casa	0	-	0	-	0	-	1	16,6
• outros	0	-	0	-	0	-	2	33,4
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Como vende o peixe (relação comercial)								
• atacado	4	44,4	5	71,4	2	100,0	3	50,0
• varejo	1	11,2	1	14,3	0	-	3	50,0
• atacado e varejo	4	44,4	1	14,3	0	-	0	-
Total	9	100	7	100	2	100	6	100
Como vende o peixe (valor agregado)								
• inteiro com vísceras	24	68,6	13	76,5	7	100,0	18	100,0
• inteiro, sem víscera e sem escamas	10	28,6	4	23,5	0	-	0	-
• filé	1	2,8	0	-	0	-	0	-
Total	35	100	17	100	7	100	18	100
A quem vende o peixe								
• peixeiro	9	69,2	3	30,0	0	-	0	-
• colônia de pesca	0	-	2	20,0	2	100,0	0	-
• público em geral	4	30,8	5	50,0	0	-	6	100,0
Total	13	100	10	100	2	100	6	100
2004								
Forma de conservação do pescado durante a jornada de pesca								
• dentro d'água	0	-	1	11,1	0	-	6	66,7
• freezer	0	-	0	-	0	-	0	-
• gelo	6	75,0	2	22,2	7	77,8	0	-
• in natura	0	-	5	55,6	1	11,1	3	33,3
• lata com água	1	12,5	0	-	1	11,1	0	-
• outras	1	12,5	1	11,1	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Forma de conservação do pescado desembarcado								
• in natura	1	12,5	3	33,3	1	10,0	1	11,1
• a gelo	2	25,0	1	11,1	5	50,0	2	22,2
• congelador	5	62,5	5	55,6	4	40,0	5	55,6
• salga/charque	0	-	0	-	0	-	1	11,1
• outras	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	10	100	9	100
Local onde limpa o pescado								
• na água	2	25,0	1	11,2	7	77,8	1	11,1
• barranca	6	75,0	4	44,4	2	22,2	5	55,6
• em casa	0	-	4	44,4	0	-	3	33,3
• outros	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Como vende o peixe (relação comercial)								
• atacado	1	12,5	0	-	6	66,7	3	33,3
• varejo	1	12,5	4	44,4	2	22,2	4	44,5
• atacado e varejo	6	75,0	5	55,6	1	11,1	2	22,2
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Como vende o peixe (valor agregado)								
• inteiro com vísceras	0	-	3	11,1	1	3,1	9	34,6
• inteiro, sem víscera e sem escamas	13	61,9	19	70,4	20	62,5	15	57,7
• filé	1	4,7	0	-	0	-	0	-
• Inteiro, viserado e com escama	7	33,4	5	18,5	8	25,0	2	7,7
• Outros	0	-	0	-	3	9,4	0	-
Total	21	100	27	100	32	100	26	100
A quem vende o peixe								
• peixeiro	6	40,0	4	22,2	0	-	4	36,4
• colônia de pesca	1	6,7	5	27,8	7	70,0	0	-
• público em geral	7	46,6	9	50,0	2	20,0	6	54,5
• outros	1	6,7	0	-	1	10,0	1	9,1
Total	15	100	18	100	10	100	11	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o de frequência de respostas.

Analizando os dados referentes à forma de conservação do pescado durante a jornada de pesca, o item *in natura* vem sofrendo acentuada queda no período de 1999-2004 (Tabela 24). No ano de 1999, os pescadores de Três Marias, Pirapora,

São Francisco e Januária apontaram o item *in natura* como a principal forma de conservação do pescado durante a jornada de pesca, sendo 72,7%, 66,6%, 37,5% e 38,5%, respectivamente. Em 2004, mantendo a tendência de queda do uso dessa forma em 2001, nenhum pescador de Três Marias acusou o uso desta forma de conservação, 55,6% dos pescadores de Pirapora, 11,1% dos pescadores de São Francisco e 33,3% dos pescadores de Januária declaram tal uso. A utilização de gelo como forma de conservação do pescado durante a jornada de pesca tem apresentado tendência de aumento de tal uso apenas entre os pescadores de São Francisco, os quais sempre fizeram uso de tal forma. O uso do gelo como forma de conservação do pescado durante a jornada entre os pescadores de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária em 1999 passou de 27,3%, 16,7%, 62,5% e 7,7%, respectivamente, para, em 2004, 75%, 22,2%, 78,8% e 0%, respectivamente. Em Januária apenas um pescador indicou o uso do gelo como forma de conservação do pescado durante a jornada no período pesquisado.

Quando desembarcado o pescado, a forma de conservação predominante é o congelador (Tabela 24). Conservar o pescado desembarcado na forma *in natura* vem sofrendo tendência de queda no período estudado. A prática de tal uso entre os pescadores de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, em 1999, passou de 16,7%, 33,3%, 12,5% e 53,8, respectivamente, para, em 2004 a 12,5%, 33,3%, 10% e 11,1%, respectivamente. O congelador é utilizado como forma de conservação do pescado desembarcado, em 1999, para 16,7% dos pescadores de Três Marias, 50% dos pescadores de Pirapora, 50% em São Francisco e 15,4% dos pescadores de Januária. Os dados de 2001 apontaram tendência de aumento de tal uso, mantida pelos dados de 2004: 62,5% dos pescadores de Três Marias, 55,6%

de Pirapora, 40% de São Francisco e 55,6% dos pescadores de Januária utilizavam, em 2004, o congelador como forma de conservação do pescado desembarcado.

Embora seja predominante a conservação do pescado durante a jornada de pesca em gelo e quando desembarcado o congelador, formas consideradas modernas e eficientes no processo de comercialização da pesca para regulação de estoques, novas formas de comercialização do pescado são necessárias, como o frigorífico que deveria existir nas colônias.

A forma de comercialização do pescado mais utilizada entre os pescadores de Três Marias, Pirapora e São Francisco é o público em geral e em Januária é o peixeiro (Tabela 24). Em 1999, 66,7% dos pescadores de Três Marias, 12,5% dos pescadores de Pirapora, nenhum de São Francisco e 18,75% dos pescadores de Januária vendiam o peixe capturado para o pesqueiro. Em 2004, a proporção de pescadores de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária que praticam tal venda era de 40%, 22,2%, 0% e 36,4%, respectivamente.

A venda do peixe para o público em geral tornou-se uma tendência, no período estudado, entre os pescadores de Três Marias e São Francisco, e manteve-se constante entre os pescadores de Pirapora (Tabela 24). Em Januária tal prática diminuiu de maneira significativa entre seus pescadores, apontando tendência de venda do peixe capturado ao peixeiro e, por conseguinte, a sub-valorização do preço do peixe deste pescador. Em 1999, 33,3% dos pescadores de Três Marias, 50,5% de Pirapora, 11,1% de São Francisco e 75% dos pescadores de Januária vendiam o peixe captura ao público em geral. Em 2004, este tipo de venda aumentou entre os pescadores de Três Marias (46,6%), e São Francisco (20%), manteve-se em Pirapora (50%) e diminuiu entre os pescadores de Januária (54,5%).

O peixeiro é o sujeito que representa o capital comercial e sua sobrevivência depende da diferença entre o valor do preço pago ao pescador e o cobrado do consumidor. Geralmente essa diferença se expressa pela sub-valorização do pescado junto ao pescador já que a venda é feita de forma individual (não cooperada).

Essa sub-valorização é ainda maior dado que parte do controle da oferta se faz por um número reduzido de peixarias, o que leva os consumidores a comprá-los por preços mais altos.

Além da sazonalidade do rio São Francisco, que determina o estoque pesqueiro no período da seca e do frio, a eficiência de captura está relacionada com as características das embarcações e as formas de propulsão das mesmas. Para o pescador, a obtenção de uma renda satisfatória das pescarias pressupõe condições adequadas de produção (barco, motor, apetrechos, capacidade de conservação no gelo tanto embarcado quanto desembarcado, entre outras). Além disso, a falta de uma representação coletiva por parte das colônias de pescadores no processo de compra e venda do pescado (mercado atacadista), faz com que o pescador se sinta enfraquecido, pois não consegue obter a renda necessária para o suprimento familiar. Já os peixeiros, ao catalisarem boa parte do pescado, pressionam para baixo os preços do pescado junto ao pescador e, no sentido inverso, sob valorizam o preço do pescado ao consumidor final.

6.3 QUALIDADE AMBIENTAL: FISCALIZAÇÃO

Segundo Machado (2001), os recursos pesqueiros do Brasil são bens públicos de domínio da União e de uso comum, embora a regulamentação da pesca foi feita com o Decreto Lei n.º 221/67, conforme dito anteriormente.

De acordo com o Decreto Lei n.º 221/67, no seu artigo 33 Parágrafo 3.º, o exercício da pesca no território nacional e nas águas extraterritoriais obedecidos os atos emanados do órgão competente da administração pública federal e dos serviços dos Estados, em regime de acordo, bem como a relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção, serão fixados pela SUDEPE (atual SEAP). Desta forma, os Estados não poderiam disciplinar a atividade pesqueira em desacordo com o ordenamento federal (CAMARGO, 1999, p. 17):

Outras ilegalidades podem ser apontadas no ordenamento de Minas Gerais, tais como a determinação do período de defeso, e a competência para defini-lo. Cabe ao IBAMA definir quando e por quanto tempo será praticado o defeso, como está disposto no art. 33 insiso 1.º do Decr.-Lei 221/67, e não ao IEF ou mesmo COPAM. Observa-se ainda, que de acordo com a sistemática jurídica do ordenamento pesqueiro atual, o instrumento adequado a determinar tamanhos mínimos por espécies são portarias do IBAMA e não decretos de governadores de estados.

Entretanto, as restrições para a pesca durante o período da piracema⁶⁰ passaram a serem indicadas pela Lei Nº 9.605/98 (ANEXO D), regulamentada pelo Decreto Presidencial Nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 dos Crimes Ambientais (ANEXO E). Este decreto busca garantir que a ação humana não prejudique as condições ambientais favoráveis à perpetuação das diferentes espécies de peixe e a constante renovação do estoque.

---

⁶⁰ - Na piracema, período também chamado de defeso, a pesca é proibida pois ocorre o movimento migratório de peixes no sentido das nascentes dos rios, com o fim de reprodução. Ocorre em épocas das grandes chuvas, no período da desova.

A fiscalização da pesca não é responsabilidade apenas do IBAMA, mas também dos Estados, com os órgãos estaduais de Meio Ambiente, Polícia Militar Ambiental ou Florestal, entre outros, os quais, geralmente, contam com um efetivo muito maior que o IBAMA.

Em Minas Gerais, a fiscalização da pesca é realizada pelo IBAMA, pela Polícia Florestal, pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) e pela Polícia Civil. A fiscalização observa o local onde a pesca é realizada, o período da piracema, a utilização de apetrechos de uso proibido e o uso de licença de pescador (amador ou profissional), exigências da lei.

Em 2002, a Lei Estadual nº 12.265 de 24 de julho de 1996 (ANEXO F), que dispunha sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no estado, regulamentada pelo Decreto nº 38.744, de 09 de abril de 1997 (ANEXO G), foi revogada pela Lei 14.181 de 17/01/2002⁶¹. Em 2004, a Lei 14.181/2002 (ANEXO H) foi regulamentada pelo Decreto 43.713 de 14/01/2004 (ANEXO I), que passou a ser a lei que dispõe sobre política de proteção à fauna e a flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura em Minas Gerais.

Em 1998 a política estadual mineira para o setor pesqueiro encontrava-se em transição (CAMARGO, 1999). Segundo Petrere Junior et al. (1998) a pesca profissional encontrava-se proibida em Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul e a situação em Minas Gerais não estava definida.

---

⁶¹ - Segundo Camargo (1999), em Minas Gerais, o Decreto nº 38.744/1997 que regulamentava a Lei nº 12.265/1996, que dispunha sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no estado de Minas Gerais, de acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 24, VI e Parágrafos 3º. E 4º., eram consideradas inconstitucionais dado que tal constituição dispõe que os Estados podem exercer competência legislativa plena quando inexistir legislação federal sobre o assunto.

De 1999 a 2004 inúmeras portarias estaduais mineiras e outras do IBAMA legislaram sobre o período de defeso. A dupla normatização destas portarias dificultou sua atribuição de legislar, pois, estipulavam, às vezes, períodos de defeso diferentes. Em 2001, enquanto uma portaria do IBAMA determinava um período de defeso de 90 dias, outra, do IEF ampliava tal período para 120 dias. Embora a portaria mineira não tivesse poder de legislar enquadrando a pesca no rio São Francisco, os fiscais do IEF comunicavam que iriam abordar e multar os pescadores que desrespeitassem a portaria mineira. A colônia de pesca de São Francisco, por exemplo, garantiu o direito ao trabalho de seus pescadores usando força de mandato de segurança (VALENCIO et al., 2001). Em outubro de 2003, mais uma duplicata de portaria, IBAMA-IEF, determinava períodos de defeso diferentes. Enquanto a portaria mineira nº 113 (ANEXO J), de 16 de outubro de 2003, fixava o período de defeso em 4 meses, de 20 de outubro de 2003 a 20 de fevereiro de 2004), outra portaria, federal, determinava 3 meses. Mais uma vez a ingerência do IEF e ausência de postura questionadora das colônias, no sentido de adoção de procedimentos mitigadores dos danos econômicos decorrentes, especialmente em Januária, geraram situação calamitosa para muitas famílias de pescadores.

Todas as infrações à legislação são lavradas com boletim de ocorrência, e no caso de crime o infrator é encaminhado para o delegado de polícia da comarca e para o promotor de justiça (curador do meio ambiente da comarca), iniciando-se o processo criminal contra o infrator.

A maioria dos pescadores do Alto-Médio São Francisco foi autuada uma vez pelo menos, predominando a infração de pescar no período da piracema, pagando multa em dinheiro (Tabela 25).

Tabela 25 – Características da autuação sofrida pelos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Características de Autuação	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
1999								0
Número de Autuações								
• nenhuma	5	45,6	2	33,3	4	50,0	9	69,2
• uma vez	3	27,2	3	50,0	3	37,5	3	23,1
• duas vezes	3	27,2	0	-	1	12,5	0	-
• mais de duas vezes	0	-	1	16,7	0	-	1	7,7
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
Razões de Autuação								
• pesca no defeso	3	27,2	3	50,0	0	-	2	15,4
• pesca em local proibido	0	-	0	-	1	12,5	0	-
• uso de malha de tamanho proibido	2	18,2	1	16,7	2	25,0	2	15,4
• carteira vencida	1	9,0	0	-	1	12,5	0	-
• não se aplica	5	45,6	2	33,3	4	50,0	9	69,2
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
Penalidade								
• multa em dinheiro	6	50,0	4	57,1	2	25,0	3	21,4
• apreensão de material	1	8,3	1	14,3	1	12,5	2	14,3
• carteira suspensa	0	-	0	-	1	12,5	0	-
• não se aplica	5	41,7	2	28,6	4	50,0	9	64,3
Total	12	100	7	100	8	100	14	100
2001								
Número de Autuações								
• nenhuma	5	55,6	0	-	1	50,0	5	83,3
• uma vez	3	33,3	4	66,7	0	-	1	16,7
• duas vezes	1	11,1	0	-	0	-	0	-
• mais de duas vezes	0	-	2	33,3	1	50,0	0	-
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Razões de Autuação								
• pesca no defeso	1	11,1	3	50,0	0	-	0	-
• pesca em local proibido	1	11,1	0	-	0	-	0	-
• uso de malha de tamanho proibido	0	-	0	-	0	-	0	-
• carteira vencida	1	11,1	0	-	0	-	0	-
• outras	1	11,1	3	50,0	1	50,0	1	16,7
• não se aplica	5	55,6	0	-	1	50,0	5	83,3
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Penalidade								
• multa em dinheiro	2	22,2	2	33,3	1	33,3	0	-
• apreensão de material	0	-	0	-	1	33,3	0	-
• carteira suspensa	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	2	22,2	3	50,0	0	-	1	16,7
• não se aplica	5	55,6	1	16,7	1	33,3	5	83,3
Total	9	100	6	100	3	100	6	100
2004								
Número de Autuações								
• nenhuma	0	-	0	-	0	-	0	-
• uma vez	2	40,0	1	50,0	0	-	1	50,0
• duas vezes	0	-	1	50,0	2	50,0	0	-
• mais de duas vezes	3	60,0	0	-	2	50,0	1	50,0
Total	5	100	2	100	4	100	2	100
Razões de Autuação								
• pesca no defeso	1	20,0	1	50,0	0	-	1	50,0
• pesca em local proibido	2	40,0	0	-	0	-	0	-
• uso de malha de tamanho proibido	1	20,0	0	-	4	100,0	1	50,0
• carteira vencida	0	-	0	-	0	-	0	-
• outras	1	20,0	1	50,0	0	-	0	-
• não se aplica	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	5	100	2	100	4	100	2	100
Penalidade								
• multa em dinheiro	4	80,0	0	-	2	40,0	0	-
• apreensão de material	0	-	1	50,0	3	60,0	1	50,0
• carteira suspensa	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	1	20,0	1	50,0	0	-	1	50,0

• não se aplica	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	5	100	2	100	5	100	2	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o de freqüência de respostas.

O número de pescadores autuados pela fiscalização ambiental vem aumentando no período estudado. Agrupando os valores da tabela 25, referente aos pescadores que sofreram autuação, em 1999, 54,4% dos pescadores de Três Marias, 50% dos pescadores de Pirapora, 50% de São Francisco e 23,1% dos pescadores de Januária, declararam ter sofrido autuação pela fiscalização ambiental. Em 2004, estes valores aumentaram: 60% dos pescadores de Três Marias e 50% cada para os outros pescadores. A razão de autuação sofrida mais freqüente, apontada pelos pescadores, é a pescaria no defeso. Em 1999, 27,2% dos pescadores de Três Marias, 50% dos pescadores de Pirapora, nenhum pescador de São Francisco e 15,4% dos pescadores de Januária que sofreram pelo menos uma autuação, declaram que ela aconteceu por pescarem no período de defeso. Em 2004, estes números se mantiveram equivalentes, com exceção de Januária que sofreu forte aumento: 20%, 50%, 0% e 50%, respectivamente. O aumento das autuações e a pesca praticada no período da piracema, conforme relatado pelos pescadores, é justificada, na maioria das vezes, como forma de subsistência alimentar da sua família. Os aumentos de autuação e a pesca praticada na piracema são maiores entre os pescadores de Januária, os quais já revelaram viver em condições mais precárias.

Mesmo pescando no período da piracema, estes pescadores não podem ser considerados contraventores. Pescar no período da piracema, afirmaram muitos pescadores entrevistados e autuados pela fiscalização, significa alimentação cotidiana sua e de sua família.

Segundo Diegues (1973) a captura da pesca artesanal é feita através de técnicas de reduzido rendimento e sua produção é total ou parcialmente destinada ao mercado. Portanto, parte do que é pescado é consumido pelo pescador e seus familiares. Além disso, ao manter contato direto com o ambiente natural, o pescador desenvolve um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde pesca. Este conhecimento não se enquadra em categorias científicas definidas, mas é de grande valia para a preservação ambiental (POSEY, 1987).

O pescador profissional artesanal do Alto-Médio São Francisco sabe que, se não respeitar o período da piracema e tirar qualquer peixe, este acaba. Seu conhecimento tradicional lhe capacita, por exemplo, saber que se retirar apenas o peixe adulto não pratica pesca predatória. No caso do dourado, por exemplo, “se você retirar um dourado de dez quilos tá fazendo um favor prá natureza, porque ele come seis quilos de peixe por dia, entre eles quatro quilos só dos filhos dele. Ele não deixa parente” (Sr. Norberto, 51 anos, pescador profissional; São Gonçalo do Abaeté, MG). (VALENCIO et al., 2001).

As histórias contadas pelos pescadores relatam no passado uma situação de conflito entre eles e os órgãos fiscalizadores da pesca. A cada portaria baixada modificam-se apenas os limites perdidos para a pesca profissional artesanal: no período da piracema, o local delimitado, no período da pesca, os apetrechos proibidos, entre outras burocracias. São histórias que refletem a dicotomia entre o conhecimento tradicional dos pescadores e o conhecimento científico dos órgãos fiscalizadores, onde o primeiro é subjugado pelo segundo. Estabelecia-se uma relação conflituosa entre eles: os pescadores sempre ficavam insatisfeitos com o

que era proposto, pois, não tinham nenhuma participação na produção das portarias, o que dificultava qualquer possibilidade de interação entre eles.

Conscientes de que a pesca artesanal é uma atividade passível de ordenamento para a conservação dos recursos pesqueiros, os pescadores profissionais artesanais valorizam a fiscalização ambiental, pois, acreditam que a pesca ilegal, seja a clandestina ou a não regulamentada deve ser coibida. A maioria dos pescadores do Alto-Médio São Francisco afirma que a fiscalização colabora com a pesca profissional (Tabela 26), pois, controla a pesca irregular principalmente no período da piracema (Tabela 27).

Tabela 26 – Opinião dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, quanto à fiscalização ambiental nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Opinião	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n	%	n	%	n	%	n	%
1999								
• fiscalização colabora com a pesca profissional	11	100,0	5	83,3	8	100,0	13	100,0
• fiscalização restringe a pesca profissional	0	-	0	-	0	-	0	-
• não sabe	0	-	1	16,7	0	-	0	-
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
2001								
• fiscalização colabora com a pesca profissional	9	100,0	6	100,0	2	100,0	6	100,0
• fiscalização restringe a pesca profissional	0	-	0	-	0	-	0	0
• não sabe	0	-	0	-	0	-	0	0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2004								
• fiscalização colabora com a pesca profissional	2	25,0	8	88,9	5	55,6	9	100,0
• fiscalização restringe a pesca profissional	6	75,0	1	11,1	4	44,4	0	-
• não sabe	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

Tabela 27 – Vantagens e desvantagens da fiscalização ambiental segundo a opinião dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Vantagens e Desvantagens	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n**	%	n**	%	n**	%	n**	%
1999								
• é bom, pois, controla a pesca irregular (período da piracema)	0	-	3	50,0	1	11,1	0	-
• impede os que não tem carteira de pescar	0	-	0	-	2	22,2	3	23,1
• tira a liberdade do pescador	0	-	0	-	0	-	0	-
• os funcionários públicos não são de confiança	0	-	0	-	0	-	0	-
• fiscaliza o turista e sua tralha	0	-	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	10	90,9	0	-	0	-	0	-
• não se aplica	1	9,1	3	50,0	6	66,7	8	61,5
• outros	0	-	0	-	0	-	2	15,4
Total	11	100	6	100	9	100	13	100
2001								
• é bom, pois, controla a pesca irregular (período da piracema)	2	20,0	0	-	0	-	0	-
• impede os que não tem carteira de pescar	0	-	0	-	1	50,0	0	-
• tira a liberdade do pescador	1	10,0	0	-	0	-	0	-
• os funcionários públicos não são de confiança	0	-	1	16,7	0	-	0	-
• fiscaliza o turista e sua tralha	1	10,0	0	-	0	-	0	-
• dado não coletado	5	50,0	3	50,0	1	50,0	6	100,0
• não se aplica	1	10,0	0	-	0	-	0	-
• outros	0	-	2	33,3	0	-	0	-
Total	10	100	6	100	2	100	6	100
2004								
• é bom, pois, controla a pesca irregular (período da piracema)	0	-	3	33,4	1	11,1	1	11,1
• impede os que não tem carteira de pescar	0	-	2	22,2	1	11,1	3	33,4
• tira a liberdade do pescador	2	25,0	0	-	0	-	0	-
• os funcionários públicos não são de confiança	2	25,0	1	11,1	3	33,4	0	-
• fiscaliza o turista e sua tralha	0	-	0	-	1	11,1	0	-
• dado não coletado	2	25,0	2	22,2	3	33,4	5	55,5
• não se aplica	0	-	0	-	0	-	0	-
• outros	2	25,0	1	11,1	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n° de freqüência de respostas.

A maioria dos pescadores é favorável à fiscalização ambiental no seu local de trabalho. Entretanto, esta opinião vem se alterando em 2004, e muitos pescadores afirmam que a fiscalização restringe a pesca profissional artesanal (Tabela 26). Em 1999, 83,3% dos pescadores de Pirapora e 100% dos pescadores das outras colônias opinaram que a fiscalização colabora com a pesca profissional artesanal. Em 2001, todos os pescadores fizeram a mesma afirmação, isto é, a fiscalização colabora com a pesca. Entretanto, em 2004, os pescadores das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco fizeram afirmação diferente sobre a fiscalização

ambiental: 75%, 11,1%, 44,4% e 0%, respectivamente, afirmaram que a fiscalização restringe o trabalho da pesca profissional artesanal.

Os dados demonstram que os pescadores querem e valorizam a fiscalização. Entretanto, a fiscalização não deveria servir apenas para punir os pescadores, mas defendê-los e garantir seus direitos. A diminuição de pescadores que acreditam que a fiscalização ambiental colabora com a pesca profissional artesanal e o aumento dos pescadores que afirmam que a fiscalização restringe seu trabalho, alerta para falha da política de pesca que vem sendo implementada a partir da SEAP/PR quanto à proposta de reforço do sistema de fiscalização que compõe parte do Plano Estratégico de Desenvolvimento, aprovado na I Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca em 2003.

Espera-se que o papel da fiscalização vise apenas à proibição da pesca predatória e que a fiscalização respeite a organização social da pesca profissional artesanal, suas representações, regras, valores e necessidades.

Segundo Maldonado (2000) a atividade pesqueira cria e incorpora lugares, situa os pescadores a partir da organização do espaço permeado pelos sentimentos de afetividade e de respeito. A identidade social do pescador é construída pela ética da solidariedade social e ambiental, forjada pela lógica comunitária do respeito na construção dos grupos de pesca. Desse modo, os agentes fiscalizadores poderiam fazer parte desta lógica.

6.4 USO AMBIENTAL: A PERCEPÇÃO DOS PESCADORES

A percepção dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco em relação ao meio ambiente no qual vivem e com o qual interagem, sobretudo, em termos da garantia da sua sobrevivência na realização da atividade de pesca, está associada à vivência que eles têm do cotidiano do rio. Eles percebem, principalmente os mais velhos, que há pelo menos quatro décadas o tempo do rio não é mais determinado pelas grandes cheias, que regulavam a pesca e suas vidas, e que a fartura de suas vidas foi substituída pela possibilidade da fome.

O início da chegada das primeiras águas e as grandes cheias sempre esteve associado a uma vida boa com fartura de peixes. Entretanto, com a construção da barragem de Três Marias⁶² esses fenômenos naturais foram diminuindo e desaparecendo.

O barramento das águas provoca transformações significativas ao longo do rio afetando a vegetação, a vida animal e o regime das águas. As barragens diminuem a correnteza natural dos rios, formam bancos de areia, transformam os drenos naturais de água em áreas pantanosas, fazendo com que os períodos de seca prolongada sejam mais extensos. A retenção da água provoca também uma retenção dos nutrientes. Com isso, a água que passa para a jusante é mais pobre em nutrientes.

---

⁶² - Em 1957 teve início a construção dessa barragem e sua operação iniciou-se em 1962.

A extinção (ou diminuição da frequência de inundação) de lagoas e várzeas naturais, gerada por barramentos, ameaça a sobrevivência de espécies naturais, reverberando negativamente na reprodução e na captura de peixes.

A retenção da água do rio impede a migração reprodutiva dos peixes e inviabiliza as trocas anuais de ovos e larvas por peixes jovens entre os rios e as lagoas marginais. É importante lembrar que da nascente até Pirapora temos o nascedouro e maior reduto de peixes do São Francisco; e é a região que mais contribui com águas para o rio São Francisco (TUPYNAMBÁ, 2006).

Portanto, a retenção de água prejudica a atividade pesqueira e a cultura de subsistência da população da área. A introdução de espécies exóticas ao rio acaba com os estoques de peixes (o tucunaré é um predador introduzido por pesque-pagues e, principalmente, por projetos governamentais). A represa de Três Marias hoje é dominada pelo tucunaré – espécie amazônica de grande agressividade – predador de outros animais aquáticos (TUPYNAMBÁ, 2006).

O barramento das águas do rio São Francisco vem provocando também o assoreamento das suas margens. O assoreamento do leito do rio prejudica a navegação, entre outros. Estima-se que 18 milhões de toneladas de solos sejam carregados anualmente para a calha do rio – fazendo analogia seriam 5.480 camilhões-caçamba cheios de terra jogados no rio (TUPYNAMBÁ, 2006).

Além disso, a poluição ambiental provocada pelo processo de modernização (desenvolvimento tecnológico e industrial, crescimento populacional e urbanização) causa profundas alterações nos ecossistemas naturais. As poluições industriais, agrícolas e domésticas afetam o uso das águas, entre outros.

Segundo Thé (2003), a construção da barragem de Três Marias possibilitou a prática da pesca profissional artesanal no Alto-Médio São Francisco, já que antes disto, a pesca nesta região era predominantemente voltada à subsistência:

a construção da represa tem sido apontada como a principal causa para o desequilíbrio na ecologia dos recursos pesqueiros, por provocar o controle e a estabilização do nível do rio, impedindo a inundação natural das áreas de várzea da região (THÉ, 2003, p. 129).

É fato que a construção da represa de Três Marias, conjugada a outros fatores, responde por alterações no ecossistema original do Alto Médio São Francisco. As repercussões das transformações são sentidas pelos pescadores, que tem seu espaço de trabalho modificado sobremaneira, implicando alterações no modo de vida da pesca, cujos valores são vinculados a tradicionalidade. Assim, o padrão de reprodução da cultura tradicional, construída pelos valores familiares e do conhecimento tradicional, e sustentada pela identidade do grupo, transcende os valores da individualidade, legitima-se pela relação que o pescador tem com seu grupo e a natureza.

Conhecer e entender o modo de vida tradicional, como da pesca artesanal, é entender como este grupo vê e entende o mundo onde vive, e como seus valores determinam sua percepção. Segundo Tuan (1983), a percepção ambiental de um grupo pode ser explicada pela sua história, pelas características do seu cotidiano, sua interação com os arredores etc.:

É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se por, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos. (TUAN, 1983, p. 203).

Os pescadores do Alto Médio São Francisco fundamentam seu meio e modo de vida numa relação íntima com a natureza. Na cultura tradicional, a natureza é entendida como sujeito e vista como algo que transcende os membros do seu

grupo. A natureza, na forma de rio, representa a fonte essencial da sua reprodução social. A água e o peixe são suas riquezas supremas, seus recursos. Segundo Santos (1996), o valor do recurso é determinado pelo lugar onde se manifesta:

“Recurso é toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens. (...). Mas, de fato, nenhum recurso tem, por si mesmo, um valor absoluto, seja ele um estoque de produtos, de população, de empregos ou de inovações, ou uma soma de dinheiro. O valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtém pelo fato de participar de um lugar”. (SANTOS, 1996, p. 106).

Os pescadores do Alto Médio São Francisco vêm o espaço do rio, seus recursos e usos, de modo diferente dos usuários modernos. Os pescadores associam seus sentimentos e suas histórias, ao lugar. Segundo Tuan (1980), tal relação é chamada de topofilia. Ela produz olhares diferentes ao meio ambiente entre os nativos, no caso os pescadores, e os outros, usuários modernos:

Podemos dizer que somente o visitante [os usuários modernos] tem um ponto de vista; sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa, derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante, por ser simples é facilmente enunciado. A confrontação com a novidade, também pode levá-lo a manifestar-se. Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito. (TUAN, 1980, p. 72).

A percepção dos pescadores acerca da qualidade ambiental do rio São Francisco aponta um ambiente degradado e/ou seriamente degradado (Tabela 28).

Tabela 28 – Percepção ambiental dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, em relação ao rio São Francisco.

Anos e Percepção Ambiental	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
1999								
• Sem degradação	5	45,4	1	16,7	1	12,5	0	-
• Moderadamente degradado	1	9,1	1	16,7	1	12,5	3	23,2
• Degradado	1	9,1	2	33,3	5	62,5	5	38,4
• Seriamente degradado	4	36,4	2	33,3	1	12,5	5	38,4
Total	11	100	6	100	8	100	13	100
2001								
• Sem degradação	3	33,4	0	-	1	50,0	1	16,7
• Moderadamente degradado	1	11,1	0	-	0	-	0	-
• Degradado	2	22,2	2	33,3	0	-	0	-
• Seriamente degradado	2	22,2	4	66,7	1	50,0	5	83,3
• Dado não coletado	1	11,1	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
2001								
• Sem degradação	1	12,5	3	33,3	2	22,3	0	-

• Moderadamente degradado	1	12,5	1	11,1	0	-	0	-
• Degradado	3	37,5	2	22,3	2	22,3	4	44,6
• Seriadamente degradado	3	37,5	3	33,3	5	55,4	5	55,4
• Dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) Com a mesma dinâmica dos últimos 10 anos.

Os dados da tabela 28 demonstram que a percepção dos pescadores, acerca da qualidade ambiental do rio São Francisco, aponta tendência crescente de um ambiente seriamente degradado no período estudado. No ano de 1999, 36,4% dos pescadores de Três Marias, 33,3% de Pirapora, 12,5% de São Francisco e 38,4% dos pescadores de Januária, afirmaram que o ambiente onde trabalha está seriamente degradado. Em 2004, o número de pescador com esta percepção, aumentou: 37,5%, 33,3%, 55,4% e 55,4%, respectivamente. A maior evolução na percepção deste item verificou-se entre os pescadores de São Francisco e Januária, regiões mais pobres e tornando-se cada vez mais degradadas. As razões da degradação mais freqüentes declaradas pelos pescadores são a poluição industrial e urbana, o barramento do rio e, como consequência disto, o assoreamento (Tabela 29).

Tabela 29 - Percepção Ambiental dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004, em relação aos fatores de degradação do rio São Francisco.

Anos e Razões da Degradação	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	n**	%	n**	%	n**	%	n**	%
1999								
• Turismo	1	8,3	0	-	0	-	0	-
• Indústria	2	16,7	1	14,3	1	9,1	0	-
• Desmatamento	0	-	0	-	2	18,2	1	5,9
• Barragem	2	16,7	2	28,5	1	9,1	3	17,6
• Poluição de tributários	0	-	1	14,3	0	-	0	-
• Poluição urbana	2	16,7	1	14,3	4	36,3	2	11,8
• Assoreamento	0	-	0	-	0	-	3	17,6
• Manejo errado	0	-	1	14,3	0	-	1	5,9
• Falta de enchente	0	-	0	-	2	18,2	5	29,4
• Barramento nas lagoas marginais	0	-	0	-	0	-	1	5,9
• Outros	5	41,6	1	14,3	1	9,1	1	5,9
Total	12	100	7	100	11	100	17	100
2001								
• Turismo	0	-	0	-	0	-	0	-
• Indústria	2	15,4	2	18,2	0	-	0	-
• Desmatamento	0	-	3	27,2	0	-	1	20,0
• Barragem	1	7,7	2	18,2	0	-	0	-

• Poluição de tributários	0	-	1	9,1	0	-	0	-
• Poluição urbana	3	23,1	2	18,2	0	-	0	-
• Assoreamento	0	-	1	9,1	0	-	1	20,0
• Manejo errado	0	-	0	-	0	-	0	-
• Falta de enchente	2	15,4	0	-	1	50,0	0	-
• Barramento nas lagoas marginais	0	-	0	-	0	-	3	60,0
• Outros	5	38,4	0	-	1	50,0	0	-
Total	13	100	11	100	2	100	5	100
2004								
• Turismo	0	-	0	-	1	10,0	1	7,1
• Indústria	3	27,3	2	25,0	0	-	1	7,1
• Desmatamento	0	-	1	12,5	1	10,0	0	-
• Barragem	0	-	1	12,5	1	10,0	0	-
• Poluição de tributários	0	-	0	-	0	-	0	-
• Poluição urbana	3	27,3	2	25,0	3	30,0	6	42,9
• Assoreamento	3	27,3	0	-	3	30,0	0	-
• Manejo errado	0	-	1	12,5	0	-	0	-
• Falta de enchente	2	18,1	0	-	1	10,0	5	35,8
• Barramento nas lagoas marginais	0	-	0	-	0	-	1	7,1
• Outros	0	-	1	12,5	0	-	0	-
Total	11	100	8	100	10	100	14	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao n^o de frequência de respostas.

Os impactos ambientais negativos causados pela indústria, sentidos principalmente entre os pescadores de Três Maria e Pirapora, a retenção das águas do São Francisco em Três Marias – os quais reverberaram de modo negativo em todo o trecho estudado – provocaram alterações no fluxo e na qualidade da água, impedindo à migração reprodutiva de peixes e, por conseguinte, modificou a estrutura das comunidades aquáticas de modo quantitativo e qualitativo. O pescador do Alto-Médio São Francisco afirma que tal barragem reduziu acentuadamente as cheias à jusante, impedindo a inundação das lagoas marginais, o que provocou o empobrecimento na composição e distribuição de peixes nesses *habitats* e no rio, diminuindo acentuadamente a produção de pescado. Além da poluição urbana e industrial, o uso das águas do rio para a irrigação com fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais também corroborou para a situação descrita.

O orgulho que os pescadores sentem, principalmente os mais velhos, pela agudeza da percepção do meio natural onde trabalham é baste grande. Entretanto,

este orgulho não reverbera positivamente na utilização dos recursos hídricos do rio pela família de pescador.

O uso que os pescadores e familiares fazem dos recursos naturais do entorno possibilita interpretar as formas como eles interagem com o ambiente e consigo mesmo. A maioria dos pescadores afirmou que eles e familiares fazem uso desses recursos, na maioria das vezes o fazem na forma de banho de lazer (Tabela 30).

Tabela 30 – Tipos de usos dos recursos hídricos do rio São Francisco pela família dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Tipos de Usos	Colônias							
	Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1999								
• faz uso	7	77,7	1	100,0	3	75,0	12	100,0
• não faz uso	2	22,3	0	-	1	25,0	0	-
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	9	100	1	100	4	100	12	100
Tipos de Usos dos Recursos	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
• higiene pessoal	2	18,2	1	100,0	0	-	1	6,3
• banho de lazer	4	36,3	0	-	3	75,0	10	62,5
• disposição de resíduos	0	-	0	-	0	-	0	-
• cocção	2	18,2	0	-	1	25,0	2	12,5
• higiene e dessedentação de animais de estimação	0	-	0	-	0	-	0	-
• higiene e dessedentação de animais de criação	0	-	0	-	0	-	2	12,5
• irrigação	1	9,1	0	-	0	-	0	-
• lavar roupa	2	18,2	0	-	0	-	1	6,3
Total	11	100	1	100	4	100	16	100
2001								
• faz uso	5	55,6	5	83,3	1	50,0	0	-
• não faz uso	4	44,4	1	16,6	0	-	3	50,0
• dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	3	50,0
Total	9	100	6	100	2	100	6	100
Tipos de Usos dos Recursos	N**	%	N**	%	N**	%		%
• higiene pessoal	0	-	0	-	1	16,6	0	-
• banho de lazer	5	83,3	5	100,0	0	-	0	-
• disposição de resíduos	0	-	0	-	1	16,6	0	-
• cocção	0	-	0	-	1	16,6	0	-
• higiene e dessedentação de animais de estimação	0	-	0	-	1	16,6	0	-
• higiene e dessedentação de animais de criação	0	-	0	-	1	16,6	0	-
• irrigação	0	-	0	-	0	-	0	-
• lavar roupa	1	16,7	0	-	1	16,6	0	-
Total	6	100	5	100	6	100	0	-
2004								
• faz uso	6	75	7	77,8	9	100	6	66,7
• não faz uso	2	25	2	22,2	0	-	3	33,3
• dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total	8	100	9	100	9	100	9	100
Tipos de Usos dos Recursos	N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
• higiene pessoal	1	12,5	1	10	2	18,2	1	11,1
• banho de lazer	5	62,5	6	60	7	63,6	5	55,6
• disposição de resíduos	1	12,5	0	-	0	-	0	-
• cocção	0	-	1	10	2	18,2	2	22,2
• higiene e dessedentação de animais de estimação	0	-	0	-	0	-	0	-
• higiene e dessedentação de animais de criação	0	-	0	-	0	-	0	-
• irrigação	0	-	1	10	0	-	0	-
• lavar roupa	1	12,5	1	10	0	-	1	11,1
Total	8	100	10	100	11	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao número de frequência de respostas.

Os dados demonstram que a utilização dos recursos naturais do entorno que os pescadores e familiares fazem está diminuindo ao longo do período estudado. Em 1999, 77,7% dos pescadores de Três Marias, todos os pescadores de Pirapora e Januária, e 75% dos pescadores de São Francisco, afirmaram fazer algum tipo de uso dos recursos hídricos do rio São Francisco. Entretanto, com exceção dos pescadores de São Francisco, o número de pescadores que declaram fazer tal uso diminuiu: 75% dos pescadores de Três Marias, 78,8% dos pescadores de Pirapora e 66,7% dos pescadores de Januária. A não utilização dos recursos hídricos do rio pela família de pescador pode ser entendida como a negação da ligação direta entre eles e a natureza, instituindo-se assim o desejo de integrar-se ao modo de vida moderno.

Segundo Murrieta (1997), cada vez mais pescadores desejam adquirir aparelhos de televisão, aparelhos de som, rádio, entre outros aparelhos; desta forma, utilizando estas tecnologias, podem acompanhar as novelas, ouvir as músicas e as notícias do momento, com todas as implicações de mudanças de valores e estilo de vida. Principalmente os mais jovens, incluindo os filhos de pescadores, passam a imitar o comportamento da moda de vestuários e provocam o surgimento de atritos com os mais velhos. Além disso, a alimentação também sofre transformação de cardápio. Cada vez mais, os pescadores adotam o consumo de carne vermelha, entre outros alimentos adquiridos no mercado.

Os hábitos alimentares da família de pescador do Alto-Médio São Francisco revelaram uma opção pelo peixe como alimento de origem protéica. Mesmo com o padrão de consumo da carne vermelha pela sociedade envolvente, o qual poderia ser imitado pelas famílias dos pescadores – prática considerada normal dos grupos

sociais em relação ao sistema simbólico e social ao qual estão inseridos (MURRIETA, 1997) –, além das necessidades biológicas dessas famílias que as movem no sentido de escolha do alimento, a limitação econômica foi o fator determinante desta escolha conforme foi relatado pelos pescadores durante as entrevistas, principalmente os pescadores das colônias de São Francisco e Januária.

A maioria das famílias de pescadores profissionais artesanais consome o pescado nos 7 dias da semana (Tabela 31). Geralmente, o peixe é a única fonte de proteína animal acessível dessas famílias.

Tabela 31 – Consumo de pescado pela família dos pescadores profissionais artesanais das colônias de Três Marias, Pirapora, São Francisco e Januária, nos anos de 1999*, 2001* e 2004.

Anos e Consumo		Colônias							
		Três Marias		Pirapora		São Francisco		Januária	
1999		N**	%	N**	%	N**	%	N**	%
•	Não consome	1	11,1	0	-	0	-	1	8,4
•	Consome 1 dia por semana	1	11,1	0	-	0	-	4	33,3
•	Consome 2 dias por semana	4	44,4	0	-	1	25,0	2	16,5
•	Consome 3 dias por semana	1	11,1	0	-	1	25,0	3	25,0
•	Consome 4 dias por semana	0	-	0	-	0	-	1	8,4
•	Consome 5 dias por semana	0	-	0	-	0	-	0	-
•	Consome 6 dias por semana	0	-	0	-	1	25,0	0	-
•	Consome 7 dias por semana	2	22,3	1	100,0	1	25,0	1	8,4
Total		9	100	1	100	4	100	12	100
2001									
•	Não consome	0	-	0	-	0	-	1	16,6
•	Consome 1 dia por semana	1	11,1	1	16,6	0	-	1	16,6
•	Consome 2 dias por semana	3	33,3	2	33,4	0	-	1	16,6
•	Consome 3 dias por semana	3	33,3	1	16,6	0	-	2	33,6
•	Consome 4 dias por semana	1	11,1	0	-	0	-	0	-
•	Consome 5 dias por semana	1	11,1	0	-	0	-	0	-
•	Consome 6 dias por semana	0	-	0	-	0	-	0	-
•	Consome 7 dias por semana	0	-	2	33,4	1	50,0	1	16,6
•	Dado não coletado	0	-	0	-	1	50,0	0	-
Total		9	100	6	100	2	100	6	100
2004									
•	Não consome	0	-	0	-	0	-	0	-
•	Consome 1 dia por semana	0	-	1	11,1	2	22,2	0	-
•	Consome 2 dias por semana	4	50	2	22,2	2	22,2	1	11,1
•	Consome 3 dias por semana	1	12,5	2	22,2	1	11,1	1	11,1
•	Consome 4 dias por semana	0	-	0	-	0	-	0	-
•	Consome 5 dias por semana	1	12,5	0	-	0	-	1	11,1
•	Consome 6 dias por semana	0	-	0	-	1	11,1	0	-
•	Consome 7 dias por semana	2	25	4	44,5	3	33,4	6	66,7
•	Dado não coletado	0	-	0	-	0	-	0	-
Total		8	100	9	100	9	100	9	100

(*) Valencio et al. (2001).

(**) O N foi composto a partir de respostas múltiplas não excludentes. Portanto, igual ao número de frequência de respostas.

O consumo de pescado pela família do pescador está diminuindo entre as Colônias de Três Marias e Pirapora, e aumentando entre as colônias de São Francisco e Januária no período estudado. Em 1999, 22,3% dos pescadores de Três Marias informaram que consomem peixe sete dias por semana e todos os pescadores de Pirapora afirmaram fazer o mesmo consumo. Ainda em 1999, 25% dos pescadores de São Francisco e 8,4% de Januária informaram fazer consumo de peixe sete dias por semana. Em 2004, 12,5% dos pescadores de Três Marias, 44,5% de Pirapora, 33,4% de São Francisco e 66,7% dos pescadores de Januária informaram consumir peixe os sete dias da semana.

Conforme salientaram Valencio e Mendonça (1998) em estudo com os pescadores-barrageiros do interior do estado de São Paulo, as formas de acesso ao alimento, não mediadas pelo mercado, têm um significado negativo para as famílias de pescadores.

O autoprovimento a partir de atividade extrativista - seja de pescado ou de recursos florísticos - não é visto como uma habilidade da família, mas como incapacidade em articular-se satisfatoriamente com o mercado; é fator que a expõe à humilhação dentro da comunidade, como se esta assistisse à sua penúria ao ver o desembarque não comercializável do pescado, ou a caçada ao preá, a coleta do fruto e folhas da mata ao redor para alimentação da casa e fins medicamentosos. Essa 'incapacidade' sugere, pela insistente relação direta com a natureza - não mediada, pois, pela renda monetária - e pelos olhos alheios, que a família seja pobre, situação constrangedora da qual se esforça por fugir, dissimulando suas carências múltiplas, ora pondo a carne vermelha em lugar do peixe, mas recorrendo ao uso da flora local para fins medicamentosos; ora renunciando à carne vermelha para recorrer ao remédio da farmácia, nunca havendo renda monetária para suprir a ambos ao mesmo tempo. (VALENCIO e MENDONÇA, 1998, p. 136).

Desta forma, a dieta alimentar das famílias dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco expõe parte das contradições existentes entre o modo de vida deles e aquele forjado pela modernidade.

Se a alimentação da família do pescador pode ser entendida como um elemento explicativo da sua vida social, a negação dos usos dos recursos hídricos do rio pela

família de pescador demonstra a descontinuidade nas relações que ele tem com o meio natural onde trabalha. Desta forma, fica evidente a perspectiva de desagregação desse grupo de trabalhadores a medida em que aquela negação esteja construindo juízos de valores negativos do local e desconstruindo a si próprios, seu modo de vida. Logo, não é remota a vulnerabilidade do modo de vida da pesca e a latente ameaça de exclusão social dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco.

Infelizmente, o rio São Francisco está em processo de séria degradação provocado tanto pelo barramento de suas águas quanto pela poluição originada a partir do processo de modernização (desenvolvimento tecnológico e industrial, crescimento populacional e urbanização), onde as novas formas de uso da água pelos grupos modernos, as poluições industriais, agrícolas e domésticas provocam alterações nos ecossistemas naturais deste rio.

A variação no nível do rio São Francisco, decorrente da sazonalidade das chuvas, o barramento das águas pelas hidroelétricas e as diferentes formas de poluições determinam as variações negativas observadas na pesca no rio São Francisco.

Tudo isso associado à precariedade em que vive e trabalha os pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco ainda não sensibilizou as autoridades.

Para o Estado o limite da fronteira entre a tradição e a modernidade não são observados, e considera que as estratégias de suplantação de uma pela outra sejam fáceis e lineares, pensados numa matriz de escolha racional e objetiva, como se fosse possível controlar os resultados das modificações geradas a partir dos

benefícios prometidos pela modernidade à pesca artesanal. Existe, porém, mais do que a escolha racional entre o mundo da modernidade e o mundo da pesca artesanal.

O Estado ao buscar implementar políticas públicas relativas à pesca objetivando transformar o valor tradicional do pescador profissional artesanal em um valor superável pela modernidade, seja fomentando novos significados, relações e tecnologia no entorno deste trabalho, seja não se sensibilizando com a precariedade em que vive este grupo, contribui para o processo de degradação ambiental do rio São Francisco e para o processo de degradação social dos pescadores profissionais artesanais que vivem a muitas gerações neste rio, e que por isso se confunde com ele.

7 CONCLUSÃO

O objetivo principal desta tese foi analisar a influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas do setor pesqueiro no Brasil. Para tanto, discorreu-se como o processo de modernização brasileiro não permitiu uma ruptura efetiva com o passado, e configurou-se oscilando de uma oligarquia liberal e um Estado interventor autoritário cuja inexistência dos processos democráticos de incorporação das massas forjou uma sociedade pouco engajada em movimentos sociais.

O atual projeto de formulação de políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil está imbuído de valores de uma visão de modernidade unidimensional, nos moldes da modernização constituída pelo projeto de desenvolvimento dos países do Primeiro Mundo (desenvolvimento industrial), em um projeto civilizatório que está sendo colocado em dúvida devido a grave crise socioambiental vivenciada.

Não buscamos discutir se devemos realizar a revolução burguesa no Brasil, e neste contexto, se devemos modernizar o setor pesqueiro brasileiro ou não, mas

compreender como o modelo de modernização que temos é deletério tanto do ponto de vista ambiental quando social.

O Estado brasileiro, mesmo com a carga de racionalidade instrumental que possui a partir dos seus referenciais teóricos tão sofisticados, ao insistir no projeto de modernização do setor pesqueiro conforme o modelo retratado nesta tese, não percebe que esse modelo está tomado por uma visão modernizante mutiladora da vida.

Ao longo da apresentação da fundamentação teórico-analítica desta tese, bem como no transcorrer das análises dos dados da pesquisa de campo, buscamos valorizar o conhecimento tradicional entendendo que ele intervém na construção do presente e contribui para a realização de novas combinações societárias, moldando e re-moldando os valores sociais, culturas, ambientais, entre outros. Afirmamos a necessidade de um projeto para o setor pesqueiro que traga a todas as configurações que considerem o tradicional.

Valorizar o conhecimento tradicional no processo de produção de políticas públicas na área da pesca significa a interpenetração do tradicional e do moderno – a relação entre eles não é dicotômica, é dialética. O primeiro representado pela harmonização da vida cotidiana aos ritmos e ciclos da natureza; e o segundo, representado pela racionalidade do mercado e do tempo cronológico ritmados pelas relações sociais e de produção vigentes da sociedade macro-ambiente.

Desta forma, valorizar o conhecimento tradicional é, na verdade, tomar consciência do funcionamento de nossa sociedade a partir dos registros das práticas cotidianas e, por conseguinte, a promoção ou reelaboração de política ambiental com identidade verdadeiramente sustentável.

É fato que o nascimento da SEAP/PR em 2003 deu visibilidade à categoria dos pescadores. Entretanto, seu projeto político privilegia os interesses da pesca industrial e o desenvolvimento da aquicultura. Sua estratégia volta-se para o fomento da pesca e sua inserção competitiva no mercado internacional, objetivando a abertura de espaços para a atração de capitais a partir deste setor.

A SEAP/PR, ao ‘vender’ uma nova forma de ser no mundo da pesca, quanto ao trabalho no território das águas, não realiza para o pescador profissional artesanal essa nova forma – instituída pela modernização à contra mão do conhecimento tradicional. Sendo assim, o que temos para o pescador profissional artesanal? Autonomia ou heteronomia? Em ambas, verificamos a submissão. Entretanto, na autonomia podemos pelo menos desejar de nos submetermos às nossas próprias leis e na heteronomia submetemo-nos às leis dos outros, exclusivamente. Assim, a desconstrução da forma de trabalho e do modo de vida do pescador profissional artesanal no Alto-Médio São Francisco passa pela convicção desses outros em acreditarem que seu discurso seja o porta-voz da verdade de todos.

O conhecimento tradicional dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco corre o risco de desaparecer, especialmente por causa das dificuldades da manutenção do seu modo de vida apenas com a atividade pesqueira. Além disto, existe grande desinteresse dos filhos de pescadores, ou mesmo dos mais jovens do entorno, em dedicarem-se à atividade pesqueira. A permanência na pesca dos filhos de pescadores que praticam a atividade como forma de trabalho remunerada está relacionada à falta de outra oportunidade de trabalho do que propriamente ao interesse em dar continuidade a atividade tradicional do seu pai.

Conforme relatos dos pescadores, a produtividade da pesca no Alto-Médio São Francisco vem sofrendo reduções significativas nas últimas décadas devido à variação no nível do rio, decorrente da sazonalidade das chuvas e o barramento das águas pela hidroelétrica de Três Marias, além do aumento da degradação ambiental (poluição). Além dos problemas ambientais outras questões favorecem a carência na produtividade pesqueira, sejam: pesca predatória dos clandestinos, pesca amadora e, por conseguinte, a falta de fiscalização ambiental.

Assim, a pesca profissional artesanal passa a ser reconhecida entre as diferentes ocupações do mercado de trabalho brasileiro, gerando esperança de ampliação da cidadania para a categoria. Entretanto, isso (entre outros fatores) não impediu que os pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco sofressem um processo de estigmatização e passassem a viver sob ameaça de exclusão social.

Trata-se da constituição de um campo de experiências entre as demandas da categoria e as ações do Estado, caracterizada pela distância entre o discurso e a prática política e os conflitos com os grupos modernos.

Entre os principais desafios da pesca artesanal, nos moldes de uma ocupação socialmente aceita e legalmente amparada, está em encontrar soluções para os percalços originados pelo modelo de modernização do setor pesqueiro em curso.

As demandas da categoria perpassam a demanda por cidadania, por pressões pela inclusão dos direitos humanos e dos temas ecológicos na agenda pública.

Faz-se importante à articulação dos pescadores profissionais artesanais em torno do fortalecimento da categoria. E que se institua uma nova política pesqueira

que, ao dar espaço para a participação efetiva do pescador, reconheça a capacidade desse grupo de gerir seus espaços pesqueiros.

A demanda por cidadania, passa a fazer parte de uma sensibilidade dos pescadores quanto à divisão mais simetricamente entre o pessoal e o coletivo, o subjetivo e o cultural; tornando-se mesmo uma expressão de cidadania por políticas de identidade. Além disso, a esperança de ampliação da cidadania certamente exerce pressão sobre a oferta de serviços públicos.

Assim, espera-se que as demandas da categoria sejam contempladas o mais rapidamente, sendo concretamente: as demandas por reparação de desigualdades por preconceitos e discriminações; as demandas por reconhecimento ou reparação de injustiças e situações de pobreza e processos de exclusão; as demandas por políticas sociais e culturais pela recuperação dos ecossistemas aquáticos; os ajustes dos programas sociais aos direitos e necessidades da categoria (a alfabetização, por exemplo, posto que seja demanda antiga, não atendida).

Tais proposições nos levam a sugerir que o conhecimento tradicional da pesca profissional artesanal deve ser incorporado como preceito básico na formulação de políticas institucionais para o setor pesqueiro no Brasil. A participação eqüitativa do pescador profissional artesanal, enquanto membro ativo no processo de formatação de um projeto político para o setor pesqueiro brasileiro, pode garantir elementos substantivos da pesca sustentável e, por conseguinte, maior eqüidade dessa categoria profissional.

REFERÊNCIAS⁶³

ABDALLAH, P. R. **Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução**. Piracicaba, 1998. 137 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP.

ARANHA, M L. de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996

ATKINSON, T., CANTILLON, B., NOLAN, B. **Indicators for social inclusion in the European Union**. (Informe elaborado para la Comisión Europea), 2001.

BALANDIER, Georges. **Antropo-Lógicas**. SP: Cultrix/Edusp. 1976. p.210.

BECKERMAN, S., A Amazônia estava repleta de gente em 1492? In: **Origens, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem Nativo da Amazônia**, W. A. NEVES. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi-CNPq, 1991. pp. 143-159.

BECK, U. **Risky Society: towards a new modernity**. Londres: Sage, Londres, 1991.

BERKES, F. **Two to tango: the role of government in fisheries co-management**. Manitoba, CA, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: Renato Ortiz (org.), **Pierre Bourdieu**. SP: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BEVERTON, R.J.H.; S.J.Holt, 1957. **On the dynamics of exploited fish populations**. Fish Invest. Minist. Agric. Fish. Food G. B. (2 Sea Fish.), 19, 1957. 533 p.

BIELLA, C. R. F.; VALENCIO, N. F. L. S. Impactos de Empreendimentos Turísticos em Pequenas Comunidades: uma Visão Sociológica como Subsídio às Políticas para o Setor. In: VALENCIO, N. F. L. S.; MARTINS, R. C. (Org). **Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. Volume II. Desafios Teóricos e Político-Institucionais**. São Carlos, SP: Editora RiMa, 2003. p. 255 – 70.

---

⁶³ - De acordo com:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BOOTH, Ch. **The life and labour of the people**. Londres: Williams y Northgate, 1889.

_____. **Pauperism**. Londres: MacMillan, 1892.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9985.htm>>. Acessado em abril de 2006.

CAMARGO, Serguei A. F. de. Aspectos jurídicos do ordenamento pesqueiro federal e do Estado de Minas Gerais. IN: BONATO, G. **Verba Iuris**. Editora Universitária Champagnat. Ano I, N.º 2, Mar-99, p. 7-20.

CARNEIRO, A M.M. Perspectivas especulares de um projeto de transferência tecnológica para a pesca continental: contribuições discursiva para o esboço de uma comunicação negativa. Havana. Disponível em: <<http://www.eco.ufrj.br/pretexto/sociais/soc1.htm>>. Acessado em: 23 de abril de 2002.

CASTELLANOS, D.F.F.; R.P.Cano, 1974. **Analisis del poder de pesca de la flota camaronera de Puerto de Campeche, Camp.** Inf. Tec. Inst. Nac. Pesca, México, 19, 1974. p. 1-30.

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. **Guia Ilustrado de peixes da baía do rio Grande**. Belo Horizonte: CEMIG/CETEC, 2000. 144 p.

_____. Disponível em: <<http://www.cemig.com.br/institucional/usinas.asp>>. Acessado em 25 de setembro de 2003.

CESIS. **Non-monetary indicators of poverty and social exclusion**. Lisboa, 1996.

CGSDAS/DES/SPPE/TEM. **Seguro-desemprego do pescador artesanal**.

Acessado em

<<http://www.mtb.gov.br/Trabalhador/SeguroDesemp/Conteudo/4479.asp>>. Data de acesso: janeiro de 2006.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Disponível em: <<http://www.Codevasf.gov.br>>. Acessado em: 08 de maio de 2003.

_____. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Disponível em: <<http://www.Codevasf.gov.br>>. Acessado em: 25 de agosto de 2004.

CORDELL, J. **Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing**. FAO. Roma, 1983. 65 p.

CÓDIGO de Conducta para la Pesca Responsable. **Conferencia da FAO: Outubro de 1995**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acessado em março de 2006.

DIEGUES, A. C. **Pesca e marginalização no litoral paulista** (Dissertação de Mestrado). NUPAUB/CEMAR. Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, SP. 1973. 187 p.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática. 1983. 287 p.

_____. **Povos e Mares: Leituras em Sócio- Antropologia Marítima**. São Paulo, NUPAUB- USP, 1995. 153 p.

_____. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. SP: Hucitec, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENGELS, F., ESTIVILL, J., VRANKEN, J. **Non-monetary indicators of social exclusion and social inclusion**. Antwerpen Universiteit (en curso de publicación), 2001.

FARIA, Izabel M. **Vozes e imagens do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e problemas ambientais**. São Carlos, 2002. 265 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFSCar.

FELIX, S. Ap.; MENDONÇA, Sandro A. T.; VALENCIO, Norma F. L. S.; GONÇALVES, J. C.; LEME, A. A. Anais do 2o. Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. In: **Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. 2o, 2000, Piracicaba, SP. Pesca artesanal e pesca amadora no Rio São Francisco: conflitos e novas possibilidades de interação. Piracicaba, SP: FEALQ, 2000. p. 239-244.

FELIX, Silvana Aparecida. **O impacto do uso para lazer e turismo do rio São Francisco sobre as condições de reprodução social dos pescadores**

profissionais. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). São Carlos: Centro de Educação e Ciências Sociais Humanas, UFSCar, 2001. 102p.

FERNANDES, F. **Mudança Social no Brasil.** São Paulo: Difel, 1975.

FIORI, J.L. **Os moedeiros falsos.** Petrópolis: Vozes. 1997.

FISCHER, C. F. A.; CHAGAS, A. L. G. A.; DORNELLES, L. D. C. **Pesca de águas interiores.** Brasília: IBAMA, 1992. (Coleção Meio Ambiente. Série Estudos Pesca, 2).

FREYRE, Gilberto. **Sociologia. Introdução ao Estudo dos seus Princípios.** RJ: Livraria José Olympio Editora, 1945. p. 128-9.

FURTADO, L. G.; SIMÕES, J. **Iconografia da Pesca Ribeirinha e Marítima na Amazônia.** Museu Goeldi: 2002. 146p.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1959.

GARCIA, H. C.; CARAVELLO, T. M. **Geografia do Brasil.** 5. ed. São Paulo: Scipione, 2002. 296 p.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997. 264 p.

HOEFLE, Scott. W. A pesca de pequena escala ameaçada do sudoeste do Brasil: estratégias de capitalização frente à pesca empresarial e ao turismo no sul fluminenses. In: DIEGUES, A C (Org). **Populações humanas, rios e mares da Amazônia.** Coletânea de trabalhos apresentados no IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar do Brasil. São Paulo; Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas do Brasil-USP/Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará, 1991. p.151-177.

IBGE. IBGE Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acessado em: novembro de 2006.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios. Conflito, natureza e cultura na Amazônia.** São Paulo. FAPESP /Perspectiva. 1998.

LIMA, Dario de Araújo. **As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Mangue – Natal, RN.** Florianópolis. Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1995. 342 p. Dissertação de Mestrado em Geografia.

LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana Freitas. **Pescadores de Itaipu. Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói: EDUFF, 1997.

LOISY, C. Observatoire National. **Les travaux de l'Observatoire National, Documentation.** Paris, 2000.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** 9ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2001.

MALDONADO, Simone. C. O Caminho das Pedras: Percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: DIEGUES, Antonio. Carlos. (Org). **A imagem das águas.** SP: NUPAUB/USP, 2000. p. 59-68.

MARTINS, R. C. **A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo.** (Tese de Doutorado). São Carlos: USP/EESC, 2003. 253p.

MENDONÇA, Sandro A. Teixeira. Turismo e Pesca Profissional Artesanal: Impactos Sócio-Ambientais no Alto-Médio São Francisco. In: **Revista Teoria & Pesquisa.** São Carlos, SP: DCSoc/UFSCar. No. 44 e 45, Jan/Jul 2004. p. 287-302.

MILANO, S. **La pauvreté dans les pays riches.** Paris: Nathan, 1992.

MUNICIPIOS MINEIROS. **Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. Disponível em:** <<http://www.indi.mg.gov.br/municipios/m61106.htm>>. Acessado em novembro de 2006..

MURRIETA, Rui S.S. **Consumo alimentar, nutrição e vida doméstica; considerações preliminares sobre escolhas alimentares e práticas de intervenção na Ilha do Ituqui, Baixo Amazonas/PA.** Santarém: 1997. (Mimeogr.)

NICOLAS, Daniel H. Elementos para un analisis sociogeografico del turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo e geografia**. São Paulo, Hucitec, 1999. p. 39 - 54.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro, Edições do Graal, 1977. p. 34.

_____. Crítica à razão dualista. In: **Estudos CEBRAP 2**. São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, 1972. p. 24.

PÁDUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J.A. (org.) **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

PAUGAM, S. Pauvreté et exclusion. La force des contrastes nationaux. In: Paugam, S. (Org.). **L'exclusion. L'état des savoirs**. Paris: Ed. La Découverte, 1996.

PETRERE JUNIOR, Miguel. As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais. In :DIEGUES, A.C. (org). **Populações humanas, rios e mares da Amazônia : Coletânea de trabalhos apresentados no IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil**. São Paulo: PPCAUB/USP, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, 1992.

PETRERE JUNIOR, M.; VERA, C. V. M. ; CAMARGO, S. A. ; BUBEL, A. P. M. ; **Artisanal Fisheries In A Urban Reservoir: Billings Case (Metropolitan Region of São Paulo)**. Revista Brasileira de Ecologia, v. 1, p. 143-147, 1997.

PETRERE JUNIOR, M.; AGOSTINHO, A. A.; OKADA, E. K.; MINTE VERA, C. V. Pescador Profissional – o anúncio de um adeus equivocado. Brasil: **Boletim da Sociedade Brasileira de Ictiologia**. N.º 51, 1998, p. 5-6.

PIRAPORA. **Prefeitura Municipal de Pirapora, MG: A história do Município**. Disponível em: <<http://www.pirapora.mg.gov.br/index.php?menu=1&submenu=1>>. Acessado em: novembro de 2006.

POIZAT, G.; BARAN, E. Fishermen's knowledge as background information in tropical fish ecology: a quantitative comparison with fish sample results. **Environmental Biology of Fishes**, n.50, 1997. p. 435-449.

POSEY, D. A. Etnobiologia: Teoria e Prática. In: RIBEIRO, B. G. **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, FINEP. V1, Etnobiologia. 1987.

RAGO Filho, Antonio. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: E. Ed. Ad Hominem. 1999. p. 627.

RORTY, R. Dúvidas para os pensadores do próximo milênio. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 3.3.1996. (Caderno Mais).

ROWNTREE, B. S. **Poverty: a study of town life**. Londres: MacMillan, 1901.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. HUCITEC. São Paulo, 1996.

SATO, Y.; N. BAZZOLI; E. RIZZO; M. B. BOSCHI & M. O. T. MIRANDA. Impacto a jusante do reservatório de Três Marias sobre a reprodução do peixe reofílico curimatá-pacu (*Prochilodus argenteus*), p. 327-345. In: H. P. GODINHO & A. L. GODINHO (org). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

SEAP/PR (2003). Apresentação da síntese das contribuições das Conferências Estaduais no tema Pesca. Balanço de Resultados, 2003. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/seap/>>. Acessado em março de 2004.

_____ (2003). **Projeto Político-Estrutural**. Disponível em: <<http://200.252.165.21/seap/html/projetopolitico.htm>>. Acessado em Julho de 2003.

SFRANCISCO. **Mapa da bacia do São Francisco**. Disponível em <<http://www.sfrancisco.bio.br/>>. Acessado em abril de 2006.

SILVER, H. Exclución social y solidaridad social. Tres paradigmas. In: **Revista Internacional del Trabajo**. OIT, Vol. 113, núm. 5-6, Ginebra, 1994.

SPERANDIO. Luciane Messias. **Criação de Tilápias em Tanque-rede**. Disponível em: <<http://www.ccinet.com.br/>>. Acessado em Julho de 2003.

STAVENHAGUEN, R. **Marginalidad, participación y estructura agraria en América Latina**. Bulletin de l'Institut International d'Études Sociales, OIT, núm. 7, Barcelona: Ed. Herder, 1970. p. 77.

TAVARES, M. C. Política e economia na formação do Brasil contemporâneo. In: **Revista Teoria de Debate**. Editora Fundação Perseu Abramo. No. 44 – abr/maio/junho de 2000. p. 19-24.

THÉ, Ana Paula G. **Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto-Médio São Francisco, MG**. São Carlos, 2003. 185p. Tese (Defesa de Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – UFSCar.

TOLEDO, V.M. **La perspectiva etnoecológica: cinco reflexiones acerca de las "ciencias campesinas" sobre la naturaleza com especial referencia a México**. Ciencias, especial 4, 1990. p. 22-29.

_____. **El juego de la supervivencia: un manual para la investigación etnoecológica en Latino-america**. University of Berkeley, California. 1991. 75 p.

TONNIES, F. Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais. IN: FERNANDES, F. (org.) – **Comunidade e Sociedade**. SP: Cia Ed. Nacional, 1973, p. 96-116.

TOWNSEND, P. **Poverty in United Kingdom**. Middlesex: Penguin Books, 1975.

_____. **The international analysis of poverty**. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

TRESMARIAS. **Prefeitura Municipal de Três Marias, MG**. Disponível em: <<http://www.tresmarias-mg.com.br/historia.htm>>. Acessado em: novembro de 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL. 1980.

_____. **Espaço e lugar**. São Paulo : DIFEL. 1983.

TUPYNAMBÁ, José Paulo. **Pobre São Francisco: Pouca Água, pouco peixe, poucos barcos**. Disponível em: <http://www.revista.unb.br/4_home_revista/pobre.asp>. Acessado em Janeiro de 2006.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, Sandro A. Teixeira. Impactos do Processo de Interiorização do Desenvolvimento Paulista sobre as Condições de Vida e Trabalho do Pescador-barrageiro. In: MONSMA, Karl. **Teoria & Pesquisa**. São Carlos, SP: DCSoc/UFSCar. No. 24-27 Janeiro-Dezembro 1998. p. 109-148.

VALÊNCIO, N. F. L. S., MENDONÇA, S. A. T., et al. O Papel das Hidroelétricas no Processo de Interiorização Paulista: O Caso das Usinas Hidroelétricas de Barra Bonita e Jurumirim. In: HENRY, Raul (ORG) **Ecologia de Reservatórios: Estrutura, Função e Aspectos Sociais**. Botucatu: FUNDIBIO: FAPESP, 1999. p. 185-218.

VALENCIO, N. F. L. S.; MANCUSO, M. I. R.; MENDONÇA, S. A. T.; MARTINS, R. C.; FELIX, S. A.; LEME, A. A.; GONÇALVES, J. C.; FARIA, I. M.; VALI, S. A. P.; AGNOLON, C. A. **Condições de vida e trabalho do pescador profissional artesanal de água doce do Alto-Médio São Francisco**. (Relatório final da parte sócio-econômica do projeto Bases para a conservação e restauração dos recursos pesqueiros do Alto-Médio São Francisco. São Carlos: mimeo. 2001. 58p.

VALENCIO, Norma F. L. S.; MENDONÇA, Sandro A. T.; MARTINS, Rodrigo C. Da Tarrafa ao Tanque-rede: O Processo Político-Institucional de Extinção de uma Categoria de Trabalhadores das Águas. IN: **Uso e Gestão de Recursos Hídricos no Brasil: Desafios Teóricos e Político-institucional**. Organizado por Rodrigo C. Martins e Norma F. L. S. Valencio – São Carlos, SP: RiMa, 2003. p. 271-293.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S. A. T. O Impacto da Modernização do Território das Águas Sobre o Modo de Vida da Pesca Artesanal no Rio São Francisco. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belo Horizonte, 2005. 23 p.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S. A. T.; MARTINS, R. C. Ação Institucional e Violência Simbólica na Pesca Profissional Artesanal do Rio São Francisco. In: **PPG-SEA: trajetórias e perspectivas de um curso multidisciplinar**. Org. Evaldo L. G. Espíndola e Edson Wendland – São Carlos: RiMa, 2005. p. 175-202.

VALENCIO, N. F. L. S. **Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência**. São Carlos, Editora RiMa, 2006. no prelo.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil. In: . PADUA, J. A. (org.) **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.

ANEXOS

ANEXO A – Decreto-Lei No. 221, de 28 de fevereiro de 1967

DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967.

Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das prerrogativas que lhe confere o § 2º do art. 9º do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

DECRETA:

CAPÍTULO I
Da Pesca

Art 1º Para os efeitos deste Decreto-lei define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida.

Art 2º A pesca pode efetuar-se com fins comerciais, desportivos ou científicos;

§ 1º Pesca comercial é a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.

§ 2º Pesca desportiva é a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelhos de mergulho ou quaisquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial;

§ 3º Pesca científica é a exercida unicamente com fins de pesquisas por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para êsse fim.

Art 3º São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art 4º Os efeitos deste Decreto-lei, de seus regulamentos, decretos e portarias dêle decorrentes, se estendem especialmente:

- a) às águas interiores do Brasil;
- b) ao mar territorial brasileiro;
- c) às zonas de alto mar, contíguas ou não ao mar territorial, em conformidade com as disposições dos tratados e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil;
- d) à plataforma continental, até a profundidade que esteja de acôrdo com os tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.

CAPÍTULO II

Da Pesca Comercial

TÍTULO I

Das Embarcações Pesqueiras

Art 5º Consideram-se embarcações de pesca as que, devidamente autorizadas, se dediquem exclusiva e permanentemente à captura, transformação

ou pesquisa dos seres animais e vegetais que tenham nas águas seu meio natural ou mais freqüente de vida.

Parágrafo único. As embarcações de pesca, assim como as redes para pesca, comercial ou científica, são consideradas bens de produção.

Art 6º Toda embarcação nacional ou estrangeira que se dedique à pesca comercial, além do cumprimento das exigências das autoridades marítimas, deverá estar inscrita e autorizada pelo órgão público federal competente.

Parágrafo único. A inobservância deste artigo implicará na interdição do barco até a satisfação das exigências impostas pelas autoridades competentes.

Art 7º As embarcações de pesca de qualquer natureza, seus tripulantes e proprietários, excetuada a competência do Ministério da Marinha, no que se refere à Defesa Nacional e à segurança da navegação, e a do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no que se refere à previdência social, ficam sujeitos às disposições deste Decreto-lei.

Art 8º O registro de propriedade de embarcações de pesca será deferido pelo Tribunal Marítimo exclusivamente a brasileiros natos e naturalizados ou a sociedades organizadas no País.

Art 9º As embarcações estrangeiras somente poderão realizar atividades pesqueiras nas águas indicadas no art. 4º deste Decreto-lei, quando autorizadas por ato do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-lei, a infração a este artigo constitui delito de contrabando, podendo o Poder Público determinar a interdição da embarcação, seu equipamento e carga, e responsabilizar o comandante nos termos da legislação penal vigente.

Art 10. As pequenas embarcações de pesca poderão transportar livremente as famílias dos pescadores, produto de pequena lavoura ou indústria doméstica.

Art 11. Os comandantes das embarcações destinadas à pesca deverão preencher os mapas fornecidos pelo órgão competente, entregando-os ao fim de cada viagem ou semanalmente.

Art 12. As embarcações de pesca desde que registradas e devidamente licenciadas, no curso normal das pescarias, terão livre acesso a qualquer hora do dia ou da noite aos portos e terminais pesqueiros nacionais.

Art 13. O comando das embarcações de pesca costeira ou de alto mar, observadas as definições constantes no Regulamento do Tráfego Marítimo, só será permitido a pescadores que possuam, pelo menos, carta de patrão de pesca, conferida de acordo com os Regulamentos.

Art 14. Os regulamentos marítimos incluirão dispositivos especiais que favoreçam às embarcações pesqueiras, no que se refere à fixação da lotação mínima da guarnição, equipamentos de navegação e pesca, saídas, escalas e arribadas, e tudo que possa facilitar uma operação mais expedita.

Art 15. As embarcações de pesca devidamente autorizadas ficam dispensadas de qualquer espécie de taxas portuárias, salvo dos serviços de carga e descarga, quando, por solicitação do armador, forem realizadas pela respectiva Administração do Pôrto.

Art 16. O Instituto de Resseguros do Brasil estabelecerá prêmios especiais para as embarcações pesqueiras legalmente autorizadas.

Art 17. Não se aplicam às embarcações de pesca as normas reguladoras de tráfego de cabotagem.

TÍTULO II

Das Emprêsas Pesqueiras

Art 18. Para os efeitos deste Decreto-lei define-se como "indústria da pesca", sendo conseqüentemente declarada "indústria de base", o exercício de atividades de captura, conservação, beneficiamento, transformação ou industrialização dos seres animais ou vegetais que tenham na água seu meio natural ou mais freqüente de vida.

Parágrafo único. As operações de captura e transformação de pescado são consideradas atividades agropecuárias para efeito dos dispositivos da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 que institucionalizou o crédito rural e do Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre títulos de crédito rural.

Art 19. Nenhuma indústria pesqueira, seja nacional ou estrangeira poderá exercer suas atividades no território nacional ou nas águas sob jurisdição deste Decreto-lei, sem prévia autorização do órgão público federal competente devendo estar devidamente inscrita e cumprir as obrigações de informação e demais exigências que forem estabelecidas.

Parágrafo único. Qualquer infração aos dispositivos deste artigo importará na interdição do funcionamento do estabelecimento respectivo sem prejuízo da multa que fôr aplicável.

Art 20. As indústrias pesqueiras que se encontrarem em atividade na data da vigência deste Decreto-lei, deverão dentro de 120 dias, solicitar sua inscrição na forma do artigo anterior.

Art 21. As obras e instalações de novos portos pesqueiros bem como a reforma dos atuais, estão sujeitas à aprovação do órgão público federal competente.

TÍTULO III

Da Organização do Trabalho e Bordo das Embarcações de Pesca

Art 22. O trabalho a bordo dos barcos pesqueiros é essencialmente descontínuo, tendo, porém, os tripulantes o direito a um descanso diário ininterrupto, seja a bordo ou em terra, de pelo menos oito horas, a menos que se torne necessário interrompê-lo para a efetivação de turnos extraordinários que terão duração máxima de duas horas.

Art 23. A guarnição das embarcações de pesca é de livre determinação de seu armador, respeitadas as normas mínimas estabelecidas pelo órgão competente para a segurança da embarcação e de sua tripulação.

Art 24. Na Composição da tripulação das embarcações de pesca será observada a proporcionalidade de estrangeiros prevista na Consolidação das Lei do Trabalho.

Art 25. Os tripulantes das embarcações pesqueiras deverão, obrigatoriamente, estar segurados contra acidentes de trabalho, bem como filiados a instituições de Previdência Social.

Parágrafo único. O armador que deixar de observar estas disposições será responsabilizado civil e criminalmente, além de sofrer outras sanções de natureza administrativa que venham a ser aplicadas.

TÍTULO IV

Dos Pescadores Profissionais

Art 26. Pescador profissional é aquele que, matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida.

Parágrafo único. A matrícula poderá ser cancelada quando comprovado que o pescador não faça da pesca sua profissão habitual ou quando infringir as disposições deste Decreto-lei e seus regulamentos, no exercício da pesca.

Art 27. A pesca profissional será exercida por brasileiros natos ou naturalizados e por estrangeiros, devidamente autorizados pelo órgão competente.

§ 1º É permitido o exercício da pesca profissional aos maiores de dezoito anos;

§ 2º É facultado o embarque de maiores de quatorze anos como aprendizes de pesca, desde que autorizados pelo Juiz competente.

Art 28. Para a obtenção de matrícula de pescador profissional é preciso autorização prévia da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), ou de órgão nos Estados com delegação de poderes para aplicação e fiscalização deste Decreto-lei.

§ 1º A matrícula será emitida pela Capitania dos Portos do Ministério da Marinha, de acordo com as disposições legais vigentes.

§ 2º Aos aprendizes será expedida matrícula provisória.

CAPÍTULO III

Das Licenças para Amadores de Pesca e para Cientistas

Art 29. Será concedida autorização para o exercício da pesca a amadores, nacionais ou estrangeiros, mediante licença anual.

§ 1º A concessão da licença subordinar-se-á ao pagamento de uma taxa mínima anual de dois centésimos ao máximo de um quinto do salário-mínimo

mensal vigente na Capital da República, tendo em vista o tipo de pesca, a Região e o turismo, de acordo com a tabela a ser baixada pela SUDEPE.

§ 2º O amador de pesca só poderá utilizar embarcações arroladas na classe de recreio.

Art 30. A autorização, pelos órgãos competentes, de expedição científica, cujo programa se estenda à pesca, dependerá de prévia audiência à SUDEPE.

Art 31. Será mantido um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca, que poderão ser organizados distintamente ou em conjunto com os de caça.

Parágrafo único. Os clubes ou associações referidos neste artigo pagarão de registro uma taxa correspondente a um salário-mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art 32. Aos cientistas das instituições nacionais que tenham por lei a atribuição de coletar material biológico para fins científicos serão concedidas licenças permanentes especiais gratuitas.

CAPÍTULO IV

Das Permissões, Proibições e Concessões

TÍTULO I

Das Normas Gerais

Art 33. Nos limites deste Decreto-lei, a pesca pode ser exercida no território nacional e nas águas extraterritoriais, obedecidos os atos emanados do órgão competente da administração pública federal e dos serviços dos Estados, em regime de Acôrd.

§ 1º A relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção, serão fixados pela SUDEPE.

§ 2º A pesca pode ser transitória ou permanentemente proibida em águas de domínio público ou privado.

§ 3º Nas águas de domínio privado, é necessário para pescar o consentimento expresso ou tácito dos proprietários, observados os arts. 599, 600, 601 e 602 do Código Civil.

Art 34. É proibida a importação ou o exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas nas águas interiores, sem autorização da SUDEPE.

Art 35. É proibido pescar:

- a) nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente;
- b) em locais onde o exercício da pesca cause embaraço à navegação;
- c) com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que em contato com a água, possam agir de forma explosiva;
- d) com substâncias tóxicas;

e) a menos de 500 metros das saídas de esgotos.

Parágrafo único. As proibições das alíneas "c" e "d" deste artigo não se aplicam aos trabalhos executados pelo Poder Público, que se destinem ao extermínio de espécies consideradas nocivas.

Art 36. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água, além de outras disposições legais, é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Parágrafo único. Serão determinadas pelo órgão competente medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público.

Art 37. Os efluentes das redes de esgotos e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançados às águas, quando não as tornarem poluídas.

§ 1º Considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas das águas, que possa constituir prejuízo, direta ou indiretamente, à fauna e à flora aquática.

§ 2º Cabe aos governos estaduais a verificação da poluição e a tomada de providências para coibi-la.

§ 3º O Governo Federal supervisionará o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Art 38. É proibido o lançamento de óleos e produtos oleosos nas águas determinadas pelo órgão competente, em conformidade com as normas internacionais.

TÍTULO II

Dos Aparelhos de Pesca e sua Utilização

Art 39. A SUDEPE competirá a regulamentação e controle dos aparelhos e implementos de toda natureza suscetíveis de serem empregados na pesca, podendo proibir ou interditar o uso de quaisquer desses petrechos.

TÍTULO III

Da Pesca Subaquática

Art 40. O exercício da pesca subaquática será restringido a membros de associações que se dediquem a esse esporte, registrados na forma do presente Decreto-lei.

Parágrafo único. Os pescadores profissionais, devidamente matriculados, poderão dedicar-se à extração comercial de espécies aquáticas, tais como moluscos, crustáceos, peixes ou algas, por meio de aparelhos de mergulho de qualquer natureza.

TÍTULO IV

Da Pesca e Industrialização de Cetáceos

Art 41. Os estabelecimentos destinados ao aproveitamento de cetáceos em terra, denominar-se-ão Estações Terrestres de Pesca da Baleia.

Art 42. A concessão para a construção dos estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, será dada a pessoa jurídica de comprovada idoneidade financeira, mediante apresentação de plano completo das instalações.

§ 1º No caso deste artigo, o concessionário dentro de 2 (dois) anos, deverá concluir as instalações do equipamento necessário ao funcionamento do estabelecimento;

§ 2º Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que o interessado tenha completado as instalações poderá ser concedido novo prazo até o limite máximo de 1 (um) ano, de acordo com o resultado da inspeção que a SUDEPE realizar, findo o qual caducará a concessão, caso as instalações não estejam completadas.

Art 43. A autorização para a pesca de cetáceos pelas Estações Terrestres previstas neste Decreto-lei, somente serão outorgadas se as instalações terrestres ou navios-usina desses estabelecimentos apresentarem condições técnicas para o aproveitamento total dos seus produtos e subprodutos.

Art 44. A distância entre as Estações Terrestres deverá ser no mínimo de 250 milhas.

Art 45. Os períodos e as quantidades de pesca de cetáceos serão fixados pela SUDEPE.

TÍTULO V

Dos Invertebrados Aquáticos e Algas

Art 46. A exploração dos campos naturais de invertebrados aquáticos, bem como de algas, só poderá ser feita dentro de condições que forem especificadas pela SUDEPE.

Art 47. A descoberta do campo natural de invertebrados aquáticos ou de algas deverá ser comunicada à SUDEPE no prazo de sessenta dias, discriminando-se sua situação e dimensão.

Art 48. À SUDEPE competirá também:

a) a fiscalização sanitária dos campos naturais e parques artificiais de moluscos;

b) a suspensão de exploração em qualquer parque ou banco, quando as condições o justificarem.

Art 49. É proibido fundear embarcações, ou lançar detritos de qualquer natureza, sobre os bancos de moluscos devidamente demarcados.

TÍTULO VI

Da Aquicultura e seu Comércio

Art 50. O Poder Público incentivará a criação de Estações de Biologia e Aquicultura federais, estaduais e municipais, e dará assistência técnica às particulares.

Art 51. Será mantido registro de aquicultores amadores e profissionais.

Parágrafo único. Os aquicultores profissionais, pagarão taxa anual correspondente a um quinto do salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art 52. As empresas que comerciarem com animais aquáticos ficam sujeitas a registro na SUDEPE e pagarão taxa anual equivalente a metade do salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

CAPÍTULO V

Da Fiscalização

Art 53. A fiscalização da pesca será exercida por funcionários, devidamente credenciados, os quais, no exercício dessa função, são equiparados aos agentes de segurança pública.

Parágrafo único. A esses servidores é facultado porte de armas de defesa, que lhes será fornecido pela Polícia mediante solicitação da .... SUDEPE, ou órgão com delegação de poderes, nos Estados.

Art 54. Aos servidores da fiscalização da pesca fica assegurado o direito de prender e autuar os infratores de qualquer dispositivo deste Decreto-lei.

§ 1º A autorização supra é extensiva aos casos de desacato praticado contra estes mesmos servidores;

§ 2º Sempre que no cumprimento deste Decreto-lei houver prisão de contraventor, deve ser este recolhido à Delegacia Policial mais próxima, para início de respectiva ação penal.

CAPÍTULO VI

Das Infrações e das Penas

Art 55. As infrações aos arts. 11, 13, 24, 33 § 3º, 35 alínea "e" , 46, 47 e 49, serão punidas com a multa de um décimo até a metade de um salário mínimo mensal vigente na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

Art 56. As infrações aos arts. 29 §§ 1º e 2º, 30, 33 parágrafos 1º e 2º, 34, 35 alíneas "a" e "b" , 39 e 52, serão punidas com a multa de um décimo até um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão dos petrechos e do produto da pescaria, dobrando-se a multa na reincidência.

Art 57. As infrações ao art. 35, alíneas "c" e "d" serão punidas com a multa de um a dois salários mínimos mensais vigentes na Capital da República.

Art 58. As infrações aos arts. 19, 36 e 37 serão punidas com a multa de um a dez salários mínimos mensais vigentes na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

Art 59. A infração ao art. 38 será punida com a multa de dois a dez salários mínimos vigentes na Capital da República, dobrando-se na reincidência.

§ 1º Se a infração for cometida por imprudência, negligência, ou imperícia, deverá a embarcação ficar retida no porto até solução da pendência judicial ou administrativa;

§ 2º A responsabilidade do lançamento de óleos e produtos oleosos será do comandante da embarcação.

Art 60. A infração ao art. 45 será punida com a multa de dois a dez salários-mínimos mensais vigentes na Capital da República, elevada ao dobro na reincidência.

Art 61. As infrações aos arts. 9º e 35 alíneas "c" e "d", constituem crimes e serão punidas nos termos da legislação penal vigente.

Art 62. Os autores de infrações penais cometidas no exercício da pesca ou que com esta se relacionem, serão processados e julgados de acordo com os preceitos da legislação penal vigente.

Art 63. Os infratores-presos em flagrante, que resistirem violentamente, serão punidos em conformidade com o art. 329 do Código Penal.

Art 64. Os infratores das disposições deste Capítulo, quando cometerem nova reincidência, terão suas matrículas ou licenças cassadas, mediante regular processo administrativo, facultada a defesa prevista nos arts. 68 e seguintes deste Decreto-lei.

Parágrafo único. Cassada a licença ou matrícula, nos termos deste artigo, a nova reincidência implicará na autuação e punição do infrator de acordo com o art. 9º e seu parágrafo da Lei das Contravenções Penais. Estas disposições aplicam-se igualmente àqueles que não possuam licença ou matrícula.

CAPÍTULO VII

Das Multas

Art 65. As infrações previstas neste Decreto-lei, sem prejuízo da ação penal correspondente, sujeitam os infratores ao pagamento de multa na mesma base estabelecida no Capítulo anterior.

Art 66. As multas de que cogita o artigo anterior serão impostas por despacho da autoridade competente em processo administrativo.

Art 67. Verificada a infração, os funcionários responsáveis pela fiscalização lavrarão o respectivo auto, em duas vias, o qual será assinado pelo autuante e, sempre que possível, por duas testemunhas.

Art 68. Aos infratores será concedido, para a defesa inicial, prazo de dez dias, a contar da data de autuação, sob pena de revelia, cabendo a autoridade julgadora prazo idêntico para decidir.

Art 69. Cada instância administrativa terá dez dias de prazo para julgamento dos recursos.

Art 70. Decorridas os prazos e não sendo paga a multa a dívida será inscrita e a certidão remetida ao juízo competente para cobrança executiva.

Art 71. A indenização do dano causado aos viveiros, açudes e fauna aquática de domínio público, avaliada no auto de infração, será cobrada por via administrativa ou judicial, caso não seja ressarcida.

Art 72. As rendas das licenças, multas ou taxas referentes ao exercício da pesca, serão recolhidas ao Banco do Brasil S. A. à ordem da SUDEPE, sob o título "Recursos da Pesca".

CAPÍTULO VIII

Disposições Transitórias e Estimulativas

TÍTULO I

Das Isenções em Geral

Art 73. É concedida, até o exercício de 1972, isenção do impôsto de importação, do imposto de produtos industrializados, bem como de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para a importação de embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos e respectivos sobressalentes, ferramentas dispositivos e petrechos para a pesca, quando importados por pessoas jurídicas de acordo com projetos que forem aprovados pela SUDEPE na forma das disposições regulamentares.

Art 74. Os benefícios do artigo anterior estendem-se, por igual prazo, à importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e os respectivos sobressalentes, ferramentas e acessórios, quando seja realizada por pessoas jurídicas que fabriquem bens de produção, petrechos de pesca destinados à captura, industrialização, transporte e comercialização do pescado, de acôrdo com os projetos industriais aprovados por órgão competente da Comissão do Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

Art 75. As isenções de que tratam os artigos 73 e 74 não poderão beneficiar embarcações de pesca, máquinas, equipamentos e outros produtos:

a) cujos similares produzidos no país e registrados com esse caráter, observem as seguintes normas básicas:

I - Preço não superior ao custo de importação em cruzeiros do similar estrangeiro, calculado com base no preço normal, acrescido dos tributos que incidem sobre a importação, e de outros encargos de efeito equivalente;

II - Prazo de entrega normal ou corrente para o mesmo tipo de mercadoria;

III - Qualidade equivalente e especificações adequadas.

b) enquadrados em legislação específica;

c) considerados pela SUDEPE tecnicamente obsoletos para o fim a que se destinarem.

Art 76. As pessoas jurídicas beneficiadas não poderão, sem autorização da SUDEPE, alienar ou transpassar a propriedade, uso e gozo dos bens e elementos que tiverem sido importados em conformidade ao art. 73 do presente decreto-lei.

§ 1º A SUDEPE concederá a referida autorização, de plano no caso de o novo titular ser também pessoa jurídica beneficiada pelas isenções do presente decreto-lei ou ainda quando os bens respectivos tiverem sido adquiridos, pelo menos, com 3 (três) anos de antecedência à pretendida transferência.

§ 2º Nos demais casos a SUDEPE só poderá autorizar a transferência uma vez comprovado o pagamento prévio de todos os impostos ou ônus isentados na primeira aquisição e sempre que a transferência seja uma operação ocasional da empresa interessada.

Art 77. Ficam isentas do Imposto de Produtos Industrializados até o exercício de 1972, inclusive, as embarcações de pesca, redes e partes de redes destinadas exclusivamente à pesca comercial ou à científica.

Art 78. Será isento de quaisquer impostos e taxas federais até o exercício de 1972 inclusive, o pescado industrializado ou não no país e destinado ao consumo interno ou à exportação.

Art 79. A importação de bens doados à SUDEPE por entidades nacionais, estrangeiras ou internacionais, independerá de quaisquer formalidades, inclusive licença de importação, certificado de cobertura cambial e fatura comercial.

TÍTULO II

Das Deduções Tributárias para Investimentos

Art 80. Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, gozarão até o exercício financeiro de 1972, de isenção do Imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

§ 1º O valor de qualquer das isenções amparadas por este artigo deverá ser incorporado ao capital da pessoa jurídica beneficiada, até o fim do exercício financeiro seguinte àquele em que tiver sido gozado o incentivo fiscal, isento do pagamento de quaisquer impostos ou taxas federais e mantida em conta denominada "Fundo para Aumento de Capital", a fração do valor nominal das ações ou valor da isenção que não possa ser comodamente distribuída entre os acionistas.

§ 2º A falta de integralização do capital da pessoa jurídica não impedirá a capitalização prevista no parágrafo anterior.

§ 3º A isenção de que trata este artigo só será reconhecida pela autoridade fiscal competente à vista de declaração emitida pela SUDEPE, de que o empreendimento satisfaz às condições exigidas pelo presente decreto-lei.

§ 4º O recebimento de ações, quotas e quinhões de capital, em decorrência de capitalização prevista neste artigo não sofrerá incidência do imposto de renda.

Art 81. Todas as pessoas jurídicas registradas no país, poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais, até o exercício financeiro de 1972, o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor, do imposto devido para inversão em projetos de atividades pesqueiras que a SUDEPE declare, para fins expressos neste artigo, de interesse para o desenvolvimento da pesca no país.

§ 1º As atividades pesqueiras referidas no " caput " deste artigo incluem a captura, industrialização transporte e comercialização de pescado.

§ 2º Os benefícios de que trata o " caput " deste artigo, somente serão concedidos se o contribuinte que os pretender ou a empresa beneficiária da aplicação satisfizer as demais exigências deste decreto-lei, concorrerem efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores a 1/3 (um terço) do montante dos recursos oriundos deste artigo aplicados ou investidos no projeto, devendo a proporcionalidade de participação ser fixada pelo Regulamento.

§ 3º Para pleitear os benefícios de que trata o " caput " deste artigo, a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, indicar, na sua declaração de rendimentos, que pretende obter os fatores do presente decreto lei.

§ 4º A pessoa jurídica deverá em seguida, depositar no Banco do Brasil S.A. as quantias que deduzir do seu imposto de renda e adicionais, em conta bloqueada, sem juros, que somente poderá ser movimentada após a aprovação de projeto específico na forma deste decreto-lei.

§ 5º A análise dos projetos e programas que absorvem recursos dos incentivos fiscais previstos neste decreto-lei poderá ser executada pela SUDEP ou por entidades financeiras ou técnicas que tenham contrato ou delegação da SUDEPE para a prestação deste serviço.

§ 6º Os títulos de qualquer natureza, ações, quotas ou quinhões de capital, representativos dos investimentos de correntes da utilização do benefício fiscal de que trata este artigo, terão sempre a forma nominativa e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco (5) anos, a partir da data da subscrição.

§ 7º Excepcionalmente, poderá a SUDEPE admitir que os depósitos a que se refere o " caput " deste artigo sejam aplicados no projeto beneficiado, sob a forma de créditos em nome da pessoa jurídica depositante, registrados em conta especial e somente exigíveis em prestações anuais não inferiores a 20%, cada uma, depois de expirado o prazo de 5 (cinco) anos previsto no parágrafo anterior deste artigo.

§ 8º O mesmo contribuinte poderá utilizar a dedução de que trata o " caput " deste artigo em mais de um projeto, aprovado na forma do presente decreto-lei, ou efetuar novos descontos em exercício financeiro subsequente, para aplicação no mesmo projeto.

§ 9º Verificado que a pessoa jurídica não está aplicando, no projeto aprovado, os recursos liberados, ou que este está sendo executado diferentemente das especificações com que foi aprovado, poderá a SUDEPE tornar sem efeito os atos que reconheceram o direito da empresa aos favores deste decreto-lei e tomar as providências para a recuperação dos valores correspondentes aos benefícios já utilizados.

§ 10. Conforme a gravidade da infração a que se refere o parágrafo anterior, caberão as seguintes penalidades, a critério da SUDEPE:

a) multa de até 10% (dez por cento) sobre os recursos liberados e juros legais no caso de inobservância de especificações técnicas;

b) multa mínima de 50% (cinquenta por cento) e máxima de 100% (cem por cento) sobre os recursos liberados nos casos de mudança integral da natureza do projeto ou do desvio dos recursos para aplicação em projeto ou atividade diversa da aprovada.

§ 11. No processo de subscrição do capital de empresas beneficiárias dos recursos financeiros de que trata o " caput " deste artigo.

a) não prevalecera para a pessoa jurídica depositante a exigência de pagamento de 10% (dez por cento) do capital, ou seu respectivo depósito, prevista nos incisos 2º e 3º do artigo 38, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940;

b) 50% (cinquenta por cento) pelo menos, das ações representativas da referida subscrição serão preferenciais, sem direito a voto independentemente do limite estabelecido no parágrafo único do art. 3º do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940;

§ 12. Os descontos previstos no " caput " deste artigo não poderão exceder, isolada ou conjuntamente em cada exercício financeiro, de 50% (cinquenta por cento) do valor total do imposto de renda e adicionais a que estiver sujeita a pessoa jurídica interessada.

Art 82. A SUDEPE poderá firmar convênio com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) objetivando simplificar a análise técnica e aprovação dos projetos e programas relacionados com atividades pesqueiras nas áreas de ação destes organismos de desenvolvimento regional, que utilizem recursos provenientes das deduções do Imposto de Renda.

Art 83. Para aplicar os recursos deduzidos na forma do art. 81 deste Decreto-lei a pessoa jurídica depositante deverá até 6 (seis) meses após a data do último recolhimento do imposto de renda que estava obrigada:

a) apresentar de conformidade com o § 5º do art. 81, dentro das normas estabelecidas pela SUDEPE, projeto próprio para investir o imposto devido;

b) ou, indicar o projeto já aprovado na forma do presente decreto-lei, para investir esses recursos.

Art 84. Se até o dia 31 de dezembro do ano seguinte à data do último recolhimento a que estava obrigada a pessoa jurídica não houver vinculada os recursos deduzidos na forma do artigo 81 deste decreto-lei, serão estes recolhidos ao Tesouro Nacional por iniciativa da SUDEPE.

Art 85. As pessoas jurídicas poderão deduzir como operacionais as despesas que:

a) efetuarem direta ou indiretamente na pesquisa de recursos pesqueiros desde que realizadas de acordo com o projeto aprovado pela SUDEPE;

b) fizerem, como doações a instituições especializadas, públicas ou privadas sem fins lucrativos para a realização de programas especiais de ensino tecnológico da pesca ou de pesquisas de recursos pesqueiros, aprovados pela SUDEPE.

Art 86. As pessoas físicas poderão abater da renda bruta de suas declarações de rendimentos, as quantias correspondentes às despesas prevista no art. 85, relativas ao ano-base do exercício financeiro em que o imposto fôr devido, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964.

Art 87. Os titulares das Delegacias do Imposto de Renda nas áreas de suas respectivas jurisdições, são também competentes para reconhecer os benefícios fiscais respectivos de que trata o presente decreto-lei.

Art 88. Ressalvados os casos de pendência administrativa ou judicial, deverão os contribuintes não ter débitos relativos a imposto de renda e adicionais para poder gozar das isenções asseguradas pelo presente decreto-lei ou aplicar os recursos financeiros deduzidos na forma do art. 81.

Art 89. As deduções do Imposto de Renda previstas neste decreto-lei e na legislação dos incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM poderão, no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas desde que não ultrapassem, no total, os seguintes limites:

a) 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, quando as deduções incluírem a aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) nas áreas da SUDAM ou SUDENE isolada ou conjuntamente;

b) 25% (vinte e cinco por cento) do imposto devido quando as deduções se destinarem unicamente, à aplicação fora das áreas da SUDAM e SUDENE.

Art 90. Ressalvadas as competências próprias de fiscalização dos tributos federais, a SUDEPE controlará o fiel cumprimento deste Decreto-lei.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais

Art 91. O Poder Público estimulará e providenciará:

a) a criação de cooperativas de pesca nos núcleos pesqueiros, ou junto às atuais Colônias de Pescadores;

b) a criação de postos e entrepostos de pesca nas principais cidades litorâneas ou ribeirinhas.

Parágrafo único. Os planos e os regulamentos dos Postos e Entrepostos de Pesca serão elaborados com a audiência da SUDEPE.

Art 92. Quando o interesse público o exigir, será determinada a obrigatoriedade da comercialização do pescado através dos postos e entrepostos de pesca.

Art 93. Fica instituído o Registro Geral da Pesca, sob a responsabilidade da SUDEPE.

Parágrafo único. O registro dos armadores de pesca e das indústrias que se dediquem à transformação e comercialização do pescado será feito mediante o pagamento de uma taxa anual correspondente a um salário mínimo mensal vigente na Capital da República.

Art 94. As Colônias de Pescadores, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, serão reorganizadas e suas atividades regulamentadas por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. Até que seja definida a nova jurisdição e regulamentado o funcionamento das Colônias de Pescadores, Federações e Confederação dos Pescadores, poderão ser destinadas, através da SUDEPE, verbas específicas no Orçamento da União, para a manutenção e execução dos programas de assistência médica e educacional, propiciados por essas entidades aos pescadores profissionais e suas famílias.

Art 95. A SUDEPE poderá doar à órgãos federais, estaduais, municipais, paraestatais e associações profissionais de pescadores, seus hospitais e materiais hospitalares ou, mediante convênios, acordos ou ajustes, outorgar a administração dos mesmos a essas entidades.

Art 96. A SUDEPE poderá fazer a revenda de embarcações, motores e equipamentos destinados à pesca e conceder empréstimo para a aquisição dos mesmos, aos pescadores individualmente, às Colônias e às Cooperativas de Pescadores.

Art 97. Fica extinta a taxa de 3% (três por cento) sobre o valor de venda do pescado nos Entrepostos e Postos de recepção, criada pelo Decreto-lei nº 9.022, de 28 de fevereiro de 1946.

Art 98. O Poder Executivo regulamentará o presente decreto-lei, no que fôr julgado necessário à sua execução.

Art 99. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados os Decretos-lei nº 794 de 19 de outubro de 1938, nº 1.631 de 27 de setembro de 1939 e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
Severo Fagundes Gomes
Roberto Campos

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.2.1967

ANEXO B – Lei no. 8.287 de 20 de dezembro de 1991

LEI Nº 8.287 - DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991 - DOU DE 23/12/91 – Revogada

Revogada pela LEI No 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003 - DOU DE 26/11/2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º O benefício do seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

§ 2º O período de proibição de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre, a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social:

I - certidão do registro de pescador profissional no Ibama emitida, no mínimo, há três anos da data da publicação desta lei;

II - atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, ou do órgão do Ibama, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, ou, em último caso, declaração de dois pescadores profissionais idôneos, comprovando:

a) o exercício da profissão na forma do art. 1º desta lei;

b) que se dedicou à atividade, em caráter ininterrupto, durante o período transcorrido entre a paralisação anterior e aquela em curso;

c) que a sua renda não é superior a Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) mensais, em valores de dezembro de 1991, a serem atualizados de acordo com a variação da TR;

III - comprovantes do pagamento da contribuição previdenciária.

Art. 3º

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta lei estará sujeito a:

I - demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II - suspensão de suas atividades profissionais, com cassação do seu registro no Ibama, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º

Art. 4º O benefício assegurado nesta lei somente poderá ser requerido a partir de 1º de janeiro de 1992.

Art. 5º

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR

Marcílio Marques Moreira

ANEXO C - Lei Nº 10.779 - de 25 de novembro de 2003

LEI Nº 10.779 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003 - DOU DE 26/11/2003

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I - registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II - comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

III - comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e

IV - atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove:

a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta Lei;

b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e

c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito:

I - a demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II - a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas seguintes hipóteses:

I - início de atividade remunerada;

II - início de percepção de outra renda;

III - morte do beneficiário;

IV - desrespeito ao período de defeso; ou

V - comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta Lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Brasília, 25 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República
Jaques Wagner
Ministro do Trabalho e Emprego

D.O.U. de 26.11.2003

ANEXO D – Lei no. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 1º (VETADO)

Art 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstas nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art 4º Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Art 5º (VETADO) CAPÍTULO II DA APLICAÇÃO DA PENA

Art 6º Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Art 7º As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando:

I - tratar-se de crime culposos ou for aplicada a pena privativa de liberdade inferior a quatro anos;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias do crime indicarem que a substituição seja suficiente para efeitos de reprovação e prevenção do crime.

Parágrafo único. As penas restritivas de direitos a que se refere este artigo terão a mesma duração da pena privativa de liberdade substituída.

Art. 8º As penas restritivas de direito são:

I - prestação de serviços à comunidade;

II - interdição temporária de direitos;

III - suspensão parcial ou total de atividades;

IV - prestação pecuniária;

V - recolhimento domiciliar.

Art 9º A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

Art 10. As penas de interdição temporária de direito são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.

Art 11. A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às prescrições legais.

Art 12. A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.

Art 13. O recolhimento domiciliar baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que deverá, sem vigilância, trabalhar, freqüentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias e horários de folga em residência ou em qualquer local destinado a sua moradia habitual, conforme estabelecido na sentença condenatória.

Art 14. São circunstâncias que atenuam a pena:

I - baixo grau de instrução ou escolaridade do agente;

II - arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou imitação significativa da degradação ambiental causada;

III - comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental;

IV - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Art 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime:

I - reincidência nos crimes de natureza ambiental;

II - ter o agente cometido a infração:

- a) para obter vantagem pecuniária;
- b) coagindo outrem para a execução material da infração;
- c) afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- d) concorrendo para danos à propriedade alheia;
- e) atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
- f) atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;
- g) em período de defeso à fauna;
- h) em domingos ou feriados;
- i) à noite;
- j) em épocas de seca ou inundações;
- l) no interior do espaço territorial especialmente protegido;
- m) com o emprego de métodos cruéis para abate ou captura de animais;
- n) mediante fraude ou abuso de confiança;
- o) mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;
- p) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;
- q) atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes;
- r) facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

Art 16. Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos.

Art 17. A verificação da reparação a que se refere o § 2º do art. 78 do Código Penal será feita mediante laudo de reparação do dano ambiental, e as condições a serem impostas pelo juiz deverão relacionar-se com a proteção ao meio ambiente.

Art 18. A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.

Art 19. A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.

Parágrafo único. A perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível poderá ser aproveitada no processo penal, instaurando-se o contraditório.

Art 20. A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela inflação, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.

Parágrafo único. Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá efetuar-se pelo valor fixado nos termos do caput, sem prejuízo da liquidação para apuração do dano efetivamente sofrido.

Art 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são:

I - multa;

II - restritivas de direitos;

III - prestação de serviços à comunidade.

Art 22. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

I - suspensão parcial ou total de atividades;

II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

§ 1º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

§ 2º A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

§ 3º A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Art 23. A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em:

I - custeio de programas e de projetos ambientais;

II - execução de obras de recuperação de áreas degradadas;

III - manutenção de espaços públicos;

IV - contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Art 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional. **CAPÍTULO III DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME.**

Art 25. Verificada a infração, serão apreendidas seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§ 3º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§ 4º Os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem. CAPÍTULO IV DA AÇÃO E DO PROCESSO PENAL

Art 26. Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública incondicionada.

Parágrafo único. (VETADO)

Art 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

Art 28. As disposições do art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei, com as seguintes modificações:

I - a declaração de extinção de punibilidade, de que trata o § 5º do artigo referido no caput, dependerá de laudo de constatação de reparação do dano ambiental, ressalvada a impossibilidade prevista no inciso I do § 1º do mesmo artigo;

II - na hipótese de o laudo de constatação comprovar não ter sido completa a reparação, o prazo de suspensão do processo será prorrogado, até o período máximo previsto no artigo referido no caput, acrescido de mais um ano, com suspensão do prazo da prescrição;

III - no período de prorrogação, não se aplicarão as condições dos incisos II, III e IV do § 1º do artigo mencionado no caput;

IV - findo o prazo de prorrogação, proceder-se-á à lavratura de novo laudo de constatação de reparação do dano ambiental, podendo, conforme seu resultado, ser novamente prorrogado o período de suspensão, até o máximo previsto no inciso II deste artigo, observado o disposto no inciso III;

V - esgotado o prazo máximo de prorrogação, a declaração de extinção de punibilidade dependerá de laudo de constatação que comprove ter o acusado tomado as providências necessárias à reparação integral do dano.

CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

SEÇÃO I - Dos Crimes contra a Fauna

Art 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

- I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;
- II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;
- III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratória e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

§ 4º A pena é aumentada de metade, se o crime é praticado:

- I - contra espécie rara ou considerada ameaçada de extinção, ainda que somente no local da infração;
- II - em período proibido à caça;
- III - durante a noite;
- IV - com abuso de licença;
- V - em unidade de conservação;
- VI - com emprego de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa.

§ 5º A pena é aumentada até o triplo, se o crime decorre do exercício de caça profissional;

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam aos atos de pesca. Art 30. Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem a autorização da autoridade ambiental competente:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art 31. Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Art 33. Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas:

I - quem causa degradação em viveiros, açudes ou estações de aquicultura de domínio público;

II - quem explora campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, sem licença, permissão ou autorização da autoridade competente;

III - quem fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica.

Art 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

I - pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II - pesca quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;

III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas.

Art 35. Pescar mediante a utilização de:

I - explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeito semelhante;

II - substâncias tóxicas, ou outro meio proibido pela autoridade competente:

Pena - reclusão de um ano a cinco anos.

Art 36. Para os efeitos desta Lei, considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.

Art 37. Não é crime o abate de animal, quando realizado:

I - em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família;

II - para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente;

III - (VETADO)

IV - por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.

SEÇÃO II DOS CRIMES CONTRA A FLORA

Art 38. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Se o crime for culposos, a pena será reduzida à metade.

Art 39. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Art 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização: Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 1º Entende-se por Unidades de Conservação as Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, Estações Ecológicas, Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas ou outras a serem criadas pelo Poder Público.

§ 2º A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.

§ 3º Se o crime for culposos, a pena será reduzida à metade.

Art 41. Provocar incêndio em mata ou floresta:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de detenção de seis meses a um ano, e multa. Art 42. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:

Pena - detenção de um a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Art 43. (VETADO)

Art 44. Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art 45. Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada por ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais:

Pena - reclusão, de um a dois anos, e multa.

Art 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Art 47. (VETADO)

Art 48. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação. Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art 49. Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. No crime culposo, a pena é de um a seis meses, ou multa.

Art 50. Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas protetora de mangues, objeto de especial preservação:

Pena - detenção, de três meses a um ano e multa.

Art 51. Comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade competente:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art 52. Penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art 53. Nos crimes previstos nesta Seção, a pena é aumentada de um sexto a um terço se:

I - do fato resulta a diminuição de águas naturais, a erosão do solo ou a modificação do regime climático;

II - o crime é cometido:

- a) no período de queda das sementes;
- b) no período de formação de vegetações;
- c) contra espécies raras ou ameaçadas de extinção, ainda que a ameaça ocorra somente no local da infração;
- d) em época de seca ou inundação;
- e) durante a noite, em domingo ou feriado.

SEÇÃO III

DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS

Art 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Se o crime é culposo:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o crime:

I - tomar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 3º Incorre nas mesmas penas previstas no parágrafo anterior quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

Art 55. Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem deixa de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

Art 56. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem abandona os produtos ou substâncias referidos no caput, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a pena é aumentada de um sexto a um terço.

§ 3º Se o crime é culposos:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art 57. (VETADO)

Art 58. Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas:

I - de um sexto a um terço, se resulta dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral;

II - de um terço até a metade, se resulta lesão corporal de natureza grave em outrem;

III - até o dobro, se resultar a morte de outrem.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo somente serão aplicadas se do fato não resultar crime mais grave.

Art 59. (VETADO)

Art 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores,

sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - detenção, de um a seis meses ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Art 61. Disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

SEÇÃO IV

DOS CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Art 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Art 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art 65. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de seis meses a um ano de detenção, e multa.

SEÇÃO V

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

Art 66. Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art 67. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Art 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa.

Art 69. Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais:

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

CAPÍTULO VI

DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâncias dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art 71. O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os seguintes prazos máximos:

I - vinte dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação;

II - trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação;

III - vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação;

IV - cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Art 72. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 6º:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total de atividades;

X - (VETADO)

XI - restritiva de direitos.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta Lei e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido por irregularidades que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do SISNAMA ou pela Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 6º A apreensão e destruição referidas nos incisos IV e V do caput obedecerão ao disposto no art. 25 desta Lei.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§ 8º As sanções restritivas de direito são:

I - suspensão de registro, licença ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Art 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

Art 74. A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art 75. O valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art 76. O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência. **CAPÍTULO VII DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

Art 77. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o Governo brasileiro prestará, no que concerne ao meio ambiente, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I - produção de prova;

II - exame de objetos e lugares;

III - informações sobre pessoas ou coisas;

IV - presença temporária da pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V - outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor ou pelos tratados de que o Brasil seja parte.

§ 1º A solicitação de que trata este artigo será dirigida ao Ministério da Justiça que a remeterá, quando necessário, ao órgão judiciário competente para decidir a seu respeito, ou a encaminhará à autoridade capaz de atendê-la.

§ 2º A solicitação deverá conter:

I - o nome e a qualificação da autoridade solicitante;

II - o objeto e o motivo de sua formulação;

III - a descrição sumária do procedimento em curso no país solicitante;

IV - a especificação da assistência solicitada;

V - a documentação indispensável ao seu esclarecimento, quando for o caso.

Art 78. Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deve ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio rápido e seguro de informações com órgãos de outros países.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 79. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Art 80. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art 81. (VETADO) Art 82. Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 12 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Gustavo Krause

RETIFICAÇÃO No D.O nº 31, de 13-2-98, Seção 1, pág. 1, ONDE SE LÊ : Lei Nº 9.605, DE FEVEREIRO DE 1998, LEIA - SE : LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.

ANEXO E - Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999

DECRETO Nº 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Capítulo VI da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, nos §§ 2º e 3º do art. 16, nos arts. 19 e 27 e nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, nos arts. 2º, 3º, 14 e 17 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, no inciso IV do art. 14 e no inciso II do art. 17 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, no art. 1º da Lei nº 7.643, de 18 de dezembro de 1987, no art. 1º da Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, no § 2º do art. 3º e no art. 8º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, nos arts. 4º, 5º, 6º e 13 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, e nos arts. 11, 34 e 46 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental e será punida com as sanções do presente diploma legal, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

Art. 2º As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restritiva de direitos; e

XI - reparação dos danos causados.

§ 1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições deste Decreto e da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 3º A multa simples será aplicada sempre que o agente, por negligência ou dolo:

I - advertido, por irregularidades, que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado por órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA ou pela Capitania dos Portos do Comando da Marinha;

II - opuser embaraço à fiscalização dos órgãos do SISNAMA ou da Capitania dos Portos do Comando da Marinha.

§ 4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até a sua efetiva cessação ou regularização da situação mediante a celebração, pelo infrator, de termo de compromisso de reparação de dano.

§ 6º A apreensão, destruição ou inutilização, referidas nos incisos IV e V do caput deste artigo, obedecerão ao seguinte:

I - os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, objeto de infração administrativa serão apreendidos, lavrando-se os respectivos termos;

II - os animais apreendidos terão a seguinte destinação:

a) libertados em seu *habitat* natural, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;

b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados; ou

c) na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o órgão ambiental autuante poderá confiar os animais a fiel depositário na forma dos arts. 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, até implementação dos termos antes mencionados;

III - os produtos e subprodutos perecíveis ou a madeira apreendidos pela fiscalização serão avaliados e doados pela autoridade competente às instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos, sendo que, no caso de produtos da fauna não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - os produtos e subprodutos de que tratam os incisos anteriores, não retirados pelo beneficiário no prazo estabelecido no documento de doação, sem justificativa, serão objeto de nova doação ou leilão, a critério do órgão ambiental, revertendo os recursos arrecadados para a preservação, melhoria e qualidade do meio ambiente,

correndo os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais à conta do beneficiário;

V - os equipamentos, os petrechos e os demais instrumentos utilizados na prática da infração serão vendidos pelo órgão responsável pela apreensão, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem;

VI - caso os instrumentos a que se refere o inciso anterior tenham utilidade para uso nas atividades dos órgãos ambientais e de entidades científicas, culturais, educacionais, hospitalares, penais, militares, públicas e outras entidades com fins beneficentes, serão doados a estas, após prévia avaliação do órgão responsável pela apreensão;

VII - tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão às expensas do infrator;

VIII - os veículos e as embarcações utilizados na prática da infração, apreendidos pela autoridade competente, somente serão liberados mediante o pagamento da multa, oferecimento de defesa ou impugnação, podendo ser os bens confiados a fiel depositário na forma dos arts. 1.265 a 1.282 da Lei nº 3.071, de 1916, até implementação dos termos antes mencionados, a critério da autoridade competente;

IX - fica proibida a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, de que trata este parágrafo, salvo na hipótese de autorização da autoridade competente;

X - a autoridade competente encaminhará cópia dos termos de que trata este parágrafo ao Ministério Público, para conhecimento.

§ 7º As sanções indicadas nos incisos VI, VII e IX do caput deste artigo serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares.

§ 8º A determinação da demolição de obra de que trata o inciso VIII do caput deste artigo, será de competência da autoridade do órgão ambiental integrante do SISNAMA, a partir da efetiva constatação pelo agente autuante da gravidade do dano decorrente da infração.

§ 9º As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - suspensão de registro, licença, permissão ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença, permissão ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

IV - perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; e

V - proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

§ 10. Independentemente de existência de culpa, é o infrator obrigado à reparação do dano causado ao meio ambiente, afetado por sua atividade.

Art. 3º Reverterão ao Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA, dez por cento dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pelo órgão ambiental federal, podendo o referido percentual ser alterado, a critério dos demais órgãos arrecadadores.

Art. 4º A multa terá por base a unidade, o hectare, o metro cúbico, o quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 5º O valor da multa de que trata este Decreto será corrigido, periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Art. 6º O agente autuante, ao lavrar o auto-de-infração, indicará a multa prevista para a conduta, bem como, se for o caso, as demais sanções estabelecidas neste Decreto, observando:

I - a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e

III - a situação econômica do infrator.

Art. 7º A autoridade competente deve, de ofício ou mediante provocação, independentemente do recolhimento da multa aplicada, majorar, manter ou minorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos nos artigos infringidos, observando os incisos do artigo anterior.

Parágrafo único. A autoridade competente, ao analisar o processo administrativo de auto-de-infração, observará, no que couber, o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 8º O pagamento de multa por infração ambiental imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios substitui a aplicação de penalidade pecuniária pelo órgão federal, em decorrência do mesmo fato, respeitados os limites estabelecidos neste Decreto.

Art. 9º O cometimento de nova infração por agente beneficiado com a conversão de multa simples em prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, implicará a aplicação de multa em dobro do valor daquela anteriormente imposta.

Art. 10. Constitui reincidência a prática de nova infração ambiental cometida pelo mesmo agente no período de três anos, classificada como:

I - específica: cometimento de infração da mesma natureza; ou

II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa.

Parágrafo único. No caso de reincidência específica ou genérica, a multa a ser imposta pela prática da nova infração terá seu valor aumentado ao triplo e ao dobro, respectivamente.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS ÀS INFRAÇÕES COMETIDAS

CONTRA O MEIO AMBIENTE

Seção I

Das Sanções Aplicáveis às Infrações Contra a Fauna

Art. 11. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por unidade com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção-CITES; e

II - R\$ 3.000,00 (três mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

§ 1º Incorre nas mesmas multas:

I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;

II - quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural; ou

III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, nos termos do § 2º do art. 29 da Lei nº 9.605, de 1998.

§ 3º No caso de guarda de espécime silvestre, deve a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas neste Decreto, quando o agente espontaneamente entregar os animais ao órgão ambiental competente.

§ 4º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 12. Introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade competente:

Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), por unidade;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES; e

III - R\$ 3.000,00 (três mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Art. 13. Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem autorização da autoridade competente:

Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), por unidade;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES; e

III - R\$ 3.000,00 (três mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Art. 14. Coletar material zoológico para fins científicos sem licença especial expedida pela autoridade competente:

Multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais), por unidade;

II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES;

III - R\$ 3.000,00 (três mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas:

I - quem utilizar, para fins comerciais ou esportivos, as licenças especiais a que se refere este artigo; e,

II - a instituição científica, oficial ou oficializada, que deixar de dar ciência ao órgão público federal competente das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.

Art. 15. Praticar caça profissional no País:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais), por unidade;

II - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES; e

III - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Art. 16. Comercializar produtos e objetos que impliquem a caça, perseguição, destruição ou apanha de espécimes da fauna silvestre:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), com acréscimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), por exemplar excedente.

Art. 17. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com acréscimo por exemplar excedente:

I - R\$ 200,00 (duzentos reais), por unidade;

II - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo I da CITES; e

III - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por unidade de espécie constante da lista oficial de fauna brasileira ameaçada de extinção e do Anexo II da CITES.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas, quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

Art. 18. Provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas, quem:

I - causa degradação em viveiros, açudes ou estações de aquicultura de domínio público;

II - explora campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, sem licença, permissão ou autorização da autoridade competente; e

III - fundeia embarcações ou lança detritos de qualquer natureza sobre bancos de moluscos ou corais, devidamente demarcados em carta náutica.

Art. 19. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

Multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 10,00 (dez reais), por quilo do produto da pescaria.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas, quem:

I - pescar espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II - pescar quantidades superiores às permitidas ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos; e

III - transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibida.

Art. 20. Pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade competente:

Multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 10,00 (dez reais), por quilo do produto da pescaria.

Art. 21. Exercer pesca sem autorização do órgão ambiental competente:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 22. Molestar de forma intencional toda espécie de cetáceo em águas jurisdicionais brasileiras:

Multa de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Art. 23. É proibida a importação ou a exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas em águas jurisdicionais brasileiras, sem autorização do órgão ambiental competente:

Multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 24. Explorar campos naturais de invertebrados aquáticos e algas, bem como recifes de coral sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Seção II

Das Sanções Aplicáveis às Infrações Contra a Flora

Art. 25. Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:

Multa de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por hectare ou fração.

Art. 26. Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por hectare ou fração, ou R\$ 500,00 (quinhentos reais), por metro cúbico.

Art. 27. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização:

Multa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 28. Provocar incêndio em mata ou floresta:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por hectare ou fração queimada.

Art. 29. Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por unidade.

Art. 30. Extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais:

Multa simples de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por hectare ou fração.

Art. 31. Cortar ou transformar em carvão madeira de lei, assim classificada em ato do Poder Público, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, em desacordo com as determinações legais:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por metro cúbico.

Art. 32. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Multa simples de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais), por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas, quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

Art. 33. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação:

Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), por hectare ou fração.

Art. 34. Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por árvore.

Art. 35. Comercializar motosserra ou utilizá-la em floresta ou demais formas de vegetação, sem licença ou registro da autoridade ambiental competente:

Multa simples de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por unidade comercializada.

Art. 36. Penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 37. Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por hectare ou fração.

Art. 38. Explorar área de reserva legal, florestas e formação sucessoras de origem nativa, tanto de domínio público, quanto de domínio privado, sem aprovação prévia do órgão ambiental competente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, manejo e reposição florestal:

Multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais), por hectare ou fração, ou por unidade, estêreo, quilo, mdc ou metro cúbico.

Art. 39. Desmatar, a corte raso, área de reserva legal:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por hectare ou fração.

Art. 40. Fazer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por hectare ou fração.

Seção III

Das Sanções Aplicáveis à Poluição e a Outras Infrações Ambientais

Art. 41. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou multa diária.

§ 1º Incorre nas mesmas multas, quem:

I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para ocupação humana;

II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - dificultar ou impedir o uso público das praias;

V - lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos; e

VI - deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

§ 2º As multas e demais penalidades de que trata este artigo serão aplicadas após laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração.

Art. 42. Executar pesquisa, lavra ou extração de resíduos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença ou em desacordo com a obtida:

Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por hectare ou fração.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas, quem deixar de recuperar a área pesquisada ou explorada, nos termos da autorização, permissão, licença, concessão ou determinação do órgão competente.

Art. 43. Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º Incorre nas mesmas penas, quem abandona os produtos ou substâncias referidas no *caput*, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança.

§ 2º Se o produto ou a substância for nuclear ou radioativa, a multa é aumentada ao quádruplo.

Art. 44. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 45. Disseminar doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Art. 46. Conduzir, permitir ou autorizar a condução de veículo automotor em desacordo com os limites e exigências ambientais previstas em lei:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 47. Importar ou comercializar veículo automotor sem Licença para Uso da Configuração de Veículos ou Motor-LCVM expedida pela autoridade competente:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e correção de todas as unidades de veículo ou motor que sofrerem alterações.

Art. 47-A. Importar pneu usado ou reformado: (Artigo incluído pelo Decreto nº 3.919, de 14.9.2001)

Multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), por unidade.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena, quem comercializa, transporta, armazena, guarda ou mantém em depósito pneu usado ou reformado, importado nessas condições. (Parágrafo único incluído pelo Decreto nº 3.919, de 14.9.2001)

Art. 48. Alterar ou promover a conversão de qualquer item em veículos ou motores novos ou usados, que provoque alterações nos limites e exigências ambientais previstas em lei:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por veículo, e correção da irregularidade.

Seção IV

Das Sanções Aplicáveis às Infrações Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural

Art. 49. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I - bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; ou

II - arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 50. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 51. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 52. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo único. Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada, em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a multa é aumentada em dobro.

Seção V

Das Sanções Aplicáveis às Infrações Administrativas Contra a Administração Ambiental

Art. 53. Deixar de obter o registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, as pessoas físicas e jurídicas, que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras e à

extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 54. Deixar, o jardim zoológico, de ter o livro de registro do acervo faunístico ou mantê-lo de forma irregular:

Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 55. Deixar, o comerciante, de apresentar declaração de estoque e valores oriundos de comércio de animais silvestres:

Multa R\$ 200,00 (duzentos reais), por unidade em atraso.

Art. 56. Deixar, os comandantes de embarcações destinadas à pesca, de preencher e entregar, ao fim de cada viagem ou semanalmente, os mapas fornecidos pelo órgão competente:

Multa: R\$ 500,00 (quinhentos reais), por unidade.

Art. 57. Deixar de apresentar aos órgãos competentes, as inovações concernentes aos dados fornecidos para o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por produto.

Art. 58. Deixar de constar de propaganda comercial de agrotóxicos, seus componentes e afins em qualquer meio de comunicação, clara advertência sobre os riscos do produto à saúde humana, aos animais e ao meio ambiente ou desatender os demais preceitos da legislação vigente:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 59. Deixar, o fabricante, de cumprir os requisitos de garantia ao atendimento dos limites vigentes de emissão de poluentes atmosféricos e de ruído, durante os prazos e quilometragens previstos em normas específicas, bem como deixar de fornecer aos usuários todas as orientações sobre a correta utilização e manutenção de veículos ou motores:

Multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. As multas previstas neste Decreto podem ter a sua exigibilidade suspensa, quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade competente, obrigar-se à adoção de medidas específicas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§ 1º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de projeto técnico de reparação do dano.

§ 2º A autoridade competente pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§ 3º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo infrator, a multa será reduzida em noventa por cento do valor atualizado, monetariamente.

§ 4º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, quer seja por decisão da autoridade ambiental ou por

culpa do infrator, o valor da multa atualizado monetariamente será proporcional ao dano não reparado.

§ 5º Os valores apurados nos §§ 3º e 4º serão recolhidos no prazo de cinco dias do recebimento da notificação.

Art. 61. O órgão competente pode expedir atos normativos, visando disciplinar os procedimentos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 62. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Sarney Filho

ANEXO F - Lei 12265 1996 de 24 de julho de 1996

LEI 12265 1996 de 24/07/1996

Dispõe sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I Disposição Preliminar

Art. 1º - A fauna aquática existente em cursos d'água, lagos, reservatórios e demais ambientes naturais ou artificiais é bem de interesse comum a todos os habitantes do Estado, assegurado o direito à sua exploração, nos termos estabelecidos pela legislação em geral e por esta lei em especial.

Capítulo II

Da Pesca e da Aquicultura

Seção I Da Pesca

Art. 2º - Compreende-se por pesca a ação ou o ato tendente a capturar ou extrair seres aquáticos, susceptíveis ou não de aproveitamento com finalidade econômica ou social.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, a pesca se classifica como:

I - científica, quando praticada para fins de pesquisa, por técnicos ou cientistas devidamente autorizados;

II - desportiva, quando praticada na modalidade de competição promovida por entidade legalmente organizada, com a autorização do órgão competente e de acordo com as normas por ele estabelecidas;

III - de despesca, quando destinada à captura do produto da piscicultura e da aquicultura confinadas;

IV - amadora, quando praticada com a finalidade de lazer, autorizada pelo órgão competente;

V - de subsistência, quando praticada por pessoa carente, nas imediações de sua residência, com utilização de anzol, linha ou caniço simples e destinada ao sustento da família;

VI - profissional, quando praticada como profissão e principal meio de vida devidamente comprovado, por pescador matriculado em órgão competente, em água de domínio público ou em área de domínio privado, com o consentimento do proprietário.

Art. 4º - Fica vedada a exploração comercial do produto da pesca, excetuado o proveniente da pesca profissional e o da despesca.

Seção II

Dos Princípios e das Diretrizes da Atividade Pesqueira

Art. 5º - Nas atividades de pesca, deve-se assegurar a manutenção do ecossistema local e do equilíbrio ecológico, observados os seguintes princípios:

- I - a preservação e a conservação da biodiversidade;
- II - o cumprimento da função social e econômica da pesca;
- III - a exploração racional dos recursos pesqueiros.

Art. 6º - São diretrizes da política pesqueira do Estado:

- I - garantir a perpetuação e a reposição das espécies;
- II - disciplinar as formas e os métodos de exploração;
- III - incentivar as atividades de aquicultura;
- IV - estabelecer formas para reparação de danos;
- V - incentivar o turismo ecológico;
- VI - estimular programa de educação ambiental;
- VII - promover a pesquisa e a realização de atividade didático - científica;
- VIII - proteger a fauna e a flora aquáticas.

Seção III

Dos Aparelhos e dos Métodos

Art. 7º - O Poder Executivo estabelecerá as normas relativas à permissão, à restrição ou à proibição de aparelho, petrecho, equipamento, método ou técnica empregados na atividade pesqueira e fiscalizará os atos de pesca, a guarda, a comercialização e o transporte do produto.

Parágrafo único - O Poder Executivo estabelecerá a forma de identificação de aparelho, petrecho e equipamento de pesca licenciados.

Seção IV

Das Proibições

Art. 8º - Fica proibida a pesca:

- I - de espécie que deva ser preservada;
- II - de espécime que tenha tamanho inferior ao permitido;
- III - em quantidade superior à permitida;
- IV - em rio ou local definido pelo órgão competente;
- V - em época determinada pelo órgão competente;

- VI - em desacordo com o que dispuser o zoneamento da pesca;
- VII - com aparelho, petrecho ou substância de uso não autorizado;
- VIII - com utilização de técnica ou método não permitido.

Parágrafo único - Excetuam-se das proibições previstas neste artigo os atos de pesca para fins científicos, de controle ou de manejo de espécies, autorizados e supervisionados pelo órgão competente.

Seção V

Do Zoneamento da Pesca

Art. 9º - O Poder Executivo estabelecerá o zoneamento da pesca no Estado, com vistas ao desenvolvimento sustentável da fauna aquática.

§ 1º - O zoneamento de que trata o "caput" deste artigo será definido mediante estudo técnico, com base na sustentabilidade da pesca nos rios, trechos de rios, represas, lagoas e demais coleções d'água.

§ 2º - A definição da época e da modalidade de pesca permitida ou proibida constará em calendários e mapas de fácil interpretação pelo cidadão comum.

§ 3º - A proposta de zoneamento da pesca será precedida de audiências públicas regionais.

§ 4º - Compete ao Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM - aprovar os relatórios técnicos elaborados por instituições de comprovada competência, os calendários da pesca e os mapas do zoneamento, que serão revistos periodicamente, em intervalos de, no máximo, 5 (cinco) anos.

Seção VI

Da Aquicultura

Art. 10 - Compreende-se por aquicultura a atividade destinada a criação ou reprodução, para fins econômicos, científicos ou ornamentais, de seres animais e vegetais que tenham na água seu ambiente natural.

§ 1º - Para o exercício da aquicultura, são exigidos o registro do aquicultor e a licença expedidos pelo órgão competente.

§ 2º - Para o transporte, o uso e a exploração socio-econômica do produto da aquicultura, é exigida licença do órgão competente.

Art. 11 - Cabe ao poder público estimular a aquicultura, com a adoção das seguintes medidas:

- I - criação de centros de treinamento e orientação;
- II - criação de estações apropriadas para o fomento;
- III - incentivo à promoção de iniciativas destinadas à piscicultura.

Parágrafo único - Compete à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG - a coordenação das atividades relativas à aquicultura.

Capítulo III

Das Licenças e dos Registros

Art. 12 - Para o exercício da atividade pesqueira no Estado, é obrigatória a licença, salvo nas modalidades enumeradas nos incisos III e V do art. 3º desta lei.

§ 1º - A licença acoberta a guarda, o porte, o transporte e a utilização de aparelho, petrecho e equipamento de pesca.

§ 2º - A licença é pessoal e intransferível, e sua concessão fica sujeita ao recolhimento de emolumentos administrativos e de reposição de pesca e ao cumprimento do disposto no zoneamento da pesca.

§ 3º - A licença para a pesca profissional é específica por bacia hidrográfica.

§ 4º - São dispensados do recolhimento de emolumentos de que trata o § 3º deste artigo o menor de até 12 (doze) anos de idade, quando acompanhado de um dos pais ou responsável, o aposentado e o maior de 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo masculino, e de 60 (sessenta) anos, se do sexo feminino, que utilizem para o exercício da pesca, sem fins comerciais, linha de mão, caniço simples ou caniço com molinete, empregados com anzol simples ou múltiplo, e que não sejam filiados a clube ou associação de pesca.

§ 5º - A licença é expedida por tempo determinado e pode ser suspensa ou cancelada pelo órgão emissor, na hipótese de infração à lei ou por motivo de interesse ecológico.

§ 6º - Pode ser concedida licença especial gratuita nos casos estabelecidos no regulamento desta lei.

§ 7º - Pode ser concedida licença especial de aprendiz de pesca ao maior de 14 (quatorze) e ao menor de 18 (dezoito) anos, mediante autorização de autoridade judicial ou do representante legal do menor.

Art. 13 - Obrigam-se ao registro a pessoa jurídica especializada na fabricação de aparelho, petrecho ou equipamento de pesca de uso controlado e a pessoa física ou jurídica que explore, comercialize ou industrialize produto da pesca ou animal aquático vivo ou abatido, inclusive o ornamental.

§ 1º - Estão isentos de registro os estabelecimentos que comercializem o produto pronto para o consumo imediato, aí compreendidos bares, restaurantes e similares.

§ 2º - O registro deverá ser renovado anualmente, sendo isento de taxa o requerido para a atividade de aquicultura.

Capítulo IV

Da Fiscalização

Art. 14 - A fiscalização da pesca, em caráter preventivo e repressivo, incidirá sobre:

- I - atividade que acarrete risco e dano à fauna aquática;
- II - captura, extração, coleta, beneficiamento, conservação, transformação, transporte, armazenamento e comercialização de seres aquáticos;
- III - transporte, posse, guarda, exposição e utilização de aparelho, petrecho ou equipamento.

Parágrafo único - A fiscalização da pesca será exercida por servidor público credenciado para esse fim.

Capítulo V

Do Dano à Fauna Aquática

Art. 15 - Constitui dano à fauna aquática toda ação ou omissão que cause prejuízo ao ecossistema a ela relacionado, além das demais hipóteses previstas na legislação em vigor e, especialmente:

- I - a introdução de espécie exótica sem a autorização do órgão competente;
- II - a promoção do esvaziamento ou do secamento artificial de coleções d'água naturais ou represas, excetuados os reservatórios artificiais destinados à prática da piscicultura e a outras finalidades;
- III - a captura de espécime da ictiofauna com tamanho inferior ao permitido, ou de espécie que deva ser preservada, ou em quantidade superior à permitida, conforme previsto na legislação em vigor;
- IV - a captura de espécime da ictiofauna em local e época proibidos ou com o emprego de aparelho, petrecho, método ou técnica não permitida;
- V - a prática de ação que provoque a morte de espécime da ictiofauna, por qualquer meio ou modo, contrariando norma existente.

§ 1º - Sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis, os autores do dano ficam obrigados à reparação ambiental, por meio da reposição de espécies.

§ 2º - O Poder Executivo adotará medidas preventivas com vistas a evitar ou minimizar o risco de dano à fauna aquática.

Capítulo VI

Das Infrações e das Penalidades

Seção I

Das Infrações

Art. 16 - As infrações administrativas compreendem toda ação ou omissão que contrarie os dispositivos desta lei e seu regulamento, sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, e, em especial:

I - a captura, a guarda, o transporte, a comercialização, a industrialização, a utilização ou a inutilização de produto da pesca obtido em desacordo com esta lei e seu regulamento;

II - o transporte, a comercialização, a guarda, a posse ou a utilização de aparelho, petrecho ou equipamento de uso proibido ou sem o devido licenciamento ou registro;

III - o uso indevido do registro ou da licença;

IV - a prática de ação que provoque a morte de animal ou vegetal aquático nativo, em qualquer de suas fases de crescimento e desenvolvimento, sem autorização do órgão competente;

V - a criação de obstáculo ou impedimento para a ocorrência do fenômeno reprodutivo, por ação ou omissão;

VI - a falta de registro ou licença junto ao órgão competente;

VII - a não-apresentação de licença ou de documento de porte obrigatório, quando solicitado;

VIII - a criação de impedimento ou dificuldade para a ação de fiscalização.

Seção II

Das Penalidades

Art. 17 - A ação ou omissão contrária às disposições desta lei sujeita o infrator às penalidades a seguir relacionadas, sem prejuízo da reparação do dano ambiental, principalmente o relativo à ictiofauna, e de outras ações legais cabíveis:

I - multa de 2 (duas) até 10.000 (dez mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs -, calculada de acordo com a natureza da infração, seu grau, extensão, área e região de ocorrência, o volume, o peso, a quantidade em unidades e o valor ecológico do objeto da infração, a finalidade e as características do ato que originou a infração, a exigência de reposição ou reparação relativa ao ato, o dolo ou a culpa do infrator, bem como sua proposta ou projeto de reparação, conforme estipular o regulamento desta lei;

II - apreensão ou perda de aparelho, petrecho, equipamento ou produto da pesca;

III - interdição ou embargo da atividade;

IV - suspensão da atividade;

V - cancelamento de autorização, licença ou registro;

VI - impedimento da obtenção de licença ou de incentivo oficial.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo aplicam-se ao autor direto da infração ou àquele que, de qualquer modo, concorra para a sua prática ou dela obtenha vantagem.

§ 2º - Constatada a reincidência genérica, a multa será aplicada em dobro.

§ 3º - Constatada a reincidência específica, além da multa em dobro, sujeita-se o infrator à perda dos aparelhos, petrechos e equipamentos utilizados no ato da infração.

§ 4º - O pagamento de multa prevista nesta lei poderá ser parcelado em até 5 (cinco) vezes.

§ 5º - Será cancelado o registro, a autorização ou a licença da pessoa física ou jurídica que reincidir na infração que tenha originado pena de suspensão da atividade.

§ 6º - Será admitida, a critério do órgão competente, a conversão em despesa com a execução de projeto de reparação de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa aplicada.

§ 7º - Cabe ao órgão competente impetrar as ações administrativas pertinentes ao contencioso e à propositura das execuções fiscais, relativamente aos créditos constituídos.

Art. 18 - A infração ao disposto nesta lei e em seu regulamento será objeto de auto de infração, com indicação do fato, do seu enquadramento legal, da penalidade e do prazo de defesa.

Art. 19 - O aparelho, o petrecho ou o instrumento apreendido será encaminhado ao órgão coordenador da pesca no Estado, para destinação legal.

Art. 20 - O material apreendido não procurado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias reputar-se-á abandonado, e o órgão competente promoverá a destinação legal daquele cujo uso seja permitido.

Parágrafo único - O material apreendido considerado de uso proibido não será devolvido, cabendo ao órgão competente determinar sua destinação.

Art. 21 - O produto da pesca apreendido poderá ser doado para escolas públicas, entidades filantrópicas e outras de cunho social e sem fins lucrativos.

Capítulo VII

Dos Recursos Administrativos

Art. 22 - O autuado, independentemente de efetuar depósito ou caução, terá o prazo de 30 (trinta) dias para oferecer defesa, dirigida ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF -, protocolando-a conforme dispuser o regulamento desta lei.

Parágrafo único - Da decisão definitiva do Diretor-Geral do IEF caberá recurso, em última instância, à câmara especializada do COPAM, no prazo de 20 (vinte) dias.

Capítulo VIII

Das Receitas e suas Aplicações

Art. 23 - Os recursos provenientes da aplicação das multas e dos emolumentos previstos nesta lei serão destinados ao custeio da atividade pesqueira, aí incluídos a pesquisa, a educação, a fiscalização, a piscicultura, o repovoamento e outras atividades afins.

§ 1º - O órgão competente poderá destinar até 30% (trinta por cento) dos recursos auferidos para apoiar as atividades de aquicultura.

§ 2º - Os recursos provenientes de emolumentos de reposição de pesca serão destinados ao repovoamento de cursos d'água com espécies da ictiofauna, observados os parâmetros científicos pertinentes.

§ 3º - Percentual não superior a 40% (quarenta por cento) dos recursos auferidos destinados à reposição de pesca poderá ser utilizado no fornecimento, à iniciativa privada, de alevinos e matrizes de espécies para repovoamento dos cursos d'água, a título de incentivo.

Art. 24 - Os recursos provenientes de taxas e multas arrecadadas em todas as fases da pesca, excetuando-se os emolumentos de reposição, serão aplicados de acordo com os planos aprovados pelo COPAM, por intermédio da Câmara de Proteção da Biodiversidade.

Capítulo IX Da Educação Ambiental

Art. 25 - Os órgãos competentes criarão mecanismos que visem ao desenvolvimento integrado de programas de educação ambiental e de informação técnica, relativos à proteção e ao incremento dos recursos da fauna e da flora aquáticas no Estado.

Art. 26 - Cabe ao poder público divulgar os princípios e o conteúdo desta lei nas escolas de nível fundamental, médio e superior da rede estadual, em colônias e associações de pescadores, em órgãos ambientais, bibliotecas públicas e Prefeituras Municipais.

Capítulo X Disposições Finais

Art. 27 - Para os efeitos desta lei, considera-se órgão competente o IEF, ressalvada a competência do COPAM.

Art. 28 - O IEF firmará instrumentos de cooperação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Art. 29 - O IEF firmará com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG - instrumento por meio do qual serão implementadas as ações de fiscalização e autuação, para o cumprimento desta lei e de seu regulamento.

Art. 30 - Sem prejuízo das penalidades previstas nesta lei e em seu regulamento, aplica-se aos infratores, subsidiariamente, o disposto na

legislação em vigor e, em especial, nas Leis Federais nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 7.679, de 23 de novembro de 1988.

Art. 31 - Para a consecução dos objetivos desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, ajuste ou instrumento congênere com órgão ou entidade governamental ou não governamental da União, dos Estados e dos municípios.

Art. 32 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 33 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 27.831, de 27 de janeiro de 1988.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 24 de julho de 1996.

Eduardo Azeredo - Governador do Estado

OBSERVAÇÃO: Retificação publicada no Minas Gerais, em 03-08-96, página 9, coluna 1.

ANEXO G - Decreto 38.744 de 09 de abril de 1997

DECRETO 38744 1997 de 09/04/1997

Regulamenta a Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996, que dispõe sobre a política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado.

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 90, inciso VII, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996,

D E C R E T A:

Art. 1º - Os organismos vivos da fauna e flora aquáticas existentes nos cursos d'água, lagos, reservatórios, represas e demais ambientes aquáticos, naturais ou artificiais, no Estado de Minas Gerais, são bens de interesse comum a todos os seus habitantes, assegurando-lhes o direito de exploração com as limitações estabelecidas pela legislação em geral, através da Lei 12.265, de 24 de julho de 1996, e deste Decreto.

Parágrafo único - Compreende-se por fauna e flora aquáticas o conjunto de animais e vegetais que têm na água o seu natural meio de vida.

CAPÍTULO I
Da Pesca e da Aquicultura

Art. 2º - Compreende-se por pesca toda ação ou ato tendente à captura ou extração de espécimes da fauna e flora aquáticas.

§ 1º - Por ato tendente, entende-se toda ação preparatória, que antecede à captura ou extração de organismos aquáticos, assim considerados a aquisição, transporte, guarda e porte de aparelhos de pesca.

§ 2º - São considerados aparelhos de pesca os petrechos, equipamentos e instrumentos apropriados para uso na atividade pesqueira.

§ 3º - Por captura ou extração, entende-se a ação de retirar, colher, apreender ou apanhar, através de qualquer meio ou modo, organismos da fauna e flora aquáticas.

Art. 3º - O pescado capturado em ambiente de domínio público, de conformidade com as normas estabelecidas, será daquele que o pescar.

Art. 4º - Em ambiente de domínio privado, o ato de pescar exige a autorização do proprietário ou responsável pelo imóvel, que será também responsabilizado pelas infrações que vierem a ocorrer, cabendo-lhe as mesmas penalidades aplicáveis ao agente da infração.

§ 1º - A permissão do proprietário ou responsável pelo imóvel particular para a realização de atos de pesca em águas de domínio público não desobriga o pescador da licença expedida pelo órgão competente e das restrições contidas no ordenamento pesqueiro.

§ 2º - Por ordenamento pesqueiro, entende-se o conjunto de ações empreendidas pelo poder público, visando à exploração racional dos recursos pesqueiros, expresso em leis, decretos, atos, resoluções, deliberações normativas e portarias.

Art. 5º - A todo produto da pesca deve ser dado aproveitamento ou destinação econômica, social ou técnico-científica.

CAPÍTULO II

Das categorias de pesca

Art. 6º - A pesca classifica-se nas seguintes categorias:

I - Categoria "A" - AMADORA, realizada com a finalidade exclusiva de lazer, autorizada e licenciada pelo órgão competente, na qual é permitido o uso de anzol, chumbada, linha, vara ou caniço, molinete e embarcação, subdividindo-se em:

a) "A1" - PESCA AMADORA DESEMBARCADA, realizada sem o emprego de embarcação e na qual se utilizam, apenas, anzol, chumbada, linha, caniço ou vara, molinete, carretilha ou similar.

b) "A2" - PESCA AMADORA EMBARCADA, compreende a pesca de Categoria "A1", com o uso de embarcação sem motor.

c) "A3" - PESCA AMADORA EMBARCADA MOTORIZADA, compreende a pesca de categoria "A2", com o uso de embarcação com motor.

II - Categoria "B" - profissional, praticada como profissão e principal meio de vida, por pescador cadastrado e licenciado no órgão competente, específica para cada bacia hidrográfica no território do Estado de Minas Gerais, subdividindo-se em:

a) "B1" - PESCA PROFISSIONAL, exercida por pescador profissional, sendo permitida a utilização de anzol, linha, chumbada, vara ou caniço, espinhel, pinda ou anzol de galha, molinete ou similar e embarcação.

b) "B2" - PESCA PROFISSIONAL, exercida por aprendizes de pesca, com a utilização dos aparelhos de pesca previstos para a Categoria "B1".

c) "B3" - PESCA PROFISSIONAL TEMPORÁRIA, compreende a pesca da Categoria "B1", com a utilização de redes e tarrafas, durante o período de 1 (um) ano, a contar da publicação e vigência deste Decreto, exceto aos sábados a partir das 8:00 horas e aos domingos e feriados nacionais e estaduais.

III - Categoria "C" - SUBSISTÊNCIA, praticada por pessoas carentes, nas imediações de suas residências, em ambientes de domínio público, com a utilização de anzol, chumbada, linha e caniço e se destina ao sustento da família, com atendimento aos seguintes requisitos:

a) prova de identidade no ato da fiscalização;

b) apresentação de documento que comprove o estado de carência;

c) indicação da residência e referências para a comprovação.

IV - Categoria "D" - CIENTÍFICA, que se realiza com finalidade exclusiva de pesquisa por pessoas com qualificação técnica para tal fim, autorizadas pelo órgão competente, mediante licença especial.

V - Categoria "E" - DESPORTIVA, que se realiza para fins de competição, promovida por entidade regularmente constituída, sujeita à prévia autorização e licenciamento do órgão competente, nos termos das normas vigentes.

VI - Categoria "F" - DESPESCA, realizada por aqüicultor registrado no órgão competente e se destina a captura de produto da aquicultura confinada, para cujo exercício há isenção de taxas e custos de registro.

§ 1º - Por profissão entende-se o exercício da atividade de pesca como a ocupação principal e por principal meio de vida, a preponderância dos rendimentos financeiros percebidos pelo exercício da atividade pesqueira, devidamente comprovados.

§ 2º - O documento para comprovar o estado de carência será fundamentado em declarações de 2 (dois) vizinhos, que conste estar o interessado desempregado ou com renda familiar suficiente apenas para o sustento alimentar básico.

§ 3º - Compreende-se por imediações a distância máxima de 6 (seis) quilômetros de sua residência, quando atuando em outro município, ou em qualquer distância de sua residência, dentro da área do município onde reside.

§ 4º - As limitações para a Categoria "D" - Científica, são as estabelecidas nas respectivas licenças especiais.

§ 5º - Quando as pesquisas forem realizadas em águas de domínio público, fica o licenciado obrigado a fornecer gratuitamente cópia dos resultados ao órgão licenciador.

Art. 7º - O exercício de outra profissão regular, exceto durante os períodos de proibição da atividade de pesca, invalida automaticamente a licença de pescador profissional, devendo ser devolvida ao órgão expedidor.

Art. 8º - Fica proibida a exploração comercial do produto da pesca, excetuado o proveniente da pesca profissional e o da despesca, de conformidade com a autorização concedida pelo órgão competente.

CAPÍTULO III

Dos princípios e das diretrizes da atividade pesqueira

Art. 9º - A exploração racional sustentável dos recursos da pesca deve assegurar a manutenção do ecossistema local, do equilíbrio ecológico, observados os seguintes princípios:

I - a preservação e conservação da biodiversidade com destaque para:

a) implementação de medidas que sensibilizem os cidadãos, fazendo com que resgatem ao nível da consciência o respeito à natureza e adotem a proposta desenvolvimento sustentável;

b) ênfase na criação e aplicação de conhecimentos técnico-científicos na produção de alimentos e estudos biogenéticos;

c) adequação do exercício das atividades sócio-econômicas derivadas da pesca, propiciando um equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável da atividade;

II - o cumprimento da função social e econômica da pesca, com destaque para:

a) emprego de mão-de-obra técnica e a garantia de crescentes possibilidades de ocupação da mão-de-obra humana em zonas rurais, com melhoria na qualidade de vida do trabalhador;

b) produção de alimentos a baixo custo e de melhor qualidade;

III - a exploração racional e sustentável dos recursos pesqueiros, com destaque para:

a) implementação de pesquisas que indiquem as potencialidades regionais e orientem a exploração racional dos recursos pesqueiros, de forma compatível com a preservação ambiental;

b) substituição gradativa, seletiva e priorizada dos projetos e formas de exploração, por outros mais compatíveis com as necessidades de proteção ao ecossistema.

Art. 10 - São diretrizes da política pesqueira do Estado:

I - garantir a perpetuação e a reposição das espécies, mediante:

a) adoção de medidas restritivas ou proibitivas de captura, podendo, para tanto, o Estado, limitar ou proibir os atos de pesca, no todo ou em parte;

b) incentiva ao desenvolvimento do conhecimento científico;

c) aplicação exclusiva do Fundo de Reposição da Pesca no peixamento e repeixamento dos corpos d'água e em apoio à operacionalização e funcionamento das estações de piscicultura, objetivando o desenvolvimento das atividades de aquicultura no Estado;

II - disciplinar as formas e os métodos de exploração, cabendo ao órgão competente:

a) definir as formas e os métodos de exploração que permitam o equilíbrio e a manutenção os recursos pesqueiros;

b) regulamentar o emprego de técnicas e métodos, podendo limitá-los ou até mesmo proibí-los, face ao interesse ecológico;

III - incentivar as atividades de aquicultura, por meio da adoção de medidas de assistência técnica, social, econômica, e em especial:

a) estimular projetos na atividade de piscicultura comercial, principalmente em ambientes que possibilitem o aproveitamento de suporte já disponível;

b) criar ou apoiar estações de hidrobiologia para fomento das atividades pesqueira e de piscicultura no Estado;

IV - estabelecer as formas de reparação dos danos causados à fauna e flora aquáticas, a critério do órgão competente, sujeitando-se o infrator a:

a) recomposição do dano, da forma determinada;

b) pagamento de multa;

c) outras cominações específicas;

V - incentivar o Turismo Ecológico, por meio de programas específicos, ressaltando a importância do meio ambiente, das belezas naturais existentes e da necessidade de preservá-los;

VI - estimular Programas de Educação Ambiental, conforme o disposto no artigo 25 deste Decreto;

VII - promover a realização de pesquisas e a consequente publicação dos resultados, transmitindo os novos conhecimentos obtidos;

VIII - proteger a fauna e a flora aquáticas, de conformidade com os parâmetros estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO IV

Dos aparelhos e dos métodos

Art. 11 - Os aparelhos de pesca, métodos ou técnicas permitidos são constantes do artigo 6º deste Decreto e as licenças, registros ou autorizações, por categoria específica, conforme dispuser a legislação.

I - Os aparelhos de pesca de uso direto para captura ou extração de pescado devem ser identificados, com as seguintes especificações:

a) embarcações, consistindo no meio de transporte aquático, independentemente do comprimento, todas as que forem empregadas na realização de atividade

relativa a pesca, devendo conter o número do Registro Geral - RG do licenciado junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, em sua lateral direita, na parte superior da proa, com letras e números em cores vivas, com tamanho padrão de 10 (dez) centímetros;

b) redes de emalhar, que conterão lacre de controle e plaquetas de identificação, confeccionadas em alumínio, com formato triangular, na medida de 7 (sete) centímetros, cantos arredondados, contendo número da licença de pesca estadual, da zona autorizada e número de metros quadrados de rede estendida;

c) tarrafas, que deverão conter lacre de controle e plaquetas de identificação, confeccionadas em alumínio, com formato retangular, tamanho de 2 (dois) por 5 (cinco) centímetros, cantos arredondados, contendo o número da licença de pesca estadual e a zona autorizada, afixadas em sua parte superior;

d) espinhéis, que deverão conter lacres de controle e plaquetas de identificação, nos moldes do estabelecido para tarrafas.

II - Caniços, molinetes, linhas, anzóis e outros autorizados pelo órgão competente ficam dispensados de lacres de controle e plaquetas de identificação.

III - Os tamanhos mínimos de malha permitidos para redes e tarrafas serão estabelecidos em portarias específicas pelo órgão competente.

IV - Para efeito de mensuração das malhas de redes e tarrafas, considera-se o tamanho da malha como sendo a medida tomada entre os eixos dos nós dos ângulos opostos da malha esticada, expressos em centímetros.

CAPÍTULO V

Das proibições

Art. 12 - Exceto para fins científicos, de controle ou de manejo de espécies, autorizados e supervisionados pelo órgão competente, fica proibida a pesca:

I - no Rio Pandeiros e seus afluentes em toda a sua extensão, e no Rio das Mortes, entre a ponte do Ibitutinga e a ponte do Bezerrão, em todas as suas modalidades;

II - no Rio das Velhas e Rio Paraopeba e seus afluentes, em toda a extensão, desde as suas cabeceiras até a desembocadura no Rio São Francisco, a utilização de redes, tarrafas, espinhéis, físgas ou arpões;

III - e, ainda, em locais proibidos para o exercício da pesca profissional, com redes, tarrafas, espinhéis, físgas ou arpões:

a) os definidos e especificados no artigo 21 deste Decreto e nos constantes das normas a serem baixadas pelo órgão competente;

b) no Rio São Francisco e na sua bacia hidrográfica no trecho compreendido entre a sua nascente até 1.000 (um mil metros) abaixo da desembocadura do Ribeirão Marmelada, no Município de Abaeté, e 1.000m (um mil metros) a montante e a jusante da Barragem de Três Marias;

c) nos cursos d'água formadores da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, a 500m (quinhentos metros) a montante e a jusante das barragens e num raio mínimo de 200m (duzentos metros) com centro na desembocadura dos cursos d'água formadores dos reservatórios;

IV - em desacordo com o estabelecido no zoneamento da pesca;

V - de espécies que devem ser preservadas, assim compreendidas as constantes nas listas oficiais e as que estiverem protegidas pelas normas em vigor, segundo critérios técnicos, culturais, históricos e científicos;

VI - de espécimes que tenham tamanho inferior ao mínimo permitido para pesca.

a) São tamanhos mínimos permitidos para captura em águas públicas:

	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	TAMANHO MÍNIMO EM CENTÍMETRO
a	Cascudo Acari	Rhinelepis aspera	30
b	Corvina	Pachyurus francisci	30
c	Corvina de água doce ou Pescada do Piauí	Plagioscion squamosissimus	30
d	Curimatã - Piôa	Prochilodus affinis	30
e	Curimatã - Pacu zulega	Prochilodus margravi	40
f	Curimba - Curimbata	Prochilodus scrofa (lineatus, P. Platensis)	30
g	Dourado	Salminus brasiliensis - Salminus maxillossus	60
h	Jaú	Pauliceia latkeni	90
i	Mandi-amarelo	Pimelodus maculatus	20
j	Mandiaçu	Duoplatinus tacniatus	30
l	Matrinxã	Brycon lundii	25
m	Pacamã	Lophiosiburus alexandrii	40
n	Pacu	Piaracatus Mesopotamicus	30
o	Pacu-caranha	Colossoma mitrei	40
p	Piracanjuba	Triurobrycon lundii	30
q	Piracanjuba	Brycon hilarii	40
r	Piau	Leoporinus aff obtusideus	25
s	Piau treis-pintas	Leporinus reinhardti	25
t	Piau verdadeiro	Leporinus elongatus	30
u	Surubim-Pintado	Pseudoplatystoma coruscans e fasciatum	80
v	Traíra	Hoplias malabaricus	30
x	Tabarana	Salminus hilarii	30

b) As espécies constantes da relação e outras que vierem a integrá-la, através de atos normativos do órgão competente, deverão constar de cartazes coloridos, com reproduções nítidas, nome vulgar e científico, época e regime de reprodução e bacias hidrográficas de incidência, devendo ser emitidos a todos os órgão de fiscalização, escolas, bibliotecas públicas, estabelecimentos que fiscalizam ou comercializam pescado e outros locais apropriados para a divulgação.

c) Para efeito de mensuração, define-se o comprimento total como sendo a distância tomada entre a ponta do focinho e a extremidade da nadadeira caudal.

d) Nos casos em que houver peixes aparados, a parte medida deverá possuir tamanho mínimo igual ou superior à definida.

e) Ficam proibidos a guarda, a posse, o depósito e o transporte de pescado quando estiverem totalmente seccionados, impossibilitando a constatação de seu tamanho, bem como peixes sem couro ou escamas, dificultando a sua identificação;

VII - em quantidade superior à permitida, ficando estabelecidos os seguintes limites por pescador, para o exercício da pesca no Estado:

a) para a pesca amadora em ambiente de domínio público, será de 15 (quinze) quilogramas e mais um exemplar de qualquer tamanho, respeitada a mensuração mínima, em épocas comuns, e 5 (cinco) quilos mais um exemplar, nos períodos defeso ou de reprodução;

b) para a pesca de subsistência permite-se a captura de até 3 (três) quilogramas, mais um exemplar de qualquer tamanho, em qualquer época, respeitando-se as restrições legais impostas;

c) para os demais tipos de pesca, conforme vier a regulamentar o órgão competente;

d) o limite para o transporte de produtos de pesca é o mesmo estabelecido para captura, devendo ser transportado junto com o pescador, que apresentará a respectiva licença de pesca e documento de identidade;

e) para o transporte e a comercialização do pescado, originário da pesca profissional ou da despesca, o produto deve estar devidamente acobertado por documentos fiscais ou de controle, conforme o disposto na legislação específica;

VIII - em épocas determinadas pelo órgão competente e em especial;

a) durante as épocas em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução, estipuladas entre os meses de setembro e março como de proteção às espécies de piracema, em período nunca inferior a 4 (quatro) meses, conforme especificar o órgão competente;

b) durante os períodos de desova, ou defeso de reprodução nas épocas estabelecidas, com base em critérios técnicos;

IX - com aparelhos de pesca de uso não autorizado:

a) os aparelhos de pesca de uso autorizado são os especificados para cada categoria de pesca, conforme estabelecerem as normas regulamentares;

b) são aparelhos de pesca de uso proibido todos aqueles não autorizados expressamente neste Decreto e nas licenças, os constantes no artigo 21 deste Decreto e os que vierem a ser proibidos em regulamentação posterior pelo órgão competente;

X - com substâncias de uso não permitido, assim consideradas as constantes e especificadas no artigo 21 deste Decreto e as que vierem a ser proibidas em normas oriundas do órgão competente;

XI - com a utilização de técnicas ou métodos não autorizados, assim sendo os definidos no artigo 21 deste Decreto, os que não estiverem contemplados nas licenças e os que vierem a ser também assim considerados pelo órgão competente;

XII - sem licença ou autorização de quem de direito, constituindo infração a prática da pesca no território do Estado, em desacordo com as prescrições estabelecidas para as categorias constantes no artigo 6º, e o não atendimento aos requisitos complementares especificados no artigo 21, ambos deste Decreto, com as respectivas sanções, sem prejuízo para os efeitos de outras normas legais.

CAPÍTULO VI

Do Zoneamento da Pesca

Art. 13 - O zoneamento da pesca tem por base as principais bacias hidrográficas do Estado, podendo ser agrupadas ou subdivididas para efeito de

exploração pesqueira, conforme as características locais, em benefício da sustentabilidade da atividade.

I - Caberá ao órgão competente a definição da época e da modalidade de pesca permitida ou proibida, elaborando calendários e mapas de fácil compreensão pelo cidadão comum, revistos periodicamente em intervalos de no máximo 5 (cinco) anos, sujeitos a aprovação pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.

II - Por bacia hidrográfica entende-se o rio principal, seus formadores, afluentes, lagoas marginais, alagados, alagadiços, lagos ou poços naturalmente formados, que recebam água dos rios em caráter permanente ou temporário.

III - As principais bacias hidrográficas são as seguintes:

BACIA HIDROGRÁFICA	ÁREA TOTAL (Km ²)	ÁREA EM MINAS (Km ²)	GERAIS %
-----Rio			
São Francisco	634.000	233.600	36,8
Rio Grande	143.000	86.500	60,7
Rio Paranaíba	222.711	71.600	32,1
Rio Doce	82.000	70.790	86,0
Rio Jequitinhonha	69.997	65.520	93,6
Rio Paraíba do Sul	57.000	21.300	37,5
Rio Mucuri	15.100	14.300	94,7
Rio Pardo	32.050	13.000	40,6
Rio São Mateus	13.055	5.760	44,1
Rio Itanhaém	6.193	1.450	23,4
Rio Camanducaia (Tietê)	71.610	1.138	1,6
Rio Jucuruçu	5.840	900	15,4
Rio Itabapoana	4.895	650	13,3
Rio Buranhém	2.820	330	11,7
Peruípe	4.800	48	0,1

IV - O zoneamento da pesca estabelecido por este Decreto será precedido de audiências públicas regionais.

V - Tendo em vista o interesse ecológico, as condições dos recursos naturais, as belezas cênicas e a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, o órgão competente poderá estabelecer normas específicas para as bacias hidrográficas, de conformidade com as condições climáticas ou índices pluviométricos e épocas de incidência, as espécies existentes e as condições de "habitat", ouvida a Câmara de Proteção da Biodiversidade – CPB do COPAM.

VI - À CPB, constituída por representantes dos órgãos públicos e sociedade civil organizada envolvidos na questão, competirá:

- a) estabelecer formas de controle para a proteção da fauna e flora aquáticas;
- b) propor ou apreciar normas relativas à introdução de espécies exóticas ou estranhas às bacias hidrográficas;
- c) deliberar sobre a introdução de espécies, mediante a avaliação prévia do impacto sobre o equilíbrio ecológico do ambiente considerado;
- d) apreciar, julgar, homologar ou aplicar penalidades nos casos que extrapolem a capacidade da fiscalização;
- e) apreciar e deliberar sobre recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pela fiscalização.

Art. 14 - No contexto do zoneamento por bacias hidrográficas, ficam criadas as seguintes categorias de áreas de proteção ambiental da fauna e flora aquáticas, e estabelecidas as seguintes condicionantes:

I - Reservas Biológicas, assim entendidas as áreas que, em razão de sua localização ou condições especiais de habitabilidade, de abrigo ou refúgio, abrigam exemplares da fauna e flora aquáticas, que constituirão reservas biológicas,

nas quais é vedado provocar modificações no meio ambiente, o exercício da atividade pesqueira ou qualquer forma de molestamento dos integrantes da fauna e da flora aquáticas, ressalvadas as atividades técnico-científicas previamente autorizadas pela CPB do COPAM;

II - Áreas de Preservação Permanente, assim consideradas as que contiverem locais onde é proibido o exercício da pesca, podendo ser permitida a realização de trabalhos técnico-científicos e de manejo e a realização de turismo ecológico, devidamente autorizado pela CPB do COPAM;

III - Áreas de Proteção Ambiental, de domínio público ou privado, assim definidas pelo interesse que representam para a sociedade, a fim de assegurar o bem estar da população e manutenção das espécies, permitindo-se a exploração racional sustentável, de acordo com a legislação em vigor, excetuando os locais de risco para o executor ou para o empreendedor, definidos como áreas de segurança.

§ 1º - A exploração do turismo ecológico, com inobservância às normas estabelecidas pela CPB do COPAM, constitui infração sujeita às penalidades estabelecidas neste Decreto.

§ 2º - A obtenção do registro para o desenvolvimento de empreendimentos com atividades econômicas ou de lazer envolvendo a prática de pesca fica condicionada à adoção de medidas de proteção e prevenção de acidentes, à colocação de placas indicativas, bóias, cordões de isolamento, além da satisfação das demais normas em vigor.

§ 3º - Nas áreas de domínio privado, mediante manifestação dos proprietários, poderão ser criadas áreas de proteção ambiental, com averbação no Cartório de Registro de Imóveis, para se habilitarem aos benefícios previstos pela legislação pertinente.

CAPÍTULO VII

Da Aquicultura

Art. 15 - Compreende-se por aquicultura a atividade destinada à criação ou reprodução para fins econômicos, de subsistência, científicos ou ornamentais de seres animais e vegetais que tenham na água o seu natural meio de vida, cuja gestão, no âmbito do Estado, na respectiva esfera de atribuições, compete:

I - à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER/MG o fomento e a coordenação das atividades de assistência técnica e apoio à produção, em todas as fases do processo, com atendimento prioritário a cooperativas municipais, associações de pescadores e produtores rurais;

II - ao Instituto Estadual de Florestas - IEF o registro e a autorização das atividades, ouvida a CPB do COPAM, a verificação do cumprimento das condicionantes ambientais,

fiscalização da produção e aplicação de sanções decorrentes;

III - ao Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - DRH/MG a autorização para uso da água, ficando condicionada ao estabelecimento de medidas preventivas de proteção aos organismos aquáticos vivos já existentes no local.

Parágrafo único - O fomento às atividades de aquicultura compreende apoio a todas as iniciativas do gênero e em especial para a melhoria da produtividade nas estações de piscicultura já existentes e para a criação de novas unidades, destinadas à produção de matrizes, larvas ou alevinos.

Art. 16 - O estabelecimento da aquicultura está condicionado a processo junto ao IEF, com encaminhamento automático ao DRH/MG, FEAM e EMATER/MG, cabendo ao interessado o acompanhamento da tramitação e o atendimento às exigências, para a obtenção do registro e autorização.

§ 1º - As obrigações estabelecidas para os aquicultores aplicam-se também aos que já estiverem em atividade na vigência deste Decreto, sujeitando-se ao prazo regulamentar para a obtenção do registro e autorização para funcionamento.

§ 2º - Para a circulação de produtos da aquicultura é exigida a Guia de Controle de Origem - GCO, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão competente e documentação fiscal, segundo seu enquadramento na legislação tributária.

CAPÍTULO VIII

Das Licenças e dos Registros

Art. 17 - Para o exercício da atividade pesqueira no Estado, é obrigatória a licença, pessoal e intransferível, consistindo em uma permissão ou autorização para o exercício das atividades, sendo exigida para o exercício da pesca, bem como para a guarda, porte, transporte e utilização de aparelhos de pesca e de pescados, observando-se o seguinte:

I - para o acobertamento da atividade, é obrigatória a apresentação da Licença de Porte e Uso de Aparelhos, acompanhada de documento de identidade no ato da fiscalização, exceto para o exercício das atividades nas Categorias Despesca e Subsistência.

II - A licença ao interessado será fornecida, mediante o pagamento da taxa de porte e uso de aparelhos, de Emolumentos de Reposição da Pesca - ERP e dos custos administrativos, comprovação de estar quite com o órgão competente, além da satisfação das demais exigências, ficando estabelecido para efeito de cálculo os seguintes valores de taxa em UFIR:

Categorias/ Acréscimos	Taxa de Porte e Uso de Aparelhos	Emolumento de Reposi- ção da Pesca	Aparelhos
A.1	5,00	5,00	Previstos para A.1
A.2	10,00	10,00	A.1 + barco sem motor
A.3	15,00	15,00	A.1 + barco moto-

			rizado
B.1	15,00	15,00	Previstos para B.1
B.2	5,00	5,00	Previstos para B.1
B.3	15,00 0,06 p/ m2 6,00 p/uni- dade 2,50 p/uni- dade	15,00 0,06 por m2 6,00 p/uni- dade 2,50 p/uni- dade	Acrescida de m2 rede Rede Tarrafa Espinhel
C	Isento	Isento	Até 3 varas
D	Isento	Isento	Conforme licença
E	15,00	15,00	A.1 + barco motori- zado
F	Isento	Isento	Conforme registro

III - Os valores constantes da tabela de taxa de porte e uso e de emolumentos de reposição da pesca serão cobrados de forma cumulativa, de acordo com a categoria e os aparelhos de pesca autorizados, e serão depositados em contas distintas.

IV - As despesas decorrentes dos formulários, lacres e plaquetas de identificação utilizados no processo de licenciamento correrão por conta dos interessados, conforme normas do órgão competente.

V - Serão gratuitas as licenças para o exercício da pesca sem fins comerciais, para os aposentados, os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo masculino, ou de 60 (sessenta) anos, se do sexo feminino e os menores de 12 (doze) anos, desde que não sejam filiados a clubes, colônias ou associações de pesca.

VII - A isenção do pagamento de taxa relativa ao porte e uso de aparelhos de pesca e de emolumentos de reposição da pesca para uso nas atividades de despesca nas estações de piscicultura não desobriga o empreendedor da apresentação de documentos à fiscalização, comprovando a origem do pescado.

VIII - Para a obtenção da licença de Pescador Profissional, Categoria "B", fica o interessado obrigado a apresentar os seguintes documentos:

- a) requerimento;
- b) comprovação de domicílio e residência no Estado de Minas Gerais;
- c) comprovante de contribuição previdenciária;
- d) declaração de dois pescadores profissionais licenciados e de um vizinho, confirmando o exercício da profissão;
- e) apresentação da carteira de trabalho e de declaração de que a pesca é o seu principal meio de vida.

IX - Exceto para a Categoria "D", as licenças para as atividades de pesca poderão ser obtidas através de procuradores, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) cópia autenticada da Carteira de Identidade e do CIC;
- b) carteira profissional ou comprovante de aposentadoria;

c) comprovante de endereço;

d) certidão de nascimento para os menores de 12 (doze) anos, acompanhada de autorização de representante legal.

X - Ao aprendiz de pesca maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos poderá ser concedida licença especial, mediante a apresentação de requerimento ao órgão competente, acompanhado de autorização dos pais ou responsáveis, do Juiz da Vara da Infância e Juventude e de documento que comprove a idade.

XI - O licenciado que se tornar inadimplente por um período igual ou superior a 10 (dez) dias para com o órgão competente terá sua licença cassada pelo órgão licenciador, obrigando-se a devolvê-la, sem direito a restituição dos valores pagos.

XII - Para nenhuma das Categorias de Pesca será permitida a utilização de mão-de-obra auxiliar, sendo exigida licença pessoal igualmente de todos os envolvidos.

XIII - Para o transporte de aparelhos de pesca em vias públicas, necessária se faz a apresentação da licença de porte e uso, ou a apresentação do certificado do respectivo registro, quando transportados por pescador da categoria despesca, exigindo-se, em todos os casos, plaquetas e lacres de identificação.

XIV - Fica proibido ao pescador profissional portar ou utilizar equipamentos, aparelhos, petrechos ou instrumentos de pesca profissional, quando em jornada com outras categorias de pescadores.

XV - A licença poderá ser suspensa temporariamente ou cassada, sem direito à restituição de valores pagos.

XVI - Poderá ser concedida licença especial gratuita, mediante proposta do órgão competente e aprovação pela CPB do COPAM.

Art. 18 - Obrigam-se ao registro no órgão competente:

I - a pessoa física ou jurídica que exerça atividade de aquicultura ou que produza, explore, comercialize ou industrialize produto de pesca ou animal aquático vivo, de qualquer espécie e para qualquer fim, ou que desenvolva atividade de exploração direta ou indireta dos recursos pesqueiros, incluindo suas filiais, os depósitos fechados e as câmaras de resfriamento de pescado;

II - as associações, empresas de ecoturismo, clubes e colônias de pescadores e organizações afins;

III - a pessoa física ou jurídica que fabrique ou comercialize aparelhos de pesca.

§ 1º - Para empreendimentos já existentes, o registro deverá ser feito até 90 (noventa) dias após a publicação deste Decreto; terá validade por 1 (um) ano, devendo ser renovado por igual período, sendo isento de taxas os requeridos para a atividade de aquicultura.

§ 2º - Estão desobrigados do registro os pequenos estabelecimentos que comercializam, sem exclusividade, apenas anzol, linha, vara, iscas artificiais, chumbadas, caniço simples, bem como os estabelecimentos que comercializam o produto para consumo imediato, assim compreendidos bares, restaurantes e similares.

§ 3º - O fornecimento de registro sujeita-se ao pagamento de custos administrativos, conforme estabelecer o órgão competente e taxa nos seguintes valores em UFIR, por categoria e classe:

CATEGORIA	CLASSE	VALOR
a. Fabricante e comerciante de aparelhos de pesca.	Micro empresa	12,00
b. Industrial e comerciante de produtos da pesca.	Empresa de médio porte	15,00
	Empresa de grande porte	25,00

Ambulante ou feirante	Classe única	12,00
Clube de pesca, Colônia de pescador e organizações afins		25,00
Empresa de ecoturismo		25,00
Aquicultor		Isento
-----		

§ 4º - O funcionamento sem registro implicará na interdição da atividade, apreensão e perda do pescado, sem prejuízo da aplicação de sanções pecuniárias.

§ 5º - Do comerciante de produtos da pesca é exigido afixar em local visível, e de fácil acesso ao público e funcionários, o respectivo Certificado de Registro e a tabela de mensuração com o tamanho mínimo para as espécies de peixes.

§ 6º - No caso de desativação do estabelecimento, o responsável deverá requerer o cancelamento do respectivo registro, no prazo de 30 (trinta) dias, obrigando-se ao pagamento dos débitos porventura existentes, sendo cobrada multa de 1 (uma) UFIR por dia de atraso.

CAPÍTULO IX

Da fiscalização

Art. 19 - A fiscalização compreende os procedimentos e ações levados a efeito por servidores públicos vinculados à atividade de pesca, durante todas as fases do processo de pesca, para a garantia do cumprimento das disposições normativas, protegendo em especial os direitos difusos e proporcionando condições para que o cidadão possa participar da atividade, subdividindo-se em:

I - Educativa - a difusão do contido nas regras do ordenamento pesqueiro durante o exercício da atividade e nas demais oportunidades;

II - Preventiva - a atuação desde a fabricação dos aparelhos de pesca, passando pela comercialização, porte, guarda, transporte e uso, até a sua utilização efetiva e dos produtos de pesca, desde a captura, extração, coleta, beneficiamento, conservação, transformação, transporte, armazenamento, comercialização e exposição, através da verificação e confronto com os registros, licenças ou outros documentos;

III - Repressiva - consiste na constatação de infrações e aplicação das respectivas penalidades, àqueles que infringem os dispositivos do ordenamento pesqueiro do Estado.

Parágrafo único - O órgão competente disponibilizará acesso aos bancos de dados aos demais órgãos e entidades públicas envolvidas na atividade de pesca, sobre os atos administrativos e judiciais decorrentes do exercício da fiscalização.

CAPÍTULO X

Do dano à fauna e flora aquáticas

Art. 20 - Constitui dano à fauna e flora aquáticas toda ação ou omissão que cause prejuízo ao ecossistema, além das demais hipóteses previstas nas disposições normativas em vigor, e especialmente:

- I - a introdução de espécies exóticas sem a autorização do órgão competente;
- II - o dreno, o secamento artificial de coleções d'água naturais, o esvaziamento de represas, excetuando-se os reservatórios artificiais destinados à prática de aquicultura;
- III - a captura de espécimes de fauna aquática com tamanho inferior ou superior ao permitido, bem como daquelas que devem ser preservadas;
- IV - a captura de espécimes da ictiofauna e da flora aquática, com a utilização de aparelhos de pesca, de métodos ou técnicas não permitidos;
- V - a prática de qualquer ato ou ação que provoque a morte ou prejudique a reprodução de espécies da fauna e flora aquáticas, por qualquer meio ou modo não permitido;

§ 1º - A operação de comportas de reservatórios hidráulicos fica sujeita à comunicação prévia ao agente fiscalizador mais próximo e às comunidades que poderão ser afetadas, em tempo hábil, ficando o empreendedor obrigado a adotar medidas para que da operação não resulte o perecimento de espécimes por qualquer meio ou modo.

§ 2º - Para o licenciamento ambiental de construção de novas barragens, reservatórios e represas para usinas hidrelétricas é exigida a construção de estações de hidrobiologia e elevadores ou escadas de peixe que propiciem a realização do fenômeno da piracema.

§ 3º - A construção de barragens, reservatórios e represas para os demais fins sujeitam-se ao licenciamento nos termos deste Decreto, com vistas a preservar as condições de reprodução da fauna e flora aquáticas.

§ 4º - Os autores que concorrerem direta ou indiretamente para o dano ficam obrigados à reparação ambiental, através da reposição das espécies, conforme determinação do órgão competente, sem prejuízo das penalidades administrativas.

§ 5º - O órgão competente, ouvida a CPB do COPAM, adotará medidas preventivas com vistas a evitar ou minimizar o risco de dano à fauna e flora aquáticas.

CAPÍTULO XI

Das infrações e das penalidades

Art. 21 - As infrações administrativas compreendem toda ação ou omissão que contrarie os dispositivos da Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996, e deste Decreto, com aplicação aos infratores das respectivas penalidades, conforme especificação a seguir, sem prejuízo para o disposto nas demais legislações em vigor:

CÓDIGO: 01

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Portar
- b. Transportar
- c. Guardar
- d. Utilizar

Aparelhos de pesca de uso permitido, sem licença de porte e uso ou em número excedente ao autorizado.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por aparelho de pesca sem licença ou em número excedente.

- A penalidade por transporte incidirá sobre o proprietário dos aparelhos e sobre o transportador.

- A penalidade pela guarda incidirá sobre o proprietário dos aparelhos e sobre o que realizar a guarda.

VALOR EM UFIR:

- Rede: 01 a 02 UFIR por m2 de rede estendida.
- Tarrafa: 15 a 25 UFIR por unidade.
- Molinete: 6 UFIR por unidade.
- Caniço simples ou vara: 2 a 3 UFIR.
- Embarcação: 20 a 30 UFIR por unidade.
- Motor de popa: 20 a 30 UFIR por equipamento.
- Espinhel: 5 UFIR por unidade.
- Outros: 2 a 10 UFIR.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão de todos os aparelhos de pesca.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- Pagamento da ERP, no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Pagamento das custas do transporte e armazenamento dos aparelhos apreendidos.
- Apreensão e suspensão da licença por um período mínimo de 30 dias, no caso de aparelhos excedentes.

CÓDIGO: 02

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- Portar
- Transportar
- Guardar
- Utilizar

Aparelhos de pesca de uso proibido para a categoria e para o local.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por aparelho de pesca proibido para a categoria.

- A penalidade por transporte incidirá sobre o proprietário dos aparelhos e sobre o transportador.

- A penalidade pela guarda incidirá sobre o proprietário dos aparelhos e sobre o que realizar a guarda.

VALOR EM UFIR:

- Rede: 1,5 a 3 UFIR por m2 de rede estendida.
- Tarrafa: de 20 a 30 UFIR por unidade.
- Espinhel: 5 UFIR por Unidade, acrescido de 0,5 UFIR por metro linear.
- Fisga, gancho, garateia, arpão, e aparelhos que podem causar mutilação nos peixes: 5 a 20 UFIR por aparelho.
- Covo ou jequi: 5 UFIR por unidade.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão de todos os aparelhos de pesca.
- Perda de todos os aparelhos de uso proibido.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP, no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Apreensão e cassação de licença.
- Pagamento de custas do transporte e armazenamento dos aparelhos apreendidos, que puderem ser restituídos.

CÓDIGO: 02

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: -

INCIDÊNCIA DA PENA: -

VALOR EM UFIR:

- Redes capeadas, superpostas ou de tresmalho: 2 a 3 UFIR por m2 de rede estendida.
- Pinda ou anzol de galho: 2 a 3 UFIR por aparelho.
- Pari, Tapagem ou cercada: de 50 a 100 UFIR por aparelho.
- Outros aparelhos não autorizados: de 2 a 50 UFIR por aparelho.

OUTRAS COMINAÇÕES: -

CÓDIGO: 03

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Portar
- b. Transportar
- c. Guardar
- d. Utilizar

Aparelhos de pesca de uso permitido, porém contrariando as especificações estabelecidas nas licenças.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por aparelho de pesca em desacordo.

VALOR EM UFIR:

- Redes: 1 a 2 UFIR por m2 de rede estendida.
- Tarrafa: 10 a 20 UFIR por unidade.
- Contrariando outras especificações: 2 a 20 UFIR por aparelho autorizado.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão de todos os aparelhos de pesca.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Reposição dos valores gastos com custas de transporte e armazenamento.
- Apreensão da licença e suspensão por um período mínimo de 30 dias.

CÓDIGO: 04

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Portar
- b. Transportar
- c. Utilizar

Redes, tarrafas e espinheis sem plaqueta e lacre de identificação.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por aparelho de pesca sem plaqueta e sem lacre de identificação.

VALOR EM UFIR:

- Rede: de 1 a 2 UFIR por m2 de rede estendida.
- Tarrafa: de 15 a 25 UFIR por unidade.
- Espinhel: 5 UFIR por unidade.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão de todos os aparelhos de pesca.
- Apreensão e perda do pescado.
- ERP no valor de 3 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Pagamento de custos de transporte e armazenamento.

CÓDIGO: 05

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Manter
- b. Utilizar

Em local de pesca, embarcação sem inscrição que identifique o número da licença de pesca embarcada junto ao órgão competente.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por embarcação sem inscrição.

Por embarcação com inscrição em desacordo com o estabelecido.

VALOR EM UFIR: De 20 a 30 UFIR por unidade.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão da embarcação.
- Pagamento de custos do transporte e armazenamento.
- Apreensão e suspensão da licença por um período mínimo de 30 dias.

CÓDIGO: 06

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar atos de pesca utilizando redes capeadas, de tresmalho ou superpostas.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por aparelho utilizado.

VALOR EM UFIR: 3 UFIR por m2 de rede estendida.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão de todos os aparelhos de pesca.
- Apreensão e perda das redes capeadas, de tresmalho ou superpostas.
- Apreensão e perda do pescado.
- Apreensão e cassação da licença.
- Pagamento dos custos de transporte e armazenamento dos aparelhos.
- ERP no valor de 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.

CÓDIGO: 07

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar ato de pesca com aparelhos que ultrapassem a 1/4 da largura do ambiente aquático, medido pela parte mais estreita, margem a margem, no local onde se realiza a pesca.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por aparelho que ultrapassar os limites permitidos.

VALOR EM UFIR:

- Rede: 1,5 a 2 UFIR por m2 de rede estendida.
- Espinhel: 1 UFIR por metro linear.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão de todos os aparelhos de pesca.
- Apreensão e perda do pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Pagamento de custos de transporte e armazenamento.
- Suspensão de atividades até a regularização, sendo no mínimo por 30 dias.

CÓDIGO: 08

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Utilizar redes de emalhar fixa a menos de 150 metros entre elas, no mínimo, em épocas de liberação de pesca e a menos de 200 metros, entre elas, em épocas de piracema e/ou períodos de defeso da reprodução, nos locais estabelecidos em portarias específicas.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por rede utilizada.

VALOR EM UFIR: De 1 a 2 UFIR por m2 de rede estendida que estiver excedendo os que forem permitidos.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão de todos os aparelhos de pesca.
- Apreensão e perda do pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Pagamento de custos de transporte e armazenamento.
- Suspensão de atividades até a regularização, sendo no mínimo por 30 dias.

CÓDIGO: 09

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar atos de pesca, ou lançar substâncias proibidas em cursos d'água, e em especial:

a. Substâncias tóxicas ou que em contato com a água produzam efeitos análogos.

b. Substâncias explosivas ou que em contato com a água produzam efeitos análogos.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de pesca.

Por substância utilizada.

VALOR EM UFIR: De 100 a 10.000 UFIR, de acordo com a extensão do dano.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão da substância e de todo o material utilizado.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- Reparação do dano ambiental causado.
- Impedimento de receber incentivos dos órgãos ambientais enquanto não cumprir as penalidades.
- Sujeição aos dispositivos penais estabelecidos na legislação federal.

CÓDIGO: 10

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar atos de pesca, ou lançar substâncias que alterem o índice de oxigenação da água facilitando ou concorrendo para a morte de espécimes da fauna aquática.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato realizado.

Aplica-se a penalidade quando ficar formalmente comprovada a responsabilidade pelo dano.

VALOR EM UFIR: De 100 a 10.000 UFIR, de acordo com a extensão do dano.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão da substância e dos materiais utilizados.
- Apreensão e perda do pescado.
- Reparação dos danos ambientais causados.
- Pagamento de custos dos procedimentos apuratórios dos fatos, conforme regular o órgão competente.
- Impedimento de receber incentivos dos órgãos ambientais enquanto não cumprir as penalidades.

CÓDIGO: 11

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar atos de pesca com técnicas ou métodos não autorizados, e em especial:

- a. Com artes de cerco.
- b. Com técnicas de arrasto, utilizando-se tarrafas, redes, e outros instrumentos de emalhar, que vão de encontro ao peixe.
- c. Com arte ou técnica de ferir.
- d. Com técnicas de estupeção.
- e. Com a técnica de lambada empregando-se anzóis múltiplos ou do tipo garateia.
- f. com outras técnicas não autorizadas: Portaria específica regulamentará as técnicas permitidas.

g. Permite-se o uso de anzol, linha, vara, molinete, e embarcação para a realização da técnica de currico, exceto nos períodos de piracema.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por técnica utilizada, acrescido das penalidades referentes aos aparelhos utilizados.

VALOR EM UFIR: De 5 a 50 UFIR, por técnica não autorizada, e ainda por aparelhos não autorizados, de conformidade com o estabelecido no Código 02.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão e perda de todos os aparelhos utilizados na pesca.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Cassação da licença e impedimento de receber incentivos dos órgãos ambientais enquanto não cumprir as penalidades.

CÓDIGO: 12

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar atos de pesca proibida:

- a. Nos locais estabelecidos, no inciso I, do artigo 12 deste Decreto, sob qualquer modalidade.
- b. Em bacias hidrográficas diversas das autorizadas para o exercício da pesca profissional.
- c. Nas lagoas marginais, temporárias ou permanentes e criadouros naturais sob qualquer modalidade.
- d. Num raio mínimo de 100 metros dos canais de ligação das lagoas marginais, temporárias ou permanentes, com o rio principal, sob qualquer modalidade.
- e. Num raio mínimo de 50 metros das praias e locais destinados a banhistas, para o exercício da pesca sob qualquer modalidade e num raio mínimo de 100 metros para o exercício da pesca com utilização de embarcação motorizada.
- f. Em Reservas Biológicas da Pesca e Áreas de Preservação Permanente da Pesca, sob qualquer modalidade, excetuando-se os casos previstos nos incisos I e II do Art. 14 deste Decreto.
- g. Em locais proibidos por este Decreto e nos proibidos por regulamentação do órgão competente.
- h. Nos locais especificados no inciso II. Art. 12, deste Decreto, para o exercício da pesca profissional, com redes, tarrafas e espinheis.
- i. Nos locais especificados na alínea b, inciso III, do Art. 12 deste Decreto, para o exercício da pesca profissional, com redes, tarrafas e espinheis.
- j. Nos locais especificados na alínea "c", inciso III, do Art. 12, deste Decreto, para o exercício da pesca profissional com redes, tarrafas e espinheis.
- l. Num raio mínimo de 200 metros das áreas de segurança das represas que formam reservatórios hídricos ou hidráulicos, para o exercício da pesca profissional com redes, tarrafas e espinheis e num raio mínimo de 50 metros das áreas de segurança para o exercício das demais modalidades de pesca.
- m. Nos cursos d'água cuja largura normal do espelho d'água seja igual ou inferior a 20 metros, para o exercício da pesca profissional com redes, tarrafas e espinheis.
- n. Num raio mínimo de 100 metros dos locais com vegetação aquática densa e sob estas inclusive, com quaisquer aparelhos, permitindo-se apenas o uso de anzol, linha, chumbada, caniço ou vara e molinete ou similar.
- o. A menos de 30 metros das margens das represas para a realização de atos de pesca profissional com redes e tarrafas em sentido transversal e a menos de 50 metros em sentido longitudinal.
- p. Num raio igual ou inferior a 200 metros das enseadas ou remansos nos rios, para o exercício da pesca profissional com redes, tarrafas e espinheis.
- q. Num raio mínimo de 200 metros da confluência dos rios com seus tributários ou formadores para o exercício da pesca profissional com redes, tarrafas e espinheis, e num raio mínimo de 30 metros, para todos os demais aparelhos de pesca.

r. Num raio mínimo de 200 metros das barragens hidráulicas e das escadas ou elevados para peixe, com redes, tarrafas e espinheis, e num raio mínimo de 30 metros para todos os demais aparelhos de pesca.

s. A menos de 500 metros da saída de esgotos industriais ou urbanos, ainda não tratados.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato realizado.

VALOR EM UFIR: Por ato: 10 UFIR, acrescido de:

- Redes: de 1,5 a 3 UFIR por m2 de rede estendida.
- Tarrafas: de 20 a 30 UFIR por unidade.
- Espinheis: 5 UFIR por unidade.
- Embarcação: de 20 a 30 UFIR.
- Motor de popa: de 20 a 30 UFIR.
- Molinete: 8 UFIR por unidade.
- Caniço simples, anzol e linha: 3 UFIR.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão e perda de todos os aparelhos de pesca.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Apreensão e cassação da licença e suspensão da licença, registro e autorização, até o cumprimento das penalidades, por um período mínimo de 60 (sessenta) dias.

- Impedimento de receber incentivos dos órgãos ambientais.

CÓDIGO: 13

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar atos de pesca em propriedades particulares, sem o consentimento do proprietário.

INCIDÊNCIA DA PENA: Para cada ato realizado.

VALOR EM UFIR: 20 UFIR

OUTRAS COMINAÇÕES: Sujeita-se aos dispositivos previstos nos Códigos Penal e Civil.

CÓDIGO: 14

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar atos de pesca em épocas proibidas, e em especial:

- a. Durante os períodos de piracema, para as espécies migratórias, conforme dispuser a regulamentação específica.
- b. Durante os períodos de desova, de reprodução ou defeso, em águas paradas conforme estabelecer a regulamentação do órgão competente.
- c. Durante os períodos de parada de pesca definidos na legislação.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de pesca realizado.

VALOR EM UFIR: Por ato: 10 UFIR, acrescido de:

- Redes: de 1,5 a 3 UFIR por m2 de rede estendida.
- Tarrafas: de 20 a 30 UFIR por unidade.
- Espinheis: 5 UFIR por unidade.
- Embarcação: de 20 a 30 UFIR.
- Motor de popa: de 20 a 30 UFIR.
- Molinete: 8 UFIR por unidade.
- Caniço simples, anzol e linha: 3 UFIR.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão e perda de todos os aparelhos de pesca.

- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Apreensão e cassação da licença e suspensão da licença, registro e autorização, até o cumprimento das penalidades, por um período mínimo de 1 ano, exceto para a alínea "c".
- Impedimento de receber incentivos dos órgãos ambientais.

CÓDIGO: 15

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Guardar
- b. Transportar
- c. Comercializar

Pescado sem couro ou sem escama, dificultando a sua identificação ou seccionado em partes, impedindo verificar sua mensuração, observadas as alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", do Inciso VI, Art. 12, deste Decreto.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por produto da pesca encontrado de forma irregular, incidindo a penalidade sobre o proprietário do pescado e sobre aquele que mantiver a guarda, realizar o transporte ou realizar atos de comércio.

VALOR EM UFIR: 5 UFIR por Kg de pescado sem couro ou sem escama, ou ainda seccionado, impedindo a verificação de sua mensuração.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR para cada Kg de pescado irregular.
- Apreensão e cassação da licença de pesca e registro, com suspensão das atividades até o cumprimento das penalidades, por período mínimo de 60 (sessenta) dias.

CÓDIGO: 16

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Capturar
- b. Transportar
- c. Comercializar
- d. Industrializar
- e. Adquirir
- f. Receber
- g. Armazenar
- h. Guardar
- i. Doar

Espécies que devam ser preservadas ou com tamanho inferior ao mínimo, observado o Inciso V, Alíneas "a" e "c" do Inciso VI, do Art. 12 deste Decreto e regulamentações a serem baixadas.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato praticado.

VALOR EM UFIR: 5 UFIR por Kg de pescado irregular.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 UFIR por Kg de pescado.
- Apreensão e cassação da licença ou registro.
- Impedimento de receber incentivos dos órgãos ambientais.

CÓDIGO: 17**ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:**

- a. Capturar
- b. Portar
- c. Transportar
- d. Guardar

Animais aquáticos em quantidade superior a prevista e autorizada para a Categoria, observado o Art. 6º, e o Inciso VII do Art. 12 deste Decreto e regulamentações a serem baixadas.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato praticado.

VALOR EM UFIR: 5 UFIR por Kg de pescado irregular.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 UFIR por Kg de pescado.
- Apreensão e cassação da licença ou registro por um período mínimo de 60 (sessenta) dias.
- Impedimento de receber incentivos dos órgãos ambientais até o cumprimento das penalidades.

CÓDIGO: 18**ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:**

- a. Guardar
- b. Armazenar
- c. Transportar
- d. Comercializar
- e. Industrializar
- f. Inutilizar

Produtos de pesca sem documentos que comprovem a origem, nos casos exigidos neste Decreto, em especial, os previstos no § 2º do Art. 16 e de normas a serem baixadas pelo órgão competente.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por Kg de pescado.

VALOR EM UFIR: De 3 a 5 UFIR por Kg de pescado.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas.
- Apreensão e perda de todo o pescado irregular.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado irregular.
- Apreensão e suspensão da licença ou registro até o cumprimento das penalidades, por um período mínimo de 60 dias.

CÓDIGO: 19**ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:**

- a. Dificultar
- b. Impedir

Por qualquer meio ou modo as ações fiscalizadoras desenvolvidas pelos agentes de fiscalização.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato praticado.

VALOR EM UFIR: De 20 a 200 UFIR por impedimento ou obstrução.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração.

- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Apreensão e cassação da licença, registro ou autorização por um período mínimo de 1 ano.

CÓDIGO: 20

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Não atender ao chamado dos agentes fiscalizadores, evadindo-se do local onde estava cometendo infração.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por evasão.

VALOR EM UFIR: De 10 a 50 UFIR, acrescido do valor correspondente à infração cometida.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Apreensão e cassação da licença, registro ou autorização.

CÓDIGO: 21

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- Abrigar
- Acobertar
- Dar fuga

A infratores da legislação de pesca, quando estiverem fugindo dos agentes de fiscalização ou guardando os aparelhos e produtos irregulares destes.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato praticado, incidindo a penalidade sobre o infrator e àquele que o abrigar, acobertar ou dar fuga.

VALOR EM UFIR: De 10 a 50 UFIR para cada um dos envolvidos, acrescidos para o infrator os valores das infrações cometidas.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 UFIR por Kg de pescado apreendido
- Apreensão e cassação da licença, registro ou autorização por um período mínimo de 1 ano.

CÓDIGO: 22

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- Iniciar
- Manter
- Realizar

Atividades relativas a pesca sem licença, registro ou autorização, ou deixar de renovar nos prazos estabelecidos pela legislação.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por estabelecimento.

- Terá o prazo de 30 dias para regularizar após ser notificado, sendo autuado caso não adote as providências determinadas, no prazo concedido.

VALOR EM UFIR: De 15 ufir, acrescidas de 1 UFIR por dia, até a regularização.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto câmaras frigoríficas.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- Interdição do estabelecimento até a sua regularização.

CÓDIGO: 23

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Solicitar ou obter licença, autorização ou registro para acobertar atividade de pesca, mediante apresentação de dados fraudulentos ou declarações inverídicas.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por dado fraudulento ou declaração inverídica.

VALOR EM UFIR: De 20 a 200 UFIR.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão e perda de todo o pescado.
- ERP no valor de 3 a 5 UFIR por Kg de pescado apreendido.
- Apreensão e cassação da licença, registro ou autorização, se já obtidos.
- Interdição do estabelecimento.
- Impedimento de receber incentivos de órgãos ambientais por um período de 2 anos.

CÓDIGO: 24

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Utilizar, indevidamente, para outros fins, licença, autorização ou registro de pesca.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por utilização indevida.

VALOR EM UFIR: De 10 a 50 UFIR, acrescidas da multa referente a infração que estiver sendo realizada.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- Apreensão e cassação da licença, registro ou autorização.
- Impedimento de receber incentivo dos órgãos ambientais, enquanto estiver em situação irregular.

CÓDIGO: 25

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Deixar de apresentar no ato da fiscalização, a licença de pesca, registro ou autorização e outros documentos de apresentação obrigatória.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de fiscalização.

VALOR EM UFIR: Cominações previstas em 01 por questão de licença e em 22 por questão de registro e autorização.

OUTRAS COMINAÇÕES: As previstas em 01 por questão de licença e em 22 por questão de registro e autorização.

CÓDIGO: 26

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Deixar de dar baixa junto ao órgão competente da licença de pescador profissional quando tornar-se impedido ou deixar de dar baixa no registro ou autorização quando do encerramento das atividades.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por registro ou licença, após o período de 30 dias do encerramento da atividade ou do impedimento.

VALOR EM UFIR: 1 UFIR por dia, até a regularização.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão da licença, registro ou autorização.
- Em se tratando de impedimento para o uso da licença, aplicam-se as cominações previstas para o pescador sem licença, quando continuar exercendo irregularmente a atividade.

CÓDIGO: 27

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Vender

b. Adquirir

Produtos de pesca não originário da despesca ou da pesca profissional devidamente legalizada.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de aquisição ou de venda, incidindo para o vendedor e para o comprador.

VALOR EM UFIR: De 3 a 5 UFIR por Kg de pescado comercializado.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca envolvidos.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- Apreensão da licença, registro e autorização.
- Suspensão das atividades até a regularização.

CÓDIGO: 28

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Comercializar produtos, expressamente proibidos para todas as Categorias de pesca.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de aquisição ou de venda, incidindo para o vendedor e para o comprador.

VALOR EM UFIR: De 5 a 7 UFIR por Kg de pescado comercializado.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão e perda de todo o pescado.
- Apreensão do registro e autorização.
- Suspensão das atividades até a regularização.

CÓDIGO: 29

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Deixar de dar destinação econômica ou técnico-científica aos produtos e subprodutos obtidos no exercício da pesca.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de destinação inadequada.

VALOR EM UFIR: De 10 a 50 UFIR.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão dos aparelhos de pesca envolvidos.
- Apreensão e perda de todo o pescado.
- Apreensão da licença, registro e autorização.
- Suspensão das atividades até a regularização.

CÓDIGO: 30

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Deixar de aplicar os recursos técnicos, financeiros ou materiais recebidos como incentivo ao desenvolvimento da atividade pesqueira.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de não aplicação.

VALOR EM UFIR: 30% do valor total que lhe fora destinado.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Devolução dos valores recebidos.
- Cassação do registro e autorização.
- Impedimento de receber incentivos de órgãos ambientais enquanto não cumprir as penalidades, por um período mínimo de 2 anos.

CÓDIGO: 31

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Deixar de aplicar corretamente os recursos técnicos, financeiros ou materiais recebidos como incentivo ao desenvolvimento da atividade pesqueira.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato de aplicação incorreta.

VALOR EM UFIR: 20% do valor total correspondente à aplicação incorreta.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Devolução dos valores aplicados incorretamente.

- Suspensão temporária de recebimento de incentivos de órgãos ambientais até a regularização perante o órgão competente.

CÓDIGO: 32

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES:

- a. Deixar de tomar.
- b. Impedir

Adoção de medidas de proteção à fauna e flora aquáticas.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ação ou omissão.

VALOR EM UFIR: De 50 a 5.000 UFIR, calculada de acordo com a extensão do dano.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Reparação ambiental.
- Reparação do dano.
- Impedimento de receber incentivo pelo período de 2 anos.
- Cassação da licença, registro ou autorização.

CÓDIGO: 33

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Introduzir espécies exóticas em cursos d'água, sem autorização do órgão competente.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ocorrência do fato.

VALOR EM UFIR: De 50 a 5.000 UFIR, calculadas de acordo com a extensão do dano.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Reparação ambiental.
- Reparação do dano.
- Impedimento de receber incentivo pelo período de 2 anos.
- Cassação da licença, registro ou autorização.

CÓDIGO: 34

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Realizar o lançamento de entulho ou lixo em cursos d'água ou determinar que alguém o faça.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por lançamento realizado, incidindo a penalidade sobre quem determinou e sobre o proprietário e o condutor do veículo.

VALOR EM UFIR: De 50 a 500 UFIR para cada parte que concorrer para a infração.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Reparação ambiental.
- Reparação do dano.
- Impedimento de receber incentivo pelo período de 2 anos.
- Cassação da licença, registro ou autorização.

CÓDIGO: 35

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Provocar o esvaziamento ou secamento de lagos, lagoas, reservatórios e desviar cursos d'água, causando danos ou riscos à flora e fauna aquáticas, sem estar devidamente licenciado ou autorizado pelo órgão competente.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por ato praticado.

VALOR EM UFIR: De 50 a 5.000 UFIR, calculadas de acordo com a extensão do dano.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Reparação ambiental.
- Reparação do dano.

- Impedimento de receber incentivo pelo período de 2 anos.
- Cassação da licença, registro ou autorização.

CÓDIGO: 36

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Deixar a pessoa física ou jurídica que explora atividade comercial ou turística às margens de corpos d'água, de sinalizar com bóias, cordas e placas indicativas de segurança, os locais destinados a banhistas.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por situação detectada.

VALOR EM UFIR: De 10 a 100 UFIR por autuação.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Cassação da licença, registro ou autorização.
- Interdição do estabelecimento até a satisfação das exigências e cumprimento das penalidades.

CÓDIGO: 37

ESPECIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES: Deixar de usar coletes salva-vidas quando embarcado, para a realização de atos de pesca, condições estabelecida para a obtenção da licença.

INCIDÊNCIA DA PENA: Por embarcação.

VALOR EM UFIR: De 10 a 30 UFIR.

OUTRAS COMINAÇÕES:

- Apreensão da embarcação.
- Na reincidência, cassação da licença de pesca.

CAPÍTULO XII

Da Autuação e do Processo

Art. 22 - As infrações previstas no artigo anterior serão objeto de autuação, lavrada em formulário próprio, não podendo conter emendas ou rasuras que comprometam a sua autenticidade, contendo a caracterização do fato, seu enquadramento, as penalidades e prazo de defesa.

§ 1º - As penalidades previstas no artigo anterior aplicam-se ao autor direto da infração e também àquele que de qualquer modo concorra para a sua prática ou dela obtenha vantagem.

§ 2º - O procedimento para cobrança administrativa das penalidades pecuniárias terá início com a lavratura do auto de infração.

§ 3º - Os autos de infrações lavrados serão encaminhados pelo autuante ao órgão competente para as providências decorrentes, no prazo de 7 (sete) dias, podendo ser através de lançamento em sistema específico de processamento de dados de infrações ambientais.

§ 4º - O autuado, independentemente de efetuar depósito ou caução, terá o prazo de 30 (trinta) dias para cumprir o estabelecido na penalidade ou apresentação de recurso, e no caso de indeferimento, terá um prazo de 10 (dez) dias para pagamento do débito corrigido, sob pena de incorrer em mora e ter o débito inscrito em dívida ativa.

§ 5º - Sobre os débitos vencidos, calculados em UFIR, incidirão juros de mora, de 2% (dois por cento) ao mês, calculados sobre o valor total do débito e custos administrativos para a execução do procedimento de cobrança.

§ 6º - Os débitos poderão ser parcelados em até 5 (cinco) vezes, em UFIR, obedecendo o valor mínimo de 10 (dez) UFIR, exceto a última, com o acréscimo dos custos administrativos correspondentes ao parcelamento.

§ 7º - O atraso no pagamento de mais de uma parcela acarretará a perda do benefício do parcelamento e a dívida total será considerada como vencida.

§ 8º - Até a metade do valor da multa aplicada, poderá ser utilizada diretamente na execução de projeto de reparação do respectivo dano, a critério do órgão competente.

§ 9º - Na reincidência genérica a multa será aplicada em dobro e na específica, além disso, sujeita-se o infrator à perda dos aparelhos de pesca utilizados na prática da infração.

§ 10 - As reincidências de pessoa física ou jurídica, em infração que determine a pena de suspensão da atividade, implicam no cancelamento do registro, da autorização ou da licença.

§ 11 - O pescador carente que cometer 3 (três) ou mais infrações de pesca, simultâneas ou consecutivas, e ficar inadimplente com o órgão competente, fica suspenso desta categoria por um período de 1 (um) ano, a contar da data do cometimento da última infração.

§ 12 - A defesa protocolada na sede do IEF ou em seus escritórios regionais será apreciada pela Diretoria Geral, ou por delegação pelas Comissões Regionais de Avaliação de Recursos da Pesca - CORARP, que, no caso de denegado neste nível, caberá recurso em última instância à CPB do COPAM, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da correspondência, comunicando o indeferimento do recurso.

§ 13 - Na apreciação dos recursos, no caso de parecer conclusivo pelo provimento, levar-se-á em conta, além da documentação originária, as informações complementares da autoridade que atendeu a ocorrência e formalizou a ação, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da peça de defesa, a qual será posteriormente cientificada do resultado final na hipótese de deferimento.

§ 14 - É vedada a concessão de registros, licenças, autorizações, financiamentos, bem como o atendimento com alevinos, larvas, matrizes, apoio técnico e demais serviços oferecidos pelo Poder Público, para pessoas físicas ou jurídicas em débito com o órgão competente.

§ 15 - Os processos decorrentes de aplicação de penalidades ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos no órgão competente, a contar da data do cumprimento da penalidade, ou do deferimento do recurso interposto.

CAPÍTULO XIII

Da Destinação do Material Apreendido

Art. 23 - O produto da pesca apreendido poderá ser doado para entidades sem fins lucrativos e de cunho social, preferencialmente no município onde ocorreu a apreensão, observando a seguinte prioridade:

- I - asilos;
- II - vilas vicentinas;
- III - hospitais públicos;
- IV - creches públicas;
- V - escolas públicas.

§ 1º - Se a pesca foi realizada em ambiente de domínio privado, sem consentimento de quem de direito, o produto da pesca será devolvido ao dono da propriedade.

§ 2º - No tempo de destinação do pescado constará a origem do produto, a quantidade em quilogramas, por espécie, e o destinatário dará recibo, na presença de 2 (duas) testemunhas não envolvidas na ação e estranhas ao estabelecimento beneficiado.

§ 3º - Sendo oriundos de prática de crime, os produtos da pesca deverão ser encaminhados à Delegacia de Polícia Civil, para constituir objeto de provas.

§ 4º - Aos aparelhos de pesca apreendidos na forma da legislação em vigor e desimpedidos deverá ser dada a seguinte destinação:

- a) alienação, através de leilão;
- b) devolução;
- c) inutilização;
- d) aproveitamento.

§ 5º - Os aparelhos de pesca de uso proibido serão inutilizados após deliberação de comissão composta por integrantes do órgão competente e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG, na presença de 2 (duas) testemunhas não envolvidas no processo, preenchendo-se o respectivo Boletim de Ocorrência.

§ 6º - A devolução dos aparelhos de pesca será procedida nos casos previstos em normas, mediante apresentação de documentos que comprovem a legalização dos mesmos e a não existência de débitos para com o órgão competente, ficando proibida nos casos de reincidência específica.

§ 7º - O material de uso permitido, apreendido e não reivindicado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias reputar-se-á abandonado, cabendo ao órgão competente promover a destinação devida, inclusive o aproveitamento pela administração da atividade de pesca.

§ 8º - Excetuando-se o produto da pesca, o material apreendido será etiquetado no local pelo autuante, fazendo constar do respectivo Termo de Apreensão, não podendo ser confiado a terceiros.

§ 9º - Os aparelhos de pesca apreendidos poderão permanecer sob a guarda do autuante por um período máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual serão encaminhados ao órgão competente, acompanhado da 2ª via do respectivo Termo de Apreensão e Depósito.

§ 10 - O material apreendido considerado de uso proibido, tais como covo, balaio, pari, jequi, rabudo, cercada, será inutilizado e destruído no próprio local de apreensão, lavrando-se o respectivo Termo.

CAPÍTULO XIV

Das receitas e suas aplicações

Art. 24 - Entende-se por receita todo e qualquer valor monetário arrecadado em decorrência da aplicação da Lei 12.265, de 24 de julho de 1996, em especial os valores provenientes de taxas, multas e emolumentos, dentre outros.

§ 1º - As receitas somente poderão ser recolhidas através de guias próprias, nos estabelecimentos bancários credenciados, em contas específicas a serem movimentadas pelo IEF.

§ 2º - As receitas obtidas serão aplicadas obedecendo os seguintes critérios:

a) dos recursos provenientes de Registro e de Taxa de Porte e Uso de Aparelhos de Pesca, até o limite de 30% (trinta por cento), poderão ser destinados ao fornecimento de alevinos e matrizes de espécies da ictiofauna do ecossistema considerado, de conformidade com parâmetros técnico-científicos

pertinentes para o repovoamento dos cursos d'água e apoio à atividade de aquicultura, desde que para financiamento de projetos visando à criação de centros de treinamento e orientação e de estações apropriadas para o fomento e atendimento a pescadores profissionais vinculados a colônias da categoria, filiados anteriormente à vigência deste Decreto;

b) poderá ser destinado à iniciativa privada, a título de incentivo, percentual não superior a 40% (quarenta por cento) dos recursos provenientes dos ERP, com o fornecimento de alevinos e matrizes para o atendimento prioritário a cooperativas municipais, associação de pescadores e produtores rurais, de conformidade com parâmetros técnico-científicos pertinentes para incentivo à produção confinada de pescado, conforme estabelecer o órgão competente, ouvida a CPB do COPAM;

c) o total das receitas referentes à arrecadação de multas e as relativas a Taxa de Registro e de Porte e Uso de Aparelhos de Pesca, deduzido o percentual das atividades de aquicultura, será destinado à pesquisa, educação, fiscalização, custeio e atividades afins;

d) as receitas referentes aos emolumentos e custos de operacionalização prestarão para repor os custos administrativos de emissão de documentos, lacres, impressos e outros destinados à manutenção do sistema.

§ 3º - A aplicação dos recursos provenientes de Registro, Licença, Taxa de Porte e Uso de Aparelhos, ERP e multas sujeita-se à elaboração de plano específico pelo órgão competente e aprovação da CPB do COPAM.

CAPÍTULO XV

Da educação ambiental

Art. 25 - A educação ambiental será desenvolvida de acordo com os princípios estabelecidos na Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996, e neste Decreto, contemplando além de outras as seguintes iniciativas:

I - estímulo a programas de educação ambiental para a assimilação de conhecimentos e adoção de hábitos, costumes e práticas sociais ou econômicas de cunho preservacionista;

II - elaboração de vídeos e treinamento de professores para a ampliação do conhecimento sobre a necessidade de preservação e as potencialidades do setor;

III - apoio aos estabelecimentos de ensino, com o fornecimento de material didático para a formação de consciência pública da necessidade da preservação do meio ambiente;

IV - adoção de métodos de avaliação do conhecimento da legislação de pesca, e do nível de conscientização do candidato para a obtenção da licença para a exploração dos recursos pesqueiros;

V - incentivo às iniciativas de divulgação da Lei 12.265, de 24 de julho de 1996, e sua regulamentação.

CAPÍTULO XVI

Disposições finais

Art. 26 - Considera-se órgão competente, para fins deste Decreto, o Instituto Estadual de Florestas - IEF, ressalvada a competência do COPAM.

Art. 27 - A constatação de um ou mais exemplares com características que comprovem a prática de pesca predatória é o bastante para determinar a aplicação das penalidades correspondentes ao ato irregular praticado, observados os parâmetros estabelecidos neste Decreto.

Art. 28 - Nos casos de comprovado desequilíbrio do ecossistema, com crescimento desordenado de espécies da flora e fauna aquáticas, métodos especiais de controle poderão ser estabelecidos, mediante estudo técnico e projeto aprovados pelo COPAM.

Art. 29 - O IEF firmará instrumentos de cooperação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Parágrafo único - As licenças de pesca expedidas pelo IBAMA terão validade no Estado de Minas Gerais, sujeitando-se o licenciado às limitações impostas pela Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996, e por este Decreto.

Art. 30 - Compete à PMMG atuar, isoladamente ou de forma conjunta, com as demais entidades envolvidas na atividade de pesca e aquicultura, coibindo a prática de irregularidades, fiscalizando, lavrando autos de infração, aplicando multas, interdições ou embargos e adotando outras medidas administrativas previstas na Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996, e neste Decreto.

Art. 31 - Objetivando a eficácia e harmonia do sistema de administração da pesca, será firmado convênio entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, suas entidades vinculadas e a PMMG.

Art. 32 - Além das penalidades previstas na Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996, e neste Decreto, os infratores sujeitam-se ainda às sanções cíveis, penais e outras de natureza diversa existentes no ordenamento jurídico.

Parágrafo único - Caberá ao IEF a propositura de ações na esfera judicial, civil ou administrativa para responsabilização dos infratores à legislação de pesca e aquicultura, quando o caso não configurar crime.

Art. 33 - Ao tomarem conhecimento de infrações previstas na Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996, e neste Decreto, os integrantes dos órgãos públicos envolvidos no desenvolvimento da política pesqueira do Estado de Minas Gerais devem adotar as providências cabíveis, sujeitando-se a medidas decorrentes da omissão.

Art. 34 - O IEF poderá firmar instrumentos de acordo ou cooperação com entidades públicas, para atuarem diretamente nas atividades de administração e desenvolvimento da pesca e da aquicultura, e com particulares, no que se refere a aspectos técnicos e científicos.

Art. 35 - O IEF procederá as adequações estruturais e regimentais necessárias para atendimento ao determinado neste Decreto e estabelecerá normas complementares para o exercício da atividade de pesca e aquicultura em ambientes de domínio público ou privado.

Art. 36 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 9 de abril de 1997.

Eduardo Azeredo - Governador do Estado

ANEXO H – Lei no. 14181/2002, de 17 de janeiro de 2002

LEI: 14181/2002 Data: 17/01/2002

Dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Disposição Preliminar

Art. 1º - A fauna e a flora aquáticas existentes em cursos d'água, lagos, reservatórios e demais ambientes naturais ou artificiais são bens de interesse comum a todos os habitantes do Estado, sendo assegurado o direito à sua exploração, nos termos estabelecidos pela legislação em geral e por esta Lei em especial.

CAPÍTULO II Dos Princípios e das Diretrizes das Atividades Relacionadas com a Fauna e a Flora Aquáticas

Art. 2º - Nas atividades de pesca, manejo e aquicultura, será assegurado o equilíbrio ecológico, observados os seguintes princípios:

- I - a preservação e a conservação da biodiversidade;
- II - o cumprimento da função social e econômica da pesca;
- III - a exploração racional dos recursos pesqueiros;
- IV - a precaução visando à biossegurança, como pressuposto de qualquer procedimento para a introdução de organismos geneticamente modificados;
- V - o respeito à dignidade do profissional dependente da atividade pesqueira;
- VI - a busca do desenvolvimento sustentável, caracterizado pela prudência ecológica, pela equidade social e pela eficiência econômica;
- VII - a prevenção do tráfico de matéria genética.

Art. 3º - São diretrizes da política pesqueira do Estado:

- I - garantir a perpetuação e a reposição das espécies nativas;
- II - disciplinar as formas e os métodos de exploração e comércio de pescados e petrechos de uso na pesca e na aquicultura;
- III - incentivar as atividades de fomento à aquicultura;
- IV - estabelecer as formas para reparação de danos;
- V - incentivar o turismo ecológico;
- VI - estimular a adoção de programa de educação ambiental;
- VII - promover a pesquisa e a realização de atividade didático-científica;
- VIII - proteger a fauna e a flora aquáticas;
- IX - promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural do pescador profissional e de sua família;
- X - promover a restauração dos habitats aquáticos e dos recursos pesqueiros;

- XI - monitorar permanentemente o desembarque pesqueiro;
- XII - estabelecer o período de defeso diferenciado, em conformidade com a época de reprodução, por região e por bacia hidrográfica.

CAPÍTULO III

Da Pesca

Seção I

Disposições Gerais

Art. 4º - Compreende-se por pesca a ação ou o ato tendente a capturar ou extrair seres aquáticos susceptíveis ou não de aproveitamento com finalidade econômica ou social.

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, a pesca se classifica como:

I - amadora, quando praticada com a finalidade de lazer ou recreação, autorizada pelo órgão competente;

II - profissional, quando praticada como profissão e principal meio de vida, devidamente comprovado, por pescador matriculado em órgão competente, em área de domínio público ou privado, com o consentimento do proprietário.

III - de subsistência, quando praticada por pessoa carente, nas imediações de sua residência, com a utilização de anzol, linha ou caniço simples e destinada ao sustento da família;

IV - científica, quando praticada para fins de pesquisa, por técnico ou cientista devidamente autorizado;

V - desportiva, quando praticada na modalidade de competição promovida por entidade legalmente organizada, com a autorização do órgão competente e de acordo com as normas por ele estabelecidas;

VI - despesca, quando destinada à captura do produto da aquicultura para fins de comercialização e manejo.

Art. 6º - Fica proibida a comercialização do produto da pesca, excetuado o proveniente da pesca profissional e da despesca.

Seção II

Dos Aparelhos e dos Métodos

Art. 7º - O Poder Executivo estabelecerá as normas relativas à permissão, à restrição e à proibição de aparelho, petrecho, equipamento, método ou técnica empregados na atividade pesqueira e fiscalizará os atos de pesca, a guarda, a comercialização e o transporte do produto.

Parágrafo único - O Poder Executivo estabelecerá a forma de identificação de aparelho, petrecho e equipamento de pesca licenciados.

Seção III

Das Proibições

Art. 8º - Fica proibida a pesca, observadas as normas estabelecidas pelo órgão competente:

- I - de espécie que deva ser preservada;
- II - de espécime que tenha tamanho inferior ao permitido;

- III - em quantidade superior à permitida;
- IV - - em rio ou local não permitido, conforme determinação do órgão competente;
- V - em época não permitida;
- IV - em desacordo com o que dispuser o zoneamento de pesca;
- VII - com aparelho, petrecho, substância, técnica ou método não autorizado;
- VIII - sem licença de pesca, excetuados os casos previstos na legislação em vigor.

Parágrafo único - Excetuam-se das proibições previstas neste artigo os atos de pesca para fins científicos, de controle ou de manejo de espécies, autorizados e supervisionados pelo órgão competente.

Seção IV Do Zoneamento da Pesca

Art. 9º - O Poder Executivo estabelecerá o zoneamento da pesca no Estado, com vistas ao desenvolvimento sustentável da fauna e da flora aquáticas.

§ 1º - O zoneamento de que trata o "caput" deste artigo será definido mediante estudo técnico-científico com base na sustentabilidade da pesca em rios, trechos de rios, represas, lagoas e nas demais coleções de água, podendo ser realizada por bacia hidrográfica.

§ 2º - A definição da época e da modalidade de pesca permitida ou proibida constará em calendários e mapas de fácil interpretação pelo cidadão comum.

§ 3º - A proposta de zoneamento da pesca será precedida de audiências públicas regionais.

§ 4º - Compete ao Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura, criado por esta Lei, decidir sobre a aprovação dos estudos técnicos elaborados por instituições de comprovada competência, dos calendários da pesca e dos mapas do zoneamento, que serão revistos periodicamente, em intervalos de cinco anos, no máximo.

Seção V Das Licenças e dos Registros

Art. 10 - - Para o exercício da atividade pesqueira no Estado, é obrigatória a licença emitida pelo órgão competente, salvo nas modalidades de pesca de subsistência e desportiva.

§ 1º - A licença acoberta a guarda, o porte, o transporte e a utilização de aparelho, petrecho e equipamento de pesca.

§ 2º - A licença é pessoal e intransferível, e sua concessão fica condicionada ao recolhimento de emolumentos administrativos e de reposição de pesca e ao cumprimento do disposto no zoneamento da pesca.

§ 3º - A licença para a pesca profissional é específica por bacia hidrográfica.

§ 4º - São dispensados do recolhimento dos emolumentos de que trata o § 2º deste artigo o menor de até doze anos de idade, quando acompanhado de um dos pais ou responsável, o aposentado e o maior de sessenta e cinco anos, se do sexo masculino, e de sessenta anos, se do sexo feminino, que utilizem, para o exercício da pesca sem fins comerciais, linha de mão, caniço simples ou caniço

com molinete, empregados com anzol simples ou múltiplo, e que não sejam filiados a clube, associação ou colônia de pesca.

§ 5º - A licença é expedida por tempo determinado e pode ser suspensa ou cancelada pelo órgão emissor, na hipótese de infração à Lei ou por motivo de interesse ecológico.

§ 6º - Poderá ser concedida licença especial gratuita nos casos estabelecidos no regulamento desta Lei.

§ 7º - Poderá ser concedida licença especial de aprendiz de pesca ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, mediante autorização judicial.

§ 8º - A concessão da licença prevista no § 7º obedecerá ao respectivo regulamento, que disporá, entre outras medidas, sobre as condições gerais de expedição, incluindo o limite de captura e, observada a legislação federal, a jornada de trabalho do aprendiz.

Art. 11 - Obrigam-se ao registro e à licença, quando necessária, a pessoa física ou jurídica especializada na fabricação ou comercialização de aparelho, petrecho ou equipamento de pesca de uso controlado ou que produza, explore, comercialize ou industrialize produto da pesca ou animal aquático vivo ou abatido, inclusive o ornamental.

§ 1º - O registro deverá ser renovado anualmente.

§ 2º - Estão isentos de registro os estabelecimentos que comercializem produtos da pesca ou da aquicultura prontos para o consumo, aí compreendidos os bares, restaurantes e similares.

Seção VI Da Fiscalização

Art. 12 - A fiscalização da pesca, em caráter preventivo e repressivo, incidirá sobre:

I - atividade que acarrete risco e dano à fauna aquática;

II - captura, extração, coleta, beneficiamento, conservação, transformação, transporte, armazenamento e comercialização de seres aquáticos;

III - transporte, posse, guarda, exposição e utilização de aparelho, petrecho ou equipamento.

Parágrafo único - A fiscalização da pesca será exercida por servidor público credenciado para esse fim.

CAPÍTULO IV Da Aquicultura

Art. 13 - Compreende-se por aquicultura a atividade destinada à criação ou à reprodução, para fins econômicos, científicos ou ornamentais, de seres animais e vegetais que tenham na água seu ambiente natural.

§ 1º - Para o exercício da aquicultura, são exigidos o registro anual do aquicultor e a licença, expedidos pelo órgão competente.

§ 2º - Para o transporte, o uso e a exploração socioeconômica do produto da aquicultura, é exigida licença do órgão competente.

§ 3º - O órgão competente irá determinar, mediante estudos técnico-científicos, as espécies da fauna e da flora aquáticas cuja criação, transporte e comercialização serão permitidos.

Art. 14 - Cabe ao poder público estimular a aquicultura, com a adoção das seguintes medidas:

I - criação e apoio a centros de treinamento, pesquisa e extensão;

II - incentivo à promoção de iniciativas destinadas ao desenvolvimento da aquicultura.

Parágrafo único - Compete à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG - a coordenação das atividades relativas à aquicultura.

CAPÍTULO V

Do Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura

Art. 15 - Fica criado, na estrutura do Instituto Estadual de Florestas IEF, o Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura, órgão colegiado, deliberativo e consultivo, com as seguintes competências:

I - exercer funções deliberativas no âmbito da política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura;

II - propor e deliberar sobre o plano estadual de aproveitamento dos recursos pesqueiros e sobre o zoneamento da pesca de que trata esta Lei;

III - compatibilizar planos, programas e projetos de desenvolvimento da pesca e da aquicultura com a política de proteção ao meio ambiente, em especial de conservação dos ecossistemas aquáticos;

IV - propor programas de fomento à pesquisa aplicada e treinamento destinados ao desenvolvimento da fauna e da flora aquáticas e à aquicultura;

V - responder a consulta sobre matéria de sua competência, orientar os interessados e divulgar informações e disposições da legislação de proteção à fauna e à flora aquáticas;

VI - aprovar seu regimento interno;

VII - firmar convênios para a integração dos municípios na aplicação da política estadual de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura.

Art. 16 - O Conselho de que trata o art. 15 tem a seguinte composição:

I - um representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

II - um representante do Instituto Estadual de Florestas - IEF

III - um representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - ;

IV - um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG -;

V - um representante da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais;

VI - um representante da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

VII - um representante da Secretaria de Estado de Turismo;

VIII - um representante da Procuradoria-Geral de Justiça;

IX - um representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA -;

X - um representante da Federação dos Pescadores Profissionais do Estado de Minas Gerais ou das colônias de pescadores profissionais;

XI - um representante da Federação dos Pescadores Amadores do Estado de Minas Gerais;

- XII - um representante dos clubes de pesca amadora do Estado;
- XIII - um representante da Associação Mineira de Aquicultura AMA ;
- XIV - dois representantes da comunidade científica do Estado;
- XV - dois representante das organizações não governamentais ONG's do Estado.

§ 1º - Os membros do Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura serão nomeados por ato do Governador do Estado, mediante proposta do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para um mandato de dois anos, renovável por igual período.

§ 2º - A Presidência do Conselho será exercida pelo Diretor- Geral do IEF.

§ 3º - O exercício da função de conselheiro é considerado de alta relevância e não será remunerado.

Art. 17 - As despesas decorrentes do funcionamento do Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO VI

Do Dano à Fauna e à Flora Aquáticas

Art. 18 - Constitui dano à fauna aquática toda ação ou omissão que degrade o ecossistema a ela relacionado, além das demais hipóteses previstas na legislação em vigor e, especialmente:

I - a introdução de espécie exótica sem a autorização do órgão competente, entendendo-se como espécie exótica aquela que não ocorre naturalmente no corpo de água ao qual se destina;

II - a promoção do esvaziamento ou do secamento artificial de coleções de água aturais ou represas, excetuados os reservatórios artificiais destinados à prática da piscicultura e a outras finalidades;

III - a captura de espécime da ictiofauna com tamanho inferior ao permitido, de espécie que deva ser preservada ou em quantidade superior à permitida, conforme previsto na legislação;

IV - a captura de espécime da ictiofauna em local e época proibidos ou com o emprego de aparelho, petrecho, método ou técnica não permitida;

V - a prática de ação que provoque a morte de espécimes da flora e da fauna aquáticas, por qualquer meio, contrariando norma existente;

VI - a regularização das vazões de um curso de água que comprometa a função do criatório de peixes de suas várzeas.

§ 1º - Os autores do dano ficam obrigados à reparação ambiental, por meio de medidas a serem estabelecidas pelo órgão competente, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

§ 2º - O Poder Executivo adotará medidas preventivas para evitar ou minimizar o risco de dano à fauna e à flora aquáticas.

CAPÍTULO VII

Das Infrações e das Penalidades

Seção I

Das Infrações

Art. 19 - As infrações administrativas compreendem toda ação ou omissão que

contrarie os dispositivos desta Lei e seu regulamento, sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, e, em especial:

I - a captura, a guarda, o transporte, a comercialização, a industrialização, a utilização ou a inutilização de produto da pesca obtido em desacordo com esta Lei e seu regulamento;

II - o transporte, a comercialização, a guarda, a posse ou a utilização de aparelho, petrecho ou equipamento de uso proibido ou sem o devido licenciamento ou registro;

III - o uso indevido do registro ou da licença;

IV - a prática de ação que provoque a morte de animal ou vegetal aquático nativo, em qualquer de suas fases de crescimento e desenvolvimento, sem autorização do órgão competente;

V - a criação de obstáculo ou impedimento que interfira, por ação ou omissão, na migração, na reprodução, no recrutamento, na dispersão e na sobrevivência dos peixes em qualquer fase de sua vida;

VI - a falta de registro no órgão competente ou de licença por ele expedida;

VII - a não apresentação de licença ou de documento de porte obrigatório, quando solicitado;

VIII - a criação de impedimento ou dificuldade para a ação de fiscalização.

Seção II Das Penalidades

Art. 20 - A ação ou omissão contrária às disposições desta Lei sujeita o infrator às penalidades a seguir relacionadas, sem prejuízo da reparação do dano ambiental, principalmente o relativo à ictiofauna, e de outras ações legais cabíveis:

I - multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) até R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), calculada de acordo com a natureza da infração, seu grau, extensão, área e região de ocorrência, o volume, o peso, a quantidade em unidades e o valor

ecológico do objeto da infração, a finalidade e as características do ato que originou a infração, a exigência de reposição ou reparação relativa ao ato, o dolo ou a culpa do infrator, bem como sua proposta ou projeto de reparação, conforme estipular o regulamento desta Lei;

II - apreensão ou perda de aparelho, petrecho, equipamento ou produto da pesca;

III - interdição ou embargo da atividade;

IV - suspensão da atividade;

V - cancelamento de autorização, licença ou registro;

VI - impedimento da obtenção de licença ou de incentivo oficial.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo aplicam-se ao autor direto da infração ou àquele que, de qualquer modo, concorra para sua prática ou dela obtenha vantagem.

§ 2º Constatada a reincidência genérica, a multa será aplicada em dobro.

§ 3º - Constatada a reincidência específica, além da multa em dobro, sujeita-se o infrator à perda de aparelho, petrecho ou equipamento utilizado no ato da infração.

§ 4º - O pagamento de multa prevista nesta Lei poderá ser parcelado em até cinco vezes, exceto em caso de reincidência.

§ 5º - Será cancelado o registro, a autorização ou a licença da pessoa física ou jurídica que reincidir na infração que tenha originado pena de suspensão da atividade.

§ 6º - Será admitida, a critério do órgão competente, a conversão em despesa com a execução de projeto de reparação de até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa aplicada.

§ 7º - Cabe ao órgão competente efetuar a cobrança administrativa e propor as execuções fiscais, relativamente aos créditos constituídos;

§ 8º - As multas serão corrigidas anualmente pelo índice oficial de inflação.

Art. 21 - A infração ao disposto nesta Lei e em seu regulamento será objeto de auto de infração, com indicação do fato, das circunstâncias atenuantes e agravantes, de seu enquadramento legal, da penalidade aplicada e do prazo de defesa.

Parágrafo único Para os efeitos do disposto no “caput” deste artigo, consideram-se:

I - circunstâncias atenuantes:

- a) o baixo grau de instrução do infrator;
- b) o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano ou limitação significativa da degradação causada;
- c) a comunicação prévia pelo infrator de iminente perigo de degradação ambiental.

II circunstâncias agravantes:

- a) a reincidência;
- b) a obtenção de vantagem pecuniária;
- c) a coação de terceiros para a execução da infração;
- d) a exposição a perigo da saúde pública e do meio ambiente;
- e) o dano a propriedade alheia;
- f) o cometimento da infração no período noturno;
- g) o cometimento da infração aproveitando-se da ocorrência de fenômenos naturais que a facilitem;
- h) o cometimento da infração em unidade de conservação ou lagoa marginal.

Art. 22 - O aparelho, o petrecho ou o instrumento apreendido será encaminhado ao órgão competente para devolução, alienação, aproveitamento ou inutilização.

Art. 23 - O material apreendido não procurado no prazo de noventa dias será considerado abandonado, e o órgão competente promoverá a destinação legal daquele cujo uso seja permitido.

Parágrafo único - O material apreendido considerado de uso proibido não será devolvido, cabendo ao órgão competente determinar sua destinação.

Art. 24 - O produto de pesca apreendido será avaliado e doado pela autoridade competente a escolas públicas, entidades filantrópicas e outras de cunho social e sem fins lucrativos, com a lavratura do respectivo termo de doação.

CAPÍTULO VIII

Dos Recursos Administrativos

Art. 25 - O autuado, independentemente de efetuar depósito ou caução, terá

o prazo de trinta dias para oferecer defesa, dirigida ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF - e protocolada conforme dispuser o regulamento desta Lei.

Parágrafo único - Da decisão definitiva do Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas IEF caberá recurso, em última instância, à câmara especializada do COPAM, no prazo de vinte dias.

CAPÍTULO IX

Das Receitas e de Sua Aplicação

Art. 26 - Os recursos provenientes da aplicação das multas e dos emolumentos previstos nesta Lei serão destinados ao custeio da atividade pesqueira, aí incluídos a pesquisa, a educação, a fiscalização, a piscicultura, o repovoamento e outras atividades afins.

§ 1º - O órgão competente poderá destinar até 30% (trinta por cento) dos recursos auferidos para apoiar as atividades de aquicultura e organização de colônias de pescadores profissionais.

§ 2º - Percentual não superior a 40% (quarenta por cento) dos recursos auferidos destinados à reposição de pesca poderá ser utilizado no fornecimento de alevinos e matrizes de espécies nativas para repovoamento dos cursos de água, a título de incentivo.

CAPÍTULO X

Da Educação Ambiental

Art. 27- Os órgãos competentes criarão mecanismos que visem ao desenvolvimento integrado de programas de educação ambiental e de informação técnica, relativos à proteção e ao incremento dos recursos da fauna e da flora aquáticas no Estado.

Art. 28 - Cabe ao poder público divulgar os princípios e o conteúdo desta Lei nas escolas de nível fundamental, médio e superior da rede estadual, em colônias e associações de pescadores, em órgãos ambientais, bibliotecas públicas e Prefeituras Municipais.

CAPÍTULO XI

Disposições Finais

Art. 29 - Para os efeitos desta Lei, considera-se órgão competente o Conselho Estadual de Florestas IEF, ressalvada a competência do Conselho Estadual da Pesca e da Aquicultura.

Art. 30 - O IEF poderá firmar instrumentos de cooperação com o IBAMA e com o Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 31 - O IEF firmará com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais PMMG

instrumento por meio do qual serão implementadas as ações de fiscalização e autuação, para o cumprimento desta Lei e de seu regulamento.

Art. 32 - Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Lei e em seu regulamento, aplica-se aos infratores o disposto na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 33 - Nos períodos de defeso, o Estado fornecerá, mensalmente, uma cesta básica de alimentos aos pescadores profissionais domiciliados e residentes no Estado, previamente cadastrados no IEF conforme critérios estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do cumprimento do disposto neste artigo terão como fonte de custeio a receita proveniente da cobrança de taxas, emolumentos e multas relativas à atividade de pesca e os recursos doados ou transferidos para essa finalidade pela União, municípios e iniciativa privada.

Art. 34 - Para a consecução dos objetivos desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, ajuste ou instrumento congênere com órgãos ou entidades da União, dos Estados e dos Municípios e organizações não-governamentais ONG's.

Art. 35 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias contados da data de sua vigência.

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Art. 37 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 12.265, de 24 de julho de 1996.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 17 de janeiro de 2002.

Itamar Franco - Governador do Estado

ANEXO I – Decreto Estadual nº 43.713 de 14 de janeiro de 2004

Decreto Estadual nº 43713 de 14/01/2004

Regulamenta a Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado e dá outras providências.

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Os organismos vivos da fauna e da flora aquáticas existentes nos cursos d'água, lagos, reservatórios, represas e demais ambientes aquáticos, naturais ou artificiais, em Minas Gerais, são bens de interesse comum de todos os habitantes do Estado, sendo-lhes assegurado o direito de explorá-los, obedecidas as limitações estabelecidas na legislação geral, e em especial na Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002, e neste Decreto.

Parágrafo único - Compreende-se por fauna e flora aquáticas, respectivamente, o conjunto de animais e vegetais que têm na água o seu natural meio de vida.

CAPÍTULO I DA PESCA E DA AQUICULTURA

Art. 2º - Compreende-se por pesca toda ação ou ato tendente a capturar ou extrair, para quaisquer finalidades, espécimes da fauna e da flora aquáticas.

§ 1º - Por ato tendente, entende-se todas as ações preparatórias, que antecedem a captura ou a extração de organismos aquáticos, assim considerados a aquisição, o transporte, a guarda e o porte de aparelhos de pesca.

§ 2º - São considerados aparelhos de pesca os petrechos, equipamentos e instrumentos apropriados para uso na atividade pesqueira.

§ 3º - Por captura ou extração, entende-se a ação de retirar, colher, apreender ou apanhar, por qualquer meio ou modo, organismos da fauna e da flora aquáticas.

Art. 3º - O pescado capturado em ambiente de domínio público, de conformidade com as normas estabelecidas, será daquele que o pescar.

Art. 4º - A pesca em águas de domínio privado só pode ser praticada se permitida pelo proprietário ou pelo responsável legal.

Parágrafo único - Por ordenamento pesqueiro entende-se o conjunto de ações empreendidas pelo poder público, visando à exploração racional dos recursos pesqueiros, expresso na legislação.

Art. 5º - Para a implantação de empreendimentos aquícolas, em áreas de domínio privado, é necessário autorização do proprietário ou do concessionário.

Art. 6º - Em caso do não cumprimento do disposto nos arts. 4º e 5º fica o infrator sujeito às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 7º - A todo produto da pesca deve ser dado aproveitamento ou destinação econômica, social ou técnico-científica.

CAPÍTULO II DAS CATEGORIAS DE PESCA

Art. 8º - A pesca classifica-se nas seguintes categorias:

I - Categoria "A" - amadora, realizada com a finalidade exclusiva de lazer ou recreação, autorizada e licenciada pelo órgão competente, permitido o uso de anzol, chumbada, linha, vara ou caniço, molinete ou carretilha ou similar, puçá, iscas artificiais e naturais e embarcação, subdividindo-se em:

a) Subcategoria "A1" - pesca amadora desembarcada, realizada sem o emprego de embarcação, utilizando-se os petrechos previstos no inciso I deste artigo.

b) Subcategoria "A2" - pesca amadora embarcada, compreende a Subcategoria "A1", utilizando-se embarcação.

II - Categoria "B" - pesca profissional, praticada como profissão e principal meio de vida, devidamente comprovado, por pescador cadastrado e licenciado no órgão competente, específica por bacia hidrográfica no Estado, subdividindo-se em:

a) Subcategoria "B1" - pesca profissional, exercida por pescador profissional, sendo permitida a utilização de anzol, linha, chumbada, vara ou caniço, espinhel, caçador, pinda ou anzol de galha, molinete ou carretilha ou similar, João Bobo, galão ou cavalinha, embarcação e demais aparelhos a serem estabelecidos e normatizados pelo órgão competente.

b) Subcategoria "B2" - aprendiz de pesca profissional, exercida com a utilização dos aparelhos de pesca previstos na Subcategoria "B1", com autorização dos pais ou responsável legal.

Parágrafo único. A utilização ou a proibição dos petrechos rede de emalhar e tarrafa ficam condicionados à normatização pelo órgão competente.

III - Categoria "C" - subsistência, praticada por pessoas carentes, nas imediações de suas residências, em ambientes de domínio público, com a utilização de anzol, chumbada, linha e caniço, destinando-se ao sustento da família, normatizada pelo órgão competente.

IV - Categoria "D" - científica, praticada com finalidade exclusiva de pesquisa e/ou manejo, por pessoas com qualificação técnica para tal fim, normatizada e autorizada pelo órgão competente.

V - Categoria "E" - desportiva, realizada para fins de competição, promovida por entidade regularmente constituída, sujeita à autorização e licenciamento do órgão competente, nos termos das normas vigentes.

VI - Categoria "F" - despesca, destinada à captura de espécimes da fauna aquática para fins comerciais e de manejo, sujeita à regulamentação do órgão competente.

Art. 9º - O exercício de outra profissão como o principal meio de vida invalida a licença de pescador profissional, desde que apurado em processo administrativo pelo órgão competente, garantida a ampla defesa.

Art. 10 - Fica proibido o comércio do produto aquícola, exceto o proveniente da pesca profissional e o da despesca praticada por aquícultor, de conformidade com a autorização concedida pelo órgão competente.

CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 11 - A exploração racional e sustentável dos recursos da pesca deve assegurar a manutenção do ecossistema local e do equilíbrio ecológico, observados os seguintes princípios:

I - a preservação e a conservação da biodiversidade com destaque para:

a) a implementação de medidas que sensibilizem os cidadãos, que resgatem a consciência do respeito à natureza, adotando posturas que visem ao desenvolvimento sustentável;

b) a ênfase na criação e na aplicação de conhecimentos técnico-científicos na produção de alimentos e em estudos biogenéticos;

c) a adequação do exercício das atividades sócio-econômicas derivadas da pesca, propiciando equilíbrio ambiental e desenvolvimento sustentável da atividade.

II - cumprimento da função social e econômica da pesca, com destaque para:

a) emprego de mão-de-obra técnica e garantia de crescentes possibilidades de ocupação da mão-de-obra humana em atividades rurais e urbanas, com melhoria da qualidade de vida do trabalhador;

b) produção de alimentos de melhor qualidade, a baixo custo.

III - exploração racional e sustentável dos recursos pesqueiros, com destaque para:

a) implementação de pesquisas que indiquem as potencialidades regionais e orientem a exploração racional dos recursos pesqueiros, de forma compatível com a preservação ambiental;

b) substituição gradativa, seletiva e priorizada dos projetos e formas de exploração, por outros mais compatíveis com as necessidades de proteção dos ecossistemas.

IV - controle, visando à biossegurança, como pressuposto de qualquer procedimento para a introdução de organismos geneticamente modificados por meio de permuta ou troca de matrizes com embasamento técnico, visando a preservação da variabilidade genética dentro de uma mesma bacia hidrográfica.

V - respeito à dignidade do profissional dependente da atividade pesqueira, aproveitando seus conhecimentos empíricos na pesquisa e na normatização para a preservação dos recursos pesqueiros.

VI - busca do desenvolvimento sustentável, caracterizado pela prudência ecológica, pela equidade social e pela eficiência econômica.

VII - controle do tráfego de matéria genética, impedindo a introdução de material alóctone nas bacias hidrográficas e a exportação desta matéria genética.

Art. 12 - São diretrizes da política pesqueira do Estado:

I - garantir a perpetuação e a reposição das espécies nativas mediante:

a) a adoção de medidas restritivas ou proibitivas de captura, podendo-se limitar ou proibir os atos de pesca, no todo ou em parte, por instrumento normativo expedido pelo órgão competente;

b) criar centros de pesquisa que visem ao desenvolvimento do conhecimento científico.

II - disciplinar as formas e os métodos de exploração e comércio de pescado e aparelhos de uso na pesca e na aquicultura, cabendo ao órgão competente:

a) definir as formas e os métodos de exploração que permitam o equilíbrio e a preservação dos recursos pesqueiros;

b) regulamentar o emprego de técnicas e de métodos, podendo limitá-los ou até mesmo proibi-los, face ao interesse ecológico.

III - incentivar as atividades de fomento à aquicultura, por meio da adoção de medidas de assistência técnica, social, econômica, e em especial:

a) estimular projetos de aquicultura comercial, principalmente em ambientes que possibilitem o aproveitamento de suporte já disponível;

b) criar ou apoiar estações de hidrobiologia para fomento das atividades pesqueiras e de piscicultura no Estado, priorizando as voltadas para espécies nativas.

IV - estabelecer formas de reparação dos danos causados à fauna e à flora aquáticas, a critério do órgão competente, sujeitando-se o infrator a:

a) reparar o dano na forma determinada;

b) pagar multa;

c) outras cominações específicas.

V - incentivar o Turismo Ecológico.

VI - estimular Programas de Educação Ambiental, conforme o disposto no art. 27.

VII - promover a pesquisa e realizar atividade didática - científica:

a) estimulando e promovendo a realização de pesquisa e publicação dos resultados;

b) divulgando e transmitindo novos conhecimentos.

VIII - proteger a fauna e a flora aquáticas, em conformidade com os parâmetros estabelecidos neste Decreto.

IX - promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural do pescador profissional e de sua família, por intermédio de atividades de sensibilização e de educação ambiental.

X - promover a restauração e a reparação dos ambientes aquáticos e dos recursos pesqueiros, por meio de estudo de viabilidade.

XI - monitorar permanentemente o desembarque pesqueiro, realizando levantamento da diversidade das espécies nativas e exóticas que ocorrem em cada bacia hidrográfica.

XII - estabelecer o período de defeso diferenciado, em conformidade com a época de reprodução, por região e por bacia hidrográfica, garantindo a reprodução e perpetuação das espécies, de acordo com as normas a serem estabelecidas pelo órgão competente, assegurando o aumento do estoque pesqueiro.

CAPÍTULO IV DOS APARELHOS E DOS MÉTODOS

Art. 13 - Os aparelhos de pesca, métodos ou técnicas permitidos são os constantes no art. 8º e as licenças, registros ou autorizações, por categoria específica, as que forem definidas em normas complementares expedidas pelo órgão competente.

Parágrafo único - Os aparelhos de pesca de uso direto para captura ou extração de pescado devem ser identificados, com especificações a serem definidas pelo órgão competente.

CAPÍTULO V DAS PROIBIÇÕES

Art. 14 - Exceto para fins científicos, de controle ou de manejo de espécies, autorizados e supervisionados pelo órgão competente, fica proibida a pesca:

I - em todas as suas modalidades:

- a) no Rio Pandeiros e nos seus afluentes, em toda a sua extensão;
- b) nas lagoas marginais.

II - na categoria profissional e amadora:

- a) no rio São Francisco, no trecho compreendido entre a sua nascente até 1.000m (um mil metros) abaixo da desembocadura do Ribeirão Marmelada, no Município de Abaeté, e a 500m (quinhentos metros) a montante e a jusante da barragem de Três Marias.

III - na categoria profissional:

- a) no rio das Velhas e no rio Paraopeba e seus afluentes, em toda a sua extensão, desde as cabeceiras até a desembocadura no rio São Francisco;
- b) a menos de 200m (duzentos metros) a montante e a jusante de cachoeiras e corredeiras;
- c) a menos de 200m (duzentos metros) da confluência do rio principal com seus afluentes;
- d) a menos de 200m (duzentos metros) dos barramentos.

IV - na categoria amadora:

- a) a menos de 200m (duzentos metros) a montante e a jusante de cachoeiras e corredeiras;
- b) a menos de 200m (duzentos metros) da confluência do rio principal com seus afluentes;
- c) a menos de 200m (duzentos metros) dos barramentos.

V - em desacordo com o estabelecido no zoneamento da pesca;

VI - de espécies que devem ser preservadas, assim compreendidas as constantes nas listas oficiais e as que estiverem protegidas pelas normas em vigor, segundo critérios técnicos, culturais, históricos e científicos.

VII - de espécimes que tenham tamanho inferior ao mínimo permitido para pesca:

- a) os tamanhos mínimos permitidos para captura serão definidos pelo órgão competente por bacia hidrográfica;
- b) para efeito de mensuração, define-se o comprimento total como sendo a distância tomada entre a ponta do focinho e a extremidade da nadadeira caudal;
- c) nos casos em que houver peixes aparados, a parte medida deverá possuir tamanho mínimo igual ou superior à definida na tabela.

VIII - em quantidade superior à permitida:

- a) o limite para captura e transporte de produtos de pesca serão definidos pelo órgão competente;
- b) para o transporte e a comercialização do pescado, originário da pesca profissional ou da despesca proveniente da aquicultura, o produto deve estar devidamente acobertado por documentos fiscais ou de controle, conforme o disposto na legislação específica.

IX - em épocas determinadas pelo órgão competente e em especial:

a) nas épocas em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução, estipuladas por períodos máximos de 4 (quatro) meses, para proteção das espécies de piracema, definidas por bacia hidrográfica pelo órgão competente, observadas as disposições normativas federais;

b) durante os períodos de desova ou defeso de reprodução nas épocas estabelecidas, com base em critérios técnicos e informações das comunidades ribeirinhas.

X - em locais a serem definidos pelo órgão competente, de acordo com o zoneamento da pesca ou áreas prioritárias para a conservação, reprodução e outros.

XI - com aparelhos de pesca de uso não autorizado:

a) os aparelhos de pesca de uso autorizado são os especificados para cada categoria de pesca e conforme estabelecerem as normas complementares baixadas pelo órgão competente;

b) são aparelhos de pesca de uso proibido todos aqueles não autorizados expressamente neste Decreto e os que vierem a ser regulamentados posteriormente pelo órgão competente.

XII - com substâncias de uso não permitido, que provocam ou podem causar alteração na oxigenação da água ou até provocar dano ou a morte das espécies da fauna e flora aquáticas posteriormente e as que vierem a ser proibidas em normas estabelecidas pelo órgão competente.

XIII - com a utilização de técnicas ou métodos não autorizados definidos neste Decreto e os que vierem a ser assim considerados pelo órgão competente.

XIV - sem licença ou autorização de quem de direito, bem como contrariando as disposições do art. 8º.

Parágrafo único - Para os fins do disposto neste Decreto, entende-se por corredeira o trecho em que as águas correm em velocidade superior às de jusante e às de montante sobre pedras ou laje.

CAPÍTULO VI DO ZONEAMENTO DA PESCA

Art. 15 - O zoneamento da pesca será desenvolvido nas bacias hidrográficas do Estado, podendo estas serem agrupadas ou subdivididas para efeito de exploração pesqueira, conforme as características locais, em benefício da sustentabilidade da atividade.

I - Por bacia hidrográfica entende-se o rio principal, seus formadores, afluentes, lagoas marginais, alagados, alagadiços, lagos ou poços naturalmente formados, que recebam água dos rios em caráter permanente ou temporário;

II - Cabe ao órgão competente a definição da época e da modalidade de pesca permitida ou proibida, elaborando calendários de fácil compreensão;

III - O zoneamento da pesca estabelecido por este Decreto será precedido de audiências públicas regionais;

IV - Tendo em vista o interesse ecológico, as condições dos recursos naturais, as belezas cênicas e a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, o órgão competente poderá estabelecer normas específicas para as bacias hidrográficas conforme condições climáticas, espécies existentes e a qualidade de seus ambientes;

Art. 16 - No contexto do zoneamento por bacias hidrográficas, em áreas de proteção integral e de uso sustentável, deverão ser obedecidas as restrições estabelecidas pela legislação pertinente, e ainda, o seguinte:

I - É vedado modificar os limnóciclos, exercer atividade pesqueira que de qualquer forma moleste integrantes da fauna e da flora aquáticas;

II - Fica proibida a realização de trabalhos técnico-científicos e de manejo, exceto os autorizados pelo órgão competente.

CAPÍTULO VII DA AQUICULTURA

Art. 17 - Compreende-se por aquicultura a atividade destinada à criação ou reprodução para fins econômicos, científicos ou ornamentais de seres animais e vegetais que tenham na água o seu natural meio de vida, cuja gestão, no âmbito do Estado, na respectiva esfera de atribuições, compete:

I - ao Instituto Estadual de Florestas - IEF, o registro da atividade aquícola, a fiscalização e a aplicação de sanções.

II - ao Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, a licença ambiental.

Parágrafo único - entende-se por registro a autorização concedida pelo IEF para o funcionamento da atividade aquícola, de acordo com as normas estabelecidas na legislação vigente.

III - à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER/MG o fomento e a coordenação das atividades de assistência técnica e de apoio à produção, em todas as fases do processo, com atendimento prioritário às cooperativas municipais e às colônias e associações de pescadores e de produtores rurais.

IV - ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, a outorga de direito do uso da água no âmbito de suas competências.

Parágrafo único - O fomento às atividades de aquicultura compreende o apoio a todas as iniciativas do gênero e em especial aquelas destinadas à melhoria da produtividade em empreendimentos já existentes e para a criação de novas unidades.

Art. 18 - O estabelecimento da aquicultura está condicionado ao processo junto ao órgão competente, cabendo ao interessado o acompanhamento da tramitação e o atendimento às exigências, para a obtenção do registro e da licença ambiental.

§ 1º Para a circulação de produtos da aquicultura, é exigida a nota fiscal, conforme enquadramentos da legislação tributária.

§ 2º Para a despesca e para a pesca científica serão obedecidas normas específicas, estabelecidas pelo órgão competente.

CAPÍTULO VIII DAS LICENÇAS E DOS REGISTROS

Art. 19 - Para o exercício da atividade pesqueira no Estado, é obrigatória a licença, conforme discriminado abaixo:

I - para as categorias citadas no art. 8º exceto para a pesca de subsistência e desportiva, será concedida licença pessoal e intransferível, de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão competente;

II - a licença é pessoal e intransferível, e acoberta a guarda, porte, transporte e utilização de aparelhos de pesca e pescados;

III - será concedida licença de pesca amadora gratuitamente ao menor de até 12 anos, quando acompanhado de um dos pais ou responsável, ao aposentado e ao maior de sessenta e cinco anos, se do sexo masculino, e de sessenta anos, se do sexo feminino, que utilizem, para o exercício da pesca sem fins comerciais, linha de mão, caniço simples ou caniço com molinete, empregados com anzol simples ou múltiplo, com isca artificial, e que não sejam filiados a clube, associação ou colônia de pesca;

IV - também será concedida licença gratuita para as categorias subsistência, científica, desportiva e despesca, todas regulamentadas pelo órgão competente;

V - será concedida autorização para transporte de pescado para a realização de despesca de acordo com normas estabelecidas pelo órgão competente;

VI - para obtenção da licença de pescador profissional, categoria "B", deverão ser obedecidas as normas estabelecidas pelo órgão competente;

VII - Fica proibido ao pescador profissional portar ou utilizar equipamentos, aparelhos, petrechos ou instrumentos de pesca profissional, quando em jornada com outras categorias de pescadores;

VIII - A licença poderá ser suspensa temporariamente ou cassada, sem direito à restituição de valores pagos, desde que apurado o cometimento de irregularidades em processo administrativo pelo órgão competente, garantida a ampla defesa.

Art. 20 - Obrigam-se ao registro no órgão competente:

I - a pessoa física ou jurídica que exerça atividade de aquicultura ou que explore, fabrique, comercialize ou industrialize produto de pesca ou animal aquático vivo, inclusive o ornamental de qualquer espécie e para qualquer fim, ou que desenvolva atividade de exploração direta ou indireta dos recursos pesqueiros, incluindo suas filiais, os depósitos fechados e as câmaras de resfriamento de pescado;

II - as associações, clubes, colônias de pescadores e organizações afins;

III - a pessoa física ou jurídica que fabrique ou comercialize aparelhos de pesca.

§ 1º - Estão desobrigados do registro os pequenos estabelecimentos que comercializem, sem exclusividade, apenas anzol, linha, vara, iscas artificiais, chumbadas, caniço simples, bem como os estabelecimentos que comercializem o produto para consumo imediato, assim compreendidos bares, restaurantes e similares, obedecendo-se os tamanhos mínimos estabelecidos para captura.

§ 2º - O funcionamento sem registro poderá implicar na interdição da atividade, apreensão e perda do pescado, sem prejuízo da aplicação de sanções pecuniárias.

§ 3º - Do comerciante de produtos da pesca é exigido afixar em local visível, e de fácil acesso ao público e funcionários, documentos comprobatórios da legalização no órgão competente.

§ 4º - No caso de desativação do estabelecimento, o responsável deverá requerer o cancelamento do respectivo registro, no prazo de 30 (trinta) dias, obrigando-se ao pagamento dos débitos porventura existentes.

CAPÍTULO IX

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 21 - A fiscalização compreende os procedimentos e ações levadas a efeito por servidores públicos credenciados para esse fim, em todas as atividades ligadas à pesca para a garantia do cumprimento das disposições pertinentes, protegendo em especial os direitos difusos e proporcionando condições para que o cidadão possa participar da atividade, subdividindo-se em:

I - Preventiva - compreende a fiscalização das atividades de fabricação, utilização, porte, guarda, transporte e comercialização de aparelhos de pesca, bem como a captura, extração, coleta, beneficiamento, conservação, transformação, armazenamento, exposição e a comercialização do pescado, através da verificação dos registros, licenças ou outros documentos exigidos por lei;

II - Repressiva - consiste na constatação de infrações e aplicação das respectivas penalidades, àqueles que infringirem os dispositivos legais.

Parágrafo único - Nas atividades de fiscalização preventiva, a Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, poderá contar com a participação de pescadores e das comunidades ribeirinhas no planejamento de ações e operações, no exercício da polícia comunitária de pesca.

CAPÍTULO X DO DANO À FAUNA E À FLORA AQUÁTICAS

Art. 22 - Constitui dano à fauna e flora aquáticas toda ação ou omissão que cause prejuízo ao ecossistema, além das demais hipóteses previstas nas disposições normativas em vigor, e especialmente:

I - a introdução de espécies exóticas;

II - o dreno, o secamento artificial de coleções d'água naturais, o esvaziamento de represas, excetuando-se os reservatórios artificiais destinados à prática de aquicultura;

III - a captura de espécimes da fauna aquática com tamanho inferior ou quantidade superior ao permitido, bem como daquelas que devem ser preservadas;

IV - a captura de espécimes da ictiofauna e da flora aquática, em local e época proibidos ou com a utilização de aparelho, petrecho, método ou técnica não permitidos;

V - a prática de qualquer ato ou ação que provoque a morte ou prejudique a reprodução de espécies da fauna e flora aquáticas, por qualquer meio não permitido.

§ 1º - Para o licenciamento ambiental de construção de novas barragens, reservatórios e represas para usinas hidrelétricas poderá ser exigida, a critério do órgão competente, a construção de estações de hidrobiologia ou mecanismos de transposição que propiciem a realização do fenômeno da piracema.

§ 2º - Os autores dos danos e modificações ao meio ambiente deverão adotar medidas de manejo e recuperação a serem estabelecidas pelo órgão competente, sem prejuízo das penalidades administrativas e de indenizações cabíveis por interrupção à pesca artesanal.

CAPÍTULO XI DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 23 - As infrações administrativas compreendem toda ação ou omissão que contrarie os dispositivos da Lei nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002, e deste Decreto, aplicando-se aos infratores as respectivas penalidades, conforme especificações do Anexo, sem prejuízo das cominações penais e cíveis previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO XII DA AUTUAÇÃO E DO PROCESSO

Art. 24 - As infrações previstas no artigo anterior serão objeto de autuação, lavrada em formulário próprio, não podendo conter emendas ou rasuras que comprometam a sua autenticidade, contendo a caracterização do fato, seu enquadramento, as penalidades e o prazo de defesa.

§ 1º - As penalidades previstas no artigo anterior aplicam-se ao autor direto da infração e também àquele que de qualquer modo concorra para a sua prática ou dela obtenha vantagem.

§ 2º - O procedimento para cobrança administrativa das penalidades pecuniárias terá início no 1º dia útil após a lavratura do auto de infração.

§ 3º - Os autos de infrações lavrados serão encaminhados pelo autuante ao órgão competente para as providências decorrentes no prazo de 7 (sete) dias, podendo ser lançado em sistema específico de processamento de dados de infrações ambientais.

§ 4º - O autuado, independentemente de efetuar depósito ou caução, terá o prazo de 30 dias, contados a partir do 1º dia útil após a lavratura do Auto de Infração, para cumprir o estabelecido na penalidade ou apresentar recurso, e no caso de indeferimento definitivo, terá prazo de 10 (dez) dias para pagamento do débito corrigido, sob pena de mora e inscrição em dívida ativa.

§ 5º - Sobre os débitos vencidos, incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor total do débito e custos administrativos para a execução do procedimento de cobrança.

§ 6º - Somente será concedido o benefício do parcelamento em até 5 (cinco) vezes para multas de valor igual ou superior a R\$200,00 (duzentos reais).

§ 7º - O atraso no pagamento de mais de uma parcela acarretará a perda do benefício do parcelamento, considerando-se a dívida totalmente vencida.

§ 8º - O equivalente à metade do valor da multa aplicada poderá ser destinado diretamente para a execução de projeto de reparação do respectivo dano, a critério do órgão competente.

§ 9º - As reincidências de pessoa física ou jurídica, em infração que determine a pena de suspensão da atividade, implicam no cancelamento do registro, da autorização ou da licença, a critério do órgão competente.

§ 10 - A defesa protocolizada na Sede do IEF ou em seus Escritórios Regionais será apreciada pela Diretoria-Geral, ou por delegação, pelas Comissões Regionais de Análise de Recursos Administrativos - CORAD, cabendo recurso em última instância à Câmara de Proteção à Biodiversidade - CPB do COPAM, no prazo de 20 dias, a contar do recebimento da correspondência, comunicando o indeferimento do recurso.

§ 11 - Na apreciação dos recursos, levar-se-á em conta, além da documentação originária, as informações complementares da autoridade que atendeu a

ocorrência e formalizou a ação, sendo o autuado posteriormente notificado do resultado final.

§ 12 - É vedada a concessão de registros, licenças, autorizações, financiamentos, bem como o atendimento com alevinos, larvas, matrizes, apoio técnico e demais serviços oferecidos pelo Poder Público, para pessoas físicas ou jurídicas em débito com o órgão competente.

§ 13 - Os processos decorrentes de aplicação de penalidades ficarão arquivados por um período de 5 (cinco) anos no órgão competente, a contar da data do cumprimento da penalidade, ou indeferimento do recurso interposto.

CAPÍTULO XIII DA DESTINAÇÃO DO MATERIAL APREENDIDO

Art. 25 - O produto da pesca apreendido poderá ser doado para entidades sem fins lucrativos e de cunho social, preferencialmente no município onde ocorreu a apreensão.

§ 1º - Se a pesca foi realizada em ambiente de domínio privado, sem consentimento de quem tem o direito, o produto da pesca será devolvido ao dono da propriedade, ficando o infrator sujeito às penalidades previstas neste Decreto.

§ 2º - No termo de destinação do pescado constarão a origem do produto, a quantidade em quilogramas, por espécie, e o destinatário dará recibo, na presença de 2 (duas) testemunhas não envolvidas na ação.

§ 3º - Aos aparelhos de pesca de uso permitido, apreendidos na forma da legislação em vigor e desimpedidos deverá ser dada a seguinte destinação:

- I - alienação, através de leilão;
- II - devolução;
- III - inutilização;
- IV - aproveitamento;
- V - doação.

§ 4º - O material de uso permitido, apreendido e não reivindicado no prazo de 90 dias, contados a partir do 1º dia útil da lavratura do Auto de Infração, será considerado abandonado, cabendo ao órgão competente promover a destinação devida.

§ 5º - A devolução dos aparelhos de pesca será efetuada nos casos previstos em normas, mediante apresentação de documentos que comprovem a legalização dos mesmos e a não existência de débitos para com o órgão competente, ficando proibida nos casos de reincidência específica.

§ 6º - Excetuando-se o produto da pesca, o material apreendido de uso permitido será etiquetado no local pelo autuante, fazendo constar do respectivo Termo de Apreensão, não podendo ser confiado a terceiros.

§ 7º - Os aparelhos de pesca apreendidos de uso proibido poderão ser doados, reciclados, reutilizados, inutilizados ou poderão ter outras destinações, a critério do órgão competente.

§ 8º - Os materiais de uso proibido tais como covo, balaio, pari, jequi, rabudo, cercada, poderão ser inutilizados e destruídos no local onde forem encontrados.

§ 9º - Os aparelhos de pesca apreendidos poderão permanecer sob a guarda do autuante por um período máximo de 30 dias, findo o qual serão encaminhados ao órgão competente, acompanhado da 2ª via do respectivo Termo de Apreensão e Depósito.

CAPÍTULO XIV DAS RECEITAS E SUAS APLICAÇÕES

Art. 26 - Entende-se por receita todo e qualquer valor monetário arrecadado em decorrência da aplicação da Lei 14.181, de 2002.

§ 1º - As receitas serão recolhidas por meio de guias próprias, nos estabelecimentos credenciados, em contas específicas a serem movimentadas pelo IEF.

§ 2º - As receitas serão aplicadas obedecendo-se os seguintes critérios:

I - dos recursos provenientes de registros, multas e emolumentos, até o limite de 30% (trinta por cento), poderão ser destinados ao apoio, operacionalização e funcionamento de estações de piscicultura e afins, objetivando o desenvolvimento das atividades de aquicultura no Estado, bem como para projetos, treinamentos e orientações aos pescadores profissionais filiados ou vinculados às colônias ou associações de pescadores e similares;

II - poderá ser destinado, a título de incentivo, percentual não superior a 40% (quarenta por cento) dos recursos auferidos, para o fornecimento de alevinos e matrizes de espécies nativas, para o atendimento prioritário a cooperativas municipais, prefeituras, associações de pescadores e de produtores rurais, conforme parâmetros técnico-científicos pertinentes, visando a produção confinada e repovoamento, conforme estabelecer o órgão competente;

III - o total das receitas referentes à arrecadação, deduzidos os percentuais previstos na Lei nº 14.181, de 2002, poderá ser destinado à pesquisa, educação, fiscalização, custeio e atividades afins.

CAPÍTULO XV DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 27 - A educação ambiental será desenvolvida de acordo com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.181, de 2002 e neste Decreto, contemplando as seguintes iniciativas:

I - estímulo a programas de educação ambiental para a assimilação de conhecimentos e adoção de hábitos, costumes e práticas sociais ou econômicas de cunho preservacionista;

II - elaboração de vídeos e treinamento de professores para a ampliação do conhecimento sobre a necessidade de preservação e as potencialidades do setor;

III - apoio aos estabelecimentos de ensino, com o fornecimento de material didático para sensibilização da necessidade da preservação e conservação do meio ambiente;

IV - apoio à divulgação da legislação estadual pertinente à política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura, com orientações técnicas e distribuição de materiais educativos e informativos às populações ribeirinhas, setor formal de ensino, colônias de pescadores, associações, empresas, clubes de pesca e organizações afins;

V - planejamento e atuação conjunta do órgão competente e da PMMG, visando dotar as colônias de pesca e suas comunidades dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - Considera-se órgão competente, para fins deste Decreto, o IEF, ressalvada a competência do COPAM.

Art. 29 - As licenças de pesca expedidas pelo IBAMA e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento terão validade no Estado sujeitando-se o licenciado às limitações impostas pela Lei nº 14.181, de 2002 e por este Decreto.

Art. 30 - Compete à PMMG atuar, isoladamente ou de forma conjunta, com as demais entidades envolvidas na atividade de pesca e aquicultura, coibindo a prática de irregularidades e adotando outras medidas administrativas previstas na Lei nº 14.181, de 2002 e neste Decreto.

Art. 31 - Nos casos de comprovado desequilíbrio do ecossistema, com crescimento desordenado de espécies da flora e fauna aquáticas, métodos especiais de controle poderão ser estabelecidos pelo órgão competente.

Art. 32 - Além das penalidades previstas na Lei nº 14.181, de 2002 e neste Decreto, os infratores sujeitam-se ainda às sanções cíveis, penais e outras de natureza diversa existentes no ordenamento jurídico.

Parágrafo único - Cabe ao IEF a propositura de ações na esfera judicial, civil ou administrativa para responsabilização dos infratores à legislação de pesca e aquicultura, quando o caso não configurar crime.

Art. 33 - O IEF poderá firmar instrumento de acordo ou cooperação para atuação nas atividades de administração e desenvolvimento da pesca e da aquicultura.

Art. 34 - Ao tomarem conhecimento de infrações previstas na Lei nº 14.181, de 2002 e neste Decreto, os integrantes dos órgãos públicos envolvidos no desenvolvimento da política pesqueira do Estado deverão adotar as providências cabíveis, sujeitando-se às medidas decorrentes da omissão.

Art. 35 - O IEF procederá às adequações estruturais e regimentais necessárias para o atendimento ao determinado neste Decreto, elaborando normas complementares para o exercício da pesca e da aquicultura, podendo ser consultadas as entidades representativas, quando da elaboração de normas restritivas da atividade pesqueira.

Art. 36 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 14 de janeiro de 2004; 216º da Inconfidência Mineira.

Aécio Neves - Governador do Estado.

ANEXO

(a que se refere o art. 23 deste Decreto de nº 14.181, de 17 de Janeiro de 2002.)

INFRAÇÕES E PENALIDADES

Código	Especificações da infração	Incidência da pena	Valor em R\$	Outras cominações
1	Exercer atividades relativas à pesca sem licença, registro ou autorização, ou deixar de renovar nos prazos estabelecidos pela legislação.	Por ato	- Sem licença ou autorização; com licença ou autorização vencida: R\$50,00 - Sem registro ou com registro vencido: de R\$50,00 a R\$500,00.	- Apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto câmaras frigoríficas fixas que poderão ser lacradas. - Apreensão e perda de todo o pescado. - Pagamento de ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
2	Portar, transportar ou utilizar aparelhos de pesca de uso permitido para a categoria, sem licença.	Por ato	R\$50,00 por ato	- Apreensão dos aparelhos de pesca. - Apreensão e perda de todo o pescado. - Pagamento de ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
3	Portar, transportar, guardar, utilizar aparelhos de pesca de uso proibido para a categoria.	A penalidade incidirá sob quem estiver portando, transportando, guardando ou utilizando os aparelhos de pesca, exceto o transporte e guarda de petrechos de uso temporariamente e proibido no período defeso, realizados por pescador profissional em ato de gestão de seus bens.	- rede: R\$10,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 por unidade. - tarrafa: R\$100,00 por unidade. - espinhel: R\$50,00 por unidade. - fisga, gancho, garatêia, arpão, e aparelhos que podem causar mutilação aos peixes: R\$100,00 por aparelho. Covo ou jequi e balaio: R\$50,00 por unidade. - redes capeadas, superpostas ou de tresmalho: R\$10,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 reais por unidade. - pinda ou anzol de galha e caçador: R\$30,00 por aparelho. - pari, timbó, tapagem ou cercada: de R\$300,00 a R\$600,00 por aparelho. - caceia: R\$10,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 por unidade. - outros aparelhos não autorizados: R\$50,00 por aparelho.	incidência da pena: por aparelho de pesca proibido. - apreensão de todos os aparelhos de pesca. - perda de todos os aparelhos de uso proibido. - destruição de armadilhas do tipo pari, tapagem ou cercada, covo ou jequi e balaio. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP, no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
4	Portar, transportar, guardar, utilizar aparelhos de pesca em número excedente ao autorizado.	Por aparelho de pesca em número excedente autorizado.	100 reais por aparelho excedente.	- apreensão de todos aparelhos excedentes. - apreensão de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
5	Portar, transportar, guardar, utilizar aparelhos de pesca contrariando as especificações estabelecidas pelo órgão competente.	Por aparelho de pesca em desacordo.	- redes: R\$10,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 por unidade. - tarrafa: R\$50,00 por unidade. - contrariando outras especificações: R\$50,00 por aparelho.	- apreensão de todos os aparelhos de pesca. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
6	Portar, transportar, utilizar redes, tarrafas e espinhéis sem	Por aparelho de pesca sem	- rede: R\$5,00 por m2 de rede estendida ou	- apreensão de todos os aparelhos de pesca.

	identificação.	identificação.	R\$100,00 reais por unidade. - tarrafa: R\$50,00 por unidade. - espinhel: R\$50,00 por unidade.	- apreensão e perda do pescado. - ERP no valor de R\$1,00 por kg de pescado apreendido.
7	Realizar ato de pesca com aparelhos que ultrapassem a 1/3 (um terço) da largura do ambiente aquático, margem a margem, no local onde se realiza a pesca.	Por cada aparelho utilizado	- rede: R\$10,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 por unidade. -espinhel: R\$50,00 por aparelho.	- apreensão de todos os aparelhos de pesca. - apreensão e perda do pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
8	Utilizar redes de emalhar fixa a menos de 100 metros entre elas.	Por aparelho de pesca irregular.	- rede de emalhar: R\$10,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 por unidade.	- apreensão de todos os aparelhos de pesca. - apreensão e perda do pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
9	realizar atos de pesca com a utilização de substâncias proibidas em cursos d'água, e em especial: a. substâncias tóxicas ou que em contato com a água produzam efeitos análogos. b. substâncias explosivas ou que em contato com a água produzam efeitos análogos.	por ato de pesca.	de R\$500,00 a R\$50.000,00 de acordo com a extensão do dano.	- apreensão, perda e destinação adequada de todo o pescado. - reparação do dano ambiental causado.
10	lançar substâncias ou resíduos que alterem o índice de oxigenação da água facilitando ou concorrendo para a morte de espécimes da fauna e flora aquáticas.	Por ato realizado. Aplica-se a penalidade quando ficar formalmente comprovada a responsabilidade pelo dano.	de R\$1.000,00 a R\$100.000,00 de acordo com a extensão do dano.	- reparação dos danos ambientais causados. - pagamento de custos dos procedimentos apuratórios dos fatos, conforme regular o órgão competente.
11	Realizar atos de pesca com técnicas ou métodos não autorizados, e em especial: a. com artes de cerco. b. com técnicas de arrasto, utilizando-se tarrafas, redes e outros instrumentos de emalhar, que vão de encontro ao peixe. c. com arte ou técnica de ferir, excluído o uso do "bicheiro" para a retirada do peixe d' água, desde que assim comprovado. d. com técnicas de estupefação. e. com a técnica de lambada empregando-se anzóis múltiplos ou do tipo garatêia. f. com outras técnicas não autorizadas.	Por unidade técnica utilizada.	de R\$300,00 a R\$1.000,00 por técnica não autorizada.	- apreensão, perda ou destruição de todos os aparelhos utilizados na pesca. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
12	Construção, instalação ou manutenção de armadilhas tipo pari ou cercada em cursos d'água.	Por ato realizado.	de R\$500,00 a R\$5.000,00 por unidade.	- destruição ou remoção da armadilha.
13	Realizar atos de pesca: a. nos locais estabelecidos no art. 14. b. em locais e períodos a serem definidos pelo órgão competente. c. em bacias hidrográficas não autorizadas para o exercício da pesca profissional e nas demais bacias a serem estabelecidas pelo órgão competente.	Por ato realizado.	valor em real: por ato: de R\$500,00 a R\$1.000,00 acrescido de: - redes: R\$10,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 por unidade. - tarrafas: R\$50,00 por unidade. - espinhéis: R\$50,00 por unidade.	- apreensão e perda de todos os aparelhos de pesca. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.

	d. nas lagoas marginais, temporárias ou permanentes e criadouros naturais sob qualquer modalidade, exceto para fins científicos, de manejo e ou controle, com autorização do órgão competente. e. num raio mínimo de 100 metros dos canais de ligação das lagoas marginais, temporárias ou permanentes, com o rio principal, sob qualquer modalidade. f. num raio mínimo de 50 metros das praias e locais destinados a banhistas, para o exercício da pesca sob qualquer modalidade e num raio mínimo de 100 metros para o exercício da pesca com utilização de embarcação motorizada. g. nas categorias de unidades de conservação definidas no art. 16 exceto as autorizadas pelo órgão competente. h. nos cursos d'água cuja largura normal seja igual ou inferior a 20 metros, para o exercício da pesca profissional com redes, tarrafas e espinhéis. i. num raio mínimo de 100 metros dos locais com vegetação aquática densa e sob estas inclusive, com quaisquer aparelhos, permitindo-se apenas o uso de anzol, linha, chumbada, caniço ou vara e molinete ou similar. j. num raio igual ou inferior a 200 metros das enseadas ou remansos nos rios, para o exercício da pesca profissional com redes, tarrafas e espinhéis. l. num raio mínimo de 500 metros da confluência dos rios com seus tributários ou formadores para o exercício da pesca para todos os aparelhos de pesca. m. a menos de 500 metros da saída de esgotos industriais ou urbanos, ainda não tratados.		- embarcação: R\$50,00. - motor de popa: R\$50,00.	
14	Realizar atos de pesca ou implantar empreendimentos aquícolas em propriedades particulares, sem o consentimento do proprietário, responsável legal ou concessionário.	Para cada ato realizado.	de R\$100,00 a R\$400,00	sujeita-se aos dispositivos previstos nos códigos penal e civil.
15	realizar atos de pesca em épocas de restrição, suspensão ou proibição, e em especial: a. durante os períodos de piracema, desova ou reprodução para as espécies migratórias, conforme dispuser a regulamentação específica. b. durante os períodos de desova ou reprodução, em águas paradas conforme estabelecer a regulamentação do órgão competente. c. durante os períodos de	Por ato.	de R\$200,00 a R\$500,00 acrescido de: - redes: R\$20,00 por m2 de rede estendida ou R\$100,00 por unidade. - tarrafas: R\$200,00 por unidade. - espinhéis: R\$100,00 por unidade. - embarcação: R\$100,00. - embarcação com motor: R\$200,00.	- apreensão e perda de todos os aparelhos de pesca, exceto embarcação. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$10,00 por kg de pescado.

	suspensão de pesca definidos na legislação.			
16	Capturar, transportar, comercializar, industrializar, adquirir, armazenar, guardar, doar espécies que devam ser preservadas ou que estejam ameaçadas de extinção, estabelecidas pelas normas vigentes.	Por ato praticado.	R\$20,00 por kg de pescado irregular.	- apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$10,00 por kg de pescado.
17	Capturar, transportar, comercializar, industrializar, adquirir, armazenar, guardar, doar espécies com tamanho inferior ao mínimo estabelecido pelas normas vigentes.	Por ato praticado.	de R\$50,00 a R\$100,00	- apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$5,00 por kg de pescado.
18	Capturar, portar, transportar animais aquáticos em quantidade superior à prevista e autorizada para a categoria, observado o inciso VIII do art. 14.	Por ato praticado.	de R\$5,00 a R\$10,00 por kg de pescado irregular.	- apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado.
19	Guardar, armazenar, transportar, comercializar, industrializar, inutilizar produtos de pesca sem documentos que comprovem a origem, nos casos exigidos neste decreto, em especial, os previstos no § 1º do art. 18.	Por kg de pescado.	de R\$5,00 a R\$10,00 por kg de pescado.	- apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração, exceto veículos e câmaras frigoríficas fixas. - apreensão e perda de todo o pescado irregular. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado irregular
20	Comercializar pescado, que não seja proveniente da pesca profissional ou da despesca, praticada por aqüicultor.	Por ato.	de R\$100,00 a R\$400,00 por kg de pescado.	- apreensão e perda de todo o pescado. - apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado irregular.
21	Dificultar, impedir, por qualquer meio ou modo as ações fiscalizadoras desenvolvidas pelos agentes de fiscalização.	Por ato praticado.	de R\$1.000,00 a R\$2.000,00 por impedimento ou obstrução.	- apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
22	Não atender ao chamado dos agentes fiscalizadores, evadindo-se do local onde estava cometendo infração.	Por evasão.	de R\$50,00 a R\$200,00 acrescido do valor correspondente à infração cometida.	- apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
23	Abrigar, acobertar, dar fuga aos infratores da legislação de pesca, quando estiverem fugindo dos agentes de fiscalização ou guardando os aparelhos e produtos irregulares destes.	Por ato praticado, incidindo a penalidade sobre aquele que o abrigar, acobertar ou dar fuga.	de R\$50,00 a R\$200,00 para cada um dos envolvidos, acrescidos para o infrator os valores das infrações cometidas.	- apreensão dos aparelhos de pesca utilizados na infração. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
24	Solicitar ou obter licença, autorização ou registro para acobertar atividade de pesca, mediante apresentação de dados fraudulentos ou declarações inverídicas.	Por dado fraudulento ou declaração inverídica.	de R\$500,00 a R\$2.000,00.	- apreensão e perda de todo o pescado. - apreensão e cassação da licença, registro ou autorização. - ERP no valor de R\$5,00 por kg de pescado apreendido.
25	utilizar indevidamente, para outros	Por utilização	de R\$200,00 a R\$1.000,00	- apreensão dos aparelhos de

	fins, licença, autorização ou registro de pesca.	indevida.	acrescidas da multa referente à infração que estiver sendo realizada.	pesca utilizados na infração. - apreensão e perda de todo o pescado. - apreensão e cassação da licença, registro ou autorização.
26	Deixar de dar baixa junto ao órgão competente da licença, registro ou autorização quando do encerramento das atividades.	Por registro, licença ou autorização, após o período de 30 dias do encerramento da atividade.	R\$100,00 por omissão.	- apreensão da licença, registro ou autorização.
27	Adquirir, vender produtos de pesca não originário da despesca proveniente de aquicultura ou da pesca profissional devidamente legalizada.	Por ato de aquisição ou de venda, incidindo para o vendedor e para o comprador.	de R\$100,00 a R\$1.000,00 por ato.	- apreensão dos aparelhos de pesca envolvidos. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3,00 por kg de pescado apreendido.
28	Deixar de tomar, impedir adoção medidas de proteção à fauna e flora aquáticas.	Por omissão ou ação.	de R\$100,00 a R\$10.000,00 calculada de acordo com a extensão do dano.	- reparação ambiental. - reparação do dano.
29	Introduzir espécies exóticas em cursos d'água.	Por ocorrência do fato.	de R\$200,00 a R\$200.000,00 calculadas de acordo com a extensão do dano.	- reparação ambiental. - mitigação do dano.
30	Realizar peixamento ou similar sem autorização do órgão competente.	Por ato.	de R\$100,00 a R\$100.000,00 calculadas de acordo com a extensão do dano.	- reparação do dano. - realização e acompanhamento de estudos técnico-científicos a serem definidos pelo órgão competente.
31	Criar espécies exóticas na bacia hidrográfica, sem autorização do órgão competente.	Por ato.	de R\$100,00 a R\$50.000,00.	- embargo da atividade. - mitigação do dano causado.
32	Provocar o esvaziamento ou secamento de lagos, lagoas, reservatórios e desviar cursos d'água, causando danos ou riscos à flora e fauna aquáticas, sem estar devidamente registrado, licenciado ou autorizado pelo órgão competente.	Por ato praticado.	de R\$150,00 a R\$10.000,00 calculadas de acordo com a extensão do dano.	- reparação ambiental. - reparação do dano.
33	Realizar trabalhos técnico-científicos ou de manejo, sem autorização do órgão competente.	Por ato praticado.	de R\$100,00 a R\$500,00.	- apreensão dos aparelhos de pesca. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3 reais por kg de pescado apreendido. - apreensão dos aparelhos de pesca. - apreensão e perda de todo o pescado. - ERP no valor de R\$3 reais por kg de pescado apreendido.
34	cultivar espécies não autorizadas pelo órgão competente.	Por ato praticado.	de R\$500,00 a R\$10.000,00.	- embargo da atividade. - reparação por meio de medidas compensatórias.

ANEXO J - Portaria No. 113 de 16 de outubro de 2003

PORTARIA N.DEG. 113 , DE 16 DE OUTUBRO DE 2003

Dispõe sobre a regulamentação da pesca no Estado de Minas Gerais, no período de piracema e dá outras providências.

O Diretor do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 9º do Decreto Estadual nº 43.369, de 05 de junho de 2003, e com respaldo na Lei Delegada nº 79, de 29 de janeiro de 2003, com base na Lei 2.606, de 05 de janeiro de 1962, alterada pela Lei 8.666, de 21 de setembro de 1984 e no Decreto 34.271, de 24 de novembro de 1992, e em especial, o disposto na Lei Estadual da Pesca nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002, assim como o contido na Lei Federal nº 7.679, de 23 de novembro de 1988 e Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999,

Resolve:

Art. 1º - Fixar o período de defeso da piracema de 20 de outubro de 2003 a 20 de fevereiro de 2004 em Minas Gerais, nas Bacias Hidrográficas do Estado, excetuando-se as Bacias do Rio São Francisco e as dos Rios Grande e Paranaíba, regulamentadas através das respectivas Portarias de Piracema publicadas pelo IEF, com o objetivo de proteger a reprodução natural dos peixes.

Parágrafo único - Entende-se por Bacia Hidrográfica, o rio principal, seus formadores, seus afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções de água no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Manter a proibição da pesca de qualquer categoria nas lagoas marginais, nos termos da Lei Estadual Nº 11.832, de 06 de julho de 1995, Portaria IBAMA/MG nº 01, de 10 de junho de 1999 e demais legislações vigentes.

Parágrafo único - Entende-se por lagoas marginais, as áreas de alagados, alagadiços, lagos, banhados, canais ou poços naturais que recebam águas dos rios ou de outras lagoas em caráter permanente ou temporário.

Art. 3º - Proibir a pesca de qualquer categoria até a distância de 1.500 m a montante e a jusante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras, no Estado de Minas Gerais.

Art. 4º - Fica proibida a realização de campeonatos e gincanas de pesca em águas continentais, no Estado de Minas Gerais, durante o período de defeso da piracema, estabelecido no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º - Permitir a pesca de qualquer categoria apenas na modalidade desembarcada nos rios do Estado de Minas Gerais, utilizando-se somente linha de mão com anzol ou vara, caniço simples ou molinete/carretilha, iscas artificiais ou naturais, respeitando os tamanhos mínimos de captura definidos em legislação pertinente.

Art. 6º - Permitir a pesca profissional com uso de redes e tarrafas nos reservatórios, utilizando-se rede com malha igual ou superior a 10 cm e tarrafa com malha igual ou superior a 7 cm, excetuando os que possuem mecanismo de transposição de peixes.

Art. 7º - Permitir aos pescadores profissionais, amadores e de subsistência, um limite de captura e transporte até 05 Kg de peixes mais um exemplar, respeitando os tamanhos mínimos de captura definidos em legislação pertinente.

SS 1º - Ficam excluídas do limite citado no caput e no SS 1º deste artigo, as seguintes espécies: tucunaré (*Cichla* spp.), tilápias (*Oreochromis* spp. e *Tilapia* spp.), bagre africano (*Clarias* spp.), tambaqui (*Colossoma macropomum*), apaiari (*Astronotus ocellatus*), catfish (*Ictalurus* spp.), black-bass (*Micropterus* spp.); pescada do piauí ou corvina (*Plagioscion squamosissimus*), cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*), carpas (todas as espécies) e o híbrido tambacu.

SS 2º - À exceção das espécies citadas, todo produto de pesca oriundo de outros estados ou países, deverá estar acompanhado de comprovante de origem, sob pena da perda do pescado e dos petrechos, equipamentos e instrumentos utilizados na pesca, e aplicação das sanções de que trata a legislação vigente.

Art. 8º - Permanece proibida a captura e o transporte da piracanjuba (*Brycon orbignyanus*), do surubim da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (*Steindachneridion dulceana*) e da vermelha (*Brycon* vermelha) das Bacias Hidrográficas dos rios Mucuri e São Mateus.

Art. 9º - Permitir a pesca, a despesca, o transporte, a comercialização, o beneficiamento, a industrialização e o armazenamento de peixes provenientes de aquicultura e de pesque-e-pague, devidamente registrados no Instituto Estadual de Florestas - IEF, em conformidade com a Lei Estadual da Pesca Nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002, cadastrados no IBAMA e com a comprovação de origem.

Art. 10 - Fixar a data de 24 de outubro de 2003, como data limite para declaração dos estoques de peixe "in natura", congelados ou não, provenientes de águas continentais, existentes nos frigoríficos, peixarias, entrepostos, postos de venda, depósitos e câmaras frias, em posse de feirantes, ambulantes, restaurantes, bares, hotéis e similares, ao IEF ou ao IBAMA.

Art. 11 - Excluir das proibições previstas nesta Portaria, a pesca de caráter científico, de controle ou manejo de espécies, prévia e devidamente autorizada ou licenciada pelo IEF ou pelo órgão federal competente.

Art. 12 - Aos infratores da presente Portaria, serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967; na Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; na Lei Federal nº 7.679, de 23 de novembro de 1988; na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; no Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, na Lei Estadual da Pesca nº 14.181, de 17 de janeiro de 2002 e nas demais regulamentações pertinentes.

Art. 13 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2003

(a) Humberto Candeias Cavalcanti - Diretor Geral